



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA LÍVIA PACHÊCO DE OLIVEIRA

**COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E *FAKE NEWS*:
das metodologias de *fact-checking* à auditabilidade do sujeito comum**

**JOÃO PESSOA
2020**

MARIA LÍVIA PACHÊCO DE OLIVEIRA

**COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E *FAKE NEWS*:
das metodologias de *fact-checking* à auditabilidade do sujeito comum**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título em Doutora em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Orientador: Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza

**JOÃO PESSOA
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48c Oliveira, Maria Lívia Pachêco de.
COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E FAKE NEWS: das metodologias de fact-checking à auditabilidade do sujeito comum / Maria Lívia Pachêco de Oliveira. - João Pessoa, 2020.
194 f. : il.

Orientação: Edivanio Duarte de Souza.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Competência crítica em informação. 2. Fake News. 3. Fact-checking. 4. Auditabilidade da informação. I. Souza, Edivanio Duarte de. II. Título.

UFPB/BC

MARIA LÍVIA PACHÊCO DE OLIVEIRA

**COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E *FAKE NEWS*:
das metodologias de *fact-checking* à auditabilidade do sujeito comum**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da Universidade Federal
da Paraíba, como requisito para a obtenção do
título em Doutora em Ciência da Informação.

APROVADO EM ____ / ____ / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza – PPGCI/UFPB (Orientador)

Profa. Dra. Alzira Karla Araújo da Silva - PPGCI/UFPB (Membro interno)

Profa. Dra. Emeide Nóbrega Duarte - PPGCI/UFPB (Membro interno)

Prof. Henry Pôncio Cruz de Oliveira - PPGCI/UFPB(Membro suplente interno)

Profa. Dra. Lígia Dumont – PPGCI/UFMG (Membro externo)

Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes – PPGCI/UFAL (Membro externo)

Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileito – PPGCOM/UFPB (Membro suplente externo)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 41

Ata da Sessão de Defesa de Tese da Doutoranda **MARIA LÍVIA PACHÊCO DE OLIVEIRA** como requisito para obtenção do grau de Doutora em Ciência da Informação, Área de concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em **Ética, Gestão e Políticas de Informação**.

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte (27/03/2020), às oito horas, na sala virtual do Google Hangouts, conectaram-se através de videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Doutora em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a doutoranda **MARIA LÍVIA PACHÊCO DE OLIVEIRA**. Devido a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e considerando a Portaria Nº 090/GR/REITORIA/UFPB, de 17 de março de 2020, a defesa ocorreu virtualmente através da plataforma Google Hangouts. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dr. Edivanio Duarte de Souza – PPGCI/UFPB (Presidente/Orientador); Dra. Alzira Karla Araújo da Silva - PPGCI/UFPB (Membro Examinador Interno); Dra. Emeide Nóbrega Duarte – PPGCI/UFPB (Membro Examinador Interno); Dra. Lígia Maria Moreira Dumont – UFMG (Membro Examinador Externo); Dr. Marcos Aurélio Gomes – UFAL (Membro Examinador Externo); Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira – PPGCI/UFPB (Suplente Interno) e Dr. Fellipe Sá Brasileiro – UFPB (Suplente Externo). Dando início aos trabalhos, o Professor Dr. Edivanio Duarte de Souza, presidente da banca examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra à candidata para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: **“Competência crítica em informação e fake news: das metodologias de fact-checking à auditabilidade do sujeito comum”**. Após a apresentação a candidata foi arguida na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, o Professor Dr. Edivanio

Duarte de Souza, presidente da banca examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(x) Aprovado () Indeterminado () Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza, presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da tese e da defesa de tese da doutoranda, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 27 de março de 2020.



Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PPGCI/UFPB



Profa. Dra. Alzira Karla Araújo da Silva
Membro Examinador Interno/PPGCI/UFPB

Para Alice.
Pela força que me trouxe ao nascer.
Pela razão de toda a minha coragem.
Pela promessa de que dias melhores irão chegar.

*A dúvida é o princípio da sabedoria.
Aristóteles.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, incondicionalmente, aos meus pais, Margarete e Emmanuel. Dentro de suas possibilidades, me ofertaram o melhor para que eu pudesse estudar. Obrigada por estarem sempre comigo e por terem me dado exatamente o que eu precisava para crescer. Amo vocês!

Minha irmã, Talita, obrigada por me entender e por ser companheira das mesmas dificuldades e das mesmas alegrias! Sorte minha por ter você! Amor eterno.

Meu amado companheiro Maciel Jr, o que eu teria feito se você não estivesse ao meu lado? Obrigada por sempre querer o meu crescimento, por atravessar todas as dificuldades comigo e por acreditar em mim muito mais do que eu mesma! Amo-te!

Minha Alice, é tudo por você! Obrigada por ter vindo, obrigada por me deixar viver com sua pureza e seu amor. Você é minha vida! Amo você até o infinito indo e voltando um milhão de vezes, como sempre te digo.

Agradeço imensamente à minha família: às minhas tias que cuidaram de Alice diversas vezes para que eu pudesse estar na universidade. À minha sogra e meu sogro, por todas as pequenas e grandes bondades que só eles sabem fazer. Aos meus avós, primos e primas, que sempre estão a postos para me ajudar (uma salve para a menina Raíza por me acudir nos escritos). Tenho orgulho da família que somos!

Pessoas abençoadas foram enviadas em meu caminho durante essa trajetória: Aline, Suzy, Paula, Débora, Ulisses e Regina. Vocês me ajudaram a firmar os pés no chão e a enxergar um caminho possível. Gratidão por tudo!

Obrigada as queridas amigas Andréa e Gabi, por serem fortaleza e exemplo de superação diante das adversidades da vida, e por encherem o dia a dia de memes e risadinhas! Agradeço à Wendia, por ser de tudo um pouco e no conjunto da obra ser maravilhosa! Marcília, Dani, Karla e Regina: obrigada por serem mulheres inspiradoras, sou feliz por ter vocês como amigas. Para vocês, todo amor!

Aos meus colegas de trabalho e chefes, agradeço pela empatia e apoio para que eu pudesse concluir este ciclo. Farei o mesmo por cada um de vocês sempre que for preciso.

Aos meus colegas de mestrado e doutorado, em especial ao meu amigo Nonato, agradeço os saberes partilhados e os sufocos vencidos ano após ano. Guardo comigo as lembranças das mãos estendidas e dos choros vividos, pois não esqueço de quem esteve ao meu lado.

Sou imensamente grata a todos os professores que tive, pois, levo um pouco de cada um no exercício da minha profissão. Em especial, agradeço aos professores da banca de avaliação que se dispuseram a contribuir na qualificação e defesa final deste trabalho, esta última em um momento difícil para todos nós. Muito obrigada!

Agradeço ao universo pela grata surpresa de ter sido orientada pelo professor Edivânio Duarte. Não tenho palavras suficientes para agradecer o acolhimento e as orientações feitas com cautela e leveza. Admiro o profissional que és, e ainda mais, seu modo de encarar a vida. Obrigada por me encher de ânimo e por me instigar a ser melhor. Espero poder continuar com esta parceria acadêmica por longos anos! Gratidão!

Meus sinceros agradecimentos ao PPGCI da UFPB, pelo empenho em tornar este Programa sempre melhor. Agradeço a todos os coordenadores e funcionários pelo comprometimento, organização e presteza. Em especial, à Franklin, por sua infinita paciência comigo!

Em tempo, agradeço aos inúmeros amigos, vizinhos, conhecidos da minha rotina, mães dos amiguinhos de Alice e todo e qualquer ser vivo que carinhosamente me perguntava: e o doutorado, acaba quando? Acabo aqui, meus queridos e queridas! Obrigada por toda boa energia enviada!

Obrigada, Senhor, por todas as experiências vividas e por todas as pessoas enviadas em meu caminho. Aos que eu pude retribuir à altura, te agradeço pela oportunidade. Aos que eu não pude, peço a ocasião de fazer por outros o mesmo que um dia recebi. Por vezes, é a única coisa que nos resta: abandonar as queixas, os desafetos e as decepções para que a gratidão transborde.

Agradecer é encher-se do sentimento de paz diante da vida!

Meu muito obrigada!

RESUMO

Os acontecimentos emergentes no cenário informacional permeado por tecnologias digitais desafiam até mesmo os sujeitos considerados competentes em informação. Diante desses fenômenos, considera-se a possível relação entre a competência crítica em informação e as práticas de disseminação de *fake news*, tomando-se como referência de análise as estratégias metodológicas de auditabilidade da informação adotadas por serviços de *fact-checking*. Partiu-se da hipótese de que a urgência de respostas definitivas sobre a veracidade de determinada informação tem progressivamente reduzido o estado de crítica do sujeito e estimulado a circulação de desinformação no formato de *fake news*. O objetivo geral deste estudo foi analisar as estratégias metodológicas de auditabilidade da informação adotadas por serviços de *fact-checking* nas práticas de disseminação de *fake news*, tomando como referência teórica a competência crítica em informação. Nessa perspectiva, pretendeu-se, especificamente, mapear as metodologias de checagem de notícias adotadas por serviços de *fact-checking*; caracterizar as estratégias utilizadas por esses serviços; identificar os elementos recursivos que validam a informação criada e veiculada por meio de comunidades virtuais; e, estabelecer, a partir da competência crítica em informação, elementos determinantes para o trato da informação no ciberespaço. A pesquisa teve como referenciais teóricos discussões sobre a *verdade*, *information literacy* e a *competência crítica em informação*, abordando as questões sobre autonomia e protagonismo social como indispensáveis para o enfrentamento dos problemas de desinformação, aqui especificadas nas *fake news*. Prezou-se pelo desenvolvimento de uma linha de pensamento teórico-conceitual sobre as principais dificuldades de auditabilidade da informação no ciberespaço. Trata-se de uma pesquisa básica estratégica, de nível exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, com utilização das técnicas de observação sistemática e de análise hermenêutica com base na análise de conteúdo. O universo foi composto pelos 65 serviços de *fact-checking* signatários do *International Fact-Checking Network (IFCN)* e a amostra intencional formada por 13 desses serviços. A coleta e a sistematização dos dados foram realizadas por meio das informações sobre as metodologias, publicamente expressas pelos serviços de *fact-checking* e organizadas de acordo com as categorias formuladas à priori. A análise dos dados se deu em torno da identificação dos elementos existentes nas metodologias de *fact-checking* que remontam às formas de concepção de competências em informação, analisando suas características em busca de compreender os principais elementos utilizados para a auditabilidade da informação. As discussões viabilizaram um aprofundamento conceitual sobre a competência crítica em informação, e, com isto, chegou-se aos resultados que apontaram o excesso de evidência como um complicador do processo de auditabilidade, bem como a presença de um componente subjetivo fundamental, a confiança. As metodologias utilizadas na atividade de checagem de fatos se aproximam de maneira mais realística da atuação dos sujeitos no ciberespaço, principalmente dos que não são formalmente considerados competentes em informação, ou seja, que não passaram por ensino ou treinamento que contemplasse especificamente as dimensões abordadas pela *information literacy*.

Palavras-chave: Competência crítica em informação. *Fake News*. *Fact-checking*. Auditabilidade da informação.

ABSTRACT

The emerging occurrences in the informational panorama permeated by digital technologies challenge even the subjects considered competent in information. In view of this phenomenon, the possible relationship between critical information literacy and the disseminating practices of fake news is considered, taking as a reference for analysis the methodological strategies of information auditability adopted by fact-checking agencies. It starts with the hypothesis that the urgency of definitive answers about the veracity of certain information has progressively reduced the subject's critical state and stimulated the circulation of disinformation in the format of fake news. The general objective was to analyze the methodological information auditability strategies adopted by fact-checking agencies in the practice of disseminating fake news, taking as a theoretical reference critical information competence. In this perspective, it specifically aims to map the news checking methodologies adopted by fact-checking services; to characterize the strategies used by these services; to identify the recursive elements that validate the information created and conveyed through virtual communities; and, to establish, based on critical information literacy, determining elements for the treatment of information in cyberspace. The research has as theoretical references discussions about the truth, information literacy and critical information literacy, addressing the issues of autonomy and social protagonism as indispensable for facing the problems of disinformation, specified here in the fake news. It was decided to develop a theoretical-conceptual thinking about the main difficulties in auditing information in cyberspace. It is a basic strategic research, of an exploratory-descriptive level, with a qualitative approach, using the techniques of systematic observation and hermeneutical analysis based on content analysis. The universe consisted of the 65 fact-checking services signatory to the International Fact-Checking Network (IFCN) and the intentional sample was formed by 13 of these services. The collection and systematization of the data were carried out through information about the methodologies, publicly expressed by the fact-checking services and organized according to the categories formulated a priori. The analysis of the data took place around the identification of the existing elements in the fact-checking methodologies that reminds the forms of conception of competences in information, analyzing its characteris TIC in search of understanding the main elements used for the auditability of the information. The discussions enabled a conceptual deepening on the critical information literacy, and, with that, the results were reached pointed to the excess of evidence as a complicator of the auditability process, as well as the presence of a fundamental subjective component, the trust. The methodologies used in the fact-checking activity approximate more realistically to the performance of subjects in cyberspace, especially those who are not formally considered competent in information, that is, who have not undergone education or training that specifically contemplated the dimensions addressed by information literacy.

Keywords: Critical information literacy. Fake News. Fact-checking. Information auditability.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Processo de construção de uma notícia falsa.....	93
Imagem 2	Print da verificação do serviço <i>Chequeado</i>	140
Imagem 3	<i>Print</i> das chamadas de verificação do serviço <i>RMIT ABC Fact Check</i>	141
Imagem 4	Notícia falsa veiculada sobre pavimentação de rodovia	143
Imagem 5	Suposto <i>print</i> de uma página de notícias	148
Imagem 6	Foto manipulada de agressão entre militantes políticos	149
Imagem 7	Notícia falsa com a foto do presidente da Guiné Equatorial	150
Imagem 8	Notícia falsa atribuída a Haddad	151
Imagem 9	<i>Print</i> de vídeo com contexto modificado	152
Imagem 10	Foto retrata público real em manifestação	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos essenciais da pesquisa	26
Quadro 2	Lista de tópicos de padrões, diretrizes e estruturas da ACRL	68
Quadro 3	Relação entre objetivos específicos e direcionamentos analíticos	101
Quadro 4	Composição do universo e da amostra	106
Quadro 5	Serviços de checagem que compõem a amostra	107
Quadro 6	Categorias adotadas na coleta de dados	109
Quadro 7	Estrutura de organização dos dados sobre as metodologias dos serviços de checagem	110
Quadro 8	Estrutura de organização dos dados sobre o comparativo entre elementos da ACRL e as metodologias de checagem	111
Quadro 9	Metodologia de análise do serviço <i>Africa Check</i>	114
Quadro 10	Metodologia de análise do serviço <i>The Washington Post</i>	116
Quadro 11	Metodologia de análise do serviço <i>Animal Político – El Sabueso</i>	118
Quadro 12	Metodologia de análise do serviço <i>Chequeado</i>	120
Quadro 13	Metodologia de análise do serviço <i>Agência Lupa</i>	121
Quadro 14	Metodologia de análise do serviço <i>Aos Fatos</i>	123
Quadro 15	Metodologia de análise do serviço <i>Estadão Verifica</i>	124
Quadro 16	Metodologia de análise do serviço <i>BOOM</i>	125
Quadro 17	Metodologia de análise do serviço <i>Digiteye India</i>	127
Quadro 18	Metodologia de análise do serviço <i>Factly Media & Research</i>	128
Quadro 19	Metodologia de análise do serviço <i>Newtral</i>	130
Quadro 20	Metodologia de análise do serviço <i>FactCheckNI</i>	131
Quadro 21	Metodologia de análise do serviço <i>RMIT ABC Fact Check</i>	133
Quadro 22	Elementos de validação da informação	146
Quadro 23	Perspectiva analítica da competência em informação da ACRL e serviços de <i>fact-checking</i>	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRL	<i>Association of College and Research Libraries</i>
AEPPSP	Associação dos Especialistas de Políticas Públicas de São Paulo
ALA	<i>American Library Association</i>
AMI	<i>Alfabetização Midiática e Informacional</i>
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DNA	<i>Deoxyribonucleic Acid (Ácido Desoxirribonucleico)</i>
EUA	Estados Unidos da América
FEBAB	Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFCN	<i>International Fact-Checking Network</i>
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
MIL	<i>Media and Information Literacy</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	ETIMOLOGIAS E PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS DA “VERDADE”: DA SOBREVIVÊNCIA DOS PRIMEIROS TEMPOS À INFORMAÇÃO EM REDES VIRTUAIS	29
3	A INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE: EXCLUSÃO, INCLUSÃO E AUTONOMIA DO SUJEITO	46
3.1	O contexto complexo da informação: do acesso básico à busca pela autonomia	48
3.2	Pós-modernidade e pós-verdade: dilemas da informação em rede	56
4	COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: UM OLHAR PARA ALÉM DOS AMBIENTES FORMAIS DE ENSINO	65
4.1	<i>Information Literacy</i> : percurso conceitual e suas implicações na formação de uma competência crítica	66
4.2	Competência crítica em informação: caminhos para uma abordagem não prescritiva	76
5	<i>FAKE NEWS</i> E <i>FACT-CHECKING</i> : DESAFIOS PARA A AUDITABILIDADE DA INFORMAÇÃO.....	83
5.1	O papel do <i>fact-checking</i> no cenário informacional	87
5.2	Da notícia às <i>fake news</i> : a disciplina da verificação e o legado à auditabilidade do usuário comum	92
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	100
6.1	Caracterização da pesquisa	100
6.1.1	<i>Quanto aos objetivos</i>	101
6.1.2	<i>Quanto aos métodos e técnicas empregados</i>	102
6.1.3	<i>Quanto ao objeto de pesquisa</i>	102
6.2	Universo e amostra da pesquisa	104
6.2.1	<i>Quanto ao universo</i>	105
6.2.2	<i>Quanto à amostra</i>	106
6.3	Coleta e sistematização de dados da pesquisa	107
6.3.1	<i>Quanto à coleta dos dados</i>	108
6.3.2	<i>Quanto à organização dos dados</i>	110
6.4	Análise e discussão dos resultados da pesquisa	111
7	METODOLOGIAS DE CHECAGEM: ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELOS SERVIÇOS	

	CHECADORES.....	113
7.1	Metodologias dos <i>fact-checking</i>	113
7.1.1	<i>Serviço de checagem Africa Check</i>	114
7.1.2	<i>Serviço de checagem The Washington Post.....</i>	115
7.1.3	<i>Serviço de checagem Animal Político – El Sabueso.....</i>	117
7.1.4	<i>Serviço de checagem Chequeado.....</i>	119
7.1.5	<i>Serviço de checagem Agência Lupa.....</i>	121
7.1.6	<i>Serviço de checagem Aos fatos.....</i>	122
7.1.7	<i>Serviço de checagem Estadão Verifica.....</i>	124
7.1.8	<i>Serviço de checagem BOOM.....</i>	125
7.1.9	<i>Serviço de checagem Digiteye India.....</i>	126
7.1.10	<i>Serviço de checagem Factly Media & Research.....</i>	128
7.1.11	<i>Serviço de checagem Newtral.....</i>	129
7.1.12	<i>Serviço de checagem FactCheckNI.....</i>	131
7.1.13	<i>Serviço de checagem RMIT ABC Fact Check.....</i>	132
7.2	Estratégias de checagem de informações	134
7.2.1	<i>Seleção do conteúdo a ser analisado.....</i>	135
7.2.2	<i>Consulta à fonte original</i>	138
7.2.3	<i>Consulta a dados públicos</i>	139
7.2.4	<i>Contextualização</i>	142
7.3	Elementos para a validação de informação	145
7.3.1	<i>Elementos textuais</i>	146
7.3.2	<i>Elementos imagéticos</i>	147
7.4	Elementos condicionantes para a auditabilidade da informação	155
7.4.1	<i>Eixo 1: Autoridade</i>	156
7.4.2	<i>Eixo 2: Processo informacional</i>	159
7.4.3	<i>Eixo 3: Valor da informação</i>	161
7.4.4	<i>Eixo 4: Pesquisa</i>	163
7.4.5	<i>Eixo 5: Aprendizado</i>	165
7.4.6	<i>Eixo 6: Exploração</i>	167
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
	REFERÊNCIAS	180
	APÊNDICE A - LISTAGEM DOS SERVIÇOS DE CHECAGEM - PAÍS DE ORIGEM, LÍNGUA E ENDEREÇO	

ELETRÔNICO	188
APÊNDICE B - LISTAGEM DOS SERVIÇOS DE CHECAGEM - CONTINENTE E IDIOMA	191

1 INTRODUÇÃO

O grande fluxo informacional certamente é uma das características mais marcantes da sociedade contemporânea, principalmente em virtude do desenvolvimento tecnológico, potencializador de tal fenômeno. O acesso à informação passou a demandar o acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), e, portanto, tem-se tornado um desafio mundial garantir acesso às TDIC e à informação enquanto uma premissa básica para o desenvolvimento social e humano.

Instantaneidade, conexão permanente, colaboração e produção contínua são palavras-chave para a problematização da atual conjuntura do ciberespaço, o qual permite que todo usuário seja, em potencial, um produtor de informação. Do ponto de vista social, sob o viés democrático, há um ganho incomensurável para a cidadania, pois as pessoas possuem formas diversas de manuseio da informação, tanto em relação ao acesso quanto às possibilidades de instauração do diálogo público (SERRA, 1998).

Este processo não necessariamente permite uma participação social legítima, tendo em vista fatores de desordenamento da informação em tal ambiência virtual. Estes fatores encontram-se em torno do excesso informacional, da confiabilidade da informação em rede, da manipulação da informação e das habilidades necessárias para que o sujeito transite entre as inúmeras formas em que a informação pode se apresentar.

As pessoas buscam se comunicar com mais rapidez e através de recursos variados: palavras, ícones, imagens, áudios e vídeos. Porém, este espaço informacional e comunicacional está permeado por forças culturais, econômicas e políticas, que retroalimentam as interações existentes, não se tratando, portanto, de uma forma neutra ou desinteressada de fluxo informacional.

Uma vez parte desse contexto, o sujeito é impelido à participação – seja ela ativa ou passiva, o que altera suas concepções acerca dos mais diversos temas, bem como ele próprio é um elemento importante neste ciclo, na medida em que expressa sua opinião ou apenas demonstra sua reação a outras ideias. São movimentos simples, sutis e aparentemente irrelevantes que contribuem para uma constante formação ideológica dos envolvidos.

Usuários independentes, empresas, organizações não-governamentais, governos, instituições, artistas, profissionais, corporações midiáticas, entre muitos outros, estão em um único lugar, com interesses diversos em um fluxo informacional gigantesco. Este é um esboço de como o ciberespaço tem se apresentado, e, com ele, repensa-se a questão da informação como um elemento de liberdade, de desenvolvimento humano, social e econômico, pois,

questiona-se a aparente democracia digital, que, por vezes, apresenta características de uma nova mídia massiva.

Estudos e pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento procuram contribuir para a redução da significativa desigualdade sofrida por grande parte da população mundial - aqueles considerados excluídos do acesso à informação, especialmente via tecnologias. Entende-se que o trato com as TDIC exige uma postura crítica, que se refere à negação de vertentes de pensamento extremistas, tanto em relação às benfeitorias que tais tecnologias proporcionam quanto ao temor de suas consequências negativas, principalmente acerca da perda do controle humano a propósito de tais efeitos.

A Ciência da Informação, ao considerar o estudo do fenômeno informacional em um contexto social e, principalmente, atrelado ao desenvolvimento humano, é receptiva aos estudos da informação nos novos espaços informacionais mediados por tecnologias digitais, pois se entende que, independentemente do meio, sua responsabilidade social enquanto ciência está majoritariamente relacionada com as formas de acesso e uso da informação em prol do crescimento individual e coletivo dos sujeitos. Dessa forma, este estudo centra-se na teórica crítica da Ciência da Informação, que, segundo Araújo (2009), é uma das correntes teóricas dessa área que possui foco nas humanidades, englobando as perspectivas sociais e buscando a compreensão da informação a partir de sua historicidade.

As inúmeras TDIC, que são símbolos do livre acesso à informação, tornam necessária a reflexão sobre como os sujeitos fazem uso da informação neste contexto, e, principalmente, como podem ser protagonistas (GOMES, 2019) nos processos relacionados à informação. Essas considerações remetem ao pensamento de Saracevic (1996, p. 42), quando afirma que “[...] a CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia.” Discutir as potencialidades das TDIC e da informação nas atividades que promovem a inclusão social de modo que os sujeitos ajam competentemente frente aos fenômenos informacionais, é um dos eixos norteadores deste estudo.

Neste sentido, o conceito de *information literacy* - em português, competência em informação - é amplamente discutido e implementado em estudos e projetos que visam contribuir com a problemática de acesso, uso, criação e compartilhamento da informação via TDIC. Muito embora o tema pareça ter surgido em consequência do desenvolvimento dessas tecnologias, sua discussão possui início antes da década de 80, precedendo assim o *boom* tecnológico e não estando exclusivamente ligado a elas, mas ao desenvolvimento de

habilidades que permitam a livre utilização da informação em seus diversos formatos e suportes.

Como exemplo concreto de um fenômeno emergente difícil de lidar, estão as notícias falsas, ou *fake news*¹. Muito embora a manipulação da informação não seja novidade, tendo a história testemunhado casos robustos de alteração de dados, fotos e vídeos, o diferencial do impacto das *fake news* consiste em sua rápida propagação, sua produção desafixada de um ponto central e da dificuldade em identificar sua ilegitimidade.

Diante de tal fenômeno, debate-se sobre as características proeminentes das *fake news* tendo como aporte teórico a Ciência da Informação em suas discussões sobre a competência em informação, especialmente a respeito da competência crítica em informação (ELMBORG, 2012), visto que essa tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação”.

Na Ciência da Informação, a competência em informação é tema discutido em artigos, livros, fóruns e seminários, nos âmbitos internacional e nacional. Organizações internacionais como a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) e a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e nacionais, como a Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) têm lançado suas contribuições na formulação de políticas e ações em torno do tema, englobando assuntos emergentes da relação entre acesso à informação e à mídia (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Os estudos sobre competência em informação, em suas diversas facetas e delineamentos, visam à compreensão de habilidades e atitudes necessárias para que os sujeitos ajam com autonomia no contexto da informação. Contudo, tal autonomia deve afastar-se do individualismo, pois, faz-se primordial versar sobre as capacidades de cooperação entre os indivíduos e sobre a construção colaborativa da informação.

Termos diversos são utilizados a partir do conceito central da *information literacy*, como exemplo da competência midiática enquanto um conceito a ser trabalhado em conjunto com a competência em informação, derivando o mesmo da intensa convergência das mídias no que concerne ao fluxo de informações no ambiente digital. A intensidade em que as

¹ Importante salientar que o conceito da palavra inglesa *news* (novidades, notícias), no sentido midiático, abrange outros gêneros jornalísticos além das notícias, como a reportagem e a entrevista.

peças passaram a estar conectadas via Internet tem causado saturação informacional, e, neste sentido, o estudo da competência em informação necessita de um delineamento específico em tais mídias, fato este que amplia o campo de discussão da competência em informação sob o ponto de vista das mídias digitais.

Ainda mais recentemente, tem-se discutido uma concepção da competência em informação desenvolvida em um entendimento mais abrangente: a competência crítica em informação (BEZERRA, 2015; ELMBORG, 2012). Uma das características mais marcantes da competência crítica em informação é seu caráter menos prescritivo, que tece críticas aos *standards*², *guidelines*³ e *frameworks*⁴ desenvolvidos em estudos da *information literacy* e seus derivados. Muito embora a competência crítica em informação tenda a problematizar a formalização de competências através de diretrizes, padrões e modelos, reconhece-se a importância dos mesmos, no sentido de que, do ponto de vista teórico-conceitual, há um arcabouço aceito, em grande medida, e que tem se firmado ao longo dos anos como essencial para a discussão dos novos desafios informacionais, e que, portanto, deve servir de aporte central mesmo quando se pretenda o aprofundamento de sua crítica.

Nota-se uma adequação das críticas feitas pelos adeptos da competência crítica em informação em virtude dos desafios contemporâneos que ocorrem por meio das TDIC, visto que, devido à grande expansão de tais tecnologias, o acesso a elas se tornou massivo, alcançando não somente os indivíduos que participam – ou participaram em algum momento de suas vidas, de qualquer tipo de ensino formal que contemplasse as habilidades para o trato com a informação.

A competência crítica em informação representa uma linha conceitual que possibilita a reflexão das competências em informação para além das vias formais de ensino, bem como é um ponto de partida para um aprofundamento teórico-conceitual sobre a questão das competências, visto que estas possuem uma natureza prática-aplicada em virtude das instituições e dos grupos profissionais que deram vazão a seu conceito e às suas práticas.

Em um movimento de convergência dos elementos “informação”, “tecnologias da informação e comunicação”, “ciberespaço” e “competência em informação”, diversos são os fenômenos e práticas existentes na rede digital, apresentando um vasto campo de pesquisa a ser explorado sob o aporte teórico da Ciência da Informação. Isto porque as práticas em informação que ocorrem no ciberespaço afetam cotidianamente as relações sociais, seja de

² Padrões, formatos.

³ Guias, parâmetros.

⁴ Conjunto de conceitos, arcabouço conceitual.

forma ativa, planejada e consciente – sob o viés do produtor da informação, por exemplo - ou apenas a partir do ponto de vista do receptor (que imediatamente pode se tornar produtor) da informação: ambos necessitam de uma série de habilidades e atitudes para o trato dessa informação para que de fato sejam geradas mudanças sociais voltadas à partilha do saber, à construção da cidadania e à redução das desigualdades sociais, sobretudo em termos de educação, acesso à cultura e ao bem estar social como um todo.

Além disso, as práticas informacionais no ciberespaço encontram um grande problema: a desinformação, que, em linhas gerais, é uma informação deliberadamente enganosa ou comprovadamente falsa, criada sob um propósito específico. Não está sendo suficiente ter um grau mediano de competência em informação. Saber identificar fontes e checar referências antes de atribuir credibilidade à informação tem se tornado uma tarefa árdua, pois a informação falsa bem produzida possui uma rede de falsas informações que a acompanha, como o uso de *sites* falaciosos, imagens construídas, autores e instituições de renome utilizados apenas para ludibriar o leitor, e assim por diante; tudo está disponível para uma checagem superficial da informação, tomando como aliada à urgência pela informação e instantaneidade das discussões e questionamentos, pois, como bem alerta Bourdieu (1997), não se pode pensar na urgência.

Bourdieu (1997) refere-se à relação tempo-pensamento. A urgência individual encontra sínteses prontas, possibilitando o sujeito a “entender” instantaneamente o que está acessando. Essas ideias feitas representam uma verdadeira agressão ao direito do cidadão de pensar, questionar, contrapor fatos e de se manifestar. O autor, neste texto, tratava pontualmente sobre a TV e o jornalismo, questionando a mídia como um elemento de manipulação da verdade, crítica esta passível de ser estendida ao ciberespaço. De modo geral, atenta para a influência das questões ideológicas perpetradas pelos poderes sociais dominantes, que possuem o intuito deliberado para a manipulação das massas em um movimento contínuo de conservação do poder.

Esta visão será mantida ao longo deste estudo, evitando-se um olhar demasiadamente otimista em torno das práticas informacionais no ciberespaço, pois, muito embora seja reconhecida sua importância e seus efeitos tangíveis no cotidiano - a exemplo das facilidades em comunicação interpessoal e da possibilidade de instauração do diálogo democrático - as práticas informacionais em rede podem também ser instrumentos de alienação e controle da informação, mesmo parecendo existir em um ambiente livre e democrático, sem as “amarras” dos grandes conglomerados midiáticos ou a serviço de governos e do mercado.

A partir do aporte teórico da Ciência da Informação, tais questões são passíveis de análise, pois estão de acordo com o valor social da informação e dos impactos diretos nas relações humanas. O acesso e o uso da informação por meio das TIC têm suscitado em um volume informacional de proporção nunca antes visto pela humanidade. Muito embora esse acesso não seja livre, ilimitado ou gratuito – e que isto acarreta um *gap* entre “incluídos” e “excluídos” – volta-se a uma problemática que está em um nível acima do acesso às TDIC: as competências em informação para o trato da informação em suportes tecnológicos.

Tal recorte temático não pretende presumir que a questão primária de acesso básico às TDIC esteja solucionada, todavia, é perceptível o intenso uso de aparatos tecnológicos com acesso à Internet, tais quais os *smartphones* e *tablets*, que, em níveis variados de qualidade e tecnologia, têm se tornado objetos presentes no dia a dia da população brasileira.

Barreto (1994, p. 3), contribui para o entendimento sobre a informação a partir dessa perspectiva afirmando que, “[...] quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que vive.” Mais importante do que o uso da tecnologia é a interação entre os sujeitos, fator fundamental para intervenções nos processos de produção, organização e disseminação da informação, propiciando uma atmosfera favorável para questionamentos, interferências e mudanças no que diz respeito à informação e aos meios que a difundem.

Considerando o panorama exposto, reconhece-se que o ciberespaço em suas inúmeras possibilidades de arranjos informacionais oportuniza à sociedade melhores condições em termo de acesso e quantidade de informação, todavia, esta infraestrutura disponível para a informação tem alavancado a disseminação de desinformação em geral, aqui, especificada como as *fake news*. Neste estudo, as *fake news* correspondem a uma informação criada com o intuito deliberado de ludibriar, enganar, contradizer e confundir. Elas são consideradas um tipo de desinformação, e diferenciam-se de gêneros como sátiras, charges, paródias e outras manifestações pautadas no humor ou na ironia. Deste modo, questionam-se os seguintes pontos com relação às *fake news*: É possível auditar a informação em rede? Que elementos são utilizados pelos checadores para a análise da informação? A competência em informação é capaz de prover subsídios suficientes para o trato com as *fake news*? Em síntese, questiona-se: Como as metodologias profissionais de checagem de fatos e o aprendizado de competências em informação podem contribuir com o entendimento de formas de auditabilidade da informação em rede pelo sujeito comum?

A escolha da competência crítica para tratar das *fake news* recai pontualmente sobre a seguinte situação: sujeitos considerados competentes em informação, se analisados sob os critérios dispostos nos *frameworks* das competências em informação em seus formatos tradicionais, nem sempre estão aptos para lidar com a formatação da informação falsa, sendo vítimas de manipulação, a despeito de suas habilidades até então consideradas suficientes.

Para tal, são utilizadas como base as metodologias de serviços de *fact-checking* signatárias do *International Fact-checking Network* (IFCN), possibilitando uma reflexão prática-analítica do fenômeno, com vias a um aprofundamento teórico sobre a competência crítica em informação e as possibilidades de auditabilidade da informação pelo sujeito comum.

Os serviços de *fact-checking* realizam uma checagem de informações de uma notícia/discurso em circulação, confrontando dados, imagens, relatos, entre outros, para que o fato seja classificado como verdadeiro ou falso, ou receba outras qualificações intermediárias. A escolha da utilização destas metodologias de checagem se justifica pelo fato de que estão mais próximas do fenômeno em análise, ou seja, estão lidando concreta e diretamente com as *fake news*, sem intermediários formais como currículos escolares e políticas públicas, o que permite a elaboração de uma análise crítica sobre a literatura recorrente sobre as competências em informação e o fenômeno selecionado propriamente dito.

Com efeito, considera-se que as metodologias utilizadas na atividade de checagem de fatos se aproximam de maneira mais realística com a atuação dos sujeitos no ciberespaço, principalmente dos que não são formalmente considerados competentes em informação, ou seja, que não passaram por ensino ou treinamento que contemplassem especificamente as dimensões abordadas pela *information literacy*.

Guias, cartilhas, manuais, dicas e campanhas de como identificar informações falsas, distorcidas e descontextualizadas são encontrados facilmente, tanto no próprio ambiente virtual quanto em escolas, eventos e, principalmente, advindas dos meios massivos tradicionais de comunicação. Dada a devida importância a tais ações e as suas benesses, enfatiza-se que a este estudo cabe um pensar menos prático, na medida em que se problematize as causas da dificuldade da auditabilidade da informação no ciberespaço.

A palavra auditabilidade advém do termo em inglês *auditability*, e se refere a uma série de fatores que promovem confiança em algo, como em um sistema ou na informação. Diz respeito à qualidade de se poder analisar metodicamente determinado elemento, resultando em práticas explicativas de modo a realizar uma análise crítica das informações fornecidas.

A tese parte do pressuposto de que, embora não haja como auditar com precisão e rapidez a informação circulante com caráter de desinformação, há indícios nas metodologias de *fact-checking* e na literatura sobre competência informacional que são capazes de promover avanços teóricos e conceituais para o fenômeno em curso. Assim, supõe-se que, a partir das metodologias de *fact-checking* e da literatura sobre competência em informação, é possível identificar as dificuldades e as oportunidades em torno da auditabilidade da informação realizada por sujeitos comuns.

Os resultados decorrentes desta pesquisa possibilitam a identificação das limitações e potencialidades dos sujeitos no trato com a informação no ambiente digital, o que se faz essencial para o aprofundamento teórico da competência em informação e para a reflexão sobre práticas que estimulem os indivíduos a desenvolver formas de apropriação e uso da informação via TDIC. Considera-se que, diante do “estado da arte” do tema, não se faz possível uma mudança conceitual brusca, isto é, reconhece-se como essencial a manutenção da literatura sobre *information literacy* vigente, amplamente pautada em diretrizes, para que assim seja possível um olhar mais aprofundado e irrestritamente crítico.

Este estudo alcança sua importância no esforço teórico de trabalhar a competência em informação no ciberespaço, entendendo tal interesse como imprescindível para o crescimento humano e social. E, considerando a área da Ciência da Informação, propostas como esta representam o empenho para a construção de possibilidades conceituais, visto que o tema em análise está sujeito a constantes alterações, e, com isto, o referencial teórico está em aprofundamento ininterrupto.

A adequação de tal temática à Ciência da Informação dá-se por sua caracterização de natureza social, sendo as propriedades gerais da informação seu objeto de estudo. De tal modo, a informação é discutida com relação à sua natureza, sua concepção e seus efeitos, por meio da análise dos seus processos de construção, de suas formas de comunicação e dos variados tipos de uso, bem como todos os produtos e sistemas que são fundamentais para que tais processos ocorram (LE COADIC, 2004).

Os trabalhos em Ciência da Informação que abordam o tema competência em informação e suas possibilidades de discussão sobre as *fake news* são ainda reduzidos. Portanto, a importância de iniciativas de estudos como este se alia a uma emergente significância do tema no contexto social e teórico-científico, o que garante um desenvolvimento pertinente à área.

Em relação à contribuição para a sociedade, ressalta-se que acessar, analisar, utilizar e produzir informação no contexto das tecnologias é um direito imperativo, visto que, segundo

Lima e Machado (2004, p. 1), “[...] a capacidade de acesso e uso da informação vem se consolidando como principal elemento para o desenvolvimento econômico e social, além de requisito para o exercício da cidadania.”

A partir da certeza de que a informação é um ativo de primeira importância na manutenção da sociedade em rede e de que esta sociedade está estruturada em uma lógica globalizada desigual, compreende-se que se faz necessário proporcionar acesso à informação através dos suportes tecnológicos, sobretudo considerando que mais importante que este acesso é seu uso consciente.

Para tal, os sujeitos devem desenvolver habilidades necessárias para que se possa utilizar a informação de forma a modificar seu *status* de atuação dentro dessa sociedade em rede. Isso exige esforços em conjunto, em que a colaboração entre as partes é fundamental para que se pensem formas de reduzir as diferenças sociais. De igual modo, a desinformação, atualmente personificada e atuante através das *fake news*, torna ainda mais inatingível o objetivo de que a informação seja tal elemento de desenvolvimento.

A informação como um “insumo estratégico” não deve servir apenas aos interesses econômicos das grandes corporações, mas como a fonte de mobilização social, por meio da educação, da instauração do diálogo, do debate e da participação política. O desenvolvimento de uma nova forma de organização social deve prever formas de combate às desigualdades sociais, bem como do fortalecimento de um crescimento sustentável e globalizado de maneira mais equilibrada.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo geral *analisar as estratégias metodológicas de auditabilidade da informação adotadas por serviços de fact-checking nas práticas de disseminação de fake news tomando como referência teórica a competência crítica em informação.*

Buscando a execução do estudo, objetiva-se, especificamente:

- a) Mapear as metodologias de checagem de informações adotadas por serviços de *fact-checking*;
- b) Caracterizar as estratégias utilizadas por esses serviços de *fact-checking*;
- c) Identificar os elementos recursivos que validam a informação criada e veiculada por meio de comunidades virtuais; e,
- d) Estabelecer, a partir da competência crítica em informação, elementos determinantes para o trato da informação no ciberespaço.

Sinteticamente, apresentam-se, no Quadro 1, os elementos essenciais para o desenvolvimento do estudo e suas respectivas descrições.

Quadro 1 – Elementos essenciais da pesquisa

ELEMENTO	DESCRIÇÃO
Problema	Como as metodologias profissionais de checagem de fatos e o aprendizado de competências em informação podem contribuir com o entendimento de formas de auditabilidade da informação em rede pelo sujeito comum?
Pressuposto	Embora não haja como auditar com precisão e rapidez a informação circulante com caráter de desinformação, há indícios nas metodologias de <i>fact-checking</i> e na literatura sobre competência informacional que são capazes de promover avanços teóricos e conceituais para o fenômeno em curso.
Hipótese	A urgência de respostas definitivas sobre a veracidade de determinada informação tem progressivamente reduzido o estado de crítica do sujeito e estimulado a circulação de desinformação no formato de <i>fake news</i> .
Objetivo geral	Analisar as estratégias metodológicas de auditabilidade da informação adotadas por serviços de <i>fact-checking</i> nas práticas de disseminação de <i>fake news</i> tomando como referência teórica a competência em informação.
Objetivo específico “a”	Mapear as metodologias de checagem de informações adotadas por serviços de <i>fact-checking</i> .
Objetivo específico “b”	Caracterizar as estratégias utilizadas por esses serviços de <i>fact-checking</i> .
Objetivo Específico “c”	Identificar os elementos recursivos que validam a informação criada e veiculada por meio de comunidades virtuais.
Objetivo Específico “d”	Estabelecer, a partir da competência crítica em informação, elementos condicionantes para o trato da informação no ciberespaço.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Esta tese está organizada em oito seções. Na corrente seção, *Introdução*, aborda-se a contextualização do tema, a justificativa da pesquisa, a formulação da hipótese e os objetivos.

Na segunda seção, *Etimologias e perspectivas filosóficas da “verdade”: da sobrevivência dos primeiros tempos à informação em redes virtuais*, discute-se como o significado etimológico da palavra “verdade” repercute em seu significado, bem como é realizado um breve levantamento das principais correntes filosóficas sobre o tema. O intuito é refletir a problemática da verdade em relação à proliferação em rede de desinformação e de *fake news*.

Na terceira seção, *A informação na sociedade em rede: exclusão, inclusão e autonomia do sujeito*, discute-se a relação da perspectiva social da Ciência da Informação, incorporando a questão da pós-modernidade e o conceito de pós-verdade, esse último que vem se tornando uma expressão recorrente, principalmente em relação ao ciberespaço.

Na quarta seção, *Competência crítica em informação: um olhar para além dos ambientes formais de ensino*, faz-se uma revisão da literatura sobre *information literacy*, para que se compreenda o contexto do seu surgimento e dos desdobramentos decorrentes de sua teorização e de sua aplicação prática. O conhecimento sobre as entidades promotoras de estudos da competência em informação e das possíveis razões sociais que servem de suporte ao seu desenvolvimento são essenciais para entendimento das discussões na área acadêmica, principalmente no que tange à adoção de diretrizes, guias e modelos. Neste sentido, a competência crítica em informação é um ponto de partida para que se discuta as competências em informação para além dos ambientes formais de ensino, considerando que o sujeito informacional necessita de tais competências – e as desenvolvem na prática, independentemente de treinamento e formação.

Na quinta seção, *Fake news e fact-checking: desafios para a auditabilidade da informação*, aborda-se especificamente as características acerca do fenômeno das *fake news*, que, apesar de não ser recente, está sob variáveis não antes presenciadas, como a Internet e as redes sociais virtuais. A presença massiva dos sujeitos no ciberespaço e nos processos informacionais tem atribuído uma nova tônica às notícias falsas, pois as mesmas surgem e se disseminam de variadas formas, sem possibilidade de controle ou de previsão. Neste sentido, surge a preocupação de promover credibilidade e segurança sobre informações de grande impacto social, o que tem impulsionado o serviço de checagem profissional de fatos, conhecido como *fact-checking*. Ainda nesta seção, discute-se o termo “auditabilidade” em sua relação com as competências em informação.

Na sexta seção, *Procedimentos metodológicos*, descrevem-se as estratégias utilizadas para analisar o objeto de pesquisa com vias ao cumprimento dos objetivos propostos. Fez-se uso da pesquisa documental com utilização das técnicas de observação sistemática e de análise hermenêutica com base na análise de conteúdo. Foram analisados treze serviços de checagem, presentes em cinco continentes e em três idiomas distintos – português, inglês e espanhol – pertencentes a uma rede internacional de checadores de fatos.

A sétima seção, *Metodologias de checagem: análises e discussões dos procedimentos adotados pelos serviços checadores*, propondo um diálogo permanente com o referencial teórico e apontando as inferências que suscitam no desenvolvimento de relações teórico-conceituais.

Na oitava e última seção, *Considerações finais*, apresenta-se a síntese da pesquisa, com ênfase para as propostas apresentadas e suas respectivas conclusões. Ademais, pontua-

se o que se compreende como avanço teórico do problema analisado e suas possibilidades de aprofundamento e novos estudos.

Em suma, esta discussão considera que há na sociedade uma súbita conquista de “autonomia” para o uso da informação, em que os sujeitos se encontram de posse de ferramentas tecnológicas que possibilitam a inserção no ciberespaço, atuando a partir de inúmeras opções de “verdades” disponíveis. Neste cenário, os sujeitos interagem, a despeito de suas posições sociais e níveis educacionais, em um contínuo movimento de convergência e divergência.

Neste ínterim, desenvolvem suas próprias habilidades para o trato da informação, sendo ou não considerados competentes em informação na perspectiva formal do termo. O aprofundamento das conceituações de pós-verdade se faz indispensável para a compreensão de como as pessoas estão resignificando a verdade e de como o ciberespaço é um lugar fértil para a propagação de notícias falsas, descontextualizadas e manipuladas.

Compreende-se que está em curso um processo auto formativo de competências em informação, em múltiplos sentidos e com objetivos diversos, ou seja, não há como presumir uma tendência única para as formas de desenvolvimento de competências éticas, moralmente construídas e focadas no desenvolvimento humano e social. Portanto, as *fake news* são um produto indesejável de competências em informação com vias à desordem social, ao desajuste e à manipulação da realidade, fato este que justifica a urgência de aprofundamento de estudo e pesquisas sobre esse fenômeno.

2 ETIMOLOGIAS E PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS DA “VERDADE”: DA SOBREVIVÊNCIA DOS PRIMEIROS TEMPOS À INFORMAÇÃO EM REDES VIRTUAIS

Instaurada a realidade virtual, entre as décadas de 80 e 90 do século passado, construída e mantida por uma rede tecnológica nunca antes registrada na história da humanidade, em que o volume de informação circulante alcança velocidade de deslocamento ultrarrápida, o indivíduo tende a acreditar que este é o momento mais significativo da história de sua espécie, visto sua extensa capacidade de aprimoramento da linguagem e da comunicação, primordiais para o desenvolvimento de qualquer área.

De certa maneira, este raciocínio possui argumentos plausíveis, e o maior deles é que a conquista do mundo pelo *Homo sapiens* se deu, majoritariamente, pela sua linguagem única (HARARI, 2015). Com efeito, quanto mais aperfeiçoado o sistema linguístico e comunicativo, mais os humanos desempenham tarefas minuciosas – como a criação da informática com seus *bits e bytes* percorrendo caminhos invisíveis aos olhos.

As preocupações em torno da capacidade de lidar com o volume informacional incomensurável e sobre os desdobramentos sociais das relações humanas em decorrência desse excesso de informação não são, todavia, privilégios da contemporaneidade. Reconhece-se que o desenvolvimento atual não faria sentido se os nossos antecedentes tivessem falhado em sua empreitada de sobrevivência, sendo a linguagem o elemento crucial desta fase.

O poder linguístico e persuasivo do *Homo sapiens* o fez habitar, povoar e desenvolver vários continentes, exercendo controle e poder sob as demais espécies. Esta não é apenas mais uma característica da espécie humana que habita a terra, e sim a particularidade mais significativa, conhecida como a Revolução Cognitiva, ocorrida entre 70 e 30 mil anos atrás, sendo atribuída a uma mutação genética no DNA - ácido desoxirribonucleico, em português - da espécie (HARARI, 2015). Esta é a primeira teoria que explica o salto cognitivo alcançado pelos *sapiens*.

Para além da comunicação básica – àquela que permite a realização de tarefas corriqueiras como se proteger de um perigo ou se alimentar, a forma peculiar da linguagem humana propiciou aos sujeitos um refinamento cognitivo que os distancia, em termos de desenvolvimento intelectual, das demais espécies. Não sendo a primeira nem a única forma de linguagem existente (abelhas, formigas, macacos e papagaios já contaram esta parte), tal linguagem se sobrepôs, segundo a seguinte questão:

Uma segunda teoria concorda que nossa linguagem singular evoluiu como um meio de partilhar informações sobre o mundo. Mas as informações mais importantes que precisavam ser comunicadas eram sobre humanos [...]. Nossa linguagem evoluiu como uma forma de fofoca. De acordo com essa teoria, o *Homo sapiens* é antes de mais nada um animal social. A cooperação social é essencial para a sobrevivência e a reprodução. Não é suficiente que homens e mulheres conheçam o paradeiro de leões e bisões. É muito mais importante para eles saber quem em seu bando odeia quem, quem está dormindo com quem, quem é honesto e quem é trapaceiro. (HARARI, 2015, p. 28).

Destaca-se o fato da cooperação social ser essencial para a sobrevivência e reprodução, pois, foi por esta capacidade que a espécie humana que hoje habita o planeta Terra conseguiu vencer as intempéries climáticas, os ataques inimigos de outras espécies e as próprias disputas internas dos bandos e das iniciais formas de organização social, como as relações conjugais e familiares. Partilhar informações sobre o mundo significa dispor coletivamente de dados adquiridos pela experiência, pela observação, pela reprodução de discursos ou ainda pelo imaginário. Ser o detentor de informações constitui-se como um elemento de destaque perante um grupo, tanto por ser uma fonte de informação que conecta o mundo das coisas ao mundo das ideias como por prover saciedade ao inato interesse humano em conhecer.

A propósito disso, o *Homo sapiens* tem um aguçado desenvolvimento das suas relações interpessoais por meio da linguagem, por isso que o seu interesse no outro – para além das questões de sobrevivência - o distingue dos demais seres. Enquanto os bandos se preocupam em saber se há inimigos na redondeza, o ser humano necessita saber detalhes de um possível inimigo – com quem o mesmo se relaciona, os lugares que frequenta, o que pensa sobre política e quem é sua família.

O rastreamento de informações que cada indivíduo elabora sobre outro sujeito de seu convívio ou de seu interesse é essencial para a formatação de uma estrutura social mais complexa. É desse modo que se combinam dados para compreender quem é nosso amigo ou um potencial inimigo, e se tal indivíduo desperta sentimentos amorosos ou causa repúdio apenas pela menção ao seu nome. O conjunto de informação circulante de um indivíduo para os demais é incalculável, e a busca por informações inéditas parece mover o interesse pelas construções sociais, seja na fase da pré-história ou na era dos *reality shows*.

Falar de uma “teoria da fofoca”, como cita Harari (2015), parece ser algo menos científico, pois se tende a interpretar a fofoca como um comportamento humano inferior, pouco apropriado e que deve ser banido das relações sociais. No entanto, a fofoca, ou os boatos e rumores – como mais utilizados nas teorias da comunicação e da informação, não se

pautam exclusivamente em mentiras, mas no acesso e na divulgação de informações íntimas, pessoais e confidenciais que inevitavelmente estão contidas em relações de poder diversas, tendo impactos não somente em relação à moral e à dignidade humana, mas também, por exemplo, em relações políticas e mercadológicas. Um segredo comercial, uma fórmula farmacológica, um ingrediente secreto ou detalhes da vida de uma celebridade: é por eles que as pessoas deslocam seu tempo e seus esforços, em busca de uma rede de informações em que suas questões de interesse estejam disponíveis.

Mas a característica verdadeiramente única da nossa linguagem não é sua capacidade de transmitir informações sobre homens e leões. É a capacidade de transmitir informações sobre coisas que não existem. Até onde sabemos, só os *sapiens* podem falar sobre tipos e mais tipos de entidades que nunca viram, tocaram ou cheiraram. (HARARI, 2015, p. 29).

A capacidade de narrar ficções, de crer em lendas, deuses e mitos - dos mais destemidos até aqueles cujos poderes não se reconhecem em nenhuma hipótese, permite o desenvolvimento de um imaginário coletivo e do compartilhamento de informações específicas, formando uma crença comum em grupos de proporções distintas, como os cristãos ou os clientes de um restaurante de uma pequena cidade.

Foi através da capacidade de narrar ficções que os *sapiens* puderam ultrapassar o número limite de relações humanas em que se é possível compartilhar informações diretamente - cerca de 150 indivíduos (HARARI, 2015). Assim, o fundamento da criação das sociedades mais desenvolvidas, das grandes cidades e países foi a criação e manutenção da ficção, no sentido de um grande Estatuto Social que condiciona as pessoas a seguirem regras, a crerem em deuses e se vestirem de acordo com as convenções socialmente compartilhadas.

Os produtos da criação de redes de histórias são academicamente conhecidos como ficções, construtos sociais ou realidades imaginadas. Essencial é afirmar que a realidade imaginada não é uma mentira, pois ela “[...] é algo em que todo mundo acredita e, enquanto essa crença partilhada persiste, a realidade imaginada exerce influência no mundo.” (HARARI, 2015, p. 38). Vive-se, assim, uma realidade dual: há uma face essencialmente concreta, como os rios, os prédios e os *hardware* de um lado, e as crenças, a bolsa de valores e os *software* de outro, não necessariamente assim organizados e divididos. Neste sentido, questiona-se de qual desses lados estaria a mentira e a realidade imaginada nesse cenário marcadamente híbrido, ou ainda, em uma discussão mais profunda, em uma concepção pós-moderna da realidade.

Parte-se de uma pressuposição simples para o desenvolvimento da discussão: a mentira possui elementos passíveis de serem analisados, seja por verificação das ideias levantadas em sua direta ligação com o mundo das coisas ou pela contra argumentação de elementos “verdadeiros”. Quanto mais próxima da concretude, mais próxima da verificação da verdade. Alguém pode afirmar que há ursos polares ocupando o litoral brasileiro, e a constatação *in loco* trará a mentira à tona.

Afastando-se da concretude, as coisas tendem a se tornar mais complexas. A elevação da abstração em conjunto com os sentimentos individuais de cada um torna a constatação da mentira algo muito mais complexo. Alguém pode não ter visto, de fato, ursos polares no litoral. Mas, esse mesmo alguém pode acreditar que há em curso um movimento dos animais que habitam territórios gelados, e que, devido ao aquecimento climático excessivo, os animais estão em processo de migração constante, podendo chegar à costa brasileira em poucos meses. No momento de divulgação de uma ideia como esta, imediatamente haverá sujeitos que partilhem de tal crença. Esta é a realidade imaginada: possui elementos verdadeiros e conclusões com amplas possibilidades de contemplação da verdade (em seu sentido concreto), ou a mentira, também no que diz respeito ao seu caráter factual.

Com esta breve distinção inicial entre realidade imaginada e mentira, caberia uma resolução igualmente simplória para os problemas de desinformação: se a informação for passível de checagem sob o ponto de vista da factualidade, tornar-se-ia possível a atribuição de um valor representativo da verdade ou da mentira, eximindo a dúvida e as contradições. Caso a informação apresentasse características que se aproximem de uma realidade não concreta, ao eliminá-la de análise por falta de elementos factuais, a mesma seria dispensada da arena do debate e da circulação massiva, por ser considerada imprópria em relação à sua confiabilidade.

Todavia, as dificuldades e impossibilidades de tal resolução linear são inúmeras. Primeiramente, partindo-se de uma reflexão filosófica sobre o conceito de verdade, pois é sabido que os filósofos e as inúmeras correntes filosóficas possuem extensos estudos em que tratam da “verdade”, na perspectiva de a mesma ser o fundamento decisivo para a contemplação dos demais problemas humanos que se possa querer compreender.

Desde a filosofia clássica até à contemporânea, a discussão parece infundável, isto porque a discussão sobre a verdade envolve fatores objetivos e subjetivos, notadamente as questões de ordem culturais, sociais e emocionais. Neste sentido, um breve apanhado de tais concepções tem a intenção primeira de que se reconheçam os problemas informacionais que envolvem a verdade como não sendo provenientes do avanço tecnológico - como assumem os

pessimistas, mas de uma inquietação que acompanha a história da humanidade desde a mais remota época.

O entendimento etimológico da palavra “verdade” é importante para a percepção das dificuldades informacionais que têm como ponto de desequilíbrio o fator verdade/falsidade. O entendimento da verdade ocidental deriva de três concepções, estas advindas do grego, do latim e do hebraico. A primeira origem etimológica de verdade é grega.

Em grego, verdade se diz *aletheia*, significando: não-oculto, não-escondido, não dissimulado. O verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito; a verdade é a manifestação daquilo que é ou existe tal como é. O verdadeiro se opõe ao falso, *pseudos*, que é o encoberto, o escondido, o dissimulado, o que parece ser e não é como parece. O verdadeiro é o evidente ou o plenamente visível para a razão. (CHAUÍ, 2000, p.123).

Em grego, a verdade está nas coisas, em como elas estão expostas e como podem ser vistas e analisadas pela razão. Tudo a que isto se opõe, é falso, oculto, não passível da prova. O legado dessa visão da verdade é a necessidade da concretude do que se está posto: é verdade, pois assim se expõe como tal; é verdade, pois a evidência física expõe sua veracidade; é verdade, pois todas as partes estão descobertas e não se encontra a necessidade de razões adicionais.

Quando há o predomínio da concepção de verdade derivada da *aletheia*, prevalece a evidência como ponto crucial na determinação da verdade, pautada em uma lógica intelectual e racional da realidade.

“Uma ideia é verdadeira quando corresponde à coisa que é seu conteúdo e que existe fora de nosso espírito ou de nosso pensamento.” (CHAUÍ, 2000, p. 124). Com isto, reconhece-se que a evidência é a maior qualidade da verdade *aletheia*, fundamento marcadamente presente na cultura ocidental e nos modelos educacionais tradicionais.

A segunda origem etimológica vem do latim, possuindo uma característica diferente da grega.

Em latim, verdade se diz *veritas* e se refere à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato, no qual se diz com detalhes, pormenores e fidelidade o que aconteceu. Verdadeiro se refere, portanto, à linguagem enquanto narrativa de fatos acontecidos, refere-se a enunciados que dizem fielmente as coisas tais como foram ou aconteceram. Um relato é veraz ou dotado de veracidade quando a linguagem enuncia os fatos reais. (CHAUÍ, 2000, p. 123).

A linguagem possui poder sobre a verdade, pois a precisão, o rigor e a exatidão não são sobre as coisas em si, como na *aletheia*, mas no relato, no discurso e na narrativa. O relato obtém seu *status* de verdade quando a linguagem consegue organizar os fatos, encadeá-los em

uma forma lógica à razão, sobretudo os fatos ocorridos em um tempo passado, ou uma observação realizada *a posteriori* ao fenômeno observado. A verdade se fundamenta na coerência lógica da sequência de dados, informações, fatos e situações. Enquanto *aletheia* preza pela evidência, pela busca da transparência das coisas como elas se expõem, *veritas* encontra sua verdade na validade lógica argumentativa, no que é possível enunciar de modo a expressar a verdade (CHAUÍ, 2000).

Por fim, a terceira origem etimológica da verdade é *emunah*, em hebraico. *Emunah* contempla um fator primordial na concepção da verdade:

Em hebraico verdade se diz *emunah* e significa confiança. Agora são as pessoas e é Deus quem são verdadeiros. Um Deus verdadeiro ou um amigo verdadeiro são aqueles que cumprem o que prometem, são fiéis à palavra dada ou a um pacto feito; enfim, não traem a confiança. (CHAUÍ, 2000, p.123).

A confiança da verdade importa mais que os fatos em si (*aletheia*) ou a linguagem que a narra (*veritas*). Confiar em um poder maior basta para a apuração da verdade, seja esse poder instaurado na fé, como na religião, no carisma dos grandes líderes ou na confiança de um amigo. As convenções universais exemplificam a predominância de *emunah*, como os acordos científicos que estabilizam certo fenômeno em um grupo de conceitos e regras universalmente aceitas. A verdade em *emunah* baseia-se no consenso instituído por poderes reconhecidos em dado grupo (CHAUÍ, 2000).

A concepção de verdade que se mantém é uma síntese dessas três concepções originárias, de acordo com Chauí (2000, p. 124): “*Aletheia* se refere ao que as coisas são; *veritas* se refere aos fatos que foram; *emunah* se refere às ações e às coisas que serão.” A verdade se compõe, nesta visão, pelos critérios de realidade (*aletheia*), linguagem (*veritas*) e confiança (*emunah*).

Chauí (2000) aponta uma quarta teoria da verdade, a teoria pragmática, em que a verdade é definida por um critério prático. Seus resultados e suas aplicações práticas são verificados na experiência, sendo assim, a verdade pragmática necessita da verificabilidade dos resultados. Esta visão se aproxima da *aletheia*, tendo como elo a necessidade de constatação factual das coisas, pois, partindo desta teoria da verdade, é possível experimentar as coisas, essência do pragmatismo.

Veritas e *Emunah* se aproximam na medida em que, a partir da coerência dos enunciados, é possível chegar a consensos. Percebe-se, assim, que as concepções de verdade

são diferentes, mas podem corroborar umas com as outras (*aletheia*/pragmatismo e *veritas/emunah*) ou se oporem (*aletheia*/pragmatismo ou *veritas/emunah*).

Quanto ao julgamento das ideias de acordo com cada concepção, Chauí (2000, p. 125) afirma:

Na primeira teoria (*aletheia*/correspondência), as coisas e as ideias são consideradas verdadeiras ou falsas; na segunda (*veritas*/coerência) e na terceira (*emunah*/consenso), os enunciados, os argumentos e as ideias é que são julgados verdadeiros ou falsos; na quarta (pragmática), são os resultados que recebem a denominação de verdadeiros ou falsos.

Esta compreensão permite a identificação dos elementos que consolidam a verdade coletivamente, do mesmo modo que deverá ser útil na discussão da construção deliberada de falsas verdades. Os opostos do que se considera verdadeiro seriam de fácil constatação não fosse a repetição dos critérios da verdade em sua própria construção.

A concepção do que é verdadeiro inclui diversas vertentes: a verdade é o que se pode constatar; a verdade é o que a ciência pode provar; a verdade é tudo aquilo que coopera para a transparência e a lucidez; a verdade é tudo aquilo que a natureza produz; a verdade é o que se acredita ser, com base em crenças pessoais e experiências de vida. Todo o oposto descreve a mentira: não há dados, não há provas nem experimentos; não é legítimo ou original, não coopera para a transparência ou lucidez; porém, igualmente à verdade, a mentira também pode representar o que se acredita, com base em crenças pessoais e experiências de vida.

A intersecção entre verdade e mentira se dá justamente no campo das ideias, dos sentimentos e das emoções. É neste ponto em que a desinformação e a mentira ganham proporções universais. É possível separar fatos em categorias valorativas, mas não é possível classificar crenças, emoções e sentimentos utilizando-se dos mesmos recursos e das mesmas rotulações.

Desde a tenra infância, sujeitos pertencentes a sociedades regidas por leis e códigos civis aprendem o valor e o significado da verdade em relação ao que sua manutenção e, principalmente, sua ausência, pode causar: punições, privações, constrangimentos, falta de confiança no grupo, entre outros.

Para além das concepções generalizadas e sedimentadas no senso comum, cabe a discussão sobre o que é a verdade em uma perspectiva filosófica. Fenômenos sociais de grande impacto quando surgem (ou ressurgem com características novas) exigem que sua reflexão seja levada a um nível de profundidade maior, visto a impossibilidade de seu entendimento de forma integral e menos ainda de soluções instantâneas, práticas e aplicáveis universalmente.

Debruçar-se profundamente sobre os aspectos filosóficos da verdade extrapola o escopo deste estudo. No entanto, compreender os princípios filosóficos e as possibilidades conceituais de entendimento do termo “verdade” é essencial e indispensável para que se possa investigar o fenômeno informacional em questão. Esta discussão, ao menos, permite que se avance frente ao fenômeno em curso com a prudência de se considerar voltar para as vertentes filosóficas específicas sempre que o fenômeno estiver diante de situações que estabilizem seus problemas e seus efeitos na sociedade.

Chauí (2000, p. 111) em sua obra “Convite à Filosofia”, reserva atencioso espaço para discutir “A verdade”, afirmando que “[...] é o desejo do verdadeiro que move a Filosofia e suscita filosofias.” A partir desses pressupostos, a autora destaca três antagônicos à verdade: a ignorância, a incerteza e a insegurança. A ignorância está no campo do total desconhecido, sequer é dado conta de que algo não é sabido, por sua total incompreensão ou falta de percepção de sua existência. O que mantém o estado de ignorância são as crenças pessoais e coletivas, porquanto as mesmas são úteis e exercem uma função social favorável e eficaz à manutenção da ordem. A incerteza é um estágio que transcende a ignorância, pela instauração da dúvida e da desconfiança, caracterizado por um estado de perplexidade diante do que era tido como verdadeiro, ou do que acabou de ser descoberto pela ausência da ignorância. O estado seguinte é a insegurança. Uma vez perplexos e cientes de que o conhecimento e a experiência acumulada não dão conta de suprir uma necessidade de entendimento inédita, o indivíduo é posto em uma situação de tamanha insegurança que desperta o desejo pelo reestabelecimento de uma situação estável, em que ele se sinta menos incerto e mais próximo da verdade.

Este desejo de superar a incerteza é a busca da verdade. O anseio da verdade acompanha o ser humano durante toda sua vida, em uma constante necessidade de ponderar o que é verdadeiro do que não é, em uma medição dos valores entre o que se concebe como real e o imaginário. Chauí (2000) pontua as diferenças estabelecidas mentalmente pelo indivíduo ainda na infância entre “a mentira” e o “de mentira”, em que as crianças conseguem compreender que o “de mentira” é uma “realidade imaginada”, um mundo de possibilidades e de criações, o que nada tem a ver com “a mentira”, pois, esta se ocupa de uma violação grave no campo da confiança e da segurança para com seus referenciais de verdade. Inevitavelmente, a criança é exposta a situações de decepção no esforço de distinguir a verdade da mentira, e isto a põe em um estado de busca da verdade.

Nessa busca, a criança pode desejar um mundo melhor e mais belo que aquele em que vive e encontrar a verdade nas obras de arte, desejando ser artista também. Ou pode desejar saber como e por que o mundo em que vive é tal como é e se ele poderia ser diferente ou melhor do que é. Nesse caso, é despertado nela o desejo de conhecimento intelectual e o da ação transformadora. (CHAUÍ, 2000, p. 112).

Tanto para as crianças quanto para os demais, a decepção, a frustração, a incerteza e a insegurança, são requisitos impulsionadores do desejo de conhecer. Sem tais instabilidades, o indivíduo permanece em um estado de certeza, seja ela correspondente a algum tipo de verdade ou não. Chauí (2000) segue problematizando que uma das maiores dificuldades da busca da verdade é o elemento que mais deveria ser aliado: a informação. O excesso informacional é apontado como neutralizador do estado de busca da verdade, pois a tendência natural do indivíduo é conceber que a informação é intrinsecamente legítima, verdadeira. É oportuno destacar que a autora realizou esta observação há quase vinte anos, sem ainda a presença da Internet na mediação da comunicação massiva.

Realizando o deslocamento temporal para a atualidade, é possível corroborar com a tese de Chauí (2000), adicionando as devidas proporções ao fenômeno da realidade virtual, da comunicação instantânea e dos inúmeros atores sociais que ocupam ao mesmo tempo os lugares de produtores, disseminadores e expectadores da informação. Atenta-se à impossibilidade de o sujeito dedicar horas do seu dia em busca de comparações de fontes de informação, sendo assim facilmente alvo de desinformação, mesmo quando a informação advém de um especialista ou de uma autoridade reconhecida.

A despeito de tamanha frente contrária ao encontro da verdade, ou ao menos da instauração do estado da busca da verdade, é possível que tais problemas informacionais exerçam uma força oposta à apatia, em que o sujeito se sente impelido à ação, em um movimento de rebeldia, de contestação e de exigência de explicações e de liberdade para conhecer. Esta segunda forma de busca da verdade, que não é gerada exatamente pela frustração ou decepção, é a busca da verdade na atitude filosófica (CHAUÍ, 2000).

Podemos, dessa maneira, distinguir dois tipos de busca da verdade. O primeiro é o que nasce da decepção, da incerteza e da insegurança e, por si mesmo, exige que saíamos de tal situação readquirindo certezas. O segundo é o que nasce da deliberação ou decisão de não aceitar as certezas e crenças estabelecidas, de ir além delas e de encontrar explicações, interpretações e significados para a realidade que nos cerca. Esse segundo tipo é a busca da verdade na atitude filosófica. (CHAUÍ, 2000, p. 115).

Segundo este pensamento, o sujeito necessita passar pelas situações de decepção⁵, incerteza⁶ e insegurança⁷ para que seu impulso pela verdade seja despertado, assim sendo, há um estímulo informacional externo para o desencadeamento de tais ações. A busca da verdade na atitude filosófica vai além da transposição de incertezas, mas da contestação das próprias verdades estabelecidas, sendo por isto um processo muito mais profundo e que exige um estado crítico aguçado.

A contextualização dos problemas informacionais atuais perante tais posicionamentos teóricos são importantes para que se possa compreender como as problemáticas em torno da verdade surgem, se estabelecem e se perpetuam no contexto social. Ocorre que, para além das concepções baseadas na origem etimológica do verbete “verdade”, a filosofia possui teorias desenvolvidas por pensadores como Kant (2001)⁸ e Husserl (1985)⁹, baseadas, assim, na razão kantiana e na fenomenologia husserliana.

Dentre os revides à pergunta “o que é a verdade?”, encontram-se sistematizadas, na filosofia contemporânea, duas respostas distintas e, em boa medida, contrapostas: (i.) de acordo com as teorias correspondentistas, a verdade consiste na correspondência de um elemento portador de verdade (conhecimento, juízo, proposição ou conceito) a um elemento gerador de verdade (objeto, fato ou evento), que torna o portador verdadeiro; (ii.) conforme as teorias coerentistas, por outro lado, a verdade consiste na relação dos próprios portadores de verdade em um conjunto coerente dos mesmos. (PERIN, 2010, p. 97).

A fala de Perin (2010) é elucidativa sobre a complexidade a que se propõe a filosofia ao tratar da verdade. As respostas variam de acordo com a abordagem: metafísica, semântica, epistemológica, etc. As teorias correspondentistas, como o nome sugere, afirmam que deve haver uma relação de correspondência entre o portador da verdade (conhecimento, juízo, proposição e conceito) e o gerador da verdade (objeto, fato, evento). Já nas teorias coerentistas, a correspondência está entre os portadores da verdade em relação ao seu próprio conjunto coerente de crenças.

⁵ Decepção, no sentido aqui referido, diz respeito a uma frustração em relação ao que se tinha como verdade instituída, e que, em algum momento, a mesma não mais se confirmou.

⁶ A incerteza se assemelha a um estado de dúvida, momento este em que se racionaliza a necessidade de reafirmar ou contestar uma determinada verdade.

⁷ A insegurança desperta a busca por evidências, provas e novos discursos possíveis para que o estado de segurança na verdade seja reestabelecido.

⁸ Immanuel Kant, um dos principais filósofos da era moderna, é amplamente reconhecido pelo seu conceito de idealismo transcendental (formas e conceitos *a priori* e à parte da experiência).

⁹ Edmund Gustav Albrecht Husserl, também filósofo moderno, redefiniu a fenomenologia como uma filosofia transcendental-idealista.

Embora haja esta diferença de vertentes filosóficas, Kant (2001) é um exemplo de filósofo que ao longo de suas obras chega a transitar entre as teorias correspondentistas e coerentistas (PERIN, 2010), mas, em geral, sua vertente tende à concordância entre conhecimento e objeto.

É possível identificar em tais concepções a aproximação ou o afastamento das ideias acima explicitadas de *aletheia*, *veritas* e *emunah*, acrescidas do paradigma filosófico vigente à discussão. Como exemplo, Kant (2001) afirma que a realidade que se conhecem não é a realidade das coisas, mas de como o pensamento organiza e interpreta tais coisas. Para a fenomenologia, a verdade se refere aos fenômenos, e estes são observados pela consciência, não sendo de fato possível experimentar uma realidade absoluta das coisas.

Na perspectiva idealista, seja ela kantiana ou husserliana, não podemos mais dizer que a verdade é a conformidade do pensamento com as coisas ou a correspondência entre a ideia e o objeto. A verdade será o encadeamento interno e rigoroso das ideias ou dos conceitos (Kant) ou das significações (Husserl), sua coerência lógica e sua necessidade. A verdade é um acontecimento interno ao nosso intelecto ou à nossa consciência. (CHAUÍ, 2000, p. 130).

A vinculação da verdade ao campo das ideias e dos fenômenos, mais do que das evidências das coisas em si, acarreta uma densa carga subjetiva dada ao conceito de verdade. Diferentemente de *aletheia* e *veritas*, abrem-se possibilidades para inúmeras verdades, relativizam-se as questões inerentes ao intelecto e/ou aos fenômenos.

É importante considerar tais concepções de verdade em Kant (2001) e Husserl (1985) para que se possa compreender que as dificuldades em torno do uso da informação em busca de uma verdade pura é uma tarefa igualmente filosófica, considerando as múltiplas possibilidades de enfrentamento crítico dos fenômenos, em razão de variáveis objetivas e subjetivas, tais quais são as perspectivas culturais, políticas e religiosas, entre outros.

Husserl (1985) traz a questão da evidência com grande relevância em suas discussões. Isto porque, para ele, a evidência é obtida pela percepção, e por isso pode ser compreendida em diferentes níveis. As vivências de percepção partem de uma intenção, sendo a evidência a meta última e insuperável a ser preenchida. As evidências validam o objeto como efetivo – no sentido de verdadeiro, a partir de experiências concordantes, o que levanta a apreciação de uma verdade por correspondência, porém, sob uma ordem coerentista.

Ainda no contexto da filosofia contemporânea, destacam-se os pensamentos de Nietzsche (1888)¹⁰ e Foucault (2012)¹¹ por suas abordagens, respectivamente, cética e crítica. Nietzsche é reconhecidamente um filósofo que discorre sob um ponto de vista do ceticismo, questionando, por exemplo, por qual motivo tende-se a valorizar a verdade como questão filosófica central. O filósofo não crê na existência de uma verdade pronta a ser acessada, logo, desvalida a tentativa de “descoberta” da verdade, mas considera um processo de criação que se pauta na “vontade de verdade”. Segundo Camargo (2008, p. 95)

Nietzsche entende que a “vontade de verdade” decorre de uma “vontade de engano”. A vontade de engano seria a necessidade de se alçar um determinado valor à categoria de verdade para fazê-lo mais forte e mais poderoso a fim de que se possa acreditar nele.

Para Nietzsche (1888) a verdade é uma questão vital para a sobrevivência da humanidade, tendo uma utilidade biológica, um tipo de falsificação utilitária e uma representação valorativa.

A verdade em Nietzsche (1888), não tem mais valor que a aparência, pois, sendo ela validada por critérios morais, nada mais é que um instrumento da moral. Quando se coloca a busca da verdade como o princípio da filosofia, acaba-se por dispensar as inverdades, e, para ele, a verdade estaria assim no campo dogmático, dotado do mais alto valor, sem que haja reflexão dos próprios princípios lógicos adotados no processo de entendimento da mesma.

Foucault (2012) sobre a problemática da verdade, questiona em quais condições pode haver enunciados verdadeiros. Para ele, os discursos cumprem finalidades específicas, acrescido do fato de que tanto o sujeito quanto o objeto são dependentes de relações históricas. Ao dizer que a verdade não está no sujeito e nem no objeto, Foucault direciona a atenção para os jogos de verdade e nas relações de poder, em que a humanidade se adequa a si própria com suas próprias verdades.

A verdade em Foucault (2012) é uma articulação de práticas heterogêneas, isto é, as práticas discursivas e as não-discursivas. Por exemplo, as teorias científicas são constituídas de jogos de verdades, a partir da formatação de um discurso próprio. Estes jogos de verdade não necessariamente têm a intenção de desvirtuar a verdade científica, mas é preciso que se diga que eles são historicamente construídos. Em vez do problema da verdade em si, em sua

¹⁰ Friedrich Wilhelm Nietzsche, filósofo moderno conhecido por seu posicionamento cético e por questionamentos radicais sobre o valor e a objetividade da verdade.

¹¹ Michel Foucault, por alguns considerado um filósofo pós-moderno, abordou em suas teorias a relação entre poder e conhecimento enquanto ferramentas de controle social por meio de instituições sociais.

abordagem crítica, se preocupa mais sobre aquele encarregado de dizer a verdade e da atividade de dizer a verdade, em contexto sócio histórico determinado.

Sua investigação versa sobre a constituição de histórias específicas atravessadas pela questão das relações entre estruturas de racionalidade que articulam discursos qualificados de verdadeiros e mecanismos de sujeição a eles vinculados. Prática histórico-filosófica designa a estratégia que articula verdade, poder e sujeito ético. (CANDIOTTO, 2006, p. 76).

Esta preocupação se correlaciona diretamente com as questões de poder, em que a falta de significado unívoco para a verdade permite que seu jogo histórico seja utilizado como um mecanismo necessário de preenchimento dos espaços vazios para a compreensão das práticas sociais em que se fundamentam a vida em sociedade. Foucault (2012) também cunhou o termo “coragem para verdade”, no sentido de que é preciso a atuação do princípio da autonomia para que haja a possibilidade de emancipação dos jogos de verdade e, conseqüentemente, dos jogos de poder.

Hessen (2000), por sua vez, apresenta dois conceitos de verdade: o transcendente e o imanente. O conceito transcendente consiste na concordância entre o pensamento e o objeto; em contraposição, o conceito imanente de verdade, dispensa a relação pensamento/objeto, afirmando que a essência da verdade está no próprio pensamento.

O conceito transcendente da verdade é decorrente de uma vertente realista, em que a evidência da percepção entre sujeito e objeto é suficiente. Já o conceito imanente da verdade alcança uma perspectiva idealista, em que o critério de verdade é a ausência de contradição e os objetos são tidos como ideias, como sugere a visão filosófica clássica.

Essas perspectivas de verdade, em Hessen (2000), estão relacionadas diretamente aos critérios de verdade adotados. Para o idealismo, a ausência de contradição é suficiente. Todavia, o filósofo pontua que tal critério da não-contradição não é o universal e apenas é válido para certos tipos de conhecimento, como o campo das ciências formais ou ideais.

O fato é que “[...] esse critério [...] fracassa tão logo tratemos não mais de objetos ideias, mas de objetos reais, ou reais para a consciência.” (HESSEN, 2000, p. 124). O autor compreende a evidência tanto como algo racional como algo irracional (um sentimento de evidência, uma certeza imediata de caráter emocional, não universal).

Todo conhecimento científico possui validade universal. Pode-se quase identificar o conhecimento científico ao conhecimento universalmente válido. Consequentemente, no campo do conhecimento científico e teórico, não se pode apresentar a evidência no sentido descrito como critério de verdade. Se alguém quisesse justificar a verdade das leis superiores do pensamento apontando para o sentimento de evidência que acompanha tais leis e dizendo algo como ‘aqueles juízos são verdadeiros porque eu me sinto interiormente compelido a tomá-los por verdadeiro’, isto significaria a renúncia à validade universal, e, conseqüentemente, o fim da filosofia científica. (HESSEN, 2000, p. 126).

Este levantamento das vertentes filosóficas em torno da verdade, torna possível uma síntese, reunindo as questões mais relevantes dos filósofos, cruciais para a compreensão do objeto de discussão desta tese, considerando a preocupação em aprofundar o entendimento sobre o fenômeno de criação e disseminação de notícias falsas em rede. Assim, tem-se:

1. a verdade é conhecida por evidência [...]; 2. a verdade se exprime no juízo, onde a ideia está em conformidade com o ser das coisas ou com os fatos; 3. o erro, o falso e a mentira se alojam no juízo [...]; 4. as causas do erro e do falso são as opiniões preconcebidas, os hábitos, os enganos da percepção e da memória; 5. a causa do falso e da mentira, para os modernos, também se encontra na vontade, que é mais poderosa do que o intelecto ou o pensamento, e precisa ser controlada por ele; 6. uma verdade, por referir-se à essência das coisas ou dos seres, é sempre universal e necessária e distingue-se da aparência, pois esta é sempre particular, individual, instável e mutável; 7. o pensamento se submete a uma única autoridade: a dele própria com capacidade para o verdadeiro. (CHAUÍ, 2000, p.128).

Ao adotar tais definições para o desenvolvimento deste estudo, é importante desenvolver cada um desses conceitos ou fragmentos de conceitos de verdade para que seja possível traçar um conjunto de correlações com o objeto estudado:

1- *A verdade é conhecida por evidência*: a evidência desempenha uma das maiores forças na expressão da verdade, ou, pelo menos, na aceitação de uma ideia, fato ou notícia como verdadeira. A evidência é o caráter do que é evidente, do que dissipa dúvidas por ser transparente, por demonstrar partes do real, do todo, da coisa em si. Evidências científicas, históricas, pragmáticas, estatísticas, factuais, dentre outras, são importantes meios de averiguação da verdade. Todavia, a contestação das evidências leva a dois lugares: o primeiro se aplica à instauração da busca da verdade na atitude filosófica, em um exercício contínuo de relativização das evidências, em busca de novas verdades; a intenção é sempre aprofundar a discussão, rever paradigmas, adicionar novas maneiras de interpretação, sensibilizar-se ao novo, contextualizar a análise aos fenômenos vigentes, e assim por diante; o segundo caminho, contudo, tende à negação da evidência, seja qual

for seu tipo, em uma tentativa deliberada em contestar a verdade tendo como base o descarte das evidências. Não há a preocupação primeira em apresentar evidências opostas, mas sim de deslegitimar as provas expostas. A ciência, por exemplo, pode ser facilmente ignorada em função de um desejo coletivo, surgido e mantido em rede, em defender um ideal que contempla determinando grupo. Outra questão a ser discutida é a construção falseada da evidência, que toma proporções imensuráveis a partir de recursos de edição de imagem, áudio e vídeo de qualidades semelhante ao que se considera como real;

- 2- *A verdade se exprime no juízo, onde a ideia está em conformidade com o ser das coisas ou com os fatos:* o papel do sujeito cognoscente é primordial para a aceitação ou negação das evidências. Sua capacidade de análise somada à sua bagagem cognitiva, experiências pretéritas e visão de mundo são importantes elementos na construção de seu entendimento sobre as coisas. A partir disto, alguns sujeitos pautam suas análises nas evidências que mantêm o formato dos dados científicos e da linguagem rigorosa e exata. Neste caso, o valor da verdade está na própria evidência, pois assim se assemelha ao seu modo de avaliação das ideias e dos fatos. O infortúnio, nesse caso, é a dificuldade de transposição das verdades instituídas internamente e sedimentadas coletivamente. Pertinente, também, pontuar que há um obstáculo na apuração da verdade pela certeza estabelecida no juízo, em outras palavras, quanto mais convencidos da verdade e da evidência, mais difícil se torna a instauração da dúvida, e, portanto, as falsas evidências são difíceis de desfazer;
- 3- *O erro, o falso e a mentira se alojam no juízo:* apesar da necessidade da verdade, a mente humana não possui mecanismos que barrem a adesão da mentira, do erro e do falso. Essa condição cabe a um processo contínuo de experimentação, no qual o jogo do certo *versus* errado tem como resultado uma síntese mental que estabelece regras de análise que serão reproduzidas sempre que houver exposição a questões semelhantes. Quando o erro, o falso e a mentira se instauram, mais evidências são coletadas para que estas ideias continuem a exercer seu papel de verdadeiras, necessitando-se assim de grandes movimentos de rupturas para que novas evidências possam ser consideradas e as estruturas antigas questionadas e reformuladas;
- 4- *As causas do erro e do falso são as opiniões preconcebidas, os hábitos, os enganos da percepção e da memória:* as opiniões preconcebidas possuem força de

reprodução, no sentido de que são pouco revisadas e possuem um alto potencial de aceitação. As opiniões preconcebidas tornam-se hábitos, sendo os mesmos fundados e mantidos por indivíduos ou grupos que não atentam para a possibilidade da indagação ou da contradição. O entendimento do “real”, assim, possui uma variável condicionante, que é o engano da percepção, de tal modo que não há dúvidas sobre o que se crê;

- 5- *A causa do falso e da mentira, para os modernos, também se encontra na vontade, que é mais poderosa do que o intelecto ou o pensamento, e precisa ser controlada por ele:* a vontade se expressa no desejo de acreditar em algo tendo em vista sua utilidade e o conforto emocional trazido por tal verdade; assim, o falso e o mentiroso encontra sua mais perfeita idealização: a vontade de ser legítimo. Não é apenas o fato de o pensamento ser mais determinante que a evidência, mas, principalmente, pela evidência não ser necessária em virtude de uma completa formação advinda do pensamento;
- 6- *Uma verdade, por referir-se à essência das coisas ou dos seres, é sempre universal e necessária e distingue-se da aparência, pois esta é sempre particular, individual, instável e mutável:* a verdade apresenta-se de maneira similar, pois a natureza das coisas é universal e permanente. Isto se aplica a tudo que for diferente do pensamento, do abstrato e das ideias. A percepção individual que encontra suas próprias leis de julgamento, não pode ser considerada uma verdade universal, pois deriva das questões subjetivas do sujeito que a analisa. Todavia, esse pensamento particularizado, é capaz de problematizar tanto as verdades universalmente aceitas quanto mentiras de vasta circulação;
- 7- *O pensamento se submete a uma única autoridade: a dele própria com capacidade para o verdadeiro:* ser capacitado para o verdadeiro é inerente ao pensamento, visto que a transparência dos fatos se dá na medida em que se pretende transpor a aparência, a percepção individualizada, as ideias preconcebidas e os hábitos. A propensão de o ser humano saber a verdade e entender o funcionamento das coisas é desenvolvida desde cedo, todavia, a busca por formas de destaque social perante seu grupo pode ser a razão pela manutenção de formas distintas da verdade, constituindo um simulacro da mesma.

Nota-se a forte menção aos componentes individuais relacionados à percepção da verdade que são reforçados em grupos e reproduzidos coletivamente. O que se pode afirmar é

a impossibilidade de um estado de verdade permanente, considerando que a percepção humana muda em razão de suas próprias experiências.

Todavia, o erro, a mentira e a falsidade, não precisam ocupar necessariamente o lugar de uma verdade em suspeição, isto é, ao se contrapor, questionar ou debater certa verdade instituída, não deverá haver pressa por uma substituição de uma “nova” verdade, sob o risco de incorrer justamente no erro, no falso e nos enganos da percepção superficial.

Cientes dessas distinções, cabe ainda delimitar o conceito de desinformação empregado neste estudo, visto sua importância para o tema. O termo desinformação é a tradução utilizada para *disinformation*, significando “[...] uma informação falsa, enganosa e/ou imprecisa, que pode ser criada propositalmente com prejuízo a alguém [...]” (MOURA; FURTADO; BELLUZZO, 2019, p. 38). Nessa mesma linha, Fallis (2015) afirma que a desinformação se caracteriza como informação do tipo enganosa e deliberadamente assim constituída.

Segundo Moura, Furtado e Belluzzo (2019), em relação ao apanhado sobre desinformação realizada pela Comissão Europeia (2018), a desinformação é um tipo de informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada a este propósito, apresentada e disseminada com objetivos deliberados para o engano do público, suscetível de causar um prejuízo e ameaçar processos político-democráticos. Com efeito, as *fake news* são consideradas um tipo de desinformação, por seu caráter deliberadamente enganoso e prejudicial à sociedade.

3 A INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE: EXCLUSÃO, INCLUSÃO E AUTONOMIA DO SUJEITO

A compreensão da informação enquanto um fenômeno de natureza social consiste no fato de que a mesma é produzida, utilizada, interpretada, compartilhada e acessada nas relações do sujeito em suas atividades mais variadas. É fato que, na atualidade, a ênfase para o fenômeno informacional tem tomado proporções sem precedentes, inclusive, a adoção da nomenclatura “sociedade da informação” é um indicativo do reconhecimento universal do poder da informação para as relações sociais e para o desenvolvimento humano.

Por possuir um objeto de estudo complexo, mutável e extremamente dinâmico, a Ciência da Informação tem, desde seus primórdios, a difícil tarefa de delinear pragmaticamente sua área de atuação. Os problemas produzidos pelo excesso informacional são compreendidos enquanto as maiores demandas para o surgimento do campo, pois, diante de problemas relacionados à classificação da informação, bem como à descrição, à organização, à recuperação, à disseminação e ao acesso a um conjunto de informações que aumentavam exponencialmente. Emerge, assim, uma práxis específica relacionada a tal explosão informacional, para abordar, por exemplo, o controle bibliográfico e todas as questões relativas ao tratamento da informação e para suprir as demandas por organização da informação técnica e científica, com ênfase em produtos e serviços específicos para esse fim (MIRANDA, 2011).

Não é recente o entendimento de que a informação é um fenômeno complexo, pois sendo de natureza social, implica que existem inúmeras variáveis atuando sobre tal fenômeno, alterando-o em forma e significado. Ademais dessa natureza complexa, as TDIC potencializam a força da informação, tornando ainda mais desafiadores os processos que envolvem a informação. A maneira como os sujeitos se relacionam com a informação altera a organização social em sua volta, do mesmo modo que tal organização social influencia a criação e o desenvolvimento tecnológico, não sendo possível identificar um ponto de partida, e sim um *continuum* recursivo entre sociedade e tecnologias.

Desde o surgimento da sociedade moderna, que trouxe como consequências o salto significativo da linguagem oral para escrita, a informação começou a ser evidenciada pelo seu valor na produção do conhecimento, tornando-se um “[...] instrumento modificador da consciência e de seu grupo.” (BARRETO, 1994, p. 3).

Tálamo (1996, p. 12) afirma que “[...] a informação é inseparável do sujeito, tanto daquele que gera, como daquele que a transforma e a trata, como daquele que a recebe e a

aplica, transformando-a ou não em outros conteúdos.” Assim, pode-se afirmar que não há informação única, pois, todos os sujeitos envolvidos em seu trato a modificam continuamente. Em se tratando de redes sociais intermediadas pela Internet, por exemplo, esta mutabilidade se apresenta em forma de conteúdos colaborativos, em que há a tendência de que cada vez mais os sujeitos redimensionem, sob critérios próprios, a criação e o uso da informação.

Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, p. 24).

Diante dessa afirmação, percebe-se que a informação é indissociável do seu contexto social, e as interações entre os sujeitos devem ser observadas sob esse ponto de vista, afastando-se, assim, da possibilidade de isolamento de um fenômeno informacional sem sua análise contextual.

Segundo Ferreira (1995, p. 5), “[...] a informação é um dado incompleto, ao qual o indivíduo atribui um sentido a partir da intervenção de seus esquemas anteriores.” Sendo assim, pode-se entender que a informação após ser assimilada pelo sujeito, poderá se distender de várias formas, e possuir sentidos e significados a partir do acervo de conhecimento que o sujeito possui. Desse modo, “[...] a informação só terá significado se for percebida e interpretada pelo receptor humano.” (FERREIRA, 1995, p. 5).

Nesse sentido, o significado da informação dependerá de cada sujeito, ou seja, o usuário é quem vai decidir o que significa determinada informação, de acordo com sua estrutura mental e sua realidade social. Vale ressaltar que cada sujeito possui uma estrutura mental diferenciada, fruto da cultura e do contexto no qual está inserido. Isso implica em uma necessidade de contextualização pormenorizada, visto que a informação só fará sentido quando corretamente interpretada e trabalhada.

No contexto da Ciência da Informação, a informação, segundo Barreto (1994), pode ser considerada um instrumento que modifica o modo de pensar da sociedade como o todo, principalmente por estar diretamente associada à produção do conhecimento. O sujeito, após assimilar e potencializar determinada informação, pode ser capaz de transformar sua consciência e conseqüentemente sua percepção de mundo.

É importante enfatizar que, com o advento das tecnologias digitais de informação e comunicação, todos os processos que envolvem a informação tornaram-se mais intensos em volume e velocidade, mas isso não quer dizer que tais processos sejam amplamente

democráticos e de fácil acesso e utilização. Em se tratando de uma sociedade que concentra suas atividades em torno do fluxo informacional, é necessário que esses meios de comunicação possibilitem que a informação seja facilmente transmitida e o seu acesso possibilite a sua crítica. Le Coadic (2004, p. 7) explica que “[...] não há mais distância que seja obstáculo à velocidade, nenhuma fronteira detém a informação.”

As TDIC funcionam de forma a expandir ainda mais a potencialidade humana de produzir, acumular, transferir, aplicar, monitorar e controlar o volume exorbitante de informações e conhecimento que circulam mundo afora. Freire (2004, p. 11) ressalta que,

[...] embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial. Com isso, crescem as possibilidades de serem criados instrumentos para transferência efetiva da informação e do conhecimento, de modo a apoiar as atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade.

O desafio do sujeito está em conseguir transitar com clareza entre os inúmeros caminhos propostos pelas fontes de informação, em suas mais variadas formas e com incontáveis propósitos. Esta perceptibilidade se refere a um conjunto de elementos que propiciem ao sujeito entender, minimamente, os processos de criação, distribuição e reformulação da informação, ao que se considera chamar de atuação autônoma para o trato com a informação.

3.1 O contexto complexo da informação: do acesso básico à busca pela autonomia

A relação entre TDIC e o uso da informação tem proporcionado avanços indiscutíveis na sociedade, desde o ponto de vista da sociabilidade – com as distâncias físicas reduzidas – quanto em relação às macropolíticas, principalmente à economia. Em contrapartida, é notório que, não obstante os grandes avanços proporcionados por essas tecnologias, existe uma considerável parte da população mundial que se encontra aquém desse processo de desenvolvimento, e que o avanço nesta área não os impacta de modo positivo, quando não tem se tornado mais uma variável de exclusão.

Denominado de “fosso digital”, esta distância entre aquelas pessoas que possuem acesso às TDIC – e que conseguem fazer disso uma estratégia de desenvolvimento – e as que não possuem, precisa ser combatida e minimizada, de modo que a informação não seja um elemento de privilégio, e sim de oportunidades democráticas. Com isto, compreende-se que os

esforços voltados para a inclusão digital com foco na atuação autônoma, precisam ser intensificados, de modo a propiciar uma redução significativa nos quadros de exclusão.

A discussão sobre inclusão digital tem sofrido certa redução – se analisada em volume de publicações - em decorrência do surgimento de discursos que afirmam que a disponibilização e o uso das TDIC já são plenos, tendo em vista o aumento expressivo da aquisição de dispositivos móveis conectados à Internet. Estes discursos são equivocados em dois sentidos: o mero acesso às TDIC não elimina o fosso digital, visto que é necessário que a informação acessada seja um elemento de inclusão, e não apenas formas de repetição da mesma realidade excludente; e, por outro lado, o próprio acesso às TDIC ainda não é uma realidade para uma parcela significativa da população.

Prova disto é a pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro de 2016. A Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) 2015¹², informa que o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, a marca de 100 milhões de pessoas que acessam à Internet. Contudo, a pesquisa identificou também que a distância entre as classes mais ricas e mais pobres no acesso à Web não diminuiu, dado este que leva a constatação que o fosso digital persiste e que as classes menos favorecidas continuam à margem desse desenvolvimento tecnológico e, por conseguinte, possuem menos oportunidades de acesso informacional.

Tais dados sobre a realidade brasileira certamente são notados em outros países, haja vista que grandes instituições internacionais continuam a promover a necessidade da inclusão digital. Como exemplo, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)¹³, com os objetivos do desenvolvimento sustentável, afirma que a disseminação da informação e das tecnologias da comunicação tem um grande potencial para acelerar o progresso humano, e esforços devem ser reunidos nesse sentido para a eliminação do fosso digital.

Acredita-se que a redução do fosso digital perpassa uma ampla discussão que engloba desde as questões técnicas e de infraestrutura tecnológica até os elementos de ordem cognitiva que envolvem as necessidades informacionais dos sujeitos, como as estratégias utilizadas para que o acesso à informação reverbere em mudanças significativas em suas realidades e da comunidade que os mesmos fazem parte.

Em contrapartida aos benefícios propagados com o advento da sociedade da informação, como o livre e abundante acesso às fontes informacionais através de diversas

¹² Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3347>. Acesso em: 26 dez. 2016.

¹³ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

tecnologias, nota-se a persistência da exclusão social, pois, ainda assim, nem todos têm o mesmo acesso à informação e educação e aos meios que possibilitem oportunidades de obtenção de conhecimento (MARTINS; AMARAL, 2011).

Boneti (2005) ressalva que a utilização dos termos inclusão e exclusão devem ser problematizados, sob pena de que seu uso equivocado pode reforçar os cenários de exclusão. A palavra “exclusão”, como comumente utilizada, aponta para um cenário de marginalização, em que as pessoas que se encontram à parte de uma parcela da sociedade provida de recursos financeiros suficientes, e que tem acesso à saúde e à educação, são consideradas excluídas. Pensar a inclusão como o processo de transição das “margens” para o “centro” é uma forma de negação de todo contexto social do sujeito “excluído”, desvalendo-se, assim, de sua cultura, dos seus conhecimentos e dos seus saberes desenvolvidos ao longo de sua atuação junto à comunidade em que vive, explicitando-se, portanto, uma visão funcionalista e opositora sobre inclusão/exclusão.

Com as TDIC, bem como a evidência atual das redes de informação, principalmente as digitais, pode-se vislumbrar formas de minimizar a exclusão social. Castells (1999), tratando sobre a relação entre cultura e tecnologia, diz que, com a formação da sociedade em rede, emergiu um tipo de cultura denominada cultura da virtualidade real, sendo o universo digital um ambiente simbólico que nos conduziria não a uma nova realidade virtual, mas às manifestações das práticas e experiências humanas captadas de maneira abrangente e diversificadas.

Ainda de acordo com Castells (1999), a sociedade em rede traz novas práticas e novos modelos culturais e comportamentais, principalmente pela possibilidade de manifestações de ordem coletiva e de solidariedade entre as pessoas.

Isto quer dizer que a reflexão sobre as TDIC necessita envolver toda a estrutura social, ou seja, deve-se considerar o imbricado de culturas, de economias, de políticas, e assim por diante. Afinal de contas, as trocas que existem entre as estruturas sociais, as pessoas e todos os elementos subjetivos - tais como são as tecnologias, definem e redefinem continuamente o seu surgimento e usos.

A lacuna entre sociedade da informação e sociedade do conhecimento está justamente na compreensão de que os sujeitos devem estar aptos para agir competentemente frente aos recursos tecnológicos, podendo encontrar nas redes sociais de informação a oportunidade de serem participantes ativos e permanentes na sociedade da informação. O fenômeno da simultaneidade provocado pelas TDIC implica em “[...] novas formas de interação e ação, novos tipos de relacionamentos sociais. São alteradas as formas de acesso e circulação da

informação que vão incidir sobre as maneiras de construir conhecimentos.” (BARRETO, 2005, p. 113).

Pode-se entender as redes como sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação. A metáfora do tecido ou rede serve como forma de associar o comportamento individual à estrutura à qual ele pertence (MARTELETO; SILVA, 2004).

Associa-se constantemente a palavra rede às TDIC, isto devido à evidência das redes em suportes digitais. Assim, o conceito de redes ressurgiu na atualidade como sendo uma novidade trazida pelas tecnologias. Contudo, vale ressaltar que há muito tempo este termo é utilizado, sendo bem mais antigo do que a reflexão que se ocupa da formalização de seus pressupostos epistemológicos. Os chamados “colégios invisíveis” são exemplos de como uma rede colaborativa de estudos científicos pode funcionar através do uso de tecnologias para disseminar informação e conhecimento de forma ágil e eficaz (CARVALHO, 2009).

A formação de uma rede pode ser identificada pelo caráter autônomo dos sujeitos que a compõe e por um fator aglutinador em comum capaz de reunir elementos híbridos, desde objetos até os sujeitos e os discursos. As relações humanas presentes nas redes constituem o fortalecimento da identidade cultural mediante o acesso à informação, e são, portanto, uma forma de minimizar o caráter efêmero e instantâneo (das relações, da informação, do conhecimento, da cultura) cultivado e propagado pelos diversos meios na sociedade da informação.

As redes sociais são meios de estimular a autonomia individual frente à informação, porém, em um contexto coletivo-colaborativo, permitindo a minimização dos fatores de exclusão social, ao passo que busca otimizar a inclusão digital e informacional. É primordial que o sujeito seja estimulado a compreender como a informação e as TDIC são indispensáveis para o reconhecimento da cultura, dos valores e dos saberes presentes em sua realidade. O auto reconhecimento do sujeito como partícipe permanente na sociedade da informação o faz sentir-se apto a indagar, interferir e contribuir na tessitura social da qual faz parte, fator este fundamental para o avanço social através do conhecimento.

Para que essa força de transformação seja posta em prática, o sujeito, enquanto ser social, deve agir de forma a compreender seu lugar no mundo, ou seja, reconhecer sua função social, sua situação perante tal função e suas formas de agir. Segundo Almeida e Riccio (2011, p. 130), “[...] na atualidade, onde o indivíduo é incitado a tomar para si a responsabilidade de seu crescimento e sucesso, o termo autonomia tem sido bastante utilizado e banalizado.”

Isto se deve ao fato de que há uma formação discursiva em que se crê que a responsabilidade de crises sociais (desemprego, violência, baixa escolarização, etc.) é na verdade uma crise individual. Isto implica em um entendimento de que ser autônomo é ser o único responsável pelo seu desempenho, e que seu sucesso ou fracasso está exclusivamente ligado ao seu esforço individual (ALMEIDA; RICCIO, 2011).

Outro termo banalizado como a autonomia é o protagonismo. O senso comum compreende o protagonismo nos termos da autonomia, como um movimento individualizado de caráter emancipador, em que o indivíduo toma as decisões e as atitudes de sua vida de modo a não depender do outro, sendo assim “protagonista” de sua história. Todavia, segundo Gomes (2019, p. 11),

O protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação.

Tal modo de pensar o protagonismo aproxima-se da dimensão de autonomia que se entende como necessária para o uso da informação em contextos complexos, como o fenômeno aqui estudado. Isto porque o protagonismo social a que se refere Gomes (2019) é uma contrapartida à desinformação e às informações falsas em geral, pois não há combate a tais problemas que exima a necessidade de criticar, contextualizar e ressignificar as “verdades” circulantes, em uma busca coletiva de superar as injustiças sociais, a alienação e a manipulação massiva via informação.

Protagonizar, neste sentido, significa resistir, contrapor, desafiar a ordem vigente e contrariar arbitrariedades (GOMES, 2019), que pode, por exemplo, ser a própria desinformação. Ao protagonista, mais deve valer o coletivo que o individual, o percurso problematizador que o resultado final. Logo, o lugar do outro é imprescindível, destituindo-se a ideia de um exacerbado lugar do “eu”. O protagonismo, ao requerer autoconhecimento de si e do outro, demanda a informação como um elemento crucial.

A ação protagonista requer autonomia e liberdade, pois sem tais elementos, tal atuação pode figurar apenas como falso protagonismo, como mais uma forma de manipulação e de controle social em que o sujeito se crê protagonista quando é apenas “massa de manobra”.

É preciso liberdade para que se possa escolher dentre inúmeras informações aquelas que são pertinentes e fazem sentido em um contexto específico, principalmente através de fontes de informação alternativas à mídia massiva. Dessa simples afirmação, faz-se

apropriada uma discussão sobre a noção de informação neste contexto de liberdade, conceito este necessário para o entendimento do uso da informação em uma sociedade profundamente permeada pelas tecnologias.

Em ordem de compreender a liberdade para o uso da informação, é necessário entender alguns impedimentos condicionantes desse objetivo. Buckland (1991, p. 4, tradução nossa), ao discutir a “informação-como-coisa”, traz uma análise que se faz importante para esta discussão, que é a informação como evidência:

“Evidência” é um termo apropriado porque denota algo relacionado à compreensão, algo que, se encontrado e corretamente compreendido, possa mudar um saber, uma crença, que diga respeito a algum assunto. Portanto, o termo evidência implica passividade. Evidência, assim como informação-como-coisa não faz nada ativamente.¹⁴

O excesso de evidência impossibilita o surgimento de contemplar um dos elementos cruciais para a manifestação do pensamento crítico, que é o estado de dúvida (BEZERRA; SCHENEIDER; BRISOLA, 2017). A dúvida permite o desencadeamento das necessidades informacionais que possibilitem análises e discussões sobre determinada questão, e sem ela, qualquer estado de autonomia é posto em contradição. Neste sentido, a evidência se torna um impedimento para a autonomia, pois, quanto mais evidente a informação, menor espaço para o questionamento, para a investigação e para a dúvida. Logo, o sujeito é levado a uma atuação com menor grau de autonomia, o que se constitui em um lugar propício para a desinformação e a manipulação da informação.

As *fake news* costumam ser formatadas com um alto grau de evidência, como, por exemplo, imagens, vídeos, áudios, número de leis, falas de autoridades, entre outros, que, por sua aparente verdade, tornam-se um impedimento para que o estado de dúvida se faça presente. Desta feita, a evidência, em grande parte, tem se tornado uma informação que não provoca a ação crítica do sujeito, mas que apenas lhe impulsiona para a disseminação da mesma, certo de estar prestando sua contribuição cidadã para o debate coletivo.

A liberdade de poder ter acesso irrestrito à informação, independentemente de seu meio, suporte ou formato, exige que o sujeito esteja apto a transitar neste ambiente informatizado, e, para tal, é necessário que o mesmo possa compreender os mecanismos envolvidos e sua função enquanto sujeito ativo no que tange à identificação das suas necessidades informacionais, bem como o que é preciso para suprir tais demandas. Portanto, a

¹⁴ “Evidence” is an appropriate term because it denotes something related to understanding, something which, if found and correctly understood, could change one's knowledge, one's beliefs, concerning some matter. Further, the term “evidence” implies passiveness. Evidence, like information-as-thing, does not do anything actively. (BUCKLAND, 1991, p. 4).

liberdade requer autonomia e protagonismo, pensados para além de um ponto de vista individualizado.

Quanto a isto, é apropriado buscar em Morin (2003, p. 3) seu entendimento sobre o pensamento complexo, quando diz que “[...] o ser humano é autônomo, mas a sua autonomia depende do meio exterior.”

Não há autonomia sem um componente de dependência, esta que pode atuar em níveis variados, desde os elementos socioculturais compartilhados até as características individuais de cada um, moldadas na experiência e nas condições impostas à sua participação no grupo em que vive.

O preparo individualizado para o trato informacional é algo distinto da autonomia para o mesmo fim. A autonomia pressupõe um posicionamento proativo, que está além da esfera particular e se coloca à disposição do todo social – pressupostos estes coerentes com os de protagonismo social, como afirma Gomes (2019). O sujeito autônomo, além de conseguir resolver seus próprios problemas, se vê impelido à compreender as motivações destes problemas, identificando suas causas, seus agentes influenciadores e os possíveis desdobramentos de ordem coletiva. É ser consciente de seu lugar no todo social, entendendo que:

Produzimos a sociedade que nos produz. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer que somos não só uma pequena parte de um todo, o todo social, mas que esse todo está no interior de nós próprios, ou seja, temos as regras sociais, a linguagem social, a cultura e normas sociais em nosso interior. Segundo este princípio, não só a parte está no todo como o todo está na parte. Isto acarreta consequências muito importantes porque, se quisermos julgar qualquer coisa, a nossa sociedade ou uma sociedade exterior, a maneira mais ingênua de o fazer é crer (pensar) que temos o ponto de vista verdadeiro e objetivo da sociedade, porque ignoramos que a sociedade está em nós e ignoramos que somos uma pequena parte da sociedade. Esta concepção de pensamento dá-nos uma lição de prudência, de método e de modéstia. (MORIN, 2003, p. 5).

Morin (2003), ao afirmar “produzimos a sociedade que nos produz” permite o reconhecimento que todos são, em algum momento, produtores e produtos, relativizando a concepção de que existem “elementos-causa” e “elementos-efeito”. Esta concepção linear de causalidade, é fruto, em grande medida, do sistema educacional e cultural que tende a reduzir os problemas na dicotomia causa-efeito, dificultando a inclusão de elementos adicionais.

Com isto, apenas a disponibilização da informação e da tecnologia não são suficientes para se alcançar o patamar esperado de autonomia. O pensamento complexo previne que haja soluções reducionistas a este respeito, abrindo espaço para o posicionamento crítico e conexo com o todo social.

Weissberg (2004), com relação à autonomia nos espaços virtuais, a qual o mesmo nomeou de “emancipação”, trata da dificuldade de exclusão de intermediários, ou seja, elementos reguladores, com poderes de intervenção no espaço público mediado pelas TDIC. Pensava-se que com a ascensão da rede e da possibilidade de uma construção coletiva do conhecimento, de discussões e opiniões, os sujeitos estariam “emancipados” de qualquer tipo de controle.

Porém, o crescimento vertiginoso da rede inviabilizou a proposta desse espaço livre de influências, havendo assim uma valorização do individualismo e dos interesses econômicos e políticos na esfera comunicacional e a renovação da função mediadora, aqui relacionada ao controle. Tal constatação de Weissberg (2004) é propícia para que se possa compreender a dificuldade de uma participação autônoma no ciberespaço, o que direciona a discussão desta pesquisa para uma vertente que se afasta de uma visão na ambiência digital como um lugar naturalmente democrático e aberto.

Um dos mais influentes mediadores da informação em todos os tempos é a mídia – aqui compreendida como os meios de comunicação de massa. A partir de sua narrativa, os fatos são contados de forma idealmente neutra, mas, quase sempre, recebem um forte viés ideológico e pautado em um alto nível de evidência, esta nos termos de Buckland (1991) reduzindo, deste modo, as possibilidades de intervenção e de atuação autônoma dos sujeitos. O ciberespaço, em sua formatação em rede, traz consigo uma utopia de autonomia, por meio do desligamento do referido elemento mediador. Todavia, evidencia-se que outros elementos mediadores surgem, enquanto opositores dessa conquista por autonomia, e, além disso, os meios de comunicação massivos migram em um movimento de convergência para o ciberespaço, ocupando os meios de acesso à informação que até então pareciam estar livres de controle. Lévy, (2009, p. 111), sobre a reorganização do espaço midiático em decorrência do ciberespaço, afirma que:

Uma nova ecologia das mídias vai se organizando ao redor das bordas do ciberespaço. Posso agora enunciar seu paradoxo central: *quanto mais universal (extenso, interconectado, interativo), menos totalizável*. Cada conexão suplementar acrescenta ainda mais heterogeneidade, novas fontes de informação, novas linhas de fuga, a tal ponto que o sentido global encontra-se cada vez menos perceptível, cada vez mais difícil de circunscrever, de fechar, de dominar. Esse universal dá acesso a um gozo do mundial, à inteligência coletiva enquanto ato da espécie. Faz com que participemos mais intensamente da humanidade viva, mas sem que isso seja contraditório, ao contrário, com a multiplicação das singularidades e a ascensão da desordem.

Pode-se apontar como elemento mediador da informação, que põe em xeque a autonomia e as formas de atuação democrática no ciberespaço, toda e qualquer tentativa de manipulação de dados, distorção de fontes, formulação de factoides e, ainda, fatos verídicos descontextualizados. Neste meio, as *fake news* se apresentam como a objetificação de todos esses elementos, que tomam validade em circunstâncias específicas, em virtude do conjunto de crenças, emoções e experiências compartilhadas entre os sujeitos envolvidos.

Eis que neste contexto, surge a concepção de pós-verdade, que inclusive, pode vir a dispensar a própria evidência em razão de novos critérios de verdade.

3.2 Pós-modernidade e pós-verdade: dilemas da informação em rede

A cientificidade na atualidade é diretamente influenciada pelas questões tecnológicas, especialmente, aquelas referentes à comunicação e à informação. Assim, há a tendência para o abandono dos moldes excessivamente rígidos da ciência moderna, passando para uma visão holística da natureza, ou seja, menos funcionalista e mais sistêmica, conectada com o todo. Questionar os limites entre modernidade e pós-modernidade ou se realmente há limites, é indicativo de que não há fases acabadas ou que, pelo menos, não há distanciamento temporal suficiente para afirmações seguras. Não se sabe se a pós-modernidade é totalmente uma quebra ou uma continuação da modernidade, e, talvez, nunca haverá como assegurar nada.

Santos (1988), em sua obra intitulada “O que é pós-moderno”, aborda algumas características dessa passagem, que não se sabe se é finita, descrevendo como a sociedade e os sujeitos têm sofrido com mudanças significativas em seus modos de vida. Apesar de visão pessimista sobre essa fase, Santos (1988) explicita elementos essenciais para o entendimento do que seja pós-moderno. Em linhas gerais, o autor afirma que na condição pós-moderna a realidade torna-se intangível e indefinível, se fazendo impossível delimitar a identidade de um sujeito, visto que o relativismo ocupa o lugar das respostas diretas, do “sim” ou do “não”; é possível e conveniente o ecletismo, a mescla, a junção antes incompatível (SANTOS, 1988).

Para a ciência, os efeitos da pós-modernidade são tangíveis na perda da confiança epistemológica, ou seja, o momento é de rever e questionar o que já estava posto e plenamente aceito. Deste modo, o paradigma da ciência moderna, pautada na racionalidade, na rigidez metodológica e na predominância das ciências naturais, entra em crise, que é o efeito das interações teóricas e sociais, e que expõe a fragilidade dos “pilares” da ciência moderna. O rigor moderno destrói a personalidade da natureza, na medida em que este rigor extremo transforma o conhecimento em algo frio e estanque (SANTOS, 1988).

Lyotard (1993), ao tratar a condição do saber na perspectiva pós-moderna, afirma que há uma mudança de estatuto, como um elemento essencialmente deslegitimizador, que tende a relativizar a credibilidade das grandes narrativas que respaldam os campos científicos. Assim, a desordem, o dissenso, o niilismo e a instabilidade se fazem presente no contexto pós-moderno. A validade das instituições é questionada e as transformações tecnológicas alteram o contexto social, repercutindo em um cenário tendenciosamente pessimista.

O paradigma emergente, fruto desse contexto pós-moderno, é também um paradigma social, isto é, a racionalidade científica extrema que instauram concepções mecanicistas da natureza é protestada, sendo preferidas visões que considerem as dinâmicas humanas, a cultura e a sociedade, visto que todo conhecimento científico-natural também é científico-social (SANTOS, 1998).

O conhecimento no ponto de vista do paradigma pós-moderno dispensa as dicotomias, se opõe à fragmentação disciplinar, é total (não determinístico) e ao mesmo tempo local (não descritivista). Assim, este conhecimento é sobre as condições de possibilidades, necessitando de transgressões epistemológicas e metodológicas no contexto científico-acadêmico.

O pensamento pós-moderno é um contraponto à absolutização do saber, e entende a ciência como um dos saberes e não fundamentalmente o mais importante ou o verdadeiro. A linguagem sistemática e o rigor matemático são criticados; a interpretação da verdade é intersubjetiva, múltipla e relativa. Faz-se uma constante recusa à ideologia técnico-científica, e tal problematização faz emergir questões referentes ao controle da ciência e da tecnologia, no que se refere ao relativismo democrático e à influência política (SERRA, 1998).

Neste contexto de pós-modernidade científica, alia-se o crescimento do volume informacional e, além dos problemas já conhecidos do excesso de informação, da dispersão dos dados, das variadas fontes, entre outros, há de se considerar o estabelecimento do que se chama de “pós-verdade”, em seu termo originalmente cunhado *post-truth*.

Segundo o dicionário Oxford, o termo *post-truth* relaciona-se ou denota as circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal. O termo já existia desde a década passada, mas, em decorrência de seu uso recorrente e da sua adequação às questões políticas que permearam às últimas eleições presidenciais dos EUA, o referido dicionário escolheu a “pós-verdade” como a palavra do ano de 2016. Segundo a publicação no *site* do *English Oxford*, o termo saiu de uma posição periférica, de pouco uso, para se tornar adjetivo recorrente em comentários políticos, sendo usado amplamente sem que haja a necessidade de

esclarecimento sobre seu significado, geralmente na formação “*post-truth politics*” (ENGLISH OXFORD, 2016).

O fenômeno intitulado pós-verdade tem-se tornado uma constante em discussões de âmbitos diversos da tessitura social, em especial no contexto político, devido às implicações diretas daquele em disputas eleitorais em todo mundo.

Alguns pontos são essenciais para o início do entendimento sobre pós-verdade, como pontua D’Ancona (2018). Em primeira instância, compreende-se que há uma inversão no processo habitual de apuração da verdade, assim, os fatos deixam de ser analisados em uma lógica linear e passam a ser selecionados de modo a endossar uma tese escolhida *a priori* pelo sujeito como sendo a verdade. O que D’Ancona (2018) nomeia de “fatos alternativos” são os fatos selecionados propositalmente pelo sujeito, de acordo com critérios pessoais ou coletivamente forjados, desde que atendam às demandas de suas próprias teses. Tais critérios possuem um valor emotivo muito maior que o valor evidente, em que a narrativa torna-se mais valorosa que os próprios fatos. Pode-se afirmar assim que *emunah* supera *veritas* e ainda que, a corrente filosófica coerentista está em evidência.

Importante frisar que tal narrativa, no contexto da comunicação mediada pela tecnologia, possui um conjunto de elementos atrativos para o sujeito, reunindo imagem, áudio e palavras de forma a simplificar ideias complexas e reduzir, de tal modo, o espaço para a crítica. Ao considerar o fator tempo de consumo de informação, cai-se em um dilema entre o enganosamente simples e o honestamente complexo (D’ANCONA, 2018). Pode-se associar essa tendência da instantaneidade, da fragmentação e da mutação da realidade à tendência pós-moderna da leitura de mundo.

Em termos conceituais, a pós-verdade possui uma distinção do significado literal de mentira, diferenciando-se desta em razão de sua complexidade contextual. A mentira possui uma fragilidade maior para ser desmascarada, na medida em que, tão logo apareçam as evidências, os fatores comprobatórios de sua falsidade, ela é sobreposta. A pós-verdade contém a mentira, no entanto, é imensamente mais complexa, pois também pode conter fragmentos de verdade. Está forjada na seleção prévia e apropriada de fatos que variam entre verídicos em sua totalidade e parcialmente verídicos em função do deslocamento contextual a que são submetidos. Faz-se essencial para sua sustentação argumentativa a criação de narrativas que possuam características de fácil aceitação coletiva, em virtude do contexto social em que ela surge, sendo o quesito emocional o de maior poder de aceitação (D’ANCONA, 2018).

A possibilidade de autenticidade de um fato é suficiente para que ele seja concebido em sua totalidade como verdadeiro. Eis um entrave para a crítica, o questionamento, a discussão e a apuração de evidências, bastando, desse modo, a suposição no lugar dos dados, fatos e provas. Tal suposição possui um viés emotivo de difícil contestação, alimentado por fontes de informação que comungam de um mesmo sentimento e do desejo de tornar verdade aquilo que possivelmente não possui critérios suficientes para assim ser considerado.

As intenções, as aspirações e o desejo de se acreditar em algo encontram conforto, rapidez e simplicidade em fatos poucos profundos, mas narrados de modo a não aparentar seu descompromisso com a verdade literal. A “verdade” torna-se possível dentro dos critérios considerados importantes sob o ponto de vista pessoal, minuciosamente escolhidos, seja de forma consciente ou não. Logo, volta-se a ideia de verdade como o encadeamento interno e rigoroso das ideias ou dos conceitos - como em Kant - ou das significações - como em Husserl. Deste modo, ela não é uma mentira para quem dela compactua, pois obedece a critérios reais estabelecidos conscientemente, tornando difícil a aceitação de ideias antagônicas (D’ANCONA, 2018).

Por não ser a própria mentira, a pós-verdade também se distingue da manipulação de dados e do falseamento de realidades, no entanto, estes dois fatores são elementares para o ambiente em que a pós-verdade se manifesta. A repetição de dados manipulados, descontextualizados ou falsos leva o público ao esgotamento das possibilidades críticas, passando o mesmo a assentir sobre a narrativa falsa, como modo de não deixar de participar do debate público, tendo em vista o fator de empoderamento gerado pela *web* 3.0. Aqui, observam-se com clareza as desvirtuações sobre a autonomia, o protagonismo e a liberdade (ALMEIDA; RICCIO, 2011; GOMES, 2019).

Quando se fala desse público que tende a sucumbir a pós-verdade, imaginam-se pessoas pouco instruídas ou de nível educacional restrito, porém, a pós-verdade consegue ultrapassar tais limites intelectuais, alcançando inclusive os cidadãos que se mantêm em estado de vigilância para com o compromisso da verdade, sejam eles razoavelmente instruídos ou ainda os considerados preparados para lidar com as problemáticas informacionais, como os profissionais da informação e comunicação, professores, pesquisadores, entre outros (D’ANCONA, 2018).

O elemento chave na propagação e no consentimento das narrativas falsas atuais é o comportamento do público: a indiferença (D’ANCONA, 2018). É conveniente compactuar com fatos de interesse pessoal (“vontade da verdade” e “vontade do engano”, como afirma Nietzsche) do que fazer uso de um exaustivo exercício de busca de informação de fontes

diversas, além da necessidade de estabelecimento de uma postura crítica analítica que permitiria chegar a fatos antagônicos, e talvez, à própria verdade.

Há em andamento um processo de resignação coletiva (D'ANCONA, 2018). As pessoas passam a assentir diante de uma conexão emocional em comum, seja por uma insatisfação coletiva ou um desejo de mudança instaurado em decorrência de inúmeras outras narrativas, a despeito de sua colocação verídica. Manter a verdade em evidência requer uma disposição para buscá-la, o que na atualidade corresponde a uma força descomunal de enfrentamento das possibilidades de fontes de informação - razão do protagonismo social, em sua natureza múltipla, multissensorial e mutável.

Há ainda de se considerar o poder da franqueza, como afirma D'Ancona (2018), na manutenção do estado de pós-verdade. Falar o que sente, o que quer ou o que se aspira, ser verdadeiro, é uma estratégia eficiente para causar dúvidas – e aqui a autoridade de fala é muito importante, principalmente se a confiança se fizer presente, aos moldes de *emunah* o que nos remete a Foucault (2012), que se preocupa mais sobre aquele encarregado de dizer a verdade e da atividade de dizer a verdade do que ela própria. A verdade está sendo substituída pela franqueza, tendo esta um viés emocional potencialmente deturpador dos fatos, levando à exacerbação do emocionalismo em detrimento da razão.

A franqueza, por sua vez, quando exercida em tom afirmativo, relega a segundo plano a fala dos especialistas, especialmente no que diz respeito à ciência. O momento torna-se oportuno para a disseminação de achismos e crenças pessoais em detrimento dos fatos existentes e comprovados por métodos científicos, fator este que emite um alerta como Hessen (2000) pontuou sobre o conhecimento científico e a validade universal dos saberes.

O colapso da confiança em termos de evidência é a base social da pós-verdade (D'ANCONA, 2018), visto que qualquer questão factual pode ser contestada indiscriminadamente, a partir do ímpeto em controverter ideias, fatos, dados e evidências, de modo a explorar o sentimento de dúvida e desconfiança generalizada.

A busca nas fontes de informação consideradas seguras, como artigos científicos, livros, revistas especializadas, entre outros, sofreu enorme redução em função da disponibilização de informações na Internet. Substitui-se corriqueiramente a consulta de um livro por um rápido vídeo que resuma o assunto, em que, por exemplo, autores de teorias complexas têm seus trabalhos reduzidos a simples explicações.

A relativização da confiança das mídias massivas também possui implicações negativas. O acesso à informação pela web permite a exploração de dados de modo a verificar as notícias veiculadas por grandes empresas de comunicação, seja de jornal impresso,

televisão ou rádio. A possibilidade de o sujeito consultar diretamente dados e de aprofundar a pesquisa no tema para além da matéria divulgada é, sem dúvidas, um ganho ao debate crítico, tão necessário para a construção coletiva do saber. Todavia, há uma tendência generalizada para se negar totalmente a validade das informações advindas dos serviços profissionais de jornalismo. Esse desgaste das mídias massivas deu-se em decorrência da proliferação das fontes de informação na web 2.0, em que os usuários ganharam voz e a hierarquia do “lugar de fala respeitado” foi relativizada.

Diante da crise dos grandes veículos de comunicação, vale salientar que, a despeito dos problemas de ordem de manipulação da informação, da ausência de neutralidade jornalística e de linhas editoriais que atendem a propósitos políticos e econômicos – faltas essas comumente utilizadas como justificativas para a rejeição da mídia massiva, existem aspectos normativos e reguladores da mídia que devem garantir minimamente a veracidade dos fatos noticiados. A apuração jornalística é feita por meio de dados verificáveis, portanto, quando desenvolvida por instituições de reconhecido valor ético, possui menor possibilidade de sucumbir à mentira.

A Ciência da Informação, neste sentido, preocupa-se com o uso da informação em condições de pós-verdade, pois concebe a informação em suas relações diretas com o desenvolvimento social e humano (SARACEVIC, 1996). Questões referentes ao desprezo pela busca da informação, pelo reconhecimento de fonte e de autoridades, entre outros, convergem para a tendência da preterição da evidência, como pontua D’Ancona (2018), e portanto constituem-se como elementos de estudo indispensáveis para esta área de estudo, principalmente em torno dos desdobramentos da linha conceitual da *information literacy* e da competência crítica em informação.

O sentido crítico do sujeito permite que o mesmo possa concordar, discordar ou ainda se sentir instigado ao aprofundamento do tema noticiado pelas mídias massivas tradicionais, sendo este um movimento salutar e de grande contribuição à democracia. Em contrapartida, a total desconfiança do jornalismo profissional, sem o uso mínimo do julgamento crítico, cria um espaço profícuo para a criação e propagação de teorias conspiratórias e negacionistas, as quais têm prestado um grande desserviço à ciência e ao progresso humano. É a isto que serve o populismo: descredibilizar as instituições, simplificar o complexo e reduzir o valor da ciência.

A pós-verdade surge em meio a um relativismo pernicioso, de acordo com D’Ancona (2018), disfarçado de crítica, isto porque seu principal elemento é a manutenção do estado de

desconfiança, com base em achismos e emoções, tendo o objetivo de manter a discussão em andamento, para que não se alcance a conclusão.

Essa é a característica que define o mundo da pós-verdade. A questão não é determinar a verdade por meio de um processo de avaliação racional e conclusiva. Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também escolhe sua própria mentira, de modo não menos arbitrário. (D'ANCONA, 2018, p. 57).

É nesse ínterim que ocorre as propagações inverídicas, alimentadas sob forte força popular, difíceis de serem encerradas mesmo quando há evidências suficientes. Os algoritmos que controlam a difusão da informação em rede garantem que o sujeito seja posto no chamado “filtro bolha”, isto é, que as informações de sua preferência sejam constantemente disponibilizadas, sendo assim dispensadas aquelas que não são do seu interesse, e que, por vezes, contém elementos opostos as suas informações favoritas.

Eliminou-se a ideia do editor da informação, de uma instituição ou de um profissional que possa atestar a veracidade dos fatos. Aliás, mesmo quando o assunto permite esse tipo de contestação, o resultado final pode não ser aceito como legítimo.

Os serviços de checagem de informação surgem na perspectiva de suprir essa lacuna do “veredito final”, muito embora se reconheça a dificuldade em acompanhar a velocidade da circulação da informação e a atuação ainda incipiente diante da complexidade da pós-verdade. Adianta-se a hipótese de que não haverá entidade/meio/ferramenta suficiente para cumprir o papel de editor da informação, e que restará ao sujeito saber trafegar entre esse conglomerado de dados dispersos e de fatos noticiosos das mais diversas vertentes de criação.

Considerar a parte desempenhada por cada um para o surgimento da pós-verdade parece ser um bom exercício de entendimento desse movimento, e neste sentido, a noção de protagonismo social discutida por Gomes (2019) é indispensável. Ainda que sob o escudo da boa formação escolar, do conhecimento científico e da capacidade crítica para assuntos gerais, não há como negar o quanto há de contribuição individual para o fenômeno da pós-verdade. Inseridos em redes sociais, compartilhando modos de interação em comum, disponibilizando dados pessoais, gostos e posicionamento político, fazendo uso dos recursos de imagem e áudio, retuitando, compreendendo e difundindo memes¹⁵, satirizando e ironizando.

Enfim, é plausível a ideia de que o comportamento individual e coletivo em rede esteja em grande parte sendo útil à confusão e à perda do senso de realidade (D'ANCONA, 2018). Compreender as distinções entre a sátira e mentira, entre a ironia e a literalidade, entre o real e

¹⁵ Os memes podem ser ideias ou partes de ideias, ou qualquer outra coisa que possa ser aprendida facilmente e transmitida como unidade autônoma.

o criado não se constitui em simples tarefa quando existem emoções atuando, além de vozes de não especialistas que descobriram que podem ocupar exatamente o mesmo espaço de um.

D’Ancona (2018, p. 60) é categórico ao afirmar que “[...] conspiramos, involuntariamente ou não, na desvalorização da verdade [...]” e esta afirmação é essencial para que não haja a particularização de culpados, mas que seja assumida uma responsabilidade coletiva em busca de uma estabilização do que se considera historicamente como o ideal de verdade.

Toma-se como exemplo concreto desta realidade de desvirtuação da verdade, a eleição, em 2016, de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), pois, além das questões políticas, ficou evidente a intervenção de campanhas intensas de *fake news*.

No contexto brasileiro, realidade semelhante é vivenciada no campo político, principalmente desde as eleições presidenciais de 2014, e mais fortemente nas eleições seguintes, em 2018, em que a presença de mobilizações e militâncias partidárias se deu em grande volume nas redes sociais. Essas formas de mobilizações políticas, através do compartilhamento de notícias, opiniões, fotos e vídeos, têm criado um espaço propício para a disseminação das *fake news*.

As pessoas, tomadas pelo desejo de “livre expressão”, “democracia” e “participação social”, ou ainda, pela “vontade de verdade”, como afirma Nietzsche (1888), têm procurado ocupar espaços de falas (como autoridades), suprimindo o desejo de pertencimento ao todo social (em um protagonismo superficial), e assim, ecoando discursos aos quais se assemelham, muitas vezes, sem o critério da checagem de informação ou do próprio questionamento de sua “verdade” individualmente construída e localizada em um contexto específico distinto do qual ela é aceita.

A experiência dos brasileiros com a produção e partilha da informação sobre o campo político foi intensa desde então. Movimentos organizados em redes sociais tiveram fortes expressões nas ruas, e desdobramentos políticos que atingiram o esperado por parte das multidões, como, por exemplo, o *impeachment* da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016. Estes fatos são absolutamente relevantes ao se centrar a crítica em como as pessoas se sentem cada vez mais confiantes sobre as suas atuações em comunidades virtuais, desconsiderando, inclusive, que podem ser utilizadas como “massa de manobra” de grandes projetos políticos.

Assim, a partir de uma súbita conquista de protagonismo, de posse de ferramentas tecnológicas que possibilitam a inserção em comunidades virtuais e com inúmeras opções de “verdades” prontas para o uso, as pessoas das mais diversas posições sociais e níveis

educacionais interagem, convergem e divergem, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas próprias habilidades para o trato da informação.

Aprofundar as conceituações de pós-verdade será essencial para a compreensão de como as pessoas estão ressignificando a verdade e de como este cenário é perfeitamente fértil para a proliferação de notícias falsas, descontextualizadas e manipuladas. O grande desafio no tratamento das *fake news* é como a verdade – ou a pós-verdade - pode ser problematizada, o que requer algo além do que os procedimentos de auditabilidade usuais.

Além do mais, as *fake news* redimensionam a problemática da originalidade da informação, bem como suas questões autorais no ciberespaço, trazendo à tona as questões de cunho ético, legal e, mais importante ainda, a questão criminal do uso da informação como instrumento da desordem social – provocadora de pânico, de histeria e conflitos, além da calúnia, da difamação e dos desdobramentos diretos nas decisões coletivas, como os exemplos vivenciados no campo político nos últimos anos.

Está em curso um processo auto formativo de competências em informação, em seu sentido dúbio, ou seja, não há como prever formas de desenvolvimento apenas de “boas” competências éticas, moralmente construídas e focadas no desenvolvimento humano e social, e as *fake news* são um produto indesejável de competências com vias à desordem social, ao desajuste e à manipulação da realidade.

É por isto que se faz urgente a discussão sobre as competências em informação, no sentido de se pensar o que elas podem contribuir neste cenário, especialmente sob uma ótica que amplie o caráter formativo destas competências em ambientes não-formais de ensino.

4 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: UM OLHAR PARA ALÉM DOS AMBIENTES FORMAIS DE ENSINO

Registra-se na literatura da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia que o conceito de *Information literacy* teve entrada no contexto profissional e nos discursos teóricos correspondentes ainda na década de setenta (TEWELL, 2015). Com o cenário informacional em um momento de rápidas e constantes mudanças, as discussões em torno do tema sempre tenderam a ser massivas, reunindo profissionais da informação ao redor do mundo. Não obstante, nota-se também uma convergência teórica-conceitual que modela as questões da *information literacy* em padrões: *guidelines* (diretrizes), *standards* (padrões) e *frameworks* (estrutura, moldura) (TEWELL, 2015).

A tendência em centralizar as discussões em formatos de aplicação prática, além dos objetivos educacionais, deriva de uma perspectiva produtivista, em que os sujeitos precisam incorporar habilidades que os tornam aptos a reforçar a lógica econômica e social vigente. Parte-se, assim, de uma necessidade de proporcionar aos sujeitos, por hora delimitados em locais de ensino específicos, treinamentos necessários para o acesso e uso da informação nos mais variados contextos, formatos e linguagens. O acesso e o uso, decorrentes de uma necessidade informacional identificada, tornam-se o objetivo principal a ser alcançado a partir do desenvolvimento de habilidades específicas.

Em uma perspectiva introdutória, a competência crítica em informação questiona a maior parte das premissas amplamente reconhecidas para a *information literacy*, principalmente no que diz respeito às questões de neutralidade pedagógica e da dificuldade de equilíbrio entre as habilidades necessárias para o trato com a informação – como propostas em *guidelines*, e a autonomia requerida pelo sujeito para o seu engajamento efetivo com os processos de ensino-aprendizagem (TEWELL, 2015).

Além do mais, a competência crítica em informação tem a intenção que os aprendizes estejam em uma posição proativa, conectados com o contexto sociopolítico e que haja um movimento de oposição à adjetivação do termo “competência” como sinônimo de aptidão sob uma lógica produtiva, ou seja, que seja compreendida para além da criação de trabalhadores eficientes. Para que se compreenda o cerne da crítica, parte-se de uma discussão conceitual sobre a *information literacy*, justificando-se a escolha teórica-conceitual que serviu de guia para o desenvolvimento desta tese.

4.1 *Information Literacy*: percurso conceitual e suas implicações na formação de uma competência crítica

Propositalmente, manteve-se até aqui o uso do vocábulo *information literacy* em sua língua de origem. Isso se dá em decorrência do entendimento de que a origem do termo diz muito sobre sua concepção. Em tradução direta para a língua portuguesa, *literacy* significa alfabetização, concebida como a habilidade de ler e escrever. A alfabetização em informação significaria, em grosso modo, a habilidade de “ler” informação, ou seja, de lhe atribuir um sentido específico em um contexto existente, enquanto “escrever” diz respeito à capacidade de criação de novas informações ou de formas de ressignificação das mesmas (BONILLA, 2001).

Ocorre que, em português, o termo alfabetização é compreendido na literatura como a fase inicial de decodificação e codificação de símbolos alfabéticos, o que traz à tona o conceito de letramento, que engloba uma variedade de habilidades que transcendem à alfabetização por si, caracterizando assim um estado de uso da informação muito mais complexo.

Para a Ciência da Informação, há uma corrente teórica brasileira amplamente reconhecida que faz uso das premissas desenvolvidas a partir da *information literacy* sob a nomenclatura da “competência” ou “competências”. Assim, o termo competência informacional e outros semelhantes, como competência em informação, competências informacionais, competência digital, competência midiática, alfabetização digital, entre outros, derivam do termo central *information literacy*. A partir de uma escolha conceitual, neste trabalho a *information literacy* foi tratada como competência em informação. A competência em informação permite que os indivíduos dominem o conteúdo, aprofundem suas investigações e assumam maior controle sobre sua própria aprendizagem.

A *American Library Association*¹⁶(ALA) define a *information literacy* como um conjunto de habilidades que demanda dos indivíduos a capacidade de reconhecer quando a informação é necessária e ter a competência de localizar, avaliar e utilizar as informações necessárias de maneira eficaz. *Information literacy* também é cada vez mais importante no ambiente contemporâneo no contexto da rápida mudança tecnológica e da proliferação de recursos de informação, pois, os sujeitos são constantemente confrontados com diversas opções de informação, desde suas vidas pessoais até o trabalho e os estudos acadêmicos.

¹⁶ A *American Library Association* (ALA) é um grupo que promove internacionalmente as bibliotecas e a educação literária. É a maior e mais antiga organização do gênero no mundo inteiro, com mais de 64.600 membros. Foi fundada em 1876 em Filadélfia e registrada em 1879 em Massachusetts. A sua sede é atualmente em Chicago (ALA, 2020).

A disponibilização da informação nos mais diversos suportes e formatos torna difícil a verificação de sua autenticidade, validade e confiabilidade. Há um descompasso entre o volume informacional e a qualidade da mesma, e este é um dos maiores desafios que a sociedade enfrenta: desenvolver habilidades específicas para o trato informacional. Neste contexto, para a ACRL (2000), *Information literacy* constitui a base para a aprendizagem ao longo da vida, sendo comum a todas as disciplinas, a todos os ambientes de aprendizagem, e para todos os níveis de ensino. As premissas fundantes do conceito, segundo a ALA (2018), visam que o sujeito esteja apto a:

- a) Determinar a extensão da informação necessária;
- b) Acessar as informações necessárias de forma eficaz e eficiente;
- c) Avaliar informações e suas fontes criticamente;
- d) Incorporar informações selecionadas em uma base própria de conhecimento;
- e) Usar informações de forma eficaz para realizar um propósito específico;
- f) Compreender as questões econômicas, jurídicas e sociais que cercam o uso da informação e acessar e usar as informações de maneira ética e legal.

As habilidades para as TDIC estão contidas, em muitas situações, na aplicação do conceito de competência em informação. Contudo, esta última requer menos habilidade em tecnologia e mais conhecimento do processo informacional como um todo, desde as concepções técnicas de formato até ao contexto social, por exemplo. Assim, saber manusear os aparatos tecnológicos não implica em ser competente em informação – pelo menos aos moldes da ALA, mas, o sujeito competente em informação, inevitavelmente terá habilidades para as TDIC, visto a impossibilidade de se abster das mesmas na atualidade.

Reitera-se o exposto com a definição de competência em informação como sendo o “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessárias à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.” (DUDZIAK, 2001, p. 143). E também, uma forma de educação que auxilia o sujeito a “aprender a aprender”, tornando-se um pesquisador capaz de identificar a informação relevante e a eliminar os ruídos (SILVA *et al.*, 2005). É fundamental a compreensão de que os esforços em torno da competência em informação no âmbito estadunidense estão organizados pela *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2000, 2016), que é a maior divisão da ALA (2004). Em termos de organização, a ACRL é uma entidade representante de bibliotecários que estão ligados aos mais diversos serviços de informação, em especial aos relacionados à educação formal em variados níveis.

Para que se compreenda a amplitude dos trabalhos promovidos pela ACRL (2018), elaborou-se o Quadro 2 que apresenta uma síntese de padrões, diretrizes e estruturas estabelecidos pela instituição.

Quadro 2 - Lista de tópicos de padrões, diretrizes e estruturas da ACRL

Tópico central	Documentos elaborados
Acesso	<i>ACRL-SAA Joint Statement on Access to Research Materials in Archives and Special Collections Libraries (July 2009); ACRL Policy Statement on Open Access to Scholarship by Academic Librarians (June 2016); Guidelines for the Preparation of Policies on Library Access (Dec. 1992); ALA Guidelines (2005).</i>
Bibliotecas no ensino superior	<i>Standards for Libraries in Higher Education (February 2018); Guidelines for University Library Services to Undergraduate Students (October 2013); Diversity Standards: Cultural Competency for Academic Libraries (April 2012).</i>
Educação, Pessoal e status acadêmico	<i>ACRL Statement on Academic Freedom (June 2015); Diversity Standards: Cultural Competency for Academic Libraries (April 2012); Guidelines for Academic Librarians Without Faculty Status (October 2011); Guideline on Collective Bargaining (June 2008); A Guideline for the Appointment, Promotion, and Tenure of Academic Librarians (June 2010); Joint Statement on Faculty Status of College and University Librarians (April 2018); Standards for Faculty Status for Academic Librarians (October 2011); Statement on the Certification & Licensing of Academic Librarians (April 2018); Statement on the Terminal Professional Degree for Academic Librarians (April 2018); Guidelines for Recruiting Academic Librarians (June 2017).</i>
Competência em informação e instruções	<i>Framework for Information Literacy in Higher Education (February 2015, January 2016); Framework WordPress site Roles and Strengths of Teaching Librarians (April 2017); Information Literacy Standards for Science and Technology (June 2006); Information Literacy Standards for Anthropology and Sociology Students (January 2008); Research Competency Guidelines for Literatures in English (June 2007); Characteristics of Programs of Information Literacy that Illustrate Best Practices: A Guideline (June 2003); Objectives for Information Literacy Instruction: A Model Statement for Academic Librarians (Jan. 2001); Information Literacy Competency Standards for Journalism Students and Professionals (October 2011); Information Literacy Competency Standards for Nursing (October 2013); Information Literacy Standards for Teacher Education (May 2011); Guidelines for Instruction Programs in Academic Libraries (October 2011); Psychology Information Literacy Standards (June 2010); Political Science Research Competency Guidelines (July 2008); Visual Literacy Competency Standards for Higher Education (October 2011).</i>
Livros raros, manuscritos, coleções especiais e arquivos	<i>Competencies for Special Collections Professionals (March 2017); Primary Source Literacy (February 2018); Guidelines For Interlibrary And Exhibition Loan Of Special Collections Materials (January 2012); Guidelines on the Selection and Transfer of Materials from General Collections to Special Collections, (June 2016); Guidelines Regarding Security and Theft in Special Collections (September 2009); Standardized Statistical Measures and Metrics for Public Services in Archival Repositories and Special Collections Libraries (October 2017).</i>
Tópicos especiais	<i>Guidelines for Curriculum Materials Centers (January 2009); Standards for Distance Learning Library Services (June 2016); Guidelines for Media Resources in Academic Libraries (June 2018); Assessment Librarians and Coordinators, Proficiencies for (January 2017).</i>

Fonte: Elaborada pela autora com base na ACLR (2018).

Nessa síntese, nota-se que os esforços da ACRL (2018) se constituem em iniciativas voltadas para o desenvolvimento de segmentos específicos. Por sua função de associação de profissionais bibliotecários, os temas abordados em seus trabalhos variam de acordo com os assuntos importantes da área, porém, observa-se maior robustez, materializada pelo número de publicações feitas, no tópico “Competência em informação e instruções”. Nesse tópico, destaca-se a ênfase dada às *guidelines* voltadas para o contexto educacional, principalmente sobre bibliotecas, alunos e professores de áreas variadas.

Segundo a própria instituição, o principal objetivo da ACRL (2018) é liderar bibliotecários e bibliotecas acadêmicas e de pesquisa no avanço da aprendizagem e do conhecimento.

A *information literacy* é um dos temas centrais de desenvolvimento da instituição, comumente tratados de formas mais práticas através do desenvolvimento de diretrizes e padrões. Como está voltada para a comunidade de ensino superior, a maior parte dos seus trabalhos visam alcançar tal público, tendo em vista uma adequação do uso da informação no contexto específico de formação acadêmica.

A ACRL (2018) tem desempenhado importante papel internacional sobre a discussão da competência em informação, sobretudo, no que tange à aplicabilidade de conceitos centrais em atividades pedagógicas tendo como objetivo desenvolver as habilidades no trato com a informação, seja pelos profissionais vinculados à Biblioteconomia ou por professores e alunos em geral. Vale salientar, no entanto, que apesar do cerne da discussão ter surgido nesse contexto da ALA (2004), as dimensões que o tema pode abranger são inúmeras, o que revela um campo profícuo de discussão e análise.

Enquanto uma instituição de caráter profissional, com suas limitações traçadas em torno de uma área específica, nada mais óbvio que sua discussão tenda a ser voltada para assuntos de interesse de seus profissionais, sejam eles acadêmicos ou não. Apesar de a ACRL congregar significativo número de docentes e pesquisadores, suas publicações costumam ser mais práticas que teóricas, fato este perfeitamente presumível e aceitável, dado seu compromisso com o desenvolvimento profissional da área. Assim, ressalta-se que suas disposições são legítimas, válidas e profícuas, tendo em vista que consegue fomentar um grande número de trabalhos e experiências a partir de suas contribuições e que podem ser analisadas na produção científica de sua grande área de alcance.

Parte-se da análise da essência da *information literacy* não enquanto uma tentativa de forjar uma competência crítica em informação superior à primeira, mas de compreender como se pode ampliar o alcance de tais competências para além de sua área de origem. Ao analisar

as premissas básicas em torno do tema, possibilita-se uma aferição mais minuciosa sobre como se deve vislumbrar um arcabouço teórico-conceitual capaz de abarcar uma realidade informacional diversa e complexa, que existe para além das vias formais de ensino-aprendizagem. Com este intuito, faz-se importante analisar como as diretrizes da ACRL são pensadas e instituídas, o que serve de base para uma crítica centrada na possibilidade de uma transposição de cenários, ou seja, como se pode pensar uma competência em informação desvinculada dos ambientes consagrados de ensino.

Para tal, selecionou-se o trabalho mais recente realizado pela ACRL (2016) sobre a questão da *information literacy*, intitulado “*Framework for Information Literacy for Higher Education*”. Em primeiro lugar, este documento, que visa traçar caminhos eficazes para a *information literacy* no ensino superior, foi redigido após uma série de diálogos, debates e contribuições de profissionais das áreas convergentes. É um documento plural, feito de forma colaborativa e que tende a ser menos prescritivo, mais amplo e adaptável, considerando-se tal esforço advindo das inúmeras críticas expostas em artigos sobre o caráter prático das *guidelines*. O *framework*, apesar de sua tradução literal significar “moldura, enquadramento, estrutura”, mas que para fins científicos pode ser traduzido como “arcabouço conceitual” sugere uma flexibilidade maior com relação ao conteúdo, e está estruturado sobre seis eixos, os quais não devem ser pensados isoladamente ou sob uma ordem específica de aplicação. Em ordem alfabética, como sugere o documento, são eles:

- a) Autoridade é construída e contextual;
- b) Criação da informação como um processo;
- c) Informação tem valor;
- d) Pesquisa como investigação;
- e) Aprendizado como conversação;
- f) Busca como uma estratégia de exploração.

Faz-se mister ressaltar o conceito de *information literacy* que guia o referido *framework* (ACRL, 2016, p. 3, tradução nossa):

Competência em informação é o conjunto de habilidades integradas que engloba a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e sobre o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação ética nas comunidades de aprendizagem.

O *framework* depende das ideias centrais em torno de uma metaliteracia, tendo como foco a metacognição (ACRL, 2016), adotando o senso de autorreflexão e direcionamento

próprio do sujeito em relação às rápidas e constantes mudanças do ambiente. A ideia é que o *framework* sirva de base na reformulação de material instrucional, cursos, currículos, entre outros, abrindo espaço para a discussão sobre as relações de ensino-aprendizagem e o uso da informação no contexto acadêmico.

A discussão sobre o *framework* pode ser tomada sob diversas perspectivas, e, inclusive, esta é uma das instruções dadas pelo documento, visando assim o diálogo contínuo sobre tema. Para esta pesquisa, o *framework* é analisado em um ponto de vista comparativo: como se podem levar as questões por ele sugeridas para uma ambiência não-formal de ensino? Este exercício analítico permite fazer constatações teóricas mais profundas, além de ir ao encontro de uma realidade evidente em proporções mundiais, que é o do acesso massivo às TDIC e à informação, muitas vezes acompanhado de um descompasso com a escolarização e as habilidades cruciais para o trato com a informação.

Destarte, seguem os seis tópicos formulados pelo *framework* com uma breve descrição dos mesmos e os questionamentos decorrentes de uma análise mais abrangente, mais especificamente, no contexto do ciberespaço. Assim, os itens especificados nas alíneas abaixo dizem respeito a uma interpretação resumida do que o *framework* da ACRL (2016) apresenta.

- a) **Autoridade é construída e contextual:** os alunos aprendem a identificar as autoridades que produzem informação, isto é, a diferenciar os níveis de autoridades, bem como a utilizar ferramentas que os auxiliem nesse processo; reconhecem também a variedade das fontes e dos formatos em que a informação pode ser apresentada, além de estarem cientes dos desafios enfrentados para poder creditar como válida a fonte da informação avaliada. Aprendem a necessidade de um posicionamento crítico para determinar as nuances teóricas, as escolas de pensamento e as divergências nos discursos das ditas autoridades;
- b) **Criação da informação como um processo:** os aprendizes devem estar cientes que o processo de criação da informação inclui uma gama de formatos e modelos, e identificá-los é crucial pois os mesmos podem ser elementos de aferição de qualidade da informação. Apesar do título desse eixo temático do *framework* parecer sugerir como os alunos podem produzir informação em uma lógica processual, o conteúdo exposto está centrado no desenvolvimento de uma postura crítica para a busca de identificação e características da criação da informação de outros, muito embora o último tópico das práticas de aprendizagem afirme que o aluno deve desenvolver, em seu próprio processo de criação, um entendimento que

suas escolhas impactam os propósitos nos quais o produto informacional será utilizado e na mensagem que ele transmite;

- c) Informação tem valor:** das inúmeras dimensões que existem em uma informação, a consciência de que ela possui valor é primordial para seu entendimento crítico e contextualizado. Por valor, além da instância relacionada ao desenvolvimento individual e coletivo com o significado de educação, destaca-se o valor da informação enquanto uma *commodity*, ligadas às instâncias mercadológicas e políticas, permeadas por questões de produção, negociação e influência. Dos seis eixos apresentados no *framework*, este é o que reúne as disposições mais críticas, que têm como objetivo provocar o aprendiz para a análise mais profunda de que a informação pode estar a serviço de projetos amplos (econômicos, políticos, ideológicos, etc., sejam eles benéficos ou não para o todo social). Além das questões relacionadas ao plágio e aos direitos autorais também especificadas neste eixo, um dos tópicos mais relevantes afirma que os aprendizes devem entender o porquê e como alguns sujeitos ou grupos de sujeitos podem ser sub-representados ou sistematicamente marginalizados dentro do sistema que reproduz e dissemina informação (ACRL, 2016);
- d) Pesquisa como investigação:** a pesquisa informacional em que o aluno deve se adaptar a fazer atende a uma lógica de investigação profunda, a partir da elaboração de perguntas cujas respostas desenvolvam os problemas levantados. Neste sentido, o *framework* traz contribuições para que os métodos de pesquisa possam ser desenvolvidos pelos alunos, não apenas no campo acadêmico, mas em qualquer necessidade pessoal, profissional ou social. O desafio está no fato do grande volume informacional, na organização das informações decorrentes da pesquisa e da capacidade de síntese crítica. No universo acadêmico, as fontes de informação são relativamente “seguras”, isto é, do ponto de vista da confiabilidade, as fontes consideradas legítimas possuem lugares específicos (periódicos, revistas, repositórios, etc.). Ainda que se considere que sempre haverá pontos de vistas, concepções e teorias divergentes, é possível afirmar que tais problemas estão bem delineados em uma lógica acadêmica, que não garante nenhuma credencial de “verdade”, mas que possui um sentido aceito advindo do método científico;
- e) Aprendizado como conversação:** a pesquisa nos campos acadêmicos e profissionais é vista como ideal quando atende às premissas de uma prática discursiva, sendo o debate, a reformulação de ideias e a constante problematização

realizados no lugar do alcance de respostas ideais e fixas, que por muitas vezes só conseguem atender às dimensões superficiais dos problemas analisados. Apesar de alguns temas possuírem respostas estáveis, grande parte das questões científicas não possui sequer uma resposta, e este fato é o que torna a pesquisa científica instigante e propícia para o estabelecimento do diálogo permanente. Buscar o afastamento das concepções teóricas em que já se está familiarizado permite que se evite a estagnação, e isto deve ser feito a partir da ampla discussão e de um diálogo aberto. A questão-problema está na predominância de autoridades e das relações dos poderes estabelecidos no espaço científico, o que gera lugares de privilégios e dificulta o acesso às novas discussões e o ingresso de novos sujeitos no espaço acadêmico. Neste sentido, o *framework* sugere que os alunos, desde cedo, aprendam o valor do trabalho colaborativo, citando a contribuição de trabalhos de outros autores, se engajando em espaços de discussões, posicionando-se como colaboradores mais que consumidores e, ainda, tenham a consciência de que o sistema privilegia autoridades, e que não ter fluência na linguagem e nos processos de uma disciplina enfraquece as suas possibilidades de participação e engajamento;

- f) Busca como uma estratégia de exploração:** a busca não deve ser vista como um processo linear, devendo privilegiar a interatividade e um número amplo de fontes, aliando-se uma flexibilidade mental e a busca por rotas alternativas durante o desenvolvimento de novos saberes. Pessoas competentes em informação devem ser capazes de compreender as dimensões cognitivas, afetivas e sociais presentes no processo de busca de informação, fatores estes que afetam diretamente nas fontes selecionadas e na informação acessada e utilizada. Quanto mais preparados para buscar informação, maior o número de fontes a serem encontradas, bem como maior a tendência por aprofundamento do assunto em questão. Aprender como os sistemas de informação funcionam, sobre sua linguagem e organização e sobre os profissionais aptos a ajudarem nesse processo é estratégia eficaz para a exploração das fontes de informação.

A análise dos seis conceitos centrais do *framework* representa um ponto de partida para as questões da competência crítica em informação em ambientes que não têm como características próprias as intervenções formais, como as políticas públicas voltadas para a educação e os currículos escolares. As diversas concepções advindas do termo *information literacy* tentam suprir as inúmeras necessidades informacionais que atuam conjuntamente nas sociedades, e, como se discute neste trabalho uma vertente ampliada da competência em

informação especificamente mediada pela Internet, faz-se necessária a discussão sobre o termo “competência midiática”, visto seu objetivo de atender questões relativas ao uso da informação em ambientes mediados por tecnologias.

Sobre competência midiática, Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) afirmam o surgimento deste termo à parte do conceito de competência em informação. Os estudos de educação para mídia ou mídia-educação provavelmente foram o ponto de partida dessa nomenclatura, atualmente discutida em conjunto com a competência em informação. A UNESCO (2017) é a organização internacional que guia tal discussão, promovendo o debate pluridisciplinar, compilando produções científicas (artigos) e organizando eventos que culminam, muitas das vezes em declarações e diretrizes sobre a competência em informação e midiática.

Antes mesmo da expansão da informática e da Internet, na década de 80, com nomenclaturas distintas, declarações e manifestos¹⁷ foram lançados com um mesmo propósito: a utilização efetiva da informação, em seus diversos meios, suportes e formatos, como ponto decisivo para o exercício da cidadania e como um direito humano.

A UNESCO (2017) justifica, de acordo com suas próprias publicações, seus esforços em torno da competência em informação e midiática pela necessidade em promover empoderamento dos cidadãos. É por isso que as ações desenvolvidas estão alinhadas à Declaração dos Direitos Humanos, e os temas tratados incluem desde a formação de currículos de professores até os diálogos interculturais e os crimes de Internet.

No âmbito nacional, a FEBAB trabalha nesse sentido da UNESCO (2017), ainda com poucas declarações e manifestos produzidos. Em 2016, São Paulo foi sede do *Global MIL (media and information literacy) Week 2016*, e a expectativa é que cada vez mais sejam elaborados documentos e políticas públicas sobre o tema.

Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017, p. 243) afirmam que os documentos formulados sobre a competência em informação e midiática:

¹⁷ Declaração de Grünwald em “Educação para a Mídia” (1982); Declaração de Toulouse “Novas Direções em Educação em Mídia” (1990); Declaração de Viena, “Educando para a Mídia e a Era Digital” (1999); Recomendações de Sevilha (2002); Declaração de Praga (2003); *Media Literacy Expert Group Draft 2006* (2006).

[...] defendem a ideia de que não pode haver cidadania, participação e pertencimento sem apropriação crítica das mídias e da informação. O objetivo explícito é promover uma educação consciente e criativa por meio do uso extensivo e intensivo dos meios tecnológicos de comunicação. As ‘novas gerações’, os jovens, devem ser preparados para essa ‘nova realidade’. Mesmo reconhecendo a existência de níveis diferenciados de dificuldades em países, regiões e comunidades, os documentos destacam que o progresso social e econômico somente será alcançado por meio da alfabetização midiática e informacional (AMI) ou *Media and Information Literacy* (MIL).

De acordo com a UNESCO (2017), a alfabetização midiática tem por objetivo estimular o empoderamento dos cidadãos provendo-lhes competências (conhecimento, habilidades e atitudes) indispensáveis para relacionar a mídia tradicional com as tecnologias digitais da informação e comunicação, compreendendo os seguintes elementos e resultados de aprendizagem:

- a) Compreender o papel e as funções da mídia nas sociedades democráticas;
- b) Compreender a condição sob a qual a mídia pode exercer suas funções;
- c) Avaliar criticamente os conteúdos de mídia;
- d) Engajar-se com a mídia para se expressar e participar democraticamente; e
- e) Revisar habilidades (incluindo habilidades em TDIC) necessárias para produzir conteúdo gerados por usuários.

Sobre o item “d”, “engajar-se com a mídia para se expressar e participar democraticamente”, é um grande desafio pensar possibilidades de se alcançar tal feito, sobretudo em ambientes não formais de ensino.

Tais elementos elencados pela UNESCO (2017) são primordiais para um *status* consciente e autônomo do usuário no ciberespaço, contudo, como este trabalho problematiza, questiona-se sobre o sujeito atuante, mas “não-competente” em informação, tenha esse sujeito passado por preparos prévios ou não. Em tempo, salienta-se que o *status* de “competente em informação” – e seu antagônico, é pontual, provisório e permite constante oscilação, tanto pela possibilidade de erro dos sujeitos ditos aptos e, em menores proporções, o acerto pelos os que não passaram por nenhum tipo de educação formal sobre competência em informação.

Pontua-se que a discussão dessa problemática no âmbito da Ciência da Informação no Brasil está em uma fase de contínua investigação. Dudziak (2008), em seu artigo “Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil”, faz uma revisão sobre a situação brasileira, apresentando e discutindo as recomendações do encontro de *information lietracy* ocorrido no Egito, em 2005, como guia da discussão.

As questões sobre a internacionalização e a institucionalização da competência em informação e do aprendizado ao longo da vida são consideradas essenciais para o desenvolvimento das nações. A autora afirma que, no Brasil, as ações em torno do assunto ainda não chegam a consensos, acrescentando que os maiores desafios presentes estão em torno das formas de fomentar e disseminar apropriadamente o conhecimento nacional e local, incluindo a necessidade de aprofundamento do tema, em busca de meios de difusão de práticas de informação inclusivas.

Por ser um assunto que permeia todo e qualquer processo de aprendizado, investigação, criação, resolução de problemas e tomada de decisão, a competência em informação transbordou as fronteiras da biblioteconomia e transformou-se em um movimento transdisciplinar mundial, ainda que sob a égide de distintas denominações e ênfases. (DUDZIAK, 2008, p. 41).

Mesmo com o espaço de pouco mais de dez anos de sua publicação até o atual momento, é notório que os avanços nesta temática são graduais, em decorrência do nível de imprevisibilidade e do constante desenvolvimento tecnológico. Em 2014, realizou-se o “III Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências”, com o tema central “Competência em Informação e Redes de Conhecimento Colaborativo”, na Cidade de Marília, Estado de São Paulo, Brasil (FEBAB, 2014), no qual foram estruturadas diretrizes para o fomento à pesquisa na área acadêmica, indo ao encontro com outras declarações e manifestos anteriores, como a “Declaração de Maceió” e do “Manifesto de Florianópolis” (FEBAB, 2011, 2013)¹⁸. Esses movimentos deixam evidente o atual momento de reflexão e discussão de diretrizes, com via à implementação de ações estratégicas sobre a competência em informação. A discussão desses trabalhos também é de grande valia para análise da competência crítica em informação, principal eixo teórico desta pesquisa.

4.2 Competência Crítica em Informação: caminhos para uma abordagem não prescritiva

Embora as definições e os modelos de competência em informação e competência midiática expressem a necessidade da crítica, tem-se feito uso do termo competência crítica como um conceito mais abrangente, visto que o mesmo tende a tencionar o caráter prático e

¹⁸ A “Carta de Marília” e o “Manifesto de Florianópolis” contaram com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Tecnologia (IBICT), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A “Declaração de Maceió” contou com o apoio do IBICT e da UnB.

positivista dos *standards*, *frameworks* e *guidelines* que balizam as formas de estímulo das competências.

Esta tendência de formatação de modelos sobre Competência em Informação é reconhecida na área de Ciência da Informação no Brasil. Como aponta Belluzzo (2019, p. 18),

[...] os estudos voltados para Competência em Informação estão direcionados à construção de modelos teóricos; desenvolvimento de padrões e diretrizes que sejam catalisadores para os modelos; aplicação dos padrões em situações reais; e articulação das melhores práticas e dos fatores críticos resultantes de experiências já comprovadas e que tenham obtido êxito de acordo com métodos de avaliação adotados.

Ao reconhecer este fato, pretende-se ampliar o escopo de análise da competência em informação, sob o nome de competência crítica em informação. Para embasar esta escolha teórico-conceitual, tem-se como autor principal o pesquisador e professor Elmborg (2012), da *University of Iowa*. O mesmo atua na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo ampla experiência em educação de língua inglesa. Esta nota se faz importante, pois posiciona a visão do autor no campo educacional, em que há uma preocupação com o sujeito em uma perspectiva pedagógica.

Partindo-se desse ponto, a *Critical Information Literacy* estudada por Elmborg (2012) possui um viés voltado para o papel do sujeito mais do que sobre mediador da informação – leia-se por mediador os profissionais da informação: bibliotecários, arquivistas, museólogos e professores de maneira mais ampla.

Os trabalhos de Elmborg (2012) partem de sua crítica com relação ao desempenho dos profissionais da informação que trabalham em uma perspectiva prática, do tipo “problema-solução”, fato este que implica em menos reflexão e em atividades voltadas para a eficiência e eficácia dos problemas informacionais apresentados por usuários da informação.

Ainda em função deste pensamento, o autor pontua que compreende que problematizações e teorizações constantes podem se tornar um empecilho para a solução de problemas, visto que estes nunca são postos em um estado de estabilização. Todavia, a despeito de seu entendimento sobre isso, há uma preocupação com os excessos de simplificação dos problemas, ou ainda, de soluções eficazes para problemas superficialmente identificados (ELMBORG, 2012).

Em virtude do cenário informacional atual se caracterizar por mudanças constantes, impossível de estabilização por muito tempo, ou ainda, de não haver tempo hábil entre a análise de um determinado fenômeno e o amadurecimento conceitual da problemática por ele gerada, concorda-se com Elmborg (2012) a respeito de sua visão sobre estabilizações de

problemas que possuem variáveis extremamente inconstantes, o que apenas leva a soluções momentâneas e pouco aprofundadas.

A vertente contrária à instrumentalização dos problemas encontra apoio teórico em visões pedagógicas, a exemplo dos trabalhos do brasileiro Paulo Freire¹⁹. A influência de Paulo Freire nas concepções de Elmborg (2012) consiste no entendimento dos fatores sociais e culturais dos sujeitos dentro do processo de formação educacional, entendendo que qualquer tentativa de ensino coercitivo despreza os conhecimentos próprios dos sujeitos em suas realidades, tornando o processo de inclusão em um processo de padronização para um estilo de vida semelhante ao considerado incluído, ou seja, da classe média branca.

O autor consegue elucidar os contornos da competência crítica da informação quando relata sua angústia sobre como pode haver definições práticas de sua perspectiva teórica, pois é justamente nesse ponto que sua crítica recai. Há a defesa de que a tendência em tornar ideias em “coisas” concretas é um obstáculo para o entendimento de um fenômeno enquanto objeto de pesquisa, mesmo partindo-se da compreensão de que a ciência requer sistematizações.

Em vez de ver a competência em informação como uma “coisa” que podemos localizar e definir, vejo-a como um conjunto complexo de práticas interligadas. Essas práticas são móveis, flexíveis e maleáveis, residindo em vários lugares e em constante fluxo. (ELMBORG, 2012, p. 77, tradução nossa)²⁰.

Considerar as práticas informacionais em suas características de mobilidade, flexibilidade e maleabilidade evita a constatação das competências em informação como “coisas” possíveis de serem localizadas e definidas, permitindo, assim, o entendimento das mesmas enquanto um conjunto de práticas interligadas de difícil compreensão.

Em continuidade, há a questão crucial de definir o que torna um sujeito, de fato, competente em informação. Para além das definições dos *standards* e afins, que buscam de algum modo simplificar as etapas que tornam um sujeito competente em informação - a capacidade de identificar a necessidade de informação, acessá-la, e creditá-la confiança, por exemplo - registra-se a dificuldade em lidar com as variáveis relacionadas ao trato com a informação, principalmente no cenário da informação no ciberespaço. O número incomensurável de fontes de informação, de dados e de formatos (textos, vídeos, imagens,

¹⁹ O educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire desenvolveu o movimento da pedagogia crítica, que se contrapõe a uma educação tecnicista. Para o filósofo, a educação deve ser pensada a partir das problematizações sociais pertencentes aos sujeitos envolvidos no processo, sendo os mesmos responsáveis pela sua própria aprendizagem.

²⁰ *Rather than seeing information literacy as a “thing” we can locate and define, I see it as a complicated set of interwoven practices. These practices are mobile, flexible, and malleable, residing in various places and in constant flux.* (ELMBORG, 2012, p. 77).

áudios, etc.) torna a credencial de “sujeito competente em informação” uma conceituação relativa, temporal e passível de mudanças.

Elmborg (2006, 2012) externaliza sua preocupação de como é difícil concretizar em termos de linguagem científica o dinamismo que a competência crítica em informação simboliza no contexto de oposição aos movimentos normativos e padronizações em geral.

Ao adicionar a palavra “*critical*” à *information literacy*, eu tenho duas intenções. A primeira é reconhecer o quão crítico é para nós considerar e desenvolver essas novas práticas. Neste sentido, eu pretendo que a palavra (crítica) expresse “importante” e “significante”. É crítico (urgente) que nós façamos isso e que façamos da forma correta. Em segundo lugar, eu pretendo ser “crítico”, isto é, criticar as práticas correntes. Eu pretendo ser crítico como uma forma de desenvolver nosso entendimento, não por pura implicância. (ELMBORG, 2012, p. 78, tradução nossa).²¹

Os documentos padrões sobre a competência em informação são a principal preocupação de Elmborg (2012), pois os *frameworks, standards e guidelines*, tendem a estabilizar o objeto de estudo em questão, mesmo que seus textos enfatizem em alguns pontos a necessidade do pensamento crítico. De fato, a estabilidade conceitual atribuída à competência em informação gera descompasso com a dinâmica do cenário informacional, o que torna tais documentos fadados à desatualização com relação às demandas emergentes, apesar de serem abrangentes e profundos.

O argumento para a utilização do termo “competência crítica em informação”, segundo Elmborg (2006, 2012), consiste no afastamento do trato das competências em informação (sejam quais forem) a partir de conceitos estáveis, fazendo emergir uma visão menos operacionalizadora e, com isto, mais aberta e flexível. A plausibilidade desse argumento está no fato de que, ao se padronizar um modelo do que é ser competente em informação, não há como manter a pluralidade e nem o aspecto dinâmico das práticas informacionais. Logo, as peculiaridades entre os sujeitos e suas culturas, bem como suas características próprias de escolarização, classe social, necessidades informacionais, entre outros, são postas em plano secundário, implicando em uma necessidade de adequação do sujeito aos critérios estabelecidos, fato este que exige um senso de autonomia e preparo permanente.

²¹ *In adding the word “critical” to information literacy, I have two major intentions. The first is to recognize how “critical” it is for us to embrace and develop these new practices. In this sense, I intend the word to mean important and significant. It is “critical” that we do this and that we get it right. Secondly, I intend to be “critical,” that is, to “criticize” our current practices. I intend to be critical as a way to improve our understanding, not out of meanness of spirit. (ELMBORG, 2012, p. 78).*

As definições do termo *literacy*, que traduzido literalmente significa “alfabetização”, mas que na Ciência da Informação vem sendo problematizado como “competência”, tem seu sentido pontual nas habilidades de leitura e escrita. Historicamente, ser “letrado” está relacionado a *status* social e conseqüentemente às formas de poder. Os que possuem acesso às formas de letramento, ocupam posições sociais distintas, o que reverbera em divisões sociais tendo como parâmetro os níveis de competências específicas alcançadas.

Tais ligações entre *literacy*, poder e classes sociais possuem influência no todo social, o que coloca as literacias nas agendas governamentais e empresariais, em formatos que estejam posicionados para o desenvolvimento econômico e social. Elmborg (2012), em resposta ao questionamento de um de seus alunos sobre a prática instaurada sobre as literacias em diversas instâncias sociais, a saber: “Não é isto que nós temos que fazer?”, argumenta que o uso do termo *literacy* como adjetivo transformado em palavra-chave que supõe “sucesso” (*media literacy, technology literacy, financial literacy, etc.*) é onde reside a grande crítica. Esta análise relaciona-se ao uso instrumentalizado do termo para a proposição de desenvolvimento econômico e social sob a razão de se ter “cidadãos preparados” para acompanhar e contribuir com o progresso social.

Voltando a questão, “e não é isto que nós temos que fazer?”, argumenta-se que, apesar da tendência em concordar com esta visão, esta aceitação da literacia como um bem tangível, continua a estabelecer as divergências nas relações de poder e *status* sociais, tendendo a privilegiar grupos que já estão em um patamar considerado de inclusão, considerando que as políticas públicas e as iniciativas formais voltadas para a *information literacy* ocorrem em lugares controlados, tais como escolas e bibliotecas.

Cada adjetivação da palavra *literacy* carrega consigo um conjunto de valores atrelados, que possuem objetivos específicos e que, portanto, são carregados de implicações sociais, que podem ou não, atender a agendas específicas que não necessariamente implicam em ganho social absoluto, mas apenas de um número reservado de pessoas que conseguem acessar tal literacia (ELMBORG, 2012).

A questão crucial para o entendimento da perspectiva crítica é que as *information literacies*, pensadas nesse sentido prático de aplicação, inviabilizam o aprofundamento conceitual do tema, além de serem pensadas a partir de um público delimitado, mais ou menos possível de ser trabalhado sob controle de alguma intenção posta. Além disso, depositar no sujeito a responsabilidade de desenvolver os níveis de literacia desejados pela sociedade, sem considerar sua realidade e suas experiências prévias, é um fator limítrofe entre inclusão e exclusão, a partir de um ponto de vista de uma meritocracia que desconsidera as divergências

sociais, culturais e econômicas, como já mencionados anteriormente (ALMEIDA; RICCIO, 2011; GOMES, 2019).

A crítica de Elmborg (2012) por essa demanda de autonomia e protagonismo, é plausível (GOMES, 2019; MORIN 2003), visto que apenas uma parcela privilegiada (escolarizada) da sociedade teria condições reais de se tornar “competente em informação”. A problematização da inclusão permeia o pensamento de Elmborg (2012), dado este claramente exposto ao citar a pedagogia Freiriana em seus textos, considerando a informação sob a perspectiva do sujeito, e não oposto. Elmborg (2012) ainda provoca a discussão sobre o fato de o surgimento dos conceitos de competência ter ligação com formas de funcionalidade e produtividade, com vistas ao desenvolvimento econômico por meio da capacitação dos sujeitos, sendo este o indício mais intenso na revisão do papel da crítica perante as ditas competências em informação.

Não se reduz, com isto, a importância dos trabalhos sobre as diversas competências, principalmente a “competência em informação” e a “competência midiática”, que suscitaram nos “modelos” criticados por Elmborg (2012). Reconhece-se a dificuldade de se problematizar fenômenos em seu pleno acontecimento, e além disso, os documentos padronizados são importantes para a atualização de currículos acadêmicos e para a prática de profissional da área de informação e comunicação.

Apesar dos bons frutos advindos de “políticas das literacias”, é preciso pensar sobre aqueles que estão à parte deste contexto, e que, talvez, não consigam acessá-lo. Refletir sobre como esse cenário dito de exclusão também possui formas autossustentáveis de desenvolvimento, implica em formas de inclusão que se afastam de uma pura ascensão de classe, de uma passagem de “fora” para “dentro”, sem que haja ganho social efetivo, mas apenas mudança de *status* econômico.

Entende-se, em virtude da linha conceitual adotada, que as literacias possuem um forte componente de funcionalidade, geralmente em relação à produtividade, seja esta em contextos acadêmico/educacionais ou atrelada a políticas públicas e empresariais. Os pressupostos descritivos sobre o que é ser competente em informação são plausíveis do ponto de vista prático, mas questionáveis sob o critério teórico, tendo em vista que tendem à estabilização.

Em primeiro lugar, há uma organização linear de etapas que o sujeito competente em informação deve seguir para o uso adequado de tal informação. Esta linearidade é compreendida como possível de eficácia em dois contextos específicos: quando mediada por profissionais ou quando utilizada por usuários com competência em informação atestada pelas vias formais de escolarização. No primeiro caso, ainda prevalece uma visão funcionalista e

mediada das necessidades informacionais, que podem ser causas de impedimento do uso autônomo da informação.

Elmborg (2012) ainda acrescenta que, na maioria das vezes, a dita competência em informação (crítica ou não) é uma escolha individual pertencente ao profissional da informação, e não do sujeito em si. Para a segunda opção, Bezerra (2015) exemplifica que nem mesmo os sujeitos ditos competentes em informação, como, por exemplo, os aprendizes de alto nível educacional (mestrado e doutorado) não se adequam às prescrições da ACRL. Cita-se como exemplo a pesquisa de Gasque (2011), que investigou como um grupo de pesquisadores em formação planeja o uso da informação, chegando à conclusão de que não há nenhum movimento consciente de elaboração de estratégias de busca e uso da informação, além de haver um conhecimento precário sobre o uso dos sistemas de informação especializados.

Nos espaços propícios ao desenvolvimento das competências em informação através de *standards* e *frameworks*, modelados por políticas públicas e empresarias e normalizados em formatos de currículos e cartilhas, nota-se que o *status* de sujeito competente em informação é relativo, subjetivo, transitório e questionável, o que recai na questão de como se podem pensar as competências em relação aos sujeitos que estão distantes de tal contexto.

O direcionamento aqui lançado possui seu foco para além dos espaços convencionais de ensino, visto que a popularização das TDIC possibilitou o acesso aos instrumentos técnicos necessários para o acesso à informação em rede. Assim, de posse de *smartphones*, a informação circula a despeito de classe social, de formação escolar, ou de qualquer outro fundamento que possa determinar o acesso e uso da informação. Não houve – e provavelmente não haverá – nenhum tipo de ensino formal que acompanhe a evolução tecnológica a ponto de prever quais serão os novos desafios que o sujeito informacional terá que lidar.

A escolha da competência crítica para tratar das *fake news* recai pontualmente sobre a seguinte situação: sujeitos considerados competentes em informação, se analisados sob os critérios dispostos nos *frameworks* das competências em informação em seus formatos tradicionais, nem sempre estão aptos para lidar com a formatação da informação falsa, sendo vítimas de manipulação, a despeito de suas habilidades até então consideradas suficientes. Este fato, se expandido para a população que está à parte dos processos formais de educação, torna-se crítico de análise e de melhor aprofundamento teórico, razão pela qual este estudo se propõe.

5 *FAKE NEWS E FACT-CHECKING*: DESAFIOS PARA A AUDITABILIDADE DA INFORMAÇÃO

As relações humanas forjadas em formato de redes – não necessariamente redes de informação digitais - contribuem, em tese, para o fortalecimento da identidade cultural mediante o acesso à informação, e são, portanto, uma forma de minimizar o caráter efêmero e instantâneo das relações, da informação, do conhecimento e da cultura, cultivados e propagados pelos diversos meios na sociedade da informação (MOURA, 2011).

A participação em rede está associada ao capital social, esse que é definido como as normas, os valores, as instituições e os relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais, dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos (MARTELETO; SILVA, 2004).

O capital social pode ser um elemento propulsor para o desenvolvimento e bem-estar social, entretanto, há um lado contraditório, pois o mesmo pode ser usado negativamente ao privilegiar os interesses particulares de grupos específicos e sistemas autoritários. Nestas ocasiões, o debate e a participação são relegados a segundo plano, ou postos de maneira a aparentar a presença de tais elementos, quando na verdade há uma simulação de interatividade, através de discursos enviesados ou tendenciosos.

Por isto que os conceitos de autonomia (MORIN, 2003) e protagonismo social (GOMES, 2019) são indispensáveis neste momento em que as redes sociais estão presentes também no ciberespaço, pois, os atores sociais “comuns” – leia-se, não profissionais da área de informação ou pessoas públicas - experimentam o que antes não era acessível: a visibilidade desejada sobre suas próprias produções, este que é um grande marco da revolução digital trazida pela *web 3.0*.

Em um aspecto positivo da nova formatação da *web*, reconhece-se que está em curso uma relativização do papel das mídias massivas tradicionais, as quais eram majoritariamente responsáveis pela seleção de conteúdo informativo/noticioso. A mídia tradicional nem sempre consegue ofertar “em primeira mão” a informação, pois, qualquer pessoa pode publicar em redes sociais a qualquer tempo. Além disso, a mídia passa a ter seu ponto de vista criticado e ressignificado com mais constância e em menos tempo. Isto é um ganho social (MARTELETO; SILVA, 2004) pela descentralização das fontes de informação, não estando estas sob guarda total de nenhum canal de comunicação ou de algum suporte informacional específico.

Ademais desses fatores, a informação pode circular livremente, sem a dependência de uma agenda pré-estabelecida por profissionais da informação e da comunicação. Qualquer tema pode voltar a ser pesquisado, criticado ou, ainda, tornar-se uma nova informação. Um erro – proposital ou não, veiculado em algum meio de informação, receberia, no máximo, uma pequena errata em alguma edição posterior, já desvinculado de seu contexto e de sua repercussão inicial. Agora, em tempo real, a informação pode ser debatida, questionada, refutada ou contra-argumentada.

As notícias falsas são motivadas por emoções e crenças (*emunah*), teses simpáticas (“vontade de verdade”) e convicções pessoais de qualquer espécie (jogos de verdade). São mantidas pelas próprias características da pós-modernidade, como a descrença nos poderes instituídos (autoridades, ciência), o individualismo exacerbado e o hedonismo (em detrimento do coletivo) a fragmentação do tempo e espaço (urgência nas sínteses e no compartilhamento) e o excesso de relativismo (evidências comprovadas não exercem mudanças absolutas). Estas motivações são fundamentadas na cultura própria de cada sociedade, as quais passam por uma rápida avaliação lógica dos sujeitos, dada suas experiências prévias e seu contexto particular e coletivo.

Estas características têm gerado um ambiente propício para as mobilizações sociais, sejam elas de cunho político-social ou apenas de entretenimento – como as comunidades, os fóruns e as páginas e perfis de humor. O ciberespaço reserva lugar a praticamente tudo: dos movimentos ativistas aos apelos de fãs de celebridades; das críticas políticas aos memes; das informações científicas às anedotas fantasiosas; ou, ainda, da informação à desinformação.

Passado o impacto do surgimento da Internet, em que se temeu, por exemplo, a volta de alguma espécie de movimento ludista – em decorrência do temor da substituição do homem pela máquina – os sujeitos passaram, gradativamente, a se sentirem partícipes desse espaço, aumentando sua frequência de uso das TDIC.

Os brasileiros, considerados *early adopters*²² das novidades tecnológicas, aderem com facilidades às tendências de novas redes sociais, o que os colocam sempre no topo dos *rankings* de uso de tais plataformas, muito embora se considere o país necessitado de políticas públicas para a inclusão digital, como avaliam Sorj e Guedes (2005).

Ao navegar pelos espaços digitais, os sujeitos deixam os “rastros” de suas passagens por meio de suas “impressões digitais”. Por quantos segundos ficaram em uma página, como interagiram com uma publicação e quais assuntos os interessam geram dados que

²² São aqueles consumidores dispostos a utilizar novidades tão logo são lançadas.

retroalimentam sistemas informacionais e que podem ser usados em qualquer área, desde o mercado às mobilizações políticas.

O montante de informação circulante no ciberespaço, ao mesmo tempo que parece caótico, é organizado sobre lógicas consistentes, reunindo comunidades, grupos, temas e discussões de acordo com cada *feedback* recebido. Esta personalização da informação forja um cuidado específico dado a cada sujeito, fator este de impacto para dar atenção à determinada informação, geralmente de cunho mercadológico. Ao usuário da informação (seja ele receptor, produtor ou simultaneamente os dois) é intuitivamente repassada a mensagem de que ele tem poder sob os meios de informação, é autônomo e apto a decidir sobre a relevância e a confiabilidade de qualquer informação, e não depende de instâncias superiores no papel de editoras de informação.

No Brasil, dados de pesquisas revelam o crescente uso dos *smartphones*, tendo como objetivo principal a comunicação interpessoal e a participação em redes sociais, como o *Facebook*²³. É notória a ascensão dos celulares tipo *smartphones* entre as diversas classes sociais, e isto tem afetado o modo de como o brasileiro tem acesso à Internet. A posse de celular é marcante no grupo de 25 a 29 anos de idade (89,8%), decrescendo a partir de então. Os menores percentuais de posse estão entre os mais jovens, na faixa de 10 a 14 anos (54,1%), e entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade (56,6%) (IBGE, 2018).

Em 2015, segundo a mesma pesquisa, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade era de 82,8% na área urbana e 52,8% na área rural. Esta realidade sobre o acesso aos celulares tem impactado a maneira como as pessoas têm interagido nas mais diversas situações do dia a dia.

Com este número crescente de participação em redes sociais digitais e em aplicativos mensageiros, é inevitável que a informação circule como muito mais rapidez, o que é um ganho para a população em termos de acesso, todavia, toda essa agilidade tem alavancado a disseminação de desinformação em geral, aqui, tratada como as *fake news*.

Diante da imensidão do problema tratado, observam-se esforços empreendidos para a identificação e posterior redução da disseminação de notícias falsas, como políticas de avaliação de postagens (por empresas como o *Google* e o *Facebook*), denúncias feitas pelos próprios usuários e programas que bloqueiam a multiplicação de mensagens consideradas suspeitas.

²³ *Facebook* é uma mídia social e rede social virtual lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da *Facebook Inc*.

O aplicativo *Whatsapp*, por exemplo, adotou as seguintes medidas: impossibilidade de enviar mensagens para todos os contatos de uma só vez, como forma de reduzir a rapidez de circulação de conteúdo que possivelmente tem características de *spam*²⁴, além de sinalizar mensagens com a tarja “encaminhada” como forma de prevenir o destinatário que o usuário remetente não foi o autor da informação repassada. Estas ações não conseguem barrar as notícias falsas, mas são iniciativas que sinalizam a preocupação com o tema por parte das empresas provedoras dos serviços.

Para além do *Whastapp*, as *fake news* são fartamente encontradas nas redes sociais como *Instagram*²⁵, *Facebook* e *Twitter*²⁶. A integração entre as redes sociais e os aplicativos mensageiros permite o compartilhamento de mensagens de uma plataforma para outra, fator este de grande relevância no alastramento da notícia.

No Brasil, do ponto de vista legislativo e jurídico, o combate às *fake news* não possui dispositivos legais suficientes. Esta problemática é tão recente que, no Marco Civil da Internet no Brasil, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, não há menção no texto aos termos “*fake news*”, “desinformação” ou “contrainformação” (BRASIL, 2014).

A referida lei trata de questões técnicas sobre a internet (servidores e suas responsabilidades, neutralidade da rede, proteção aos registros, entre outros), e também aborda os direitos e garantias dos usuários, bem como a atuação esperada pelos cidadãos dos poderes públicos diante desse contexto (BRASIL, 2014).

Ao poder público, segundo o referido instrumento normativo, cabe a criação e o desenvolvimento de programas, projetos e ações que promovam o uso da Internet, contemplando soluções operacionais, técnicas e estruturais, bem como a oferta de meios de capacitação para a utilização da internet de modo que esta se constitua num meio capaz de prestar um significativo contributo à promoção da cultura e da cidadania atuando de forma expressiva e eficaz na prestação de serviços públicos (BRASIL, 2014).

A facilidade na utilização dos serviços oferecidos por intermédio do Governo eletrônico (*e-gov*) e o fortalecimento da participação social no processo de formulação de políticas públicas, também são aspectos importantes citados como de responsabilidade do poder público. Em seguida, no art. 28, assinala-se que “[...] o Estado deve, periodicamente,

²⁴ *Spam* é o termo usado para referir-se às informações envidas, sem serem solicitadas, geralmente para um grande número de pessoas.

²⁵ *Instagram* é uma rede social de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais.

²⁶ *Twitter* é uma rede social e um servidor para *microblogging*, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento.

formular e fomentar estudos, bem como fixar metas, estratégias, planos e cronogramas, referentes ao uso e desenvolvimento da internet no País.” (BRASIL, 2014).

Além dessa lei, há outro instrumento normativo que perpassa um dos aspectos das *fake news*, a Lei nº 13.834, de 04 de junho de 2019, que tipifica o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. A lei pune com dois a oito anos de prisão quem divulgar notícias falsas contra candidatos em eleição (BRASIL, 2019). As *fake news* encontram à disposição um cenário profícuo: uma estrutura tecnológica suficientemente desenvolvida, usuários dispostos a participar ativamente das práticas informacionais, e poucas formas legais de punição criminal.

Convém a compreensão de como essas notícias costumam ser formatadas, para que se possa inferir nas justificativas de sua alta capilaridade e aceitação. Para tal, propõe-se a observação do fazer jornalístico nos serviços *de fact-checking* e na construção da notícia de modo geral como fundamento de tal comparação.

5.1 O papel do *fact-checking* no cenário informacional

Os serviços de *fact-checking*, aqui também referidos como “serviços de checagem”, “verificadores de fatos” ou apenas “checadores” realizam uma verificação de informações, sob o ponto de vista da averiguação jornalística dos fatos, de uma notícia/discurso em circulação, sendo as mesmas publicamente acessíveis e divulgadas.

A partir da investigação de dados, imagens, relatos, entre outros, o fato é classificado como verdadeiro ou falso, ou recebe outras qualificações intermediárias que variam de acordo com a metodologia de análise adotada por cada serviço. Estas qualificações vão de “verdadeiro” a “falso”, passando por diversas outras nomenclaturas, como “contraditório”, “exagerado”, “impossível de checar”, entre outros.

Para conter a circulação de *fake news*, não existe nenhum sistema capaz de identificar a veracidade da informação tão logo ela comece a circular, logo, o papel dos serviços especializados em checagem de fatos é necessário e indispensável. A demanda por tal serviço é tão intensa que são encontradas iniciativas nos três setores da economia (público, privado ou terceiro setor).

Ao considerar o *fact-checking* uma atividade formalmente estabelecida, com atuação em todo mundo e que possui elementos auto reguladores, considera-se que a partir da análise de seu funcionamento e da sua lógica, é possível realizar uma apreciação integrativa junto ao referencial teórico exposto. Alia-se a isto o fato de que sob este viés analítico, a averiguação

científica foi feita o mais próximo o possível do grande público, ao qual se convencionou chamar, neste estudo, de sujeito comum.

É necessário compreender, contudo, que a tarefa dos checadores é realizada com base nos critérios jornalísticos de formatação da notícia, em uma lógica invertida, visto que é feita uma análise de uma notícia já pronta ou de dados que possivelmente sirvam de matéria prima para novas notícias. Compreender em que consiste essa base do fazer jornalístico importa na medida em que se pretende compreender a metodologia dos serviços de checagem, como se compromete parte desta pesquisa.

Em seu livro *Teorias do Jornalismo*, Traquina (2004) afirma que a profissão do jornalista está associada a uma série de valores essenciais: a liberdade, que está no núcleo da relação entre o jornalismo e a democracia; a independência e a autonomia, que defende o princípio de que o jornalista deve ter independência nas suas relações de trabalho e autonomia em relação a outros agentes sociais; a credibilidade, que requer “[...] um trabalho constante de verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação [...]” (TRAQUINA, 2004, p. 132) e a associação à verdade e à objetividade.

Sobre a última, o autor afirma que a verdade e a objetividade é um dos tópicos mais debatidos no jornalismo. Em uma contextualização histórica, a noção de objetividade tomou força como valor essencial do jornalismo no século XX, quando, devido as crises na democracia, criou-se a noção de que os fatos, por si só, não mereciam confiança. Nesse contexto, os jornalistas tiveram que substituir a fé nos fatos por “[...] uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa.” (TRAQUINA, 2004, p. 138). A objetividade no jornalismo está expressa por uma série de procedimentos que os jornalistas utilizam para “[...] assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho [...]” (TRAQUINA, 2004, p. 139).

Traquina (2004) elenca os quatro procedimentos principais da busca pela objetividade, métodos estes amplamente aceitos na área:

- A apresentação de possibilidade conflituosas, usada pelos jornalistas para entregar, ao público, versões de fontes diferentes que divergem sobre uma mesma situação, sem fazer juízo de valor sobre qual fonte está certa;
- a apresentação de provas auxiliares, que são fatos aceitos como verdadeiros que são usados para corroborar alguma afirmação;
- o uso de aspas, que demonstram opiniões de fontes e entrevistados, ocultando a figura dos jornalistas nas reportagens, já que os discursos pertencem sempre a outras pessoas;

- a estruturação da informação em uma sequência apropriada, descrita pelo autor como um atributo formal das notícias.

Nesta estruturação, a informação mais importante de um acontecimento é sempre apresentada no primeiro parágrafo, e o resto da notícia funciona como uma “pirâmide invertida”, sendo as informações elencadas por ordem de importância (TRAQUINA, 2004).

Em *The Elements of Journalism*, os americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel afirmam que o jornalista usa métodos pessoais para testar e fornecer informações, com uma própria “disciplina de verificação” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001), embora isso não esteja padronizado em nenhum código. Fazem parte dessa verificação métodos de como procurar várias testemunhas de um evento, divulgar o máximo possível sobre fontes e considerar posicionamentos diversos na formatação de uma reportagem. Para os autores, é a verificação que distingue o jornalismo de todas outras formas de se contar uma história.

A essência do jornalismo é uma disciplina de verificação. No final, a disciplina da verificação é o que separa o jornalismo do entretenimento, propaganda, ficção ou arte. O entretenimento - e seu primo “infotretenimento” - se concentra no que é mais divertido. A propaganda selecionará fatos ou os inventará para servir ao propósito real - persuasão e manipulação. A ficção inventa cenários para obter uma impressão mais pessoal do que chama de verdade. Somente o jornalismo se concentra primeiro em acertar o que aconteceu. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001, p. 48, tradução nossa)²⁷.

Em pesquisas desenvolvidas com jornalistas, editores e cidadãos para a elaboração de seu livro, Kovach e Rosenstiel (2001) afirmam que constatarem um conjunto básico de conceitos que forma essa “disciplina da verificação”. São cinco princípios intelectuais da ciência da reportagem: não adicionar nada que não estava lá, não enganar o público, ser transparente sobre métodos e motivações pessoais, confiar na própria investigação, e ser humilde para reconhecer que os próprios conhecimentos são limitados.

No Brasil, Pereira Júnior (2006) aborda em sua obra, *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*, o processo de apuração e checagem de informações que o jornalista deve fazer na hora de elaborar uma notícia ou reportagem. Assim como Kovach e Rosenstiel (2001), aquele autor afirma que a apuração é o alicerce da notícia, e que cabe ao

²⁷ *The essence of journalism is a discipline of verification. In the end, the discipline of verification is what separates journalism from entertainment, propaganda, fiction, or art. Entertainment - and its cousin “infotainment” - focuses on what is most diverting. Propaganda will select facts or invent them to serve the real purpose - persuasion and manipulation. Fiction invents scenarios to get at a more personal impression of what it calls truth. Journalism alone is focused first on getting what happened down right.*

jornalista ser “[...] testemunha daquilo que o leitor não pôde ter acesso [...]” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 71) e verificar fatos que estão inacessíveis para o público de forma direta.

A apuração de informações segue uma sequência de procedimentos que está presente desde a hora da formulação da pauta ao momento do processo de edição, que o autor caracteriza como “controle de qualidade”. Ele afirma que a disciplina de verificação adotada em uma reportagem pode ser testada em três momentos: no planejamento do material apurado, na revisão do material apurado, e na revisão das informações editadas (PEREIRA JÚNIOR, 2006).

Ainda, conforme Pereira Júnior (2006) explica, é papel do editor fazer uma conferência minuciosa das informações apuradas para checar a veracidade da notícia, e propõe um *check list* que inclui: conferir se todos os nomes e títulos mencionados foram checados ao menos duas vezes; se todas as citações são precisas e correspondem exatamente ao que as fontes declararam; se as informações do lide²⁸ estão respaldadas; se todos os envolvidos foram ouvidos e, por fim, se ainda falta alguma informação importante a ser acrescentada (PEREIRA JÚNIOR, 2006). Também ressalta que, ao término do material organizado, é preciso colocar em prática a “edição cética”, que questiona a origem de todas as informações apuradas e faz a pergunta: “Por que deveria o leitor acreditar nisso?” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 89).

Neste contexto de atuação profissional, os checadores de fatos representam um serviço dentro do escopo do jornalismo, não podendo se desvincular de tais preceitos expostos. Dada a importância dessas práticas, existe uma instituição internacional que credita legitimidade aos serviços de *fact-checking* no mundo. Chamada de *International Fact-checking Network* (IFCN), a mesma é uma unidade do Instituto Poynter²⁹, dedicada a reunir os “verificadores de fatos” em todo o mundo.

A IFCN trabalha a partir de um código de princípios, que é uma série de compromissos que as organizações de *fact-checking* devem adotar para promover a excelência na checagem de fatos. Do ponto de vista ético, a organização afirma que a verificação de fatos

²⁸ Lide é o primeiro parágrafo de uma notícia, que geralmente responde às perguntas: o quê, quem, quando, como, onde e por quê.

²⁹ Segundo a aba “Sobre” da página do Instituto Poynter, o mesmo é um líder global em jornalismo. É o principal instrutor, inovador, organizador e fonte de pesquisa do mundo para quem deseja engajar e informar os cidadãos nas democracias do século XXI. Para esse fim, ensinam aqueles que gerenciam, editam, produzem, programam, relatam, escrevem, “blogam”, fotografam e projetam, sejam eles pertencentes a organizações de notícias ou trabalhem como empreendedores independentes. Ensinam aqueles que ensinam, assim como os alunos do ensino médio e da faculdade - os jornalistas de amanhã. Ensinam os membros do público, ajudando-os a entender melhor como o jornalismo é produzido e como saber por si mesmo quando o mesmo é legítimo. Disponível em: <https://www.poynter.org/about-us/our-mission-and-work>. Acesso em: 24 jul. 2018.

deve ser não-partidária e transparente, e se constitui como um instrumento poderoso de jornalismo.

As organizações signatárias cumprem os seguintes compromissos:

1 - **Compromisso com o não-partidarismo e a imparcialidade:** as organizações signatárias checam fatos usando o mesmo padrão para cada checagem de fatos. Elas não concentram sua verificação de fatos de um lado. Elas seguem o mesmo processo para cada checagem de fatos e deixam a evidência ditar as conclusões. Os signatários não defendem ou tomam posições políticas sobre as questões que verificam;

2 - **Compromisso com a transparência das fontes:** as signatárias devem propiciar que seus leitores possam verificar os resultados por si mesmos. As signatárias fornecem todas as fontes com detalhes suficientes para que os leitores possam replicar seu trabalho, exceto nos casos em que a segurança pessoal da fonte possa ser comprometida. Nesses casos, os signatários fornecem o máximo de detalhes possível;

3 - **Compromisso com a transparência do financiamento e da organização:** as organizações signatárias são transparentes sobre suas fontes de financiamento. Se elas aceitarem financiamento de outras organizações, devem garantir que os financiadores não tenham influência sobre as conclusões que os verificadores de fatos alcançam em seus relatórios. As organizações signatárias detalham o histórico profissional de todas as principais figuras da organização e explicam a estrutura organizacional e o *status* legal. As signatárias indicam claramente uma maneira dos leitores se comunicarem com eles;

4 - **Compromisso com a transparência da metodologia:** as organizações signatárias explicam a metodologia que usam para selecionar, pesquisar, escrever, editar, publicar e corrigir suas verificações de fatos. Elas encorajam os leitores a enviar declarações para a checagem de fatos e são transparentes sobre o porquê e como elas checam os fatos;

5 - **Compromisso com uma política de correções aberta e honesta:** as organizações signatárias publicam sua política de correções e a seguem à risca. Elas devem corrigir de forma clara e transparente, de acordo com a política de correções, buscando, na medida do possível, garantir que os leitores vejam a versão corrigida (IFCN, 2018).

Os preceitos instituídos pelos serviços de checagem de fatos signatários do IFCN cumprem o que rege o fazer profissional do jornalismo, fato este já esperado por se tratar de um serviço que, embora novo, emergiu do jornalismo e possui seu objeto de análise circunscrito nele: as notícias, as reportagens, as entrevistas, as coletivas de imprensa e outros.

O interesse em compreender as metodologias dos serviços de checagem é buscar elementos decisivos para a auditabilidade da informação e aprofundá-los em análises posteriores a este estudo, na crença de que quanto mais explorado o assunto, mais oportunidades de redimensionamento das frentes de combate à desinformação e, especificamente, às *fake news* serão criadas.

5.2 Da notícia às *fake news*: a disciplina da verificação e o legado à auditabilidade do usuário comum

Em meio ao cenário permeado por *fake news*, a notícia, mais do que nunca, necessita se mostrar legítima. A disciplina da verificação, segundo Pereira Júnior (2006), fator de domínio do jornalismo profissional, configura-se como um elemento integrante do processo de elaboração da notícia, passou a ser também uma evidência de confiabilidade para a audiência. Isto é, expor o passo a passo da verificação de uma notícia exige o detalhamento da verificação, uma minuciosa exposição que comprove como a notícia em questão foi julgada.

É um jogo de ‘versões’ e construções de realidades, em que a transmissão noticiosa flerta a ironia de Jean Baudrillard: na medida em que não é desmentida, uma notícia circula como provável. Mas até quando desmentida, algo sempre parece permanecer - o conceito de verdade continuará agregado, mesmo se a informação for inteiramente falsa. Todo cuidado deve ser, portanto, dobrado. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 71).

Esta necessidade é um indicativo da complexidade de análise das *fake news*, pois, se avaliar uma notícia falsa fosse simplesmente apresentar uma evidência contrária, a contenção da circulação de desinformação seria bem mais simples. Como já discutido, as características da chamada “pós-verdade” exigem mais do que a simples e pura evidência, requerendo um volume de informação muito maior que a própria informação falsa carrega.

O discernimento entre a “notícia”, no sentido em que o jornalismo propõe, e as “*fake news*” exige do sujeito uma espécie de disciplina da verificação, desenvolvida de maneira coletiva, em certa medida, mas com características pessoais intensamente presentes. Afirmar que determinado nível de escolarização do sujeito o previne de ser vítima de desinformação é uma negação ao poder das *fake news*, além de ser uma postura contraproducente do ponto de vista do enfrentamento ao problema.

“CNH vencida é cancelada após 30 dias” e “STJ autoriza cancelamento de CNH em caso de IPVA atrasado” intitularam publicações que circularam livremente nas redes sociais e nos aplicativos mensageiros entre 2017 e 2018. Ambas as notícias apresentam dados

concretos contendo número de portarias expedidas pelos seus respectivos órgãos gestores, *links* para *sites* e imagens ilustrativas, formando a combinação perfeita para que uma notícia passe adiante com rapidez.

Além do mais, existe, nas duas notícias, a presença de crenças típicas dos brasileiros sobre o sistema governamental, que reforçam a ideia de sofrimento da população com a burocracia extrema e a cobrança excessiva de impostos e multas. Ao analisar tais informações, questiona-se sobre quais os critérios utilizados pelos leitores no julgamento da confiabilidade das duas informações.

Checar as fontes, consultar os portais governamentais e validar a fala dos especialistas citados parece um caminho seguro, porém, exige tempo e algum tipo de competência. Os dois títulos acima mencionados apresentaram os mesmos elementos básicos da formatação de uma notícia verdadeira – com exceção da apresentação de partes conflituosas, porém, ambas as notícias são falsas³⁰. Na Imagem 1, tem-se um exemplo de como as *fake news* costumam ser formatadas.

Imagem 1 - Processo de construção de uma notícia falsa

STJ autoriza cancelamento de CNH em caso de IPVA atrasado. - ASSINE A PETIÇÃO...
www.odetative.com

Na verdade, a tacada foi ainda pior do que possa parecer. Confira:

1 O STJ autorizou o cancelamento definitivo da CNH de quem estiver com IPVA atrasado ou com nome no SPC e SERASA.

A partir de hoje, quem tiver com IPVA de veículo atrasado ou com nome cadastrado no SPC ou SERASA, terá a CNH automaticamente cancelada. A medida foi aprovada nesta semana pelo STJ.

2 Entenda como funciona:

- SPC ou SERASA dívida até 2 mil reais - CNH suspensa automaticamente por 12 meses.
- SPC ou SERASA dívida acima de 2 mil reais - CNH suspensa por 24 meses e multa.
- IPVA atrasado acima de 3 meses - Cancelamento definitivo da CNH e multa de R\$2.934,70.

3 Em caso de cancelamento da CNH, o indivíduo terá que refazer todo o processo de exames, provas teóricas e físicas e teste psicológico.

Advogados criaram uma petição contra essa autorização, a petição precisa de **500 mil** assinaturas para que a proposta seja enviada ao congresso.

4 Se você enviar para **10** contatos ou **3** grupos, e essas pessoas fizerem o mesmo, logo teremos o número de assinaturas suficiente.

5 <http://www.odetative.com/2018/06/stj-autoriza-cancelamento-de-cnh-em.html?m=1>

www.odetative.com/2018/06/stj-...

O DETETIVE
A verdade é nosso objetivo, imparcialidade é nosso lema!

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados pelo aplicativo *Whatsapp* (2018).

³⁰ O Senado Federal reportou, em sua conta do Twitter (@SenadoFederal), que tais notícias são falsas.

Grande parte das *fake news* é de fácil identificação por seu teor bizarro, controverso, mal elaborado e sem critérios mínimos de validação, como os argumentos de autoridades (especialistas, universidades, pesquisas, e etc.), provas aparentemente concretas (fotos, vídeos, documentos, entre outros) e a indicação de fontes (*sites*, textos, autores, etc.). O problema, porém, encontra-se justamente nas notícias que atendem a todos os critérios mínimos de confiabilidade que se indica checar, sendo ainda adicionados os itens de popularidade do tema e de adequação ao contexto social.

Tendo como exemplo a notícia da Imagem 1, disseminada no aplicativo mensageiro *Whatsapp*, identificam-se elementos comumente presentes na formatação da notícia falsa, com o intuito de parecer legítima:

- 1 - Utilização de argumento de autoridade, visto o poder do órgão público citado, o STJ; porém, não há *link* que direcione para a fonte primária da informação; assim, a checagem de dados é dificultada. Na formatação de notícias (TRAQUINA, 2004), quem diz não é o jornalista, mas um terceiro elemento, neste caso, o STJ; além disso, a estrutura da “notícia” parte do fator de mais alto impacto até o de menor importância;
- 2 - A síntese preparada da referida medida do STJ é um item essencial dada a urgência da informação em contextos das redes sociais, pois, assim, descarta-se a necessidade de ler a medida na íntegra; logo, o estado de dúvida (BOURDIEU, 1997) é dispensado, não passando o sujeito para a etapa da crítica profunda. Neste caso, é importante salientar a ausência de possibilidades conflituosas (TRAQUINA, 2004), o que pode ser interpretado como um indicativo de alerta para a possibilidade de enviesamento da notícia;
- 3 - Informação de impacto e de forte apelo social, que desencadeia emoções semelhantes (revolta, medo, etc.) e que por isto tende a ganhar adeptos a tal tese (D’ANCONA, 2018); quanto mais adequada à cultura, ao contexto ou à situação, mais fácil se torna gerar empatia com o público, facilitando a crença na informação;
- 4 - É feita uma chamada para a multiplicação da informação, a partir da ideia de participação cidadã e de compromisso com temas que envolvem a sociedade; as pessoas se sentem importantes partícipes (GOMES, 2019) do ciberespaço, e com seus próprios poderes de produção, os quais julgam autônomos (MORIN, 2003), aderem com facilidade às propostas sugeridas, como as petições *on-line*. Verdadeiramente, os *links* levam para páginas com outros fins além das falsas mobilizações, a saber, a publicidade e serviços;

5 - *Link* para a fonte, fator este amplamente requisitado para conferir legitimidade à informação; todavia, as fontes também podem ser falsas, em um simulacro de legalidade. Algumas fontes falsas usadas como referência são muito semelhantes a fontes consideradas de credibilidade. Percebe-se que as provas auxiliares (TRAQUINA, 2004) estão presentes e atuam na cessão do estado de dúvida (BEZERRA; SCHENEIDER; BRISOLA, 2017) do sujeito.

Esta série de preocupações básicas para identificar uma notícia falsa teve sua validade testada em um experimento realizado em parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em seu Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital, e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O experimento tinha como objetivo mensurar e avaliar a repercussão da circulação de uma notícia falsa nas redes sociais. Além da elaboração da notícia, foram cuidadosamente montados *sites* que seriam as fontes originais da informação (UFPB, 2018).

A notícia intitulada “Copa 2018: com 97% de acertos, paranormal russo prevê que Brasil será hexacampeão”, apesar de causar descrédito em virtude de seu teor atípico e curioso, foi publicada inicialmente na página do *Facebook* criada para tal experiência, chamada de Gazeta Rio. A notícia trazia o *link* para o *site* Gazeta Rio, em que a matéria estava na íntegra, trazendo em seu término uma segunda fonte, o *site* *Voice of Manchester*, também criado pelos pesquisadores. Em inglês, o *site* trazia a mesma informação e remetia os créditos ao *site* russo *OMSK Herald*, que continha inúmeras informações sobre a copa. Com as fontes reforçadas, o que reduz a crença em *fake news*, a notícia teve 200 mil visualizações no *Facebook*, 25 mil nos *sites* criados e 40 mil no *Twitter*.

O experimento utilizou recursos para potencializar a circulação da informação em rede, sendo eles o anúncio pago, que direciona a notícia a públicos de interesse e o uso de *bots*³¹, responsáveis por replicar o conteúdo e interagir sobre o mesmo a partir de programação previamente definida. O uso desses robôs virtuais, que disparam informações a cada dois segundos e interagem como se fossem usuários reais, eleva as métricas sobre a notícia postada e atrai mais usuários em torno da discussão do assunto.

A compra desses robôs virtuais e de contas falsas nas redes sociais é fundamental na disseminação de *fake news* com objetivos grandiosos, como o apoio da opinião pública em disputas eleitorais. A propósito deste fato, acredita-se que a manipulação da informação por meio de tais recursos seja uma ameaça real ao sistema democrático, visto que alteram dados e potencializam fraquezas dos candidatos.

³¹ É um dispositivo ou grupo de dispositivos, eletromecânicos ou biomecânicos capazes de realizar trabalhos de maneira autônoma ou pré-programada.

Como fato concreto, têm-se as últimas eleições presidenciais dos EUA em 2016, que elegeram Donald Trump, e estão sendo investigadas sob suspeita de manipulação de notícias falsas sobre sua oponente, Hillary Clinton. Fato semelhante ocorreu no Brasil, em que a circulação massiva de *fake news* durante o período eleitoral de 2018 provocou um cenário coletivo perturbador, estando este fato ainda em apuração pela “CPMI das *fake news*”.³²

Há um grupo de pesquisa na Universidade de São Paulo (USP) que desenvolve o projeto “Monitor do debate político no meio digital”³³, buscando mapear, mensurar e analisar o ecossistema de debate político no meio digital. Com o uso de ferramentas específicas, são recolhidas matérias sobre política brasileira de inúmeros veículos de comunicação e redes sociais, como o *Facebook*. Com isto, é feita uma análise do número de matérias produzidas e o número de compartilhamentos e comentários de cada matéria, por veículo e por categoria agregada, que são apresentados em relatórios semanais.

A Associação dos Especialistas de Políticas Públicas de São Paulo (AEPPSP) fez uma postagem no *Facebook* sobre entidades monitoradas pelo projeto da USP, destacando as organizações que trabalham no anonimato na produção de notícias. Essa postagem foi transformada, por outro *site*, em um *ranking* sobre as organizações que mais disseminam *fake news* no Brasil, tendo como fonte de veracidade o referido projeto, sendo o mesmo responsabilizado pela pesquisa. Tal *ranking* repercutiu em mais de 200 mil compartilhamentos, tendo visibilidade por ser replicado por jornalistas, professores e deputados, ou seja, pessoas cuja autoridade profissional traz conforto em relação à veracidade da notícia, tanto pelo seu formato quanto por suas fontes seguras. Todavia, o *ranking* era uma notícia falsa, pois os dados da pesquisa foram retirados do contexto, reinterpretados segundo critérios próprios e, ilicitamente, usou o projeto como fonte. O caso da “notícia falsa sobre notícias falsas” chegou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que obrigou o projeto a responder sobre o caso.

Com a crescente propagação das *fake news*, outro problema ainda passou a se intensificar. Refere-se a uma volta dos usuários aos meios de informação e comunicação profissionais – principalmente os portais das empresas midiáticas renomadas, com o intuito de

³² A CPMI das *fake news* tem como objetivo “Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2292>. Acesso em: 10 jan. 2020.

³³ Projeto disponível para consulta em: <https://www.monitordigital.org/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

checar informações de fontes diversas, ou, ainda, de apenas creditar legitimidade às informações advindas de tais meios.

Não sendo uma tendência recente, as notícias falsas, total ou parcialmente, estão presentes nos meios de informação considerados profissionais, geralmente em um formato bem elaborado e com argumentações tendenciosas. Este fato aumenta o poder de manipulação da informação, pois, salvaguardados por suas autoridades previamente estabelecidas, as fontes de informação profissionais recebem, por parte dos usuários da informação, um “selo” de credibilidade, muito embora suas informações também possam atender a objetivos escusos, como os relacionados ao partidarismo político e às demandas mercadológicas.

As *fake news* de caráter mais prejudiciais à sociedade são aquelas que passam pelo crivo da crítica superficial ou possuem intermediadores ditos de confiança, seja pela posição social que ocupam ou por sua legitimidade naturalmente concebida pela maior parte da população, como as grandes empresas midiáticas. Volta-se, então, à questão inicial do papel do sujeito informacional frente aos complexos desafios trazidos pelo excesso informacional em rede, refutando-se a ideia de que possa haver uma fonte de informação confiável em sua totalidade, e, menos ainda, mecanismos eficientes de checagem de informações, sejam eles automáticos ou com relação às competências informacionais dos usuários.

A competência crítica em informação se faz essencial tanto pelo seu sentido literal, por evidenciar o caráter crítico e proativo dos sujeitos, quanto por problematizar as competências em informação formalmente estabelecidas. A discussão sobre as competências informacionais e midiáticas, e outras derivadas do termo *information literacy*, possui sua importância reconhecida e aplicada em estudos e políticas públicas, porém, em virtude da dimensão do universo informacional mediado por tecnologias, multiplicam-se as variáveis complicadoras para o trato com a informação.

Desenvolver uma postura centrada na crítica não implica simplesmente a recusa da informação dita suspeita, mas exige formas de problematizá-la a partir de um contexto específico, das possibilidades de checagem de fontes e da discussão coletiva sobre a informação em análise, de modo a aprofundar a temática com o intuito de chegar a uma síntese segura, mesmo que momentânea e aberta a novas modificações. Assim, alerta Traquina (1993, p. 276):

É importante começar a olhar mais criticamente para as qualidades narrativas das notícias. Embora as notícias não sejam ficção, é uma ‘estória’ sobre a realidade, não a realidade em si. Contudo, devido ao seu estatuto privilegiado como realidade e verdade, os poderes sedutores das suas narrativas são particularmente significantes.

Este posicionamento é uma alternativa para a também existente apatia dos sujeitos em relação à cultura de debate democrático e da falta de uso de argumentos sólidos em detrimento de concepções puramente individuais ou historicamente construídas. Apenas o fato de não compartilhar a informação por receio de fazer parte do fluxo das notícias falaciosas é um desserviço de igual modo, pois, informações importantes certamente deixarão de circular em virtude da insegurança do sujeito.

A autonomia, de acordo com Morin (2003), que tanto se clama dos sujeitos deve afastar-se do individualismo, porquanto se faz mister versar sobre as capacidades de cooperação entre os sujeitos e da construção colaborativa da informação. Mesmo cientes da complexa rede de interferência, seja ela de cunho educacional, social ou econômico, que afeta a possibilidade de uma autonomia mais próxima à real, isso não significa a rendição a uma postura pessimista, que posiciona os sujeitos como meros elementos disponíveis para modos diversificados de manipulação.

Os sujeitos desenvolvem competências em informação à parte das instâncias formais, ou seja, dos currículos escolares ou de qualquer tipo de política pública. A demanda pelo uso da informação no contexto digital “forma” constantemente os sujeitos informacionais contemporâneos, independentemente de sua escolarização ou nível de letramento. É neste sentido que as competências em informação, quando tratadas de modo a alcançar os sujeitos pelas vias formais, entram em descompasso com os desafios emergentes.

Na instância teórico-conceitual em que esta tese se fundamenta, as formas de intervenção propostas para lidar com tal problemática recomendam que o sujeito seja considerado em sua dimensão social e que as competências em informação requeridas não se tornem fatores excludentes - na medida em que não consigam abranger as possibilidades diversas de atuação dos sujeitos em sua realidade local e que sejam pensadas apenas em virtude de aplicações formais.

Propõe-se, assim, que se evite a estabilização dos conceitos das competências em informação, como sugere Elmborg (2012), a partir da elaboração de padrões como soluções práticas, mas incapazes de abarcar a complexidade da informação em rede. Trata-se de pensar na competência crítica em informação como uma metacompetência, mutável e instável, que o sujeito não consegue possuí-la em sua totalidade, mas que deve ser utopicamente perseguida em termos de enfrentamento dos problemas informacionais e, mais ainda, pelo poder que a informação possui em transformar sujeitos e sociedades.

Neste sentido, retoma-se a ideia de auditabilidade da informação com vias a uma síntese conceitual que aqui se faz necessária. A auditabilidade da informação, em uma

perspectiva convergente com a competência crítica da informação, diz respeito às práticas de análise, problematização e síntese crítica da informação, de modo que o veredito estável sobre tal informação seja menos importante que o processo de elaboração de possibilidades interpretativas e da instauração da dúvida. Contudo, tais características do processo de auditabilidade da informação não devem servir de aval para a relativização extrema e tampouco para a negação de evidências e provas.

É importante afirmar que a auditabilidade da informação não tem por fundamento a aspiração de definir critérios de verdade para a avaliação da informação, pois, ao passo que se esboça diretrizes e metodologias de checagem padronizadas, assume-se o caráter prescritivo aqui evitado. Logo, as práticas de auditabilidade da informação devem ser pensadas de modo a contribuir com o surgimento de metacompetências, proporcionando o estímulo às ações que conduzam o sujeito comum a construir sua própria disciplina de verificação. E ainda, refletindo sobre o lado oposto, os profissionais da informação e da comunicação podem contribuir para esse aprendizado coletivo, ao pensar como a disponibilização da informação que cabe a cada um pode influenciar neste estado de pensamento crítico.

Estes argumentos pretendem balizar as ponderações sobre como a competência crítica em informação e a disciplina de verificação estudada por meio dos serviços de *fact-checking* podem contribuir, em termos conceituais, no enfrentamento às *fake news*.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas realizadas tendo como fenômenos de análise as práticas que ocorrem no ciberespaço representam um grande desafio metodológico. Em primeiro lugar, delimitar um escopo de análise neste ambiente exige considerar a fluidez do ciberespaço, em que os processos informacionais e os sujeitos envolvidos estão em constante estado de reconfiguração (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). Além de que, não há esforço metodológico capaz de abarcar nenhuma realidade em sua totalidade, seja ela virtual ou não, tendo o pesquisador o desafio de estabelecer os meios necessários para a consecução dos objetivos propostos.

É imperativo afirmar que fenômenos informacionais emergentes possuem características mutáveis e incontornáveis, além da impossibilidade de um afastamento temporal entre os mesmos e seu processo de observação científica. Isto se dá em virtude da velocidade em que os fenômenos se modificam e afetam o contexto social, não permitindo que o pesquisador tenha uma experiência de análise sob um elemento estabilizado (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

A propósito do fenômeno em estudo nesta pesquisa - as *fake news* no tocante às metodologias de checagem profissionais - é plausível que a pesquisa seja realizada com base em dados advindos do ciberespaço, porquanto se sabe que, apesar do ciberespaço não ter sido a base do seu surgimento, é nele que o fenômeno tem ganho proporções nunca antes experimentadas.

Segue-se com a descrição dos elementos caracterizadores da metodologia desse estudo, ordenados em subdivisões específicas em virtude de uma melhor compreensão das escolhas metodológicas realizadas.

6.1 Caracterização da pesquisa

Por sua finalidade, esta é uma *pesquisa básica estratégica*, pois, volta-se para o “[...] desenvolvimento de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos.” (GIL, 2010, p. 27). Entende-se que o fenômeno aqui estudado necessita de aprofundamento conceitual e teórico, para que, em situações posteriores, os desdobramentos de tais estudos possam elucidar questões de ordem prática. Para um delineamento eficaz dos procedimentos metodológicos, a caracterização da pesquisa em

relação aos objetivos e aos dados coletados foram descritos e fundamentados sob o ponto de vista da metodologia da pesquisa científica (GIL, 2010).

6.1.1 Quanto aos objetivos

Do ponto de vista de seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como sendo *exploratório-descritiva*. Exploratória, dada a necessidade de aprofundamento da temática “competência crítica em informação” em sua fase de intensa alteração de um dos fenômenos com os quais ela pode contribuir. Descritiva, pela necessidade de descrição dos elementos emergentes das metodologias dos serviços de *fact-checking*, e pela possibilidade de identificação de relação entre suas variáveis (BRAGA, 2007; GIL, 2010).

Para o cumprimento do objetivo geral desta pesquisa - *Analisar as estratégias metodológicas de auditabilidade da informação adotadas por serviços de fact-checking nas práticas de disseminação de fake news tomando como referência teórica a competência crítica em informação* - buscou-se compor os objetivos específicos com elementos suficientes para viabilizar a discussão proposta, de acordo com os direcionamentos analíticos sistematizados no Quadro 3.

Quadro 3 - Relação entre objetivos específicos e direcionamentos analíticos

IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	DIRECIONAMENTO ANALÍTICO
Objetivo específico “a”	Mapear as metodologias de checagem de informações adotadas por serviços de <i>fact-checking</i> .	Os serviços de checagem de fatos signatários do IFCN seguem um padrão similar de verificação, visto que adotam, obrigatoriamente, as mesmas diretrizes? Existem diferenças substanciais entre os serviços de acordo com sua localização geográfica ou outras características? De que maneira se pode relacionar a teoria apresentada como fundamento desta pesquisa com a auto formação de competências, a partir desses padrões metodológicos de checagem profissional?
Objetivo específico “b”	Caracterizar as estratégias utilizadas por esses serviços de <i>fact-checking</i> .	Quais as principais estratégias de checagem realizadas? As diversas formas de apresentação da informação exigem estratégias de análise distintas?
Objetivo específico “c”	Identificar os elementos recursivos que validam a informação criada e veiculada por meio de comunidades virtuais.	É possível identificar elementos regulares em informações falsas? Se tais elementos forem um padrão já reconhecido como constantes, isto é, parte da sociedade reconhece-os como alertas de manipulação da informação, por qual motivo não se consegue barrar efetivamente a veiculação de tais conteúdos? Tais elementos apresentam-se em níveis de complexidade distintos?
Objetivo específico “d”	Estabelecer, a partir da competência crítica em informação, elementos determinantes para o trato da informação no ciberespaço.	Utilizar como parâmetro os pressupostos do <i>framework</i> da ACRL “ <i>Information Literacy for Higher Education</i> ” na composição analítica do objetivo D, em um movimento de convergência teórica que esta pesquisa propõe, especialmente, no que diz respeito às questões de autonomia e às implicações da competência crítica em informação em tal processo.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A partir da delimitação dos objetivos, procurou-se reunir os meios apropriados para a obtenção de dados suficientes para balizar os direcionamentos analíticos propostos.

6.1.2 *Quanto aos métodos e técnicas empregados*

O método utilizado para a coleta dos dados foi a *pesquisa documental*. A pesquisa documental, de acordo com Gil (2010), engloba uma diversidade de fontes que podem ser utilizadas em seu modo original, como arquivos e documentos que não receberam nenhum tratamento analítico. As informações sobre as metodologias dos *fact-checking* estão disponibilizadas nos *sites* das organizações, compondo uma fonte de informação interna à instituição, mesmo que compartilhada. Logo, este tipo de fonte é considerada documental, enquadrando-se na modalidade de documento eletrônico (GIL, 2010).

A técnica da *observação sistemática* foi empregada no momento que antecedeu à coleta de dados, visto que esta técnica possibilita ao pesquisador reconhecer, *à priori*, os elementos de maior relevância para alcançar os objetivos propostos, criando um plano de observação para orientar a coleta, análise e interpretação dos dados (GIL, 2010). Para a análise de dados, utilizou-se a *técnica de análise de conteúdo* (BARDIN, 2010), sendo a mesma descrita abaixo nos procedimentos de coleta e organização de dados.

6.1.3 *Quanto ao objeto de pesquisa*

A delimitação do objeto de pesquisa pautou-se na necessidade de elementos de análise razoavelmente estáveis, isto é, que apresentassem relativa continuidade e consistência em termos de formas de tratamento sobre o fenômeno das *fake news*. Com este critério, partiu-se para um levantamento de dados em busca de estudos e serviços que tratassem das possibilidades de detecção das notícias falsas. Neste íterim, notou-se que havia em curso o crescente surgimento de serviços de checagem de informação, os nomeados *fact-checking*, principalmente no período correspondente às disputas eleitorais no Brasil no ano de 2018, dado o grande volume de notícias falsas circulando nas redes sociais e nos aplicativos mensageiros.

Diante desta primeira avaliação, e ponderando sobre a fluidez e o período de intensos esforços para a compreensão do fenômeno em curso, considerou-se que o serviço de checagem de informação, enquanto um elemento de combate às *fake news*, representa uma forte tendência de contrapartida social aos problemas causados pela desinformação em massa.

O entendimento de seu funcionamento, portanto, torna-se necessário na tentativa de compreender as lacunas existentes no processo de checagem do sujeito comum, além de avaliar as potencialidades que tais metodologias podem apresentar à sociedade em termos de uma aprendizagem coletiva sobre como lidar com as notícias falsas, e ainda, possíveis visões sobre critérios de *verdade* que têm influência no modo em que as informações são checadas.

São centenas de serviços de *fact-checking* disponíveis em todo mundo, o que *a priori* inviabilizou um critério de análise estatisticamente representativo do universo existente. Ao analisar serviços em nível local, notou-se que os pioneiros no Brasil apresentavam uma certificação internacional, uma espécie de selo de qualidade pelo serviço apresentado. Este selo é dado pelo *International Fact-Checking Network* (IFCN), entidade que tem como objetivo reunir iniciativas de checagem de informação por todo o mundo.

Esta rede internacional de checagem de informação é uma iniciativa da *Poynter Institute* – Instituto Poynter de Estudos de Mídia, uma escola de jornalismo sem fins lucrativos localizada na Flórida. Os estudos desenvolvidos por essa instituição e o vasto suporte de fundadores e doadores de renome, conferem à mesma o reconhecimento necessário para o funcionamento do IFCN, sendo a validação ofertada aos serviços de checagem de informação um medidor de qualidade e confiabilidade dos mesmos. Entre os fundadores do *Poynter Institute*, destacam-se a Fundação de Bill Gates e a *Duke University*, uma das universidades americanas mais conceituadas do mundo.

É importante que se saiba a força representativa do Instituto Poynter para que seja dado o devido reconhecimento ao IFCN. Segundo descrição no portal da instituição, o Instituto Poynter cresceu de uma loja em São Petersburgo, na Flórida, para uma das escolas mais influentes do mundo para jornalistas. Segundo suas declarações de missão e visão,

[...] o Instituto Poynter é instrutor, inovador, organizador e recurso para qualquer um que aspire envolver e informar os cidadãos. Servimos não apenas às democracias do século XXI, mas também àquelas dos cantos do mundo onde as pessoas que honram a liberdade e o governo autônomo lutam contra tiranos e autocratas. (INSTITUTO POYNTER, 2019, tradução nossa)³⁴.

Ainda de acordo com suas declarações, ao apoiar o Instituto Poynter, fortalece-se o papel do jornalismo em uma sociedade livre, pois o mesmo defende a liberdade de expressão, o diálogo civil e o jornalismo convincente que ajuda os cidadãos a participarem de

³⁴ [...] *Poynter is an instructor, innovator, convener and resource for anyone who aspires to engage and inform citizens. We serve not only 21st-century democracies, but those in corners of the globe where people who honor freedom and self-government struggle against tyrants and autocrats. (POYNTER INSTITUTE, 2019).*

democracias saudáveis. O Instituto é especialista em ética e verificação de fatos, reportagem e *storytelling*, desenvolvimento de líderes de jornalismo, promoção da diversidade da redação e fortalecimento de empresas de notícias locais.

Considerando a importância desempenhada pelo Instituto Poynter em seus estudos e iniciativas pioneiras, o IFCN (2019) desponta no cenário da incerteza informacional ofertando uma metodologia, em um sentido macro, de como os serviços de checagem de informação devem ofertar à sociedade um trabalho pautado na ética e na responsabilidade de comunicação da informação. A IFCN (2019) trabalha a partir de um código de princípios, que é uma série de compromissos que as organizações de *fact-checking* devem adotar para promover a excelência na checagem de fatos. Do ponto de vista ético, a organização afirma que a verificação de fatos deve ser não-partidária e transparente, e se constitui como um instrumento poderoso de jornalismo.

Ao considerar o *fact-checking* uma atividade formalmente estabelecida, com atuação em todo mundo e que possui elementos auto reguladores, acredita-se que a partir da análise de seu funcionamento e da sua lógica, é possível realizar uma apreciação integrativa junto ao referencial teórico exposto. Alia-se a isto o fato de que sob este viés analítico, a averiguação científica aproxima-se do grande público, ao qual convencionou-se chamar, neste estudo, de sujeito comum.

O IFCN (2019) oferta a possibilidade de que qualquer serviço de checagem possa submeter uma proposta de verificação de seu desempenho, pleiteando o status de organização signatária da rede. A avaliação é realizada por um Conselho Consultivo, composto por sete conselheiros que representam a diversidade geográfica da rede. Eles são pioneiros no desenvolvimento e implementação de checagem de fatos em seus países e regiões. Nenhum membro do conselho é remunerado pelo seu trabalho. O principal papel do Conselho Consultivo é ajudar a supervisionar o processo de verificação do código de princípios da rede, sendo também consultado sobre todos os assuntos e decisões que tenham relevância internacional para os verificadores de fatos. Uma vez obtida a credencial de organização signatária da rede, a mesma é válida por um ano, sendo realizada nova avaliação para a renovação da adesão, de acordo com o cumprimento integral dos princípios exigidos.

6.2 Universo e amostra da pesquisa

A partir da delimitação do universo e da amostra torna-se possível visualizar o escopo de observação dado em relação ao tema geral. A dimensão de cada universo deve ser

ponderada não somente em relação à sua quantidade (sujeitos, artefatos, lugares, etc.), mas, principalmente, em sua relação com os objetivos propostos.

Para o delineamento destes dois elementos, optou-se por demarcar um universo que proporcionasse meios analíticos estáveis, por isso o IFCN. Já para a amostra, após diversos testes de delimitação e segmentações (por região, idioma, tempo de atuação, entidade gestora, etc.), decidiu-se, considerar a diversidade dos serviços e uma maior aproximação com a realidade brasileira, que se mostra também diversa.

6.2.1 Quanto ao universo

O universo desta pesquisa, no contexto do ciberespaço, constitui-se dos serviços de *fact-checking* que fazem parte da rede formada pelo o IFCN. A seleção deste universo de pesquisa se justificou pelo fato de que tais iniciativas de checagem de fatos estão mais próximas do fenômeno em análise, ou seja, estão lidando concreta e diretamente com as *fake news*, sem intermediários formais como currículos escolares e políticas públicas, o que permitiu a elaboração de uma crítica entre a literatura recorrente sobre as competências e o fenômeno selecionado propriamente dito.

Como a validade de adesão de cada serviço signatário é limitada, há uma permanente modificação do número total dos mesmos, tanto pela possibilidade de não renovação da adesão por parte do instituto – devido, por exemplo, ao não cumprimento das exigências requeridas - quanto pela entrada de novos serviços.

Para viabilizar a análise, o recorte temporal deu-se no mês de junho de 2019, em que havia 65 serviços de *fact-checking* certificados (Apêndice A), sendo este, portanto, o universo deste estudo.

Como é possível identificar na listagem do universo, os 65 serviços estão presentes nos 5 continentes³⁵: África (4,61%), América (16,92%), Ásia (29,23%), Europa (46,15%) e Oceania (3,07%) (Apêndice B); e operam em diversas línguas, em um total de 26 idiomas (Apêndice B).

Esta variedade de serviços que compôs o universo demonstrou-se importante para a construção de uma análise com dados heterogêneos, pois, mesmo diante das especificações exigidas pelo IFCN, durante a atividade de observação sistemática dos sites de tais serviços, notou-se que a padronização exigida não torna os serviços iguais em sua essência.

³⁵ Decidiu-se adotar a distribuição geográfica mundial que considera apenas 5 continentes.

6.2.2 Quanto à amostra

Em prol da exequibilidade da pesquisa, optou-se por selecionar uma *amostra do tipo intencional* (VIEIRA, 2008), que delimita, dentro de um universo específico, uma amostra correspondente ao necessário para o cumprimento dos objetivos propostos. Tal amostra deve reunir um conjunto de critérios que a caracteriza como propícia ao estudo do fenômeno em análise. Com isto, foram estabelecidos os seguintes critérios:

- a) A amostra deve conter representantes de todos os 5 continentes, para que se possa obter um panorama em caráter mundial;
- b) O fator idioma deve ser limitado por conveniência de acessibilidade da pesquisadora, sendo eles: português, inglês e espanhol;
- c) Em termos percentuais para a seleção dos serviços de cada continente, estabeleceu-se, após a aplicação dos dois critérios anteriores: 50% da amostra para a América, para que se pudesse garantir uma maior participação dos serviços brasileiros na amostra; e, 20% para os demais continentes. Em caso de resultados percentuais não inteiros, optou-se pelo número imediatamente superior (por exemplo, $2,2 = 3$ serviços de checagem);
- d) A seleção dos serviços de checagem de modo a cumprir o percentual exigido no critério *c*, e após o cumprimento dos critérios *a* e *b*, foi realizada por intencionalidade.

Com a aplicação dos critérios, o universo e a amostra foram delimitados, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Composição do universo e da amostra

ESCOPO	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	<i>f(X)</i>
Universo	Signatárias do IFCN	Serviços de checagem	65
Amostra	A	Todos os continentes estavam representados no universo	65
	B	Após a seleção por idiomas, restaram 34 serviços aptos para a seleção da amostra, que se dividiram quantitativamente da seguinte forma: África, 3; Ásia, 11; América, 11; Europa, 7; Oceania, 2.	34
	C	Com a aplicação do critério percentual, obteve-se: África, 1; Ásia, 3; América, 6; Europa, 2; Oceania, 1.	13
Total	---	----	13

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após a aplicação dos critérios e com os quantitativos delimitados por continente, passou-se para a seleção dos serviços por critério de conveniência. Os 13 serviços de checagem selecionados, foram:

Quadro 5 - Serviços de checagem que compõem a amostra

Nº	CONTINENTE	PAÍS / IDIOMA	SERVIÇO DE CHECAGEM DE FATOS
1	ÁFRICA	África do sul / Inglês	Africa Check
2	AMÉRICA DO NORTE	Estados Unidos / Inglês	The Washington Post Fact
3	AMÉRICA DO NORTE	México - Espanhol	Animal Político - El Sabueso
4	AMÉRICA DO SUL	Argentina / Espanhol	Chequeado
5	AMÉRICA DO SUL	Brasil / Português	Agência Lupa
6	AMÉRICA DO SUL	Brasil / Português	Aos Fatos
7	AMÉRICA DO SUL	Brasil / Português	Estadão Verifica
8	ÁSIA	Índia / Inglês	BOOM
9	ÁSIA	Índia / Inglês	Digiteye India
10	ÁSIA	Índia / Inglês	Factly media & research
11	EUROPA	Espanha / Espanhol	Newtral
12	EUROPA	Reino Unido / Inglês	FactCheckNI
13	OCEANIA	Austrália / Inglês	RMIT ABC Fact Check

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O Brasil ficou bem representado na amostra, com 3 serviços de checagem selecionados, fator este de importância para o registro do marco histórico-temporal possível de se constatar com a averiguação de algumas checagens registradas. Os serviços de checagem estão apresentados por ordem alfabética dos continentes a que pertencem (África, América, Ásia, Europa e Oceania).

6.3 Coleta e sistematização de dados da pesquisa

O conjunto dos dados foi coletado exclusivamente através dos *sites* de cada serviço de checagem. Alguns desses serviços possuem contas em redes sociais, a exemplo do *Instagram* e do *Twitter*, porém, as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos estavam em seus respectivos *sites*. Os registros desta coleta resultaram nos Apêndices A e B, e permitiram o aprofundamento no universo e a sistematização necessária para delimitação lógica da amostra.

6.3.1 Quanto à coleta dos dados

Conforme a natureza da pesquisa, em relação aos dados coletados, esta consiste em uma *abordagem qualitativa* (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) o que se faz adequado para pesquisas em Ciências Sociais, que, segundo Minayo *et al.* (2007), é caracterizada pelo seu aspecto dinâmico e mutável, totalmente condizente com o fenômeno aqui estudado.

Com relação à coleta dos dados, a pesquisa é do tipo *documental* (documentos eletrônicos, aqui considerados como a descrição metodológica utilizada para a checagem de fatos que cada serviço de checagem expõe em seus sites), coletados e sistematizados a partir da elaboração de categorias de análise (BARDIN, 2010). Fazendo-se uso da observação sistemática, segundo Gil (2010), observou-se os sites dos serviços de checagem selecionados, buscando-se a identificação da metodologia de checagem utilizada, e coletando-as para posterior processamento.

A Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2010), se adequa a esta pesquisa em decorrência de seu conjunto de técnicas, as quais facilitam a sistematização e a análise de conteúdos presentes nos mais variados tipos de comunicações, estabelecendo relações requeridas pelo pesquisador.

É importante considerar que, embora exista relativa rigidez metodológica atrelada à abordagem do tipo quantitativa, o aspecto qualitativo se dá por meio dos processos de inferência, servindo de intermédio entre a fase descritiva e a interpretativa. Em suma, os procedimentos descritivos sistemáticos realizados a partir da análise de conteúdo permitem a caracterização do mesmo como um método empírico, respaldando, desse modo, os objetivos da pesquisa.

A Análise de Conteúdo, ainda conforme Bardin (2010), enquanto técnica, possui duas funções principais: a primeira é a função totalizante, heurística, que enriquece o esforço exploratório; e a segunda, é a função de “administração de provas”, que auxiliam a confirmar ou refutar a hipótese levantada. Suas sub-técnicas são variáveis, como a análise do tipo temática, que consiste em elencar e agrupar eixos de análise sobre objeto de pesquisa, formulando, assim, as categorias de análise.

Para se proceder a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010) ocorreram três momentos:

- 1) A pré-análise: fase de organização inicial, em que foi realizado o agrupamento dos dados dos serviços de checagem delimitados na amostra;

2) A exploração do material: seguiu-se para a fase de investigação mais apurada, organizando os dados de acordo com as estratégias estabelecidas para o cumprimento dos objetivos específicos;

3) O tratamento dos resultados: fase em que os dados foram descritos e, simultaneamente, discutidos com base no referencial teórico.

Na fase da pré-análise dos dados, foram estabelecidas as categorias de análise, construídas com direta referência aos objetivos específicos, como expostas adiante:

Quadro 6 - Categorias adotadas na coleta de dados

CATEGORIAS		DESCRIÇÃO
<i>Categoria 1</i>	Procedimentos de checagem	Coletar e registrar os procedimentos de checagem expostos na metodologia de cada serviço de checagem; Coletar e descrever a qualificação da informação que cada serviço de checagem atribui aos fatos analisados.
<i>Categoria 2</i>	Estratégias de checagem	Sistematizar as principais estratégias de checagem com base nas metodologias coletadas, com vias a identificação de padrões de estratégias (estratégias pautadas na evidência, na crítica, no apontamento de incoerências, na contextualização, etc.).
<i>Categoria 3</i>	Elementos recorrentes nos fatos checados	Identificar os principais elementos que aparecem nos fatos verificados, como os recursos linguísticos e imagéticos.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para o desenvolvimento das categorias, iniciou-se a análise dos serviços a partir dos endereços eletrônicos disponibilizados na lista de signatários da IFCN (Apêndice A).

Durante a coleta, constatou-se que todos os serviços da amostra apresentam publicamente sua metodologia, no entanto, alguns sites apresentam dificuldades para que o usuário localize a metodologia, ou ainda, apresentam-na por meio de vídeo, o que acrescentou uma dificuldade na coleta de dados por exigir a tradução e a descrição do conteúdo por escrito.

No tocante à descrição da qualificação que cada fato recebe após os procedimentos de verificação – uma espécie de “selo” ou “veredito” da informação checada (verdadeira, falsa, em análise, etc.), alguns checadores não expõem a descrição de suas categorias na íntegra, fato este que dificultou a coleta de dados, tendo a pesquisadora que realizar um breve levantamento em algumas checagens finalizadas e publicadas para, posteriormente, descrever os “selos” utilizados na avaliação da informação.

A intenção de identificar os elementos existentes nas metodologias de *fact-checking* que remontam às formas de concepção de competências em informação, baseia-se na

possibilidade de inferir como o sujeito comum pode apreender estratégias de auditabilidade da informação possíveis de serem replicáveis em outras situações.

6.3.2 Quanto à organização dos dados

Os dados foram coletados com uma sistematização individualizada de cada serviço analisado, contendo seus procedimentos de checagem e suas classificações próprias de qualificação da informação dos fatos avaliados. Esta organização foi feita por meio de um quadro, denominado de “metodologia de checagem”, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 - Estrutura de organização dos dados sobre as metodologias dos serviços de checagem

METODOLOGIA DE CHECAGEM DAS INFORMAÇÕES		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO
(x)	(y)	(z)

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O quadro contém duas colunas principais – *procedimentos de checagem* e *qualificação da informação*, tendo esta última mais duas subdivisões, *denominação* e *definição*.

a) **Procedimentos de checagem:** A primeira coluna descreve o passo-a-passo realizado pelos serviços de checagem desde a seleção do conteúdo até a qualificação final da informação;

b) **Qualificação da informação:** A segunda coluna descreve as nomenclaturas utilizadas na qualificação da informação, sendo formatada em duas sub colunas com o descritor da análise final da informação (*denominação*) e sua breve explicação (*definição*). Essa sistematização de organização do conteúdo foi mantida para todos os serviços avaliados, tendo sido possível identificar que alguns destes serviços divulgam tais informações em níveis distintos de clareza e precisão.

Todas as informações coletadas e registradas sobre cada serviço de checagem, registradas como no Quadro 7, advêm dos sites das organizações estudadas. Tanto os procedimentos de checagem quanto à qualificação da informação descritas são próprias de cada serviço, dados estes organizados e sistematizados durante a coleta de dados.

As checagens de fatos que foram selecionadas para a análise podem ser encontradas por meio dos *links* disponibilizados nas notas de rodapé, visto que, o volume de dados que

apresentam tornou inviável sua disposição na íntegra. Cada serviço de checagem teve uma breve descrição, limitada pela disponibilização de informação em suas páginas.

Os títulos das notícias analisadas foram traduzidos livremente, bem como a descrição das metodologias e das denominações da qualificação da informação utilizadas pelos serviços de checagem. O *framework* foi o ponto de partida para as discussões sobre *information literacy* em ambiências não-formais de ensino, com a intenção de realizar constatações teóricas mais aprofundadas, indo de encontro a uma realidade mundial sobre os fenômenos informacionais mediados pelas tecnologias digitais da informação e comunicação.

A análise do objetivo “D”, especificamente, partiu dos seis pressupostos descritos no *framework*, dos quais foram inferidas suas funções, extraíndo-se o tema central que a cada um compete, aqui nomeados de eixos, a saber: Eixo 1 - Autoridade; Eixo 2 - Processo informacional; Eixo 3 - Valor da informação; Eixo 4 - Pesquisa; Eixo 5 - Aprendizado; Eixo 6 - Exploração da informação.

A título de melhor compreensão, foi elaborado o Quadro 8:

Quadro 8 - Estrutura de organização dos dados sobre o comparativo entre elementos da ACRL e as metodologias de checagem

EIXOS ANALÍTICOS DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DA ACRL	COMPETÊNCIAS PROPOSTAS PELA ACRL	RELAÇÃO ENTRE AS COMPETÊNCIAS PROPOSTAS PELA ACRL E OS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DOS FACT-CHECKING
(x)	(y)	(z)

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A coluna 1 apresenta os eixos temáticos anteriormente citados; a 2, o título das 6 categorias preconizadas pelo *framework*; e a última coluna, as ações dos serviços de checagem de fatos durante seus procedimentos de análise, de modo a criar uma correspondência entre as categorias do referido *framework*.

6.4 Análise e discussão dos resultados da pesquisa

Quanto à análise e discussão dos dados, considerando a abordagem qualitativa e a análise centrada nos conteúdos, tomou-se como referência base o método hermenêutico de orientação crítica para que, a partir da amostra, fossem realizadas discussões sob o aporte teórico da competência crítica em informação. A importância desse método recai, conforme

pondera Minayo (1996), na possibilidade de interpretar os achados científicos e dialogar com a realidade em curso.

Entende-se que, ao partir da literatura vigente, alcança-se o rigor científico necessário para que novas investigações sejam possíveis, permitindo o acesso ao universo temático da pesquisa, que, além de ser incontornável, possui alto grau de imprevisibilidade, tanto por suas características formadoras quanto pela atuação dos sujeitos em seus variados contextos.

O processo de análise foi realizado com foco em uma *abordagem qualitativa*, com amplo espaço para inferências e projeções, mantendo, portanto, uma postura crítica com base no referencial teórico apresentado.

Ressalta-se que com o desenvolvimento da pesquisa foi possível delinear, pelo menos, parte do que se denomina concretamente de ambientes não-formais de ensino, compreendendo todo e qualquer processo informacional não mediado por currículos escolares ou profissionais da área da informação com objetivo formativo expresso.

Esta parte selecionada para análise corresponde aos serviços de checagem de informação, que prestam um importante lugar de intermédio entre o que seria formal e não-formal em relação ao trato informacional. Não-formal, no sentido aqui delimitado, pelo fato de não ter a direta obrigação em partilhar seu conhecimento técnico sobre a auditabilidade da informação, visto que é área de conhecimento do jornalismo e da comunicação de maneira mais ampla, diferentemente do *framework* apresentado pela ACRL que tem vias ao ensino e a profissionalização.

No entanto, tamanho se fez o problema sobre a circulação de desinformação, que tais serviços de checagem expuseram seus procedimentos de análise, que até então se fazia desnecessário o seu compartilhamento devido à confiabilidade coletivamente aceita que a mídia possuía em fazer suas próprias sínteses sem tantos detalhes do próprio processo.

Este movimento de abertura do fazer profissional, da explicação do desenvolvimento da investigação e das possibilidades de sínteses – como os vereditos das checagens, é o elo entre formalidade (no sentido de um “fazer profissional”) e informalidade (ambientes não constituídos exclusivamente para tratar sobre informação).

Empregar a análise sobre competência crítica em informação diante do objeto de estudo aqui definido, em intersecção com o que se tem de concreto a respeito da *information literacy*, ofertou, portanto, a possibilidade de se pensar pontos centrais de discussão científica para o enfrentamento deste período crítico experimentado acerca da desinformação.

7 METODOLOGIAS DE CHECAGEM: ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELOS SERVIÇOS DE CHECAGEM

Preliminarmente, é importante destacar que a reflexão realizada pelo referencial teórico permeou todas as etapas dessa pesquisa, permitindo, inclusive, que a metodologia definida considerasse os aspectos primordiais para a investigação do objeto desta pesquisa. Com isto, nos procedimentos metodológicos, ao se estabelecer as categorias de análise e os instrumentos de organização de dados, proporcionou-se a tangibilidade necessária para que se fosse possível contornar o fenômeno das *fake news* em um ambiente tão complexo como o ciberespaço.

O esforço analítico apresentado nos resultados baseou-se na análise das metodologias profissionais de checagem de fatos, inferindo possibilidades e/ou dificuldades relacionadas ao aprendizado de competências em informação. O desenvolvimento de um pensamento teórico-conceitual sobre os principais elementos de auditabilidade da informação no ciberespaço tornou-se importante na medida em que permitiu a intervenção em busca de estratégias para o enfrentamento dos problemas causados pelas *fake news*.

Esta seção, composta pela análise e discussões dos achados da pesquisa, está dividida em quatro subseções, sendo cada uma relacionada as temáticas centrais dos objetivos específicos. Além disso, elaborou-se uma síntese contendo os aspectos pretendidos para cada subseção, a qual se convencionou chamar de *operacionalização da subseção*, apresentado no início de cada subitem.

7.1 Metodologias dos *fact-checking*

Os resultados obtidos na análise das metodologias dos serviços de *fact-checking* possibilitaram a identificação de elementos semelhantes entre os serviços e de níveis de aprofundamento e clareza distintos. As análises partiram das questões propostas na operacionalização desta subseção. *Operacionalização da subseção 7.1*: Ao passo em que as metodologias foram mapeadas, notou-se que, embora guiadas por padrões da IFCN, suas particularidades não deixam de existir. A identificação das etapas metodológicas adotadas por cada serviço de checagem selecionado teve como fim a sistematização dos padrões de checagem, para que se pudesse avaliar as similaridades, distinções e peculiaridades existentes; as perguntas norteadoras de investigação deste objetivo específico foram: os serviços de checagem de fatos signatários do IFCN seguem um padrão similar de verificação, visto que adotam, obrigatoriamente, as mesmas diretrizes? Existem diferenças substanciais entre os

serviços de acordo com a sua localização geográfica ou outras características? Se sim, é possível que tal relação esteja vinculada às questões sociais e culturais? De que maneira se pode relacionar a teoria apresentada como fundamento deste estudo com a auto formação de competências, a partir desses padrões metodológicos de checagem profissional?

7.1.1 Serviço de checagem Africa Check

O *Africa Check* é uma organização sem fins lucrativos, com sede na África do Sul, fundada em 2012.

Quadro 9 - Metodologia de análise do serviço *Africa Check*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Definição
<p>1 - Avaliam-se as declarações de fatos. O Africa Check não avalia a exatidão de ideias, filosofias ou argumentos. Avalia-se a exatidão do que as pessoas dizem e apresentam como declarações. Concentra-se nas palavras precisas que eles usam e no contexto da declaração.</p> <p>2 - O ônus da prova é com o orador. Pessoas que apresentam reivindicações como declarações de fato devem apresentar suas provas. Embora o Africa Check busque verificar os fatos, muitas vezes não é possível estabelecê-los. Qualquer alegação não comprovada é apenas uma teoria e deve ser apresentada como tal.</p> <p>3 - Foco no que é significativo. Avalia-se a precisão das declarações, sem se propor a identificar pequenas inconsistências.</p> <p>4 - Busca-se a melhor evidência disponível publicamente no momento. Para classificar as reivindicações, confia-se nas melhores evidências publicamente disponíveis no momento da pesquisa e publica-se o relatório. Isso varia de dados e estatísticas de origem clara a entrevistas gravadas. Não se usa <i>briefings</i> não registrados ou evidências indisponíveis para o público.</p> <p>5 - Erros e atualizações são feitas quando novas ou melhores evidências aparecem.</p> <p>6 - Após conclusão das pesquisas, três profissionais - o pesquisador principal do relatório e dois editores - debatem a classificação apropriada para a reivindicação, com uma votação em que o acordo não é unânime.</p> <p>7- As classificações fornecem aos leitores a compreensão mais clara possível da exatidão da declaração - de acordo com as melhores evidências publicamente disponíveis no momento.</p>	Correta	A alegação é precisa, de acordo com as melhores evidências publicamente disponíveis no momento, e não omite nada significativo.
	Maior parte correta	A alegação contém elementos de verdade, mas não é totalmente precisa, de acordo com as melhores evidências disponíveis publicamente no momento, ou precisa de esclarecimento.
	Não comprovado	Evidências publicamente disponíveis neste momento não comprovam nem contestam a afirmação.
	Enganoso	Os elementos da reivindicação são precisos, mas apresentados de forma enganosa.
	Exagerado	A alegação exagera os fatos.
	Subestimada	A afirmação subestima os fatos.
	Incorreta	A reivindicação é imprecisa de acordo com as melhores evidências publicamente disponíveis no momento.
	Verificado	Várias reivindicações foram verificadas.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site do *Africa Check* (2019).

É registrada como *Africa Check Foundation* no Quênia e opera na Nigéria e no Senegal através de escritórios de representação. Seu slogan é: *sorting fact from fiction* (separando o fato da ficção) (AFRICA CHECK, 2019).

É notória, no Quadro 9, a preocupação em compartilhar minuciosamente os procedimentos de checagem, levando ao público um conhecimento específico do jornalismo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001; PEREIRA JÚNIOR, 2006; TRAQUINA, 2004). Esta exposição metodológica é uma das exigências do IFCN, havendo variações de precisão e aprofundamento entre os serviços analisados, mas, para além desse fato, compreende-se que tal exposição metodológica meticulosa tenha relação com a necessidade de aceitação pública do serviço ofertado, devido, em parte, ao movimento de descrença nas corporações midiáticas.

Observando o procedimento de checagem do *Africa Check*, há a clara menção de que não são analisadas ideias, filosofias ou argumentos. Exclui-se da possibilidade de verificação opiniões e sentimentos pessoais expostos nos discursos. Para além da questão do jornalismo, centrar-se nos fatos possíveis de serem comprovados por provas e evidências, infere-se que esta afirmação - tão categórica - deriva da intensidade em que tais tipos de informação não pautadas em fatos verificáveis são solicitadas para análise. Remete-se esta advertência à necessidade identificada nos sujeitos em buscar a “verdade” em instâncias subjetivas, múltiplas e relativas, caracterizada por Lyotard, (1993), como típicas do pensamento pós-moderno.

Destaca-se a categoria de qualificação da informação “subestimada”, utilizada quando a afirmação em análise subestima os fatos, mais uma relação direta com a possibilidade de desvinculação da ideia de verdade com critérios factuais, apontando, assim, o emprego da pós-verdade (D’ANCONA, 2018).

7.1.2 Serviço de checagem *The Washington Post*

O *The Washington Post Fact Checker* é uma subseção do jornal diário estadunidense de mesmo nome, sendo o maior jornal em circulação em *Washington - DC*. A coluna de checagem de fatos teve início em 2007, no momento pré-eleitoral local. Seu slogan afirma: “*Comment is free, but facts are sacred*” (comentários são livres, mas os fatos são sagrados). (THE WASHINGTON POST, 2019).

Quadro 10 - Metodologia de análise do serviço *The Washington Post*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Definição
<p>É uma operação de verificação de fatos, não uma operação de verificação de opinião. Interessa-se apenas em fatos verificáveis, embora ocasionalmente se possa examinar as raízes da retórica política.</p> <p>1- Concentra-se a atenção e os recursos nas questões mais importantes para os eleitores. Examinam-se declarações que são noticiáveis ou dizem respeito a questões de importância.</p> <p>2- Esforçar-se para ser imparcial e apartidário, chamando a atenção para declarações imprecisas à esquerda e à direita.</p> <p>3 – Adota-se um padrão de “pessoa razoável” para chegar a conclusões. Não exige-se 100% de provas. O ônus de provar a exatidão de uma afirmação está no falante, no entanto.</p> <p>4- Compromete-se em ser transparentes sobre as fontes. Sempre que possível, é fornecido <i>links</i> para fontes para que os leitores tenham acesso às informações que foram usadas para chegar às conclusões nas verificações de fatos e possam verificar as informações por si mesmas.</p> <p>5- Há uma política de correções do The Washington Post. O <i>feedback</i> de leitores que pode contestar as conclusões e que oferecem informações adicionais podem resultar em uma mudança na decisão.</p>	Um pinóquio	Algumas omissões e exageros, mas não falsidades. Majoritariamente verdadeiro.
	Dois pinóquios	Omissões significativas e/ou exageros. Algum erro factual pode estar envolvido, mas não necessariamente.
	Três pinóquios	Erro factual significativo e/ou contradições óbvias. Isso entra no reino de "principalmente falso". Mas poderia incluir declarações que são tecnicamente corretas mas são tiradas do contexto de modo a serem muito enganosas. A linha entre dois e três pode ser um pouco confusa, por isso, esforça-se para explicar os fatores que nos levaram a três.
	Quatro pinocchios	Mentirosos.
	Selo Geppetto	Declarações e afirmações que contenham “a verdade, toda a verdade e nada mais que a verdade” serão reconhecidas com o valioso selo Geppetto. Tende-se a reservá-lo para afirmações que são inesperadamente verdadeiras, por isso não são concedidas com muita frequência.
	Um Pinóquio de cabeça para baixo	Uma declaração que representa uma mudança clara, mas não reconhecida, de uma posição anteriormente mantida.
	Veredito pendente	Há ocasiões em que é impossível fazer um julgamento precipitado porque o assunto é muito complexo ou há bons argumentos em ambos os lados. Nesse caso, retém-se o julgamento até que se possa reunir mais fatos.
	Pinocchio sem fundo	As reclamações devem ter recebido Três ou Quatro Pinocchios do The Fact Checker, e eles devem ter sido repetidos pelo menos 20 vezes. Vinte é um número suficientemente robusto que não pode haver dúvida de que o político está ciente de que seus fatos estão errados. A lista de Pinocchios sem fundo será mantida em sua própria página de destino.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *The Washington Post* (2019).

As declarações verificáveis como sendo um critério de seleção para análise reforçam o caráter delimitador do alcance dos checadores de fatos. Evidencia-se, no Quadro 10, o passo três dos procedimentos de checagem, em que se afirma adotar um padrão de “pessoa

razoável” – no sentido de não ter a estreita necessidade de 100% de provas para se chegar à uma conclusão.

Neste sentido, compreende-se uma concepção de verdade que é possível de existir em uma oscilação entre as concepções coerentistas e correspondentistas (PERIN, 2010), isto é, às vezes, mais pautadas nas evidências, outras na coerência interna dos fatores, ou ainda em uma combinação das duas.

Nas categorias de qualificação da informação, utiliza-se uma referência mundialmente conhecida, o romance italiano “As aventuras de Pinóquio”, um clássico da literatura infanto-juvenil. Pinóquio é um símbolo para a constatação da mentira, e, assim, sua utilização proporciona ao público leitor a identificação do grau de informação incorreta contida na peça em análise. Porém, por não utilizar de categorias com o julgamento explícito (verdadeiro, falso, exagerado, etc.), o leitor precisa conhecer com clareza a metodologia ou ler o texto-análise na íntegra para compreender o julgamento final.

Nota-se, também, que há uma tendência para os vereditos negativos, isto é, as categorias são mais voltadas para a identificação do erro, sendo o Selo Geppetto utilizado com baixa frequência. Não se pode afirmar se este fato se dá pela rigidez metodológica aplicada ou pelo conteúdo analisado, ou ainda, pelo excesso de desinformação circulante.

Nietzsche (1888), sobre a “vontade de verdade”, enfatiza a “vontade de engano”, enquanto uma necessidade de se elevar a categoria de verdade para fazê-la mais forte e mais poderosa a fim, em um intuito de se crer nela. Possivelmente, esta vontade do engano continua a exercer influência mesmo na dita sociedade da pós-verdade.

7.1.3 Serviço de checagem Animal Político – El Sabueso

Animal Político é uma iniciativa de jornalismo digital que reúne jornalistas, programadores e editores de vídeo para criar conteúdo contido com rigor e precisão. As fontes de recursos são diversificadas e possuem sua operação no México. Tem como logotipo um cão farejador (ANIMAL POLÍTICO – EL SABUESO, 2019).

A apreciação do *Animal Político – El Sabueso*, no Quadro 11, ilustra com clareza o procedimento para análise de informação pública.

Quadro 11 - Metodologia de análise do serviço *Animal Político – El Sabueso*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
1 - Seleção de uma frase do domínio público e avaliação de sua relevância para o assunto e para a pessoa que o diz. 2 - Solicita ao autor da frase a origem da sua afirmação. 3 - Verifica se a fonte em que os dados estão disponíveis corresponde aos dados do autor da frase. Mesmo existindo concordância, a afirmação ainda não é necessariamente verdadeira, porque ela ainda deve ser contrastada. 4 - Os dados são contrastados com outras fontes e ou pesquisas de especialistas na área. 5 - A frase é colocada em um contexto social, econômico e/ou temporal. 6 - A frase é confirmada, contrabalançada ou refutada. 7 - A afirmação é qualificada em uma das oito categorias e o resultado é publicado.	Ridículo	A afirmação não é apenas falsa, mas está longe do que os dados indicam.
	Falso	A declaração não é verificada após ser contrastada com fontes oficiais e outras investigações
	Mentir com a verdade	Os dados são verdadeiros, mas se a conclusão do autor é colocada no contexto adequado, o significado da mensagem muda.
	Enganoso	A declaração pode coincidir com certos dados, mas intencionalmente ou não, ela foi manipulada para gerar uma mensagem específica.
	Não se pode provar	Quando os dados oficiais disponíveis ou investigações independentes não são suficientes para determinar se a decisão é verdadeira ou falsa.
	Discutível	A verdade da afirmação depende da metodologia usada para provar isso.
	Inexato	Nem todos os dados e informações que o autor dá são exatamente como ele os comunica.
	Verdadeiro	Tendo sido contrastado com fontes oficiais e /ou de maior rigor, apoia ou reforça o expresso.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *Animal Político – El Sabueso* (2019).

Constata-se que este processo de verificação de informação é o mesmo intrínseco ao fazer profissional do jornalismo, não representando nenhuma inovação ou modificação substancial do que se faz, levando a crer que a sistematização apresentada possui um caráter externo motivador, ou seja, o sujeito comum.

A seleção de uma frase, discurso, notícia ou informação circulante em domínio público é feita de acordo com sua relevância para seus expectadores, passando em seguida à fase de verificação de dados em fontes confiáveis - dados públicos, registros históricos e depoimentos dos sujeitos autores das frases ou dos demais citados (ROSENSTIEL, 2001; PEREIRA JÚNIOR, 2006; KOVACH; TRAQUINA, 2004).

Acentua-se a necessidade de contextualização da análise em relação aos contextos sociais, econômicos, políticos, entre outros, que se façam necessários para o julgamento final

da informação. Com esta observação, remonta-se à Foucault (2012), quando questiona sobre em que condições pode se haver enunciados verdadeiros, considerando as questões históricas, os jogos de verdade e as instituições de poder. O nível de contextualização pode reforçar uma dinâmica social, e, a depender disto, ser instrumento de incentivo ao protagonismo social (GOMES, 2019) ou de manipulação (BOURDIEU, 1997).

Sobre a categoria de qualificação da informação intitulada “mentir com a verdade”, ressalta-se como sendo mais uma característica do que expressa a pós-verdade (D’ANCONA, 2018), além de que, tem relação direta com as questões de contextualização e seus desdobramentos. A identificação desta tendência de se “mentir com a verdade” é imprescindível para que se pense como o sujeito comum pode identificar essa estratégia no sentido de se prevenir da desinformação, e ainda, de como o sujeito tem se apropriado dessa estratégia sendo ele, em potencial, um produtor de desinformação.

7.1.4 Serviço de checagem *Chequeado*

Chequeado é o principal projeto da *Public Voice Foundation*. Define-se como uma mídia digital não partidária e sem fins lucrativos, dedicada à verificação do discurso público, à luta contra a desinformação, à promoção do acesso à informação e à abertura de dados. (CHEQUEADO, 2019).

Os procedimentos explicitados em formato de lista do *Chequeado*, Quadro 12, são fortemente pautados nas fontes, logo, o caráter de evidência é obtido através da pesquisa. Esta é uma das características mais proeminentes que o *framework* (ACRL, 2016) trabalha, enquanto uma competência de suma importância para as habilidades que o sujeito deve desenvolver.

A busca por evidência é uma forte característica dos checadores, e, sendo requisito do *framework*, deve ser ponderada em relação ao que o sujeito comum compreende disto, bem como as estratégias auto geradas no ambiente informacional.

Aponta-se, assim, a pesquisa como investigação, como sugere o *framework* (ACRL, 2016), e sua relação com a evidência como um ponto central nos desdobramentos desta investigação, logo, assinalando para uma tendência de aprofundamento necessária para estudos subsequentes.

Quadro 12 - Metodologia de análise do serviço *Chequeado*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
1 - Seleciona uma frase do domínio público. 2 - Pondera sua relevância. 3 - Consulta à fonte original. 4 - Consulta a fonte oficial. 5 - Consulta fontes alternativas. 6 – Contextualiza. 7 - Confirma, relativiza ou nega a afirmação. 8 – Qualifica.	Não pode ser checado	Nas afirmações em análise, nenhuma foi encontrada com base em fatos e dados e não pode ser contrastada.
	Verdadeiro	A afirmação provou ser verdadeira, quando contrastada com as fontes e dados mais sérios e confiáveis.
	Verdadeiro, mas...	A declaração é consistente com os dados disponíveis, mas omite algum elemento do tema ou seu contexto.
	Discutível	Não está claro se a afirmação é verdadeira ou não. A conclusão depende das variáveis com as quais é analisada.
	Apressado	A afirmação pode ser verdadeira, mas é o resultado de uma projeção e não de um fato objetivo da realidade.
	Exagerado	A afirmação não é estritamente verdadeira, mas o conceito ou tendência a que ela se refere é.
	Enganoso	A declaração pode coincidir parcialmente com certos dados, mas - intencionalmente ou não - foi manipulada para gerar uma mensagem em particular.
	Insustentável	A afirmação surge de investigações com falta de sustento ou sérios erros metodológicos, ou é impossível verificar.
	Falsa	A afirmação provou ser falsa, quando contrastada com as fontes e dados mais sérios e confiáveis.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *Chequeado* (2019).

Das categorias de qualificação da informação, atenta-se aos vereditos “não pode ser checado” e “apressado”, em que ambos possuem um caráter inconclusivo, retornando ao estado de incerteza e impactando diretamente na possibilidade de aceitação pública de vereditos fechados (verdadeiro ou falso).

Aqui, depara-se com um dilema: a suspeição da informação e seu veredito em aberto para que se cumpra com a ética da checagem é, de fato, uma prática que reduz o impacto da desinformação ou, em oposição, aumenta a possibilidade de instauração de outras verdades? Considerando o exposto até aqui, acredita-se que o processo de checagem, por não conseguir estar *pari passu* com a velocidade da circulação da desinformação, tende a ser relegado a segundo plano, ou ainda, ser compreendido como ineficiente.

7.1.5 Serviço de checagem do serviço Agência Lupa

A *Agência Lupa* é o primeiro serviço de notícias do Brasil a se especializar na técnica jornalística mundialmente conhecida como *fact-checking* e foi fundada em 1º de novembro de 2015. A *Agência Lupa* vende suas checagens para outros veículos de comunicação, além de postar em sua própria página. É uma subseção do grupo Folha (AGÊNCIA LUPA, 2019).

Destaca-se para análise o ponto número dois, no Quadro 13, dos procedimentos de checagem da *Agência Lupa*, em que se aplicam critérios de relevância para a seleção de informação.

Quadro 13 - Metodologia de análise do serviço Agência Lupa

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1 - Observação diária do que é dito por políticos, líderes sociais e celebridades, nos mais diversos meios de comunicação;</p> <p>2 - Seleção da frase a ser trabalhada, sob três critérios de relevância: preferência a afirmações feitas por personalidades de destaque nacional, assuntos de interesse público (que afetem o maior número de pessoas possível) e/ou que tenham ganhado destaque na imprensa ou na Internet recentemente;</p> <p>3 - O repórter da Lupa faz um levantamento de “tudo” que já foi publicado sobre o assunto. Consulta jornais, revistas e sites. Depois, se debruça sobre bases de dados oficiais e inicia o processo de garimpo de informações públicas;</p> <p>4 - Na ausência delas ou diante da necessidade de saber mais sobre o assunto a ser checado, o repórter da Lupa recorre às Leis de Acesso à Informação (LAI) e/ou às assessorias de imprensa. Ainda pode ir a campo, levando consigo os meios tecnológicos que julgar necessários para a apuração: equipamento fotográfico, de áudio ou de vídeo;</p> <p>5 - Para concluir seu trabalho, o repórter pode recorrer à análise de especialistas para contextualizar o assunto e evitar erros de interpretação de dados;</p> <p>6 - Com tudo isso em mãos, solicita posição oficial daquele que foi checado, dando-lhe tempo e ampla oportunidade para se explicar.</p>	Verdadeiro	A informação está comprovadamente correta.
	Verdadeiro, mas	A informação está correta, mas o leitor merece mais explicações.
	Ainda é cedo para dizer	A informação pode vir a ser verdadeira. Ainda não é.
	Exagerado	A informação está no caminho correto, mas houve exagero.
	Contraditório	A informação contradiz outra difundida antes pela mesma fonte.
	Subestimado	Os dados são mais graves do que a informação.
	Insustentável	Não há dados públicos que comprovem a informação.
	Falso	A informação está comprovadamente incorreta.
	De olho	Em monitoramento.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *Agência Lupa* (2019).

Este filtro de seleção para análise de informação opera por sentidos de exequibilidade do intenso e ininterrupto trabalho de checagem. O último critério metodológico solicita aos sujeitos checados a possibilidade de explicações e apresentações de provas, sendo bastante útil em checagem de discursos, e de difícil aplicação em notícias generalizadoras, do tipo que não se identifica com clareza os atores envolvidos. As leis de acesso à informação figuram como fontes, e, mesmo estando a serviço de todo e qualquer cidadão, não fazem parte de cultura de estratégia de busca de informação, ao menos no contexto brasileiro.

Quanto às qualificações da informação verificada, atenta-se para “ainda é cedo para dizer” e “de olho”, em que ambas, assim como as categorias destacadas na análise do serviço *Chequeado*, instauram um necessário momento de suspeição e do estabelecimento de um processo de avaliação que alcance um nível de final do *status* da informação.

Mais uma vez, há um forte indício de que é preciso aprofundar as discussões sobre como a urgência pode se relacionar com as competências em informação, pois, do ponto de vista do *framework* (ACRL, 2016), os processos desenvolvidos levam tempo, gerando uma incompatibilidade com o fenômeno em curso, como observa Elmborg (2006).

7.1.6 Serviço de checagem Aos fatos

Aos fatos é uma microempresa que tem sua operação no Brasil, tem um modelo híbrido de negócios, mas não usa a publicidade como fonte de recurso. Seu slogan é: “valorize o que é real.” (AOS FATOS, 2019).

Nos procedimentos de checagem de *Aos Fatos*, Quadro 14, destaca-se o ponto cinco, em que se afirma necessário, ao utilizar fontes que contrariam dados oficiais, disponibilizá-las de forma acessível no texto. Considera-se interessante esta estratégia não apenas do ponto de vista de comprovação de evidência utilizada pelo serviço de checagem, mas como uma proposta ao sujeito comum de gerar conversação (aprendizado como conversação, *framework*).

Aqui, mesmo considerando a possibilidade de uma inversão no sentido da conversação, entendendo-a como uma forma de busca por uma verdade pretendida, é um caminho possível de formação de competências forjada nas situações práticas, sem o pré-requisito da preparação formal.

Quadro 14 - Metodologia de análise do serviço *Aos Fatos*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1 - Seleção de uma informação pública a partir de sua relevância.</p> <p>2- Consulta à fonte original para checar sua veracidade.</p> <p>3 - Procura por fontes de origem confiável como ponto de partida.</p> <p>4 - Consulta de fontes oficiais, para confirmar ou refutar a informação.</p> <p>5 - Consulta de fontes alternativas, que podem subsidiar ou contrariar dados oficiais. Registro desses dados, de modo acessível, no texto.</p> <p>6 - Contextualização dos dados.</p> <p>7 - Classificação da declaração em uma das sete categorias: verdadeiro, impreciso, exagerado, contraditório, insustentável, distorcido ou falso.</p>	Verdadeiro	A declaração ou a informação são condizentes com os fatos e não carecem de contextualização para se mostrarem corretas.
	Impreciso	Só se aplica a declarações. Quando a afirmação recebe o selo Impreciso, significa que necessita de contexto para ser verdadeira. Ou seja, em alguns cenários, é possível que a declaração em questão não se aplique.
	Exagerado	Só se aplica a declarações. É para quando elas não são totalmente falsas, mas estão quase lá. Também são destinadas a afirmações sobre as quais faltam dados que atestem sua veracidade.
	Contraditório	É usado apenas em declarações, quando o conteúdo da declaração checada é objetivamente oposto ao de afirmações ou ações anteriores atribuídas à mesma pessoa ou instituição que ela representa.
	Insustentável	Só se aplica a declarações. Serve àquelas cujas premissas não podem ser refutadas nem confirmadas. Ou seja, serve para quando não há fatos, dados ou qualquer informação consistente que sustentem a afirmação.
	Distorcido	É usado apenas para boatos e notícias com conteúdo enganoso. Serve para aqueles textos, imagens e áudios que trazem informações factualmente corretas, mas aplicadas com o intuito de confundir.
	Falso	Notícia ou um boato têm informações sem qualquer amparo factual, eles recebem o selo Falso. É simples. Basta que os dados disponíveis a contradigam de forma objetiva.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *Aos Fatos* (2019).

A qualificação da informação denominada por “distorcido” alcança o ponto de discussão sobre conversação, e ainda, como diz a ACRL (2016), o aprendizado como conversação. O entendimento do processo de conversação é útil ao passo que desmistifica a verdade como algo a ser acessado, como critica Nietzsche (1888), propondo um estado de dúvida no sentido ao qual se aproximam Bezerra, Scheneider e Brisola (2017).

7.1.7 Serviço de checagem Estadão Verifica

O *Estadão Verifica* é uma subseção do jornal Estadão, com operação no Brasil. As checagens são feitas por repórteres do jornal, com um editor responsável (ESTADÃO VERIFICA, 2019). O *Estadão Verifica* apresenta resumidamente seus procedimentos de checagem em duas etapas, conforme o Quadro 15.

Quadro 15 - Metodologia de análise do serviço *Estadão Verifica*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1 - São analisados textos, áudios, fotos e vídeos enviados para o número do serviço de checagem.</p> <p>2 - Consultam-se fontes oficiais sobre o assunto em questão, como bancos de dados públicos e órgãos governamentais. Também podem ser checadas fontes alternativas, como pesquisas, relatórios e entrevistas com especialistas.</p>	Verdade	Declarações e afirmações totalmente verdadeiras
	Majoritariamente verdade	Declarações verdadeiras, mas ditas de forma a possibilitar dupla interpretação. Podem conter algumas omissões e exageros, mas não falsidades.
	Meia verdade	Declarações com omissões significativas ou exageros. Pode existir algum erro factual, mas não necessariamente intencional.
	Majoritariamente falso	Declarações com erro factual significativo ou contradições óbvias. Podem incluir dados oficiais, mas tirados do contexto de forma muito enganosa.
	Mentira	Declarações que ignoram ou contrariam verdades factuais.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *Estadão Verifica* (2019).

Destaca-se a possibilidade para a análise de informação que inclui áudios, fotos e vídeos, não apenas textos e declarações, fato este relevante se considerada a divulgação massiva desse tipo de informação em aplicativos mensageiros e redes sociais. Compreende-se que a análise de tal variedade de informação possa contribuir para o entendimento dos elementos que compõem os tipos de desinformação que possuem mais aceitação pública.

Suas categorias de qualificação da informação também são menos amplas, sendo o primeiro serviço analisado que traz a categoria “mentira”. Isto se faz importante para a discussão do tratamento da informação em termos de confronto e debate, mas também de controvérsia e retaliações por parte de quem recebe tal julgamento. Na descrição da qualificação da informação como “mentira”, pontua-se que se restringe às verdades factuais, todavia, a desinformação, no formato de *fake news*, costuma apresentar fortes características de emoção e subjetividades, como identificado pelos próprios checadores quando afirmam

não poderem analisar opiniões e ideias. Logo, a utilização da qualificação “mentira” tem um poder de alcance restrito diante do fenômeno estudado, possivelmente sendo este o motivo de não ser uma nomenclatura comumente utilizada entre a amostra analisada.

7.1.8 Serviço de checagem BOOM

BOOM é uma iniciativa independente de jornalismo digital com a missão de combater a desinformação e tornar a Internet mais segura.

Quadro 16 - Metodologia de análise do serviço BOOM

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1. Seleciona-se uma reivindicação para checar os fatos: monitoramento ativo de notícias, especialmente declarações públicas de políticos e pessoas em posição de autoridade. Recebe sugestões de leitores por seus canais de comunicação. A reivindicação é selecionada com base em vários fatores, por exemplo, é interessante? Isso afeta um grande número de pessoas? O conteúdo é provocativo ou sensível e pode causar danos se não for verificado?</p> <p>2. Rastreia-se a origem da reclamação: a fonte é um ponto de partida crucial para determinar se uma reivindicação é confiável ou não. Por exemplo, no caso de notícias, primeiro determina-se se é de um site confiável. No caso de fotos, usa-se a pesquisa de imagens reversa do Google para decifrar se a imagem é antiga ou se foi manipulada de alguma forma ou usada fora do contexto. No caso de reclamações de fonte única e de testemunhas oculares, tenta-se determinar se a pessoa que faz a reclamação pode ter acesso a essas informações.</p> <p>3. Contato com a fonte: em caso de reclamações envolvendo figuras públicas, procura-se a pessoa em questão ou seu escritório para entender seu lado da história. Também se procuram evidências em vídeo ou transcrições publicamente disponíveis para determinar o que foi dito exatamente e em que contexto. No caso de relatórios ou pontos de dados, contatam-se organizações que publicaram os relatórios para entender o contexto e isenções de responsabilidade, se houver.</p> <p>4. Procura de evidências e dados para apoiar ou derrubar uma reivindicação: procuram-se todos os recursos publicamente disponíveis sobre o tópico, incluindo a análise de material previamente escrito sobre o assunto. Busca-se dados em bancos de dados governamentais, <i>think tanks</i> globais, empresas de pesquisa e outras fontes confiáveis que possam apoiar ou desacreditar uma reivindicação. Caso não consigam encontrar os dados, declara-se isso abertamente.</p> <p>5. Consulta a especialistas: conta-se com o conhecimento de especialistas em um campo particular.</p> <p>6. Redação da checagem de fatos: escrevem-se as histórias com base nas etapas detalhadas acima. Fornecem-se <i>links</i> para as fontes mencionadas nas histórias. Nos casos em que não se é possível provar ou refutar uma alegação, explicitamente o dizem e listam-se todos os passos seguidos.</p> <p>7. Corrige-se os erros prontamente e abertamente: o BOOM está empenhado em desmascarar notícias falsas em tempo real. Quando erram, corrigem a história prontamente e informam aos nossos leitores sobre a correção. As histórias que foram corrigidas contêm um aviso.</p>	Verdadeiro	Não localizada
	Falso	Não localizada

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *BOOM* (2019).

Consideram-se o principal site de verificação de fatos da Índia, comprometidos em trazer aos leitores fatos verificados e não opiniões desde 2014 (BOOM, 2019).

Não encontrar indícios suficientes e compartilhar tal dificuldade é um indicativo de que o foco no processo de critérios para julgamento da informação é tão importante quanto sua qualificação final.

A organização dos relatórios do serviço *BOOM* não se demonstrou muito clara, pois os vereditos das informações checadas só constam no final do texto, dificultando a busca por qualificações diferentes de “verdadeiro” e “falso”.

Contudo, este formato de texto pode ser considerado uma estratégia para que o leitor acompanhe todo trabalho de pesquisa e redação da verificação antes de ter acesso à resposta que espera (PEREIRA JÚNIOR, 2006). Para julgar a aceitação do público junto a esta forma de trabalho, necessitaria de dados quantitativos sobre número de acessos e tempo de permanência na página.

7.1.9 Serviço de checagem *Digiteye India*

O *Digiteye India* é um empreendimento independente de verificação de fatos de notícias digitais realizado por um pequeno grupo de jornalistas veteranos que se reuniram para trazer fatos autênticos por trás de notícias diárias e reivindicações, sendo transmitidas como notícias, mensagens de mídia social e opiniões. É uma sociedade de responsabilidade limitada registrada na Índia em 2014 (DIGITEYE INDIA, 2019).

O procedimento de checagem da *Digiteye India*, no Quadro 17, apresenta no ponto três, uma lista de ferramentas utilizadas para a verificação de fatos. Apesar de não serem *software* novos, são pouco difundidos, com exceção da pesquisa do Google, ou ainda, sub utilizados.

Aponta-se a possibilidade de que tais ferramentas tecnológicas possam figurar mais efetivamente no combate às *fake news*, principalmente as notícias manipuladas que possuem baixo grau de refinamento técnico. Pensar no desenvolvimento de novos *software* com funções apropriadas certamente já é um empenho coletivo das áreas de tecnologia envolvidas, contudo, salienta-se que o papel do sujeito, em seu caráter crítico, proativo e competente deve ser sempre a prioridade de todo e qualquer movimento de combate à desinformação (ACRL, 2016; GOMES, 2019).

Quadro 17 - Metodologia de análise do serviço *Digiteye India*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1. Identificando uma reivindicação de verificação de fatos: A <i>Digiteye India</i> mantém uma guia constante nas mídias sociais e na mídia convencional para obter informações ou notícias incorretas ou aprimoradas para enganar as pessoas. No entanto, evitamos o entretenimento experimental ou histórias com base em segurança para verificar os fatos.</p> <p>2. Verificação da fonte primária: Procuramos por fonte primária, a menos que seja proveniente de fonte secundária, que pode ser uma agência de notícias ou outro meio de comunicação estabelecido. Após selecionar as notícias ou uma reivindicação para verificação de fatos, realizamos uma pesquisa on-line completa para rastrear a origem das notícias ou uma reivindicação. Uma vez estabelecida a origem, ela é checada com as fontes de notícias oficiais quanto à confiabilidade.</p> <p>3- Ferramentas de pesquisa online: Seguimos com ferramentas de verificação reconhecidas globalmente para verificação de fatos, como pesquisa no Google, pesquisa de imagens reversas do Google, ferramenta de verificação InVid, ferramentas de inspeção de vídeo, Google Earth e Google Maps.</p> <p>4. Contatos jornalísticos: Nosso foco é sempre a fonte primária, mas a fonte secundária é usada em conjunto com provas confiáveis coletadas e confirmadas por especialistas da área.</p> <p>5. Adesão às normas do jornalismo: Seguimos as normas estabelecidas de jornalismo online, fornecendo links para todas as fontes originais, imagens e incorporamos fontes de mídia social ou capturas de tela para destacar nosso processo de verificação de fatos.</p> <p>6. Política de correção aberta: É nosso sincero esforço trazer à tona a verdade, mas podem ocorrer erros nos nossos esforços. Sempre que estamos errados, dizemos isso abertamente e tentamos corrigir as histórias erradas.</p>	Verdadeiro	Essa classificação significa que a reivindicação estava correta e a suspeita não tinha fundamento.
	Uma interrogação (?) Exagero	Sempre que um evento, fato ou número é exagerado.
	Duas interrogações (??) Interpretação incorreta	Interpretação incorreta - Um evento, fato ou cotação é mal interpretado, geralmente sem o saber.
	Três interrogações (???) Deturpação	Um evento, fato ou notícia é intencionalmente distorcido ou alterado com má intenção de espalhar o ódio ou incitar confrontos.
	Quatro interrogações (????) Majoritariamente Falsa	Sempre que um evento ou reivindicação é feito para subverter a verdade em todos os aspectos.
	Cinco interrogações (?????) Totalmente falso	Sempre que uma alegação foi provada falsa além da dúvida.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *Digiteye India* (2019).

Quanto à qualificação da informação, a *Digiteye India* expressa com propriedade a descrição de “deturpação” como sendo “um evento, fato ou notícia intencionalmente distorcido ou alterado com má intenção de espalhar ódio ou incitar confrontos.” A menção ao ódio e aos confrontos é um marcador das piores consequências trazidas pelas *fake news*, com

efeitos irreparáveis em situações de violência extrema e *cyberbullying*³⁶, além do incentivo de desordem popular e do crescimento de discursos discriminatórios e fascistas, por exemplo.

7.1.10 Serviço de checagem *Factly Media & Research*

A *Factly Media & Research* afirma que surgiu para criar plataformas e infraestrutura de suporte para preencher a lacuna entre a lei de acesso à informação da Índia e a política de dados abertos do governo, pretendendo fortalecer a democracia por meio do engajamento entre tais fatores e o sociedade. Desta maneira, tem-se o Quadro 18:

Quadro 18 - Metodologia de análise do serviço *Factly Media & Research*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1- Seleção de reivindicação: As reclamações feitas pelos líderes dos principais partidos nacionais, ministros do governo central e em sites oficiais do governo são monitoradas. Apenas as reivindicações que podem ser verificadas são selecionadas, ou seja, aquelas que têm uma reivindicação definitiva e não apenas uma declaração vaga. Também é tomado cuidado adequado para garantir que não haja viés político em termos de seleção e seja dada igual importância às reivindicações feitas por líderes de diferentes partidos.</p> <p>2- Verificação da reivindicação: É feita uma verificação completa para entender se tal alegação foi realmente feita e em que contexto. As fontes para verificação incluem declarações oficiais da imprensa, vídeos de discursos, eventos, identificadores oficiais e verificados de líderes de mídias sociais, etc. A fonte da reivindicação está obrigatoriamente vinculada à história de verificação de fatos.</p> <p>3- Pesquisa: Uma vez que a reivindicação é estabelecida, a pesquisa é realizada, principalmente usando dados / fontes do governo, para verificar a reivindicação. Dados / informações relevantes são apresentados na forma de tabelas, gráficos etc. para corroborar a verificação de fatos. A verificação de fatos não se limita apenas à reivindicação feita, mas também analisa dados históricos para analisar tendências ao longo do tempo, etc. Também analisamos mudanças relevantes nas políticas ao longo do tempo. Os dados / informações relevantes de fontes oficiais também estão vinculados ao histórico de verificação de fatos.</p>	Verdade	Não localizada
	Verdadeiro ou parcialmente verdadeiro	Não localizada
	Falso	Não localizada
	Enganador	Não localizada
	Não verificado (para as reivindicações que não podem ser verificadas de fato)	Não localizada

Fonte: *Factly Media & Research* (2019).

³⁶ *Cyberbullying* diz respeito à práticas hostis contra alguém através da internet, geralmente relacionadas a humilhações públicas.

Neste sentido, o *fact-checking* é parte desta organização, como um serviço ofertado (FACTLY MEDIA & RESEARCH, 2019). O *Factly Media & Research* aponta, em seus procedimentos de checagem o cuidado em não enviesar as análises em relação à política partidária, como almeja o IFCN, tentando manter o estado de equidade, item este de importância para a imparcialidade, e também, como apontado pela *Digiteye India*, para não criar movimentos que envolvam ódio e segregação.

Para a qualificação da informação, destaca-se que não foram localizadas as descrições das denominações utilizadas para a qualificação da informação, tendo o leitor que inferir do que se trata, com base no conhecimento do significado comum de cada termo.

Embora possa ser considerado simples interpretar o que cada denominação da informação significa, destaca-se o que o *framework* (ACRL, 2016) aponta sobre a metaliteracia, em que o sujeito adota um senso de autorreflexão diante das mudanças ambientais. Neste caso, trata-se de uma postura crítica do sujeito diante de um desafio informacional, pois é necessário fazer uma análise que incorpore tanto o sentido literal das denominações (verdadeiro, falso, enganador), quanto o contexto em que tais denominações são empregadas, desde do tipo de informação checada até suas próprias percepções sobre o assunto. Este último fato relaciona-se diretamente com a concepção de pós-verdade (D'ANCONA, 2018), em que mesmo havendo uma denominação de checagem estabelecida pelo serviço, o sujeito ainda pode reinterpretar seu significado.

7.1.11 Serviço de checagem *Newtral*

Newtral é uma *startup* de conteúdo audiovisual fundada em 2018, na Espanha, de uma única acionista. Possuem três áreas de trabalho: a produção de programas de televisão e novas narrativas em redes sociais, a inovação no período e a verificação de fatos e uma linha de investigação baseado nos protocolos de Inteligência Artificial (NEWTRAL, 2019).

Do ponto de vista procedimental da análise, o serviço de checagem *Newtral*, Quadro 19, mantém-se no padrão até aqui observado, com o detalhe em seu recorte de análise que privilegia a checagem de discursos de políticos. Geralmente, os serviços de checagem não costumam fazer tal distinção, mas, tamanho é o volume informacional que possivelmente esta venha a ser uma tendência: fragmentar o conteúdo, como já fazem as editorias no jornalismo.

Quadro 19 - Metodologia de análise do serviço *Newtral*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1- A equipe de verificação de fatos <i>Newtral</i> verifica todos os dias as declarações de políticos de diferentes partidos e administrações públicas em: jornais, entrevistas de rádio e TV, redes sociais e qualquer plataforma pública.</p> <p>2- Escolhe-se todas as declarações que têm interesse ou relevância de uma abordagem puramente jornalística. Valoriza-se o significado da declaração e do autor, se ele for repetido como um argumento criado intencionalmente para confundir e se tiver conteúdo verificável com dados. Descartam-se as opiniões que fazem parte da lógica retórica política.</p> <p>3- Consulta-se os dados públicos e oficiais disponíveis através de diferentes fontes e especialistas que ajudam a contextualizar as informações e compreendê-las. Também se contatam os escritórios de comunicação dos formuladores de políticas para solicitar esclarecimentos ou informações adicionais que ajudem a esclarecer a origem dos dados que podem ser duvidosos ou confusos.</p> <p>4- Todo este processo de verificação passa por três filtros diferentes dentro do equipamento antes da publicação. Se um erro for cometido durante a verificação, corrige-se com transparência o mais rápido possível.</p>	Verdadeiro	A afirmação é rigorosa e não falta contexto ou dados adicionais significativos.
	Meia verdade	A afirmação está correta, embora precise de esclarecimento, informações adicionais ou contexto.
	Enganadora	A declaração contém dados corretos, mas ignora elementos muito importantes ou se mistura com dados incorretos, dando uma impressão diferente, imprecisa ou falsa.
	Falsa	A afirmação é falsa

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *Newtral* (2019).

Os temas proeminentes em situações sociais particulares, costumam figurar como contexto base nos fenômenos informacionais, como as *fake news*. Trabalhar as especificidades temáticas, no Brasil, por exemplo, pode ser um esforço pontual de rendimento prático, ao se dimensionar em que sentido a desinformação tem se instaurado como mais destaque. Identificar as *fake news* de maior circulação com relação ao seu tema base (política, religião, saúde, etc.) pode auxiliar em frentes preventivas de combate à desinformação, instaurando uma cultura de informação precisa, fundamentada e centrada nas necessidades do sujeito.

Newtral apresenta, resumidamente, quatro categorias de qualificação de informação. Tendo em vista que outros checadores também sintetizam a qualificação da informação. Seria necessária uma investigação mais aprofundada, com estudo específico de casos comparativos, em busca de compreender se a precisão analítica da qualificação da informação impacta na aceitação pública dos resultados expostos. Esta é uma proposta de reflexão sobre como os sujeitos se comportam frente à diversidade de qualificação da informação, para além da

dicotomia verdadeiro *versus* falso, pois, traz à tona a reflexão de Elmborg (2012), sobre o conjunto complexo de práticas interligadas que compõe a competência em informação.

7.1.12 Serviço de checagem FactCheckNI

O *FactCheckNI* é o primeiro serviço dedicado de verificação de fatos da Irlanda do Norte. É um projeto da Fundação da Irlanda do Norte, que é uma organização beneficente do mesmo país. (FACTCHECKNI, 2019). O *FactCheckNI* apresenta seus procedimentos de checagem - Quadro 20 - semelhante à maioria.

Quadro 20 - Metodologia de análise do serviço *FactCheckNI*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
<p>1- As reivindicações pesquisadas pelo FactCheckNI são feitas apenas com fontes publicamente disponíveis. Para que o FactCheckNI pesquise uma reivindicação, ela deve ser: uma declaração feita em público, que pode ser atribuída a uma pessoa específica (por exemplo, um político ou ativista) ou organização (por exemplo, um relatório); uma afirmação ou alegação que pode ser validada ou refutada (até certo ponto) com base em ações passadas ou presentes (ou seja, não especulativas sobre o futuro).</p> <p>2- Sempre que possível, tenta-se entrar em contato com a pessoa / organização que fez a reivindicação, para verificar a precisão da declaração original.</p> <p>Investiga-se todas as fontes fornecidas pelo reclamante.</p> <p>3 - Em sua pesquisa, afirmam ciência dos padrões variáveis de qualidade e verifica-se a metodologia aplicada.</p> <p>4- Busca-se fontes de evidência que possam contradizer a conclusão desenvolvida e fornecem links de fontes para todas as evidências citadas que apoiam e refutam a alegação.</p> <p>5 -Verifica-se novamente uma reivindicação verificada com pelo menos duas pessoas antes da publicação.</p> <p>6- Em todos os artigos publicados, escreverem no estilo de descoberta de pesquisa, em que um leitor poderá acompanhar nossa investigação e verificar novamente os links de origem. Embora publiquem um resumo geral das descobertas sobre a alegação, os leitores podem tirar suas próprias conclusões, de acordo ou não com as ofertadas, e com ou sem as evidências fornecidas.</p> <p>7- Correções: aceitam o envio de mais evidências, pós-publicação de qualquer artigo do FactCheckNI, validando ou refutando a conclusão. Quando necessária uma correção em nosso artigo, preza-se por transparência. Um artigo atualizado será anotado como tal no cabeçalho, com uma descrição da alteração no rodapé.</p>	CORRETA	Não localizada
	INCORRETA	Não localizada
	INCORRETA COM CONSIDERAÇÃO	Não localizada
	INFUDADA	Não localizada

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *FactCheckNI* (2019).

O *FactCcheck NI* Mantém seu foco em declarações feitas publicamente, como um pressuposto para a análise factual. Todavia, a qualificação da informação, em suas quatro

denominações, não apresenta definições para as mesmas, tendo seus significados apenas presumidos, mesmo caso visto no *Factly Media & Research*. Afirmam publicar artigos apartidários sobre a precisão de declarações de figuras públicas, grandes instituições e outras reivindicações atribuíveis de interesse da sociedade.

Ao identificar uma tendência de formatação de um padrão analítico mundial dos *fact-checking*, seja em virtude da instituição que lhes dá credibilidade – o IFCN, ou pelo próprio caráter universalizado do fazer jornalístico, vislumbra-se a possibilidade, para futuros estudos de que observações *in loco* das checagens realizadas possam trazer novas informações sobre qual tipo de desinformação afeta mais determinado país.

Esta possibilidade foi percebida durante a análise do escopo de checagem dos serviços analisados, bem como o tipo de reivindicação de checagem advinda do público em geral e do contexto em que elas se encontram. Isto porque a desinformação, no contexto da pós-verdade, emerge de um conjunto de elementos subjetivos, tais quais as principais emoções e crenças compartilhadas em grupo, como afirma D’Ancona (2018), logo, identificar e analisar tais elementos podem trazer novos dados para as possibilidades de desenvolvimento da competência crítica em informação, aos termos de Elmborg (2012).

7.1.13 Serviço de checagem RMIT ABC Fact Check

RMIT ABC Fact Check é uma parceria entre a *RMIT University* e o *ABC (Australian Broadcasting Corporation)*, combinando excelência acadêmica e o melhor do jornalismo australiano para informar o público através de uma voz independente e não partidária.

É financiado conjuntamente pela *RMIT University* e pelo *ABC* - uma organização de mídia independente e com financiamento público. (RMIT ABC FACT CHECK, 2019).

Os fatos checados pela “*RMIT ABC Fact Check*”, Quadro 21, são selecionados exclusivamente por uma equipe. É notório o fator de controle de provas e evidências, reconhecido na exaustiva revisão que o método propõe.

Apesar de possuir apenas três categorias de análise, este serviço utiliza-se de inúmeras nomenclaturas para o veredito final – conforme a coluna de descrição da qualificação da informação do Quadro 21, o que demonstra uma intenção persuasiva junto ao leitor.

Quadro 21 - Metodologia de análise do serviço *RMIT ABC Fact Check*

METODOLOGIA DE CHECAGEM		
PROCEDIMENTOS DE CHECAGEM	QUALIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO	
	Denominação	Descrição
1- Toda a equipe monitora a transmissão, a mídia impressa e as mídias sociais, bem como o Parlamento, para solicitações verificáveis. 2- Uma vez que o diretor aprova uma reivindicação, um dos pesquisadores contata especialistas na área para buscar sua opinião e orientação sobre os dados disponíveis. 3- Também podem entrar em contato com o reclamante para solicitar a base da reivindicação. 4- A opinião e os dados dos especialistas são escritos em um rascunho, que é então revisado pelo verificador principal de fatos, que identifica os problemas e desafia o pesquisador em qualquer coisa que eles possam ter perdido. 5- O verificador de fatos principal também examina todas as fontes e garante que o rascunho seja consistente com o que os dados dizem. 6- O pesquisador reformula continuamente o rascunho com base nesse feedback e, uma vez que o verificador principal de fatos é satisfeito, a equipe discute o veredito final. 7- Essas discussões são rigorosas e muita atenção é dada à palavra de veredito e a cor que será usada, o que é uma parte importante de como injetam nuances nos veredictos. 8- O editor on-line, em seguida, prepara o produto final, que é mais uma vez checado pelo verificador-chefe por quaisquer imprecisões que possam ter surgido durante o processo de edição. 9- Uma vez que o diretor assina o rascunho final, está pronto para ser lançado ao mundo.	VERMELHO	Inúmeras classificações que variam do errado/incorreto ao exagerado. Ex: errado, incorreto, infundado, exagerado, mito, absurdo, instável, falho, etc.
	VERDE	Inúmeras classificações que variam do certo/correto ao justificável. Ex: justo, correto, verdadeiro, justificado, conferido, bem fundamentado, etc.
	MEIO TERMO	Inúmeras classificações que variam do seletivo ao simplificado. Ex: seletivo, exagerado, sim e não, fantasioso, simplificado, incompleto, etc.

Fonte: Elaborado pela autora com base no site *RMIT ABC Fact Check* (2019).

De acordo com o passo quatro da metodologia, identifica-se que o editor possui um papel decisivo evidente, o que pode tanto ser um indicativo de imparcialidade – por exigir muitos contrapontos, ou de controle analítico severo, impondo tendência às análises sob seu ponto de vista.

O fato da *RMIT ABC Fact Check* ser mantida em um convênio com uma universidade traz a possibilidade de reflexão sob um ponto discutido nesta pesquisa: a intersecção entre o ensino institucionalmente mediado de competências em informação, como propõe a ACRL (2016), e um serviço de ordem prática e cunho social que trabalha com um problema informacional.

Não se conhece como esta relação se dá na prática, em termos de projetos, discussões e implementação mútua de reflexões teóricas e experiências tangíveis. Todavia, pensar possibilidades como esta, no contexto brasileiro, aponta para caminhos conceituais como defende Elmborg (2006), por considerar menos a estabilização das competências em informação e mais nas condições externas e na mutabilidade do fenômeno.

Sintetizando os achados deste primeiro objetivo específico, pode-se afirmar que, apesar de os serviços de checagem de fatos signatários do IFCN seguirem um padrão similar de verificação - processo jornalístico de apuração e as próprias diretrizes da IFCN, as delimitações individualizadas deixam indícios dos problemas específicos de suas localizações, quando por exemplo, não recebem solicitações fora do escopo da política ou aceitam apenas declarações públicas.

No Brasil, estas duas restrições deixariam à margem o tipo de *fake news* que marcou o período eleitoral de 2018: montagens grosseiras, vídeos editados e textos sem autoria compartilhados pelo *WhatsApp*. Logo, pensar em delimitações ou inclusões feitas pelos serviços de checagem é refletir de forma macro com relação ao fenômeno, mas buscar soluções aplicáveis e compatíveis com a realidade de determinado lugar.

Tais peculiaridades certamente estão vinculadas às questões sociais e culturais, pois ficou evidente o caráter da pós-verdade na construção e manutenção do sistema de desinformação (D'ANCONA, 2018).

Pensar a competência crítica em informação enquanto teoria, como pressupõe Elmborg (2012), é relacionar estas variáveis em torno de identificação dos elementos de maior importância para a formação prática de competências em informação para além dos ambientes formais de ensino, e também, sem a completa dependência dos serviços de *fact-checking*. Nestes termos, vislumbram-se possibilidade para os processos de instauração do debate, da autonomia, do protagonismo social e das competências em informação (GOMES, 2019; MORIN, 2003; SERRA, 1998; UNESCO, 2017).

7.2 Estratégias de checagem de informações

Em análise dos serviços de checagem selecionados, notou-se uma aproximação na sistematização metodológica utilizada por eles. Isso se dá, em princípio analítico, pelo próprio processo de investigação jornalística, que obedece a critérios mundialmente compartilhados sobre o que o jornalismo sério, imparcial e apartidário deve conter (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001; PEREIRA JÚNIOR, 2006; TRAQUINA, 2004).

A reflexão, no entanto, não se restringe apenas ao que o jornalismo, em seu fazer profissional, pode ofertar metodologicamente na auditabilidade da informação. A caracterização das estratégias utilizadas pelos serviços de checagem permite uma análise dupla: em um primeiro sentido, consente compreender o que as notícias falsas ou a desinformação como um todo requerem para que a “verdade” venha à tona ou que ao menos

as mentiras e simulacros de verdade sejam identificados; em um segundo plano, faz-se útil para analisar de que forma esses procedimentos de checagem podem ser incorporados coletivamente em uma cultura de combate à disseminação de desinformação.

Operacionalização do objetivo específico B: Os dados sobre as metodologias mapeadas e analisadas no objetivo específico *A* permitiram conhecer como a auditabilidade da informação é realizada. Sendo assim, o objetivo específico *B* pauta-se na observação *in loco* de checagens, tendo como fim a ponderação das estratégias de análise de acordo com o tipo de informação verificada. Para a concretização deste objetivo, foi realizada uma discussão teórica junto ao *framework* da ACRL, enquanto ponto de partida para a apreciação de quais competências propiciam uma análise consciente e crítica dos sujeitos acerca da investigação da verdade factual. As perguntas norteadoras de investigação deste objetivo específico foram: Quais as principais estratégias de checagem realizadas? As diversas formas de apresentação da informação exigem estratégias de análise distintas?

Diante desses fatos, e observando o resultado do mapeamento realizado no objetivo específico *A*, chegou-se a divisão de quatro eixos analíticos comuns, elementos esses compartilhados pelos serviços selecionados, quais sejam, seleção do conteúdo a ser analisado; consulta à fonte original; consulta a dados públicos; e contextualização da informação.

7.2.1 Seleção do conteúdo a ser analisado

Em seus critérios procedimentais de checagem, nota-se que os serviços de *fact-checking* selecionam declarações de domínio público para a análise. Geralmente, são frases ditas em entrevistas, reuniões ou declarações dadas em redes sociais por pessoas públicas, principalmente políticos. Os serviços de checagem, em sua maioria, também recebem pedidos de seus leitores para que se avaliem declarações específicas que estejam em evidente circulação nas redes sociais, como, por exemplo, as postagens compartilhadas numerosamente pelo *Facebook* ou *Whatsapp*.

Inicialmente, pode-se considerar que as duas possibilidades de seleção de dados para análise possuem funções distintas. Checar informações dadas por uma figura pública (políticos, celebridades, juízes, advogados, líderes, entre outros) permite uma análise mais rápida, tendo em vista que há a identificação de quem proferiu a frase, sendo assim, o contato direto com o responsável pela fala (ou sua assessoria), facilita o esclarecimento de pontos escusos no discurso, em que se solicita a identificação dos dados originários da fala, como as estatísticas, os estudos e dados citados.

Como exemplo de uma declaração considerada apta para checagem, tem-se a checagem do *Animal Político*³⁷, traduzida como “O presidente deu uma mensagem para discutir o progresso de seu governo, entre os dados havia alguns impossíveis de confirmar, mas também enganosos e falsos”. A dificuldade de análise de suas afirmações se deu, segundo a avaliação do serviço de checagem, devido ao fato de parte dos dados disponíveis para análise serem dados do próprio governo, sobre os números de inscritos em programas sociais, por exemplo.

Em relação às mensagens que circulam pelas redes sociais desvinculadas de um autor específico, generalizadas demasiadamente em sua composição, o trabalho de checagem torna-se mais complexo e difícil de realizar. Isto porque há uma quebra no processo jornalístico de apuração dos fatos, como aponta Pereira Júnior (2006), visto que a fonte principal, que deveria prover uma das maiores evidências da checagem, não pode ser identificada, tendo assim que se recorrer a outros meios de verificação.

Do mesmo serviço de checagem exemplificado acima, apresenta-se um exemplo do segundo grupo de informação de maior complexidade de análise (notícias, vídeos, fotos e declarações). A matéria intitulada “Um vídeo de um suposto ataque circula no Maxitunnel de Acapulco, mas na verdade aconteceu no túnel da Linha Amarela em Lima, Peru.”³⁸ teve como objetivo esclarecer uma publicação que circulou como um suposto roubo à mão armada a turistas, sendo o ponto crucial para a dissolução da desinformação uma publicação da secretaria de segurança pública local, com comparação em imagem dos túneis distintos. Até o momento da checagem, o vídeo havia sido publicado dez mil vezes. Dias depois, o mesmo vídeo voltou a circular com outro título, ainda descontextualizado do acontecimento originário.

Considera-se que o segundo grupo de informações em circulação é, geralmente, onde as *fake news* se proliferam com mais rapidez, pela dificuldade de lidar com os dados apresentados de forma a obter evidências de veracidade, sob critérios factuais. A facilidade de aceitação pública diante de um material visual como fotografia e vídeo é muito maior, pois, os dados expostos criam um simulacro de verdade difícil de ser fragmentado pelo senso comum, exigindo algum tipo de *expertise*, seja ela sobre as formas de manipulação de imagens ou do conhecimento de contextos específicos, como no caso analisado, o conhecimento do túnel em que o assalto ocorreu, ou do túnel em que se afirma ter ocorrido.

³⁷ Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/elsabueso/ano-triunfo-lopez-obrador-gasolina-empleo-inversion-deuda/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

³⁸ Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/elsabueso/video-acapulco-asalto-lima/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

Em termos de importância da seleção de conteúdo a ser analisado, pode-se afirmar que as informações circulantes que geram dúvidas sobre sua credibilidade possuem um caráter de urgência maior, para que sua propagação seja reduzida e seus possíveis danos evitados. Todavia, o trabalho de checagem de publicações em que se reconhece diretamente a autoria das mesmas é relevante no sentido de evitar o desmembramento das falas e, conseqüentemente, da criação de novos tipos de informação, contendo partes ilegítimas ancoradas em um fato “real”, isto é, a fala direta de uma pessoa pública, reconhecida por seu valor social em decorrência da ocupação de algum cargo ou função que lhe autoriza publicamente a ser ouvido com certo grau de confiança.

O *framework* da ACRL (2016), no eixo *busca como estratégia de exploração*, afirma que pessoas competentes em informação devem ser capazes de compreender as dimensões cognitivas, afetivas e sociais presentes no processo de busca da informação. Ainda, explicita a importância de aprender como os sistemas de informação funcionam e como os profissionais aptos podem ser úteis nesse processo. Com isto, acredita-se que a seleção do material apto para checagem é um exemplo tangível para o sujeito dos fatos que podem ser postos à prova e dos fatos que não podem, por envolverem opiniões pessoais, desejos e convicções.

Contudo, identificar os fatos passíveis de verificação possivelmente não é suficiente. Ainda com referência ao *framework* da ACRL (2016), no eixo *autoridade é construída e contextual*, os aprendizes devem identificar e analisar os tipos de autoridades na informação, sejam elas referentes às pessoas que as proferem ou as fontes e formatos em que a informação se apresenta. Neste sentido, a dificuldade para o sujeito comum encontra-se nos simulacros de autoridades apresentados, como, por exemplo, um vídeo manipulado ou um *site* falso.

Em contrapartida, ao selecionar apenas fatos possíveis de serem checados, exclui-se o grupo de informação que mais propagam *fake news*: aquele baseado em opiniões, emoções e apelos coletivos. Assim, o papel da competência crítica em informação, como um conjunto complexo de práticas interligadas pautadas em características de mobilidade, flexibilidade e maleabilidade, como pontua Elmborg (2012), deve ser sempre ponderado sobre tais características específicas do fenômeno da desinformação no ciberespaço. Isto requer o entendimento de que, ao passo que os checadores profissionais excluem informações impossíveis de serem checadas, por seu caráter subjetivo impedir o processo profissionalmente instituído da verificação, o impacto destas informações não é automaticamente reduzido, pois elas continuam a circular e a receber novas informações, na tentativa de que se criem evidências cada vez mais complexas.

Diante da vastidão de temas possíveis de se tornarem desinformação, é ineficaz pensar em soluções que visem prover continuamente a checagem via serviços profissionais. Por isto que o desenvolvimento de competências em informação se faz imprescindível, devendo ser pensado tanto pelo caráter formal permanente (via educação institucionalizada) quanto pela necessidade de incorporação imediata aos processos informacionais que envolvem a desinformação.

7.2.2 *Consulta à fonte original*

Em termos de apuração jornalística, é essencial consultar as partes envolvidas em uma referida notícia de modo a relatar e contrastar as informações em avaliação (TRAQUINA, 2004). Esta consulta, no que diz respeito à veiculação de notícias no ciberespaço, ocorre geralmente de duas formas: a primeira, quando se há o registro do próprio autor da sentença proferindo-a publicamente, em entrevistas ou em suas redes sociais, por exemplo; a segunda possibilidade é quando há circulação de uma informação atribuída a uma figura pública específica, ou por instituições reconhecidas pela sociedade.

Como exemplo da etapa metodológica da checagem em que há a consulta à fonte original da informação publicamente exposta, tem-se a checagem intitulada “O que é fato e o que não é nas declarações de Haddad na última semana de campanha”³⁹, feita pelo serviço de checagem *Aos Fatos* (2019). Em suas inúmeras afirmações, algumas citaram terceiros, que foram checados quanto à veracidade dos fatos apresentados. Isto implica na necessidade de um acesso direto às partes envolvidas, de modo que as afirmações sejam analisadas com o maior número de dados objetivos possíveis, como dados históricos, datas, registros oficiais, e assim por diante.

Ainda como registrado no último exemplo acima, em várias fases da análise, há a observação, após argumentação de provas e dados, de que a equipe de checagem não obteve resposta quando efetuada consulta à fonte original, no caso, o autor das falas. De modo objetivo, tal falta de retorno ao serviço de checagem propicia um veredito final com base nas análises de dados disponíveis, já que o autor se absteve ou não possui formas de prover informações específicas em tempo disponibilizado pelo serviço de checagem.

A consulta à fonte original também é feita quando há a circulação de certa informação atribuída à determinada pessoa, sem que haja o registro efetivo do momento em que a frase

³⁹ Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/o-que-e-fato-e-o-que-nao-e-nas-declaracoes-de-haddad-na-ultima-semana-de-campanha/>. Haddad foi um dos candidatos à presidência do Brasil em 2018. Acesso em: 29 ago. 2019.

foi proferida ou o registro textual em algum suporte informacional. Toma-se como exemplo a checagem realizada pela equipe do Estadão Verifica, “Texto apócrifo atribuí a General Heleno críticas a ‘manobras tenebrosas’ do STF”⁴⁰. O texto tratava de possíveis impunidades feitas pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, e estava sendo compartilhado por grupos bolsonaristas às vésperas do julgamento na Corte do pedido de *Habeas Corpus* de um dos ex-presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, popularmente conhecido como Lula. A assessoria do ministro referido como autor das falas afirmou que o mesmo não se recordava em ter proferido tal sentença, e também não foi encontrada nenhuma evidência de publicação autoral de tal texto.

Se, para os serviços de checagem profissionais, a etapa de consulta às fontes pode ser inconclusiva, mesmo possuindo meios de acesso à informação e tendo selecionado fatos verificáveis, o desafio para a auditabilidade do sujeito comum torna-se ainda maior. Acredita-se que, em termos práticos, o sujeito deve compreender que não há acesso direto a uma verdade existente *a priori*, e que, portanto, é preciso manter-se vigilante a outras informações, dados e evidências. Porém, despertar esse estado de suspeita e de dúvida, como sugere Bourdieu (1997), de modo que não se cause estagnação, medo e apatia, só é possível via autonomia e protagonismo social, no sentido de Gomes (2019), e é por estas condições que as competências em informação devem ser constantemente problematizadas.

Na atual conjuntura das *fake news*, nem a verdade factual está sendo ponderada como se deveria, pois, se assim o fosse, o Brasil não teria registrado notícias falsas⁴¹ no nível de desprezo não só da factualidade, mas do mínimo de bom senso e crítica como as que foram vivenciadas no fatídico ano de 2018. A crítica posta tanto sobre os *frameworks* e *guidelines*, bem como sobre as limitações originárias do método jornalístico de investigação, deve ser pensada em termos de redimensionamentos, em uma perspectiva mais próxima da *pós-verdade* do que das concepções modernas de *verdade*.

7.2.3 Consulta a dados públicos

Um dos recursos mais utilizados pelos checadores é a consulta a dados públicos, pois os dados públicos, como regra, possuem credibilidade em suas informações. A consulta a

⁴⁰ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/texto-apocrifo-atribui-a-general-heleno-criticas-a-manobra-tenebrosa-do-stf/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

⁴¹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil>. Acesso em: 04 fev. 2020.

dados públicos se faz necessária quando a informação a ser checada apresenta alguma afirmação possível de ser verificada, como taxas e números.

Toma-se como exemplo a verificação realizada pelo serviço *Chequeado* (2019), a partir da fala do chefe do governo de Buenos Aires: “Com muito orgulho, fomos capazes de apresentar ontem que, tanto na cidade como na província, atingimos a menor taxa de mortalidade infantil em nossa história”⁴². A informação foi verificada e qualificada como sendo verdadeira, seguida de um vasto texto com gráficos e detalhamentos precisos da verificação, identificando sujeitos, lugares e tempo.

Neste exemplo de verificação da *Chequeado* (2019), atentou-se para um recurso utilizado na exposição da checagem finalizada, como ilustrado na Imagem 2.

Imagem 2 - Print da verificação do serviço Chequeado

Si tenés sólo unos segundos, leé estas líneas: 

- Según los datos elaborados por cada distrito, la mortalidad infantil llegó a su cifra más baja en 2018.
- También es la más baja si se la mide por trienios, como recomiendan los especialistas, dado que los datos anuales varían bastante.
- A nivel nacional, la tendencia es a la baja desde 1990, aunque el país no cumplió con las metas fijadas por Naciones Unidas.

Fonte: Chequeado (2019).

Antes da apresentação do texto de checagem, a qualificação da mensagem foi exposta como “verdadeira” e é feito um apelo ao leitor, “se tens apenas alguns segundos, lê estas linhas”. Além disto, no canto direito superior há uma estimativa do tempo de leitura do texto completo, com duração em torno de três minutos.

Ao mesmo tempo em que o serviço de checagem disponibiliza um relatório extenso expondo seu processo de verificação, o apelo proposto é indício que se compreende a indisponibilidade do leitor no ciberespaço. A urgência, a que se refere Bourdieu (1997), torna-se cada vez mais célere, logo, a síntese precisa ser concisa e antecipada à própria explicação. Cabe o questionamento: o que as sínteses oferecem no contexto de aprendizado coletivo de

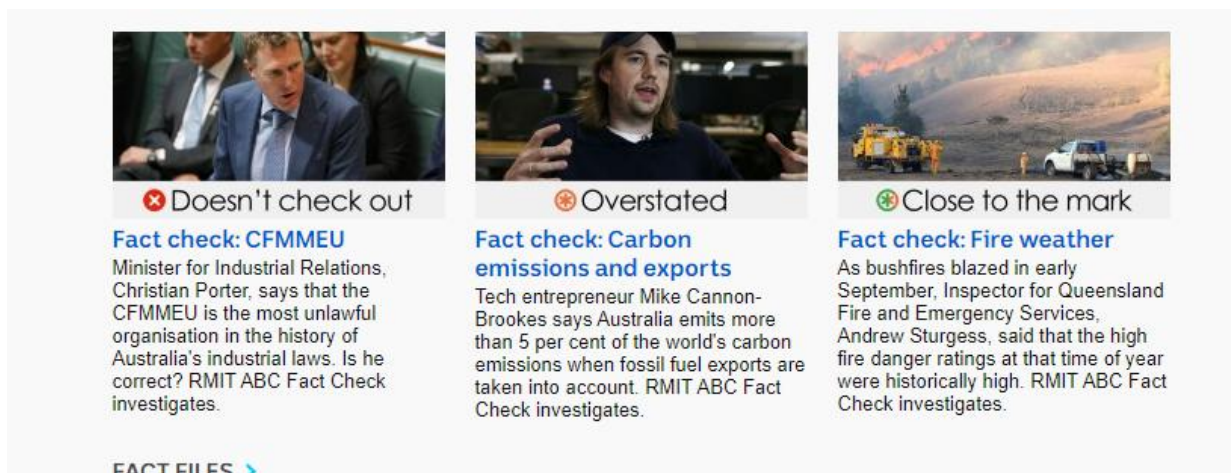
⁴²Disponível em: <https://chequeado.com/ultimas-noticias/larreta-tanto-en-la-ciudad-como-en-la-provincia-llegamos-a-la-tasa-de-mortalidad-infantil-mas-baja-la-historia/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

verificação da informação? Apesar de necessárias e completamente compatíveis com o gênero jornalístico, as sínteses continuam a reforçar o caráter de urgência e a necessidade de acesso à verdade com rapidez.

As evidências que as sínteses apresentam são coletadas sob esforços de apuração de dados, processo este que, se realizado de forma ética, principalmente via dados públicos, garantem que os critérios de verdade em uma lógica correspondentista, como explica Perin (2010), são cumpridos. Todavia, o modelo sintético adotado, muitas vezes, exibido no título da checagem ou ilustrados com o “selo” de qualificação da informação, já representam o aprofundamento máximo de investigação de que o sujeito comum irá chegar, não servindo de parâmetro para o desenvolvimento de competência em informação sobre a consulta a dados.

O serviço de checagem do *RMIT ABC Fact Check* – serviço mantido em parceria entre uma universidade e uma empresa de jornalismo –, como ilustrado na Imagem 3, é um exemplo de exposição do texto de análise em formato de síntese.

Imagem 3 - Print das chamadas de verificação do serviço *RMIT ABC Fact Check*



Fonte: *ABC Fact Check* (2019).

Observa-se que as sínteses já indicam a qualificação da informação, utilizando-se também de símbolos e cores que emitem o suposto nível de veracidade da informação analisada. É preciso questionar, ainda, como tal formatação sintética pode se constituir como incentivo ao aprofundamento da leitura ou como ponto de finalização da observação do sujeito.

Retorna-se ao que Bourdieu (1997) enfatiza sobre a urgência individual e o encontro de sínteses prontas. Ao passo que as sínteses possibilitam o sujeito a compreender dada informação, suspendem o estado de dúvida, o questionamento e a contraposição de fatos.

O dado público, enquanto evidência, é um dos elementos mais recorrentes nos serviços de checagem. Sobre isto, tem-se o exemplo de uma declaração checada pelo *FactCheckerIN* (2019): “Governo afirma que o ar de Deli é mais limpo, mas não há como saber disso.”⁴³ Neste caso, o ministro do meio ambiente afirmou publicamente a redução dos níveis de poluição.

O relatório de checagem deste caso contém mais de cinco gráficos e outras imagens, em uma vasta explicação de que esta informação não pode ser comprovada, e, portanto, também não pode ser negada. É um caso evidente de verdade em suspeição, representando um bom indicativo para a instauração da dúvida (BEZERRA; SCHENEIDER; BRISOLA, 2017). Todavia, o autor da fala possui autoridade no assunto, por ser ministro do meio ambiente, o que, para muitos, será o suficiente para que se desconsidere a checagem “inconclusa” e se aplique critérios de verdade pautados na confiança e em outras subjetividades relacionadas ao tema, como o posicionamento político pessoal, o que remete aos “jogos de verdade” segundo Foucault (2012).

A suspeição da qualificação da informação por parte dos checadores é uma ação que atesta o compromisso com a honestidade do processo checagem, não admitindo que possibilidades de verdades, como sugere a tendência pela pós-verdade, de acordo com D’Ancona (2018), ocupem o lugar da verdade factual, o principal interesse para este tipo de serviço de informação. Contudo, tal estado de suspeição que não permite um status final da informação analisada, podendo servir de impulso para que a verdade na concepção pós-moderna ocupe o espaço deixado por uma “verdade em análise”, motivando práticas de desinformação.

7.2.4 Contextualização

O fator de contextualização da informação verificada mostra-se de extrema importância na propagação da desinformação. Isto porque é frequente a circulação de dados considerados verdadeiros descontextualizados dos seus referenciais de espaço, tempo e abrangência. É comum a circulação de notícias que possuem dados considerados legítimos, com evidências comprobatórias possíveis de serem checadas, mas que, por exemplo, data de tempo passado, sendo seu efeito invalidado no presente.

⁴³ Disponível em: <https://www.factchecker.in/govt-claims-delhis-air-is-cleaner-but-theres-no-way-to-know-that/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Um exemplo de descontextualização temporal pode ser observado na checagem da *Agência Lupa*⁴⁴ - “São antigas fotos de pavimentação de trecho da BR-163 em 7 meses de Bolsonaro”. A Imagem 4 circulou em redes sociais e foi solicitada a checagem por meio do projeto de verificação de notícias realizado pela *Agência Lupa* (2019), e, até o momento final da checagem, qualificada como falsa, já constava 8,8 mil compartilhamentos no *Facebook*. Este exemplo de descontextualização utiliza-se do recurso da imagem, que comprovadamente foram originais, sem manipulação, mas que estavam completamente fora do contexto, visto que a rodovia foi pavimentada em 2015, e o governo a que a postagem se refere teve início em 2019.

Imagem 4 - Notícia falsa veiculada sobre pavimentação de rodovia



Fonte: Agência Lupa (2019).

A imagem ainda possuía explicações e mensagens adicionais pelas pessoas que a compartilharam, como “o exército executou a obra” e a menção ao lema de campanha do governo eleito: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

A menção a este lema de campanha é extremamente importante para que se entenda a complexidade em que ocorre a disseminação de *fake news*. Primeiro porque torna-se evidente a maior motivação de compartilhamento da “notícia”: o caráter emotivo, baseado em crenças forjadas coletivamente acerca de um sentimento compartilhado por muitas pessoas e que,

⁴⁴ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/08/05/verificamos-pavimentacao-br-163-7-meses-bolsonaro/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

portanto, a “vontade de verdade”, na concepção de Nietzsche (1888), ocupa o espaço da crítica, da dúvida, e, muitas vezes, do bom senso.

Esta “vontade de verdade” distancia-se da busca da verdade em termos filosóficos, e, ainda assim, não consegue alcançar ao menos a vontade da verdade factual. Neste momento, compreende-se porque a pós-verdade, como explica Lyotard (1993), se torna incontornável, pois ela é gerida e mantida no cerne de uma concepção de mundo extremamente individualista e niilista, apenas com a aparência de unidade – tal qual se conclamam as benesses trazidas pelas tecnologias: interação, compartilhamento, fortalecimento das redes, etc.

A verdade *emunah*, na concepção de Chauí (2000), toma forma por meio de imagens, de apelos coletivos e do reforço de outras inúmeras vozes que também acreditam estar exercendo a mais original forma de participação social, sem sequer desconfiar de que pode não ser verdade. Aliás, a verdade, fadada por tanta desinformação e mentira, torna-se possível de ser o que se achar conveniente, desde que convenha a um propósito e, que, principalmente, sirva de ânimo ao ego individual, no processo de busca incessante de sobreviver a este contexto informacional confuso.

Outra possibilidade de descontextualização é dada pelo viés da generalização, em que dados considerados corretos em um contexto delimitado são levados a situações mais amplas, como exemplifica o caso checado pela *Africa Check*⁴⁵: “1 em cada 4 empregados sul-africanos tem depressão?”. Importante mencionar que esta verificação se deu em decorrência da repetição destes dados em veículos de imprensa locais, como *Forbes Africa*, *Huffington Post* and *Dispatch Live*.

A checagem realizada demonstrou que o estudo resultante neste dado realmente existiu, porém, teve um alcance bastante limitado, com uma amostra de cerca de mil empregados, não podendo assim se constituir de uma amostra representativa do universo. O que requer atenção, neste caso mencionado, é o fato do dado isolado não ser falso, mas a contextualização atribuída o tornou em notícia falsa. Além disso, sua utilização como fonte de informação de veículos profissionais de comunicação, demonstra a dificuldade de se conceber uma fonte como legítima, pois, mesmo em caráter profissional, deslizes como este não estão isentos de ocorrer.

⁴⁵ Disponível em: <https://africacheck.org/reports/do-1-in-4-south-african-employees-have-depression/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Os veículos de mídia massiva, principalmente os de jornalismo em específico, enfrentam esta jornada dupla: exercer a profissão de acordo com seus pressupostos de ética e ainda disponibilizarem tempo e recursos checando notícias suspeitas e provando que seu trabalho está se pautando em fontes seguras, estas últimas características nos termos de Kovach e Rosenstiel (2001).

De fato, o desafio pode ser fruto de uma própria desvirtuação presente ao longo dos tempos quanto à credibilidade de tais instituições. Quando as mesmas possuíam, quase que exclusivamente, os meios de se controlar parte da veiculação de informação via notícias, a manipulação, o favoritismo e a parcialidade eram marcas constantes das grandes corporações. Sendo assim, neste complexo ecossistema informacional, a sugestão de se voltar a tais meios profissionais de informação como modo de se proteger das *fake news*, torna-se um apelo de adesão não imediata.

Cabe a ressalva de um processo inverso com relação à descontextualização da notícia: fatos ocorridos no tempo presente passam a ser negados com a justificativa que pertencem a outro tempo. Por exemplo, um vídeo gravado no presente e amplamente divulgado nas redes sociais pode ser justificado como pertencente à outra situação do passado, caso haja uma apreciação crítica negativa. Os jogos de verdade, como lembra Foucault (2012), se tornam tão intensos e cada vez mais refinados, que, para o sujeito comum, torna-se mais fácil aderir ao que lhe parece mais conveniente, até porque este posicionamento não demanda nenhum tipo de esforço em busca da instauração da dúvida.

É certo que a sensação de estabilidade emocional trazida por uma falsa informação é mais confortável que o estado de inquietação, desconforto e esforço intelectual que a dúvida proporciona, e por isto, os inúmeros esforços em se colocar a verdade em suspeição parece surtir pouco efeito.

7.3 Elementos para a validação de informação

Os elementos para validação de informações foram observados durante a coleta de dados dos objetivos *A* e *B*, os quais estão presentes em grande parte das informações falsas, alguns com características de alteração explícitas e outros bastante refinados.

Operacionalização do objetivo específico C: Ao analisar e caracterizar as estratégias metodológicas dos serviços de checagem (objetivos *A* e *B*), fez-se possível identificar elementos particulares presentes nas informações avaliadas que possivelmente permitem a validação da informação falsa perante grupos sociais específicos. Com isto, cabem os

questionamentos: É possível identificar elementos regulares em informações falsas? Se tais elementos forem um padrão já reconhecido como constantes, isto é, parte da sociedade reconhece-os como alertas de manipulação da informação, por qual motivo não se consegue barrar efetivamente a veiculação de tais conteúdos? Tais elementos apresentam-se em níveis de complexidade distintos?

Considerou-se agrupar os achados em dois grandes grupos: recursos textuais e recursos imagéticos, conforme Quadro 22.

Quadro 22 - Elementos de validação da informação

RECURSOS TEXTUAIS	RECURSOS IMAGÉTICOS
<ul style="list-style-type: none"> - Textos em formato de notícias; - Frases de autoridades; - Pesquisas; - Dados; - <i>Links</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fotos; - Vídeos; - Imagens (<i>prints</i>); - Ilustrações; - Símbolos.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os recursos textuais comumente estão associados aos imagéticos, principalmente, após os avanços tecnológicos que permitem o compartilhamento dos mesmos por meio dos aplicativos mensageiros, como o *WhatsApp*. Considera-se que tais elementos, por comporem peças de desinformação comumente encontradas, precisam ser considerados quando se fala em auditabilidade da informação. Como ilustração desses recursos, selecionou-se um artigo⁴⁶ da *Agência Lupa* que coletou as 10 notícias falsas de maior impacto durante o primeiro turno eleitoral das eleições de 2018 no Brasil.

7.3.1 Elementos textuais

Os elementos textuais recorrentes nas *fake news* buscam prover ao sujeito evidências da veracidade da informação com base na própria materialidade da informação, ou seja, como ela se apresenta e pode ser percebida. Tais elementos são construídos, organizados e disseminados com o propósito específico da desinformação, no sentido estabelecido por Moura, Furtado e Belluzzo (2019). Discorre-se sobre eles:

⁴⁶ Artigo intitulado: “Dez notícias falsas com 865 mil compartilhamentos: o lixo digital do 1º turno”. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/07/artigo-epoca-noticias-falsas-1-turno/> Acesso em: 23 jan. 2020.

- Textos em formatos de notícias: esta é a forma mais comum em que as *fake news* são apresentadas. Quando bem formatadas, são difíceis de serem contestadas, pois todos os recursos da linguagem argumentativa são fielmente seguidos;
- Frases de autoridade: a citação de um físico, a fala de um médico (que inclusive pode ser registrada e replicada por recursos de áudio) ou de qualquer outro que se diga especialista (como os intitulados “autodidatas” que contestam teorias científicas em seus canais de vídeo), são observadas como evidência *a priori*, estimulando a crença na informação;
- Pesquisas: em suas diversas possibilidades, as pesquisas são fartamente utilizadas como evidências, sejam elas científicas ou realizadas por meios poucos confiáveis;
- Dados: estes figuram as *fake news* causando dificuldades para o estado de dúvida, pois, a evidência numérica é parte do entendimento coletivo de que algo tende a ser real;
- *Links*: muitas vezes, sequer chegam a ser testados, pois sua simples aparição remonta à ideia de fonte; além disso, os *links* que levam a páginas falsas também são bastante comuns.

7.3.2 Elementos imagéticos

Os elementos imagéticos presentes nas *fake news* são potencialmente mais danosos, por apresentarem uma síntese de um fato via imagem, dificultando a verificação sem o auxílio de *software* específicos ou de conhecimento especializado para tal. Em suma, são:

- Fotos: registros fotográficos geralmente são tidos como provas incontestáveis, pois causam a rápida síntese mental do fato apreciado; se originais, podem ser utilizados fora do seu contexto originário; se manipulados, podem ser de dois tipos: os que possuem montagens grosseiras, facilmente identificáveis, ou aqueles que foram produzidos sob sofisticados recursos, necessitando a análise de um especialista ou de *software* particulares;
- Vídeos: em formatos curtos, os vídeos se tornaram bastantes populares para disseminação. Há poucos anos, efetuar o *download* de um vídeo exigia Internet de alta velocidade e muito espaço de armazenamento, mas, com o avanço tecnológico, os vídeos são rapidamente difundidos. Além das possibilidades de edição de vídeos

mais populares, existe uma nova forma de manipulação, os chamados *deepfakes*⁴⁷ *videos*, de grande impacto quando não examinado com cautela;

- Imagens: além das fotos, um elemento bastante utilizado é o *print*, que consiste em um registro de um “congelamento” da imagem realizado em seu suporte original. Assim, o *print* possui uma característica de evidência comprovada, sendo igualmente sujeito a manipulações e descontextualizações;
- Ilustrações: assim como os profissionais da informação e comunicação fazem uso de ilustrações, como diagramas e fluxogramas, as notícias falsas também contam com estes recursos;
- Símbolos: logotipos, logomarcas e símbolos religiosos, políticos, entre outros, são utilizados para compor a informação falsa, desde os *e-mails* maliciosos que copiam as marcas de bancos aos comunicados do governo repassados nas redes sociais.

A Imagem 5 é composta por uma junção de elementos. Primeiro, foi realizada uma manipulação da imagem de uma página no G1, serviço de jornalismo da Rede Globo de Televisão, do Brasil.

Em seguida, a imagem manipulada recebeu informações de acordo com o processo jornalístico de notícias. Para finalizar a farsa, a imagem final é derivada de uma foto da tela, provavelmente feita com o celular, ou seja, um tipo de *print*. A imagem foi compartilhada 126 mil vezes somente no *Facebook* (AGÊNCIA LUPA, 2018).

Imagem 5 - Suposto *print* de uma página de notícias



Fonte: Agência Lupa (2018).

⁴⁷ *Deepfake* é uma tecnologia desenvolvida por inteligência artificial utilizada para editar vídeos, substituindo rostos, vozes e demais expressões faciais.

É notório, na Imagem 5, que a formatação textual é idêntica ao processo de construção da notícia, associando à verdade e à objetividade, nos conceitos de Traquina (2004). Para além das questões técnicas de formatação da notícia sob critérios jornalísticos, centra-se no caráter da desinformação que esta *fake news* apresenta, pois, como afirma Fallis (2015) esta possui sua maior característica em ser deliberadamente enganosa. Neste sentido, a desinformação ultrapassa o mero caráter de informação textual e incorpora elementos que reforçam no sujeito a ideia de verdade, desde a notícia, quanto ao seu formato e a fonte, no caso, um conhecido portal de notícias do Brasil.

O *framework* (ACRL, 2016) aponta a necessidade de que o aprendiz saiba reconhecer as fontes e instaure um processo de busca investigativa para poder chegar a informações consideradas legítimas. Neste sentido, deve-se buscar refazer os caminhos da evidência, e não apenas aceitar a evidência dada como sendo suficiente para endossar a informação disseminada.

A Imagem 6 mostra integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) agredindo um homem com uma camisa do Brasil (a utilização da camisa com temas da bandeira do Brasil ou da seleção brasileira de futebol tornou-se típica dos apoiadores do presidente, em 2018, Jair Bolsonaro). A imagem original foi feita em 2015, três anos antes de sua circulação, durante um ato promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em defesa da Petrobras. A pessoa agredida trajava uma camisa branca. Até o momento da checagem, a imagem já havia sido compartilhada no *Facebook* 23 mil vezes. Neste exemplo, além da manipulação da imagem, o texto compartilhado afirmava: “Estão intimidando pessoas que estão adesivando os carros com apoio a Bolsonaro” (AGÊNCIA LUPA, 2018).

Imagem 6 - Foto manipulada de agressão entre militantes políticos



Fonte: Agência Lupa (2018).

A Imagem 6 é um exemplo de como a informação enquanto dado incompleto, de acordo como Ferreira (1995), pode assumir sentidos de acordo com experiências anteriores de cada indivíduo que a analisa. Esta concepção complementa-se com D’Ancona (2018), por incorporar não somente as experiências pretéritas, mas as questões de escolhas movidas por emoções e desejos pessoais. Ainda, o comportamento individual está associado à estrutura a qual o sujeito pertence, bem como Marteleto e Silva (2004) justificam com a metáfora do tecido sobre a rede, logo, o contexto político conturbado do ano de 2018, constitui-se como um forte elemento forjador da *fake news* em questão.

A Imagem 7 mostra, segundo a notícia falsa, o presidente da Guiné Equatorial preso no Brasil ao tentar entrar com 50 milhões de dólares em plena época eleitoral.

Imagem 7 - Notícia falsa com a foto do presidente da Guiné Equatorial

O Vice-presidente da Guiné Equatorial foi preso ao tentar entrar no Brasil com mais de 50 milhões de dólares em dinheiro. Por coincidência é o país que o Lula perdoou uma dívida bilionária e teve várias obras bilionárias feitas com dinheiro do BNDES.

Por coincidência ele trouxe esta fortuna em plena época eleitoral.



Fonte: Agência Lupa (2018).

Em seguida, vincula-se a ideia de que o mesmo possuía relações ilegais com o Brasil e com o ex-presidente Lula. Os recursos de texto e imagem foram utilizados sem outras evidências. As informações foram checadas como falsas, tendo a publicação passada dos 50 mil compartilhamentos (AGÊNCIA LUPA, 2018).

Enfatiza-se, na Imagem 7, que não há fontes de informação para consulta disponível, nem algum tipo de simulacro em forma de notícia, como feito na Imagem 5, podendo ser considerada uma *fake news* falha por falta de evidências mínimas.

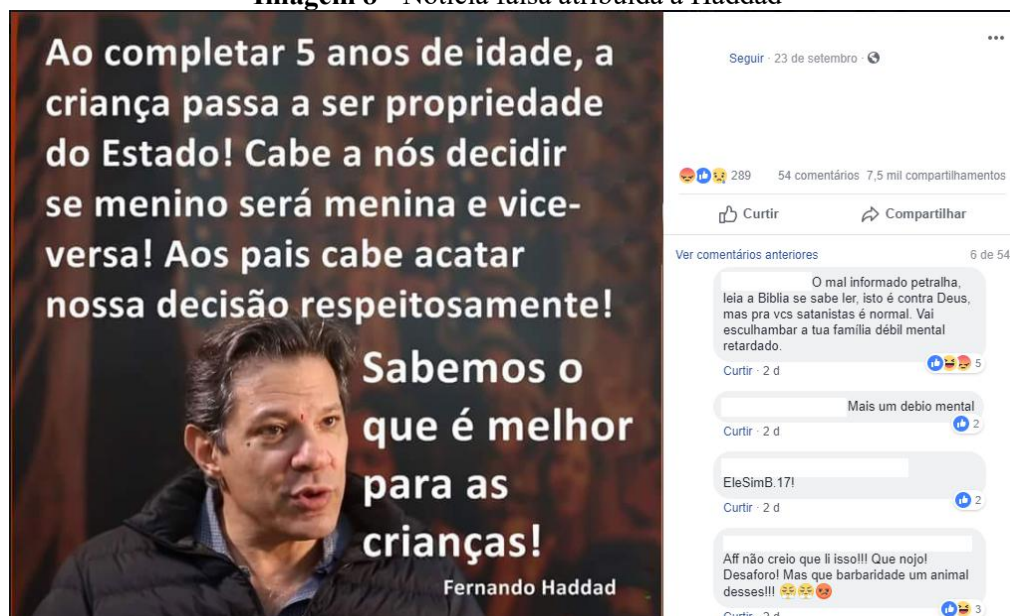
É um exemplo de desinformação utilizada em prejuízo específico de alguém, como apontam Moura, Furtado e Belluzzo (2019), no caso, aparentemente, o próprio acusado do delito. Mas, pela análise do texto que segue a foto, e realizando a contextualização temporal

em que se deu, a tentativa é de reforçar uma tese compartilhada por uma grande quantidade de pessoas sobre corrupção em um dos partidos que concorria à eleição, fator este suficiente para obtenção massiva de adesão e compartilhamento da informação, sem critérios objetivos de análise, apenas como base na escolha de uma verdade conveniente, como pontua D’Ancona (2018).

A Imagem 8 é de uma foto do presidente brasileiro pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, em 2018. Os recursos utilizados foram uma imagem do mesmo e uma frase a ele atribuída. A frase é exemplo do nível de discussão que a sociedade enfrentou em termos de desinformação durante o período eleitoral de 2018.

As redes, que potencialmente seriam espaços para novas práticas e novos modelos culturais e comportamentais, principalmente pela possibilidade de manifestações de ordem coletiva e de solidariedade entre as pessoas, como presumiu Castells (1999), mostraram minimizar os espaços discursivos ideais, que seriam baseados na argumentação, no debate e na participação social, tratando, majoritariamente, de exibir informações deturpadas e desinformação massiva.

Imagem 8 - Notícia falsa atribuída a Haddad



Fonte: Agência Lupa (2018).

Comprovadamente falsa, a notícia da Imagem 8 foi partilhada por diversas páginas no *Facebook* que, juntas, somaram mais de 150 mil compartilhamentos. O recurso de texto foi formulado para causar impacto em um tema de forte apelo emocional, que mesmo extrapolando o bom senso, conseguiu contemplar um grande número de adeptos.

A Imagem 9 é um congelamento de um vídeo que circulou pela Internet como sendo de apoio ao candidato ao governo brasileiro, Bolsonaro, em 2018. Mas, o vídeo é de 15 de março de 2015, durante as manifestações contra o governo da presidente Dilma Rousseff, eleita em 2014. Além de o vídeo ser antigo, foram utilizadas gravações de áudio amadoras com o intuito de promover uma contextualização temporal.

Neste vídeo, representado pela Imagem 9, a intenção era de proporcionar ao sujeito uma falsa evidência sobre um acontecimento real. Assim, criou-se uma evidência falsa e mesclou-se com uma notícia verdadeira – a manifestação em prol de um candidato, elevando as chances de adesão por grupos apoiadores.

Imagem 9 – Print de vídeo com contexto modificado



Fonte: Agência Lupa (2018).

Não há como prever de onde e como a desinformação irá surgir, portanto, o enfrentamento às mesmas é constante e exige sempre um dispêndio de tempo e recursos para que se provem falsas. A Imagem 10 retrata a realidade da informação acima (Imagem 9), em que o público presente era imensamente inferior.

Imagem 10 - Foto retrata público real em manifestação

Às 18h50, o Centro de Operações do Rio informou que as pistas, que estavam ocupadas desde as 14h pelos manifestantes, foram liberadas.



No Rio, apoiadores de Jair Bolsonaro se reuniram na Praia de Copacabana, na Zona Sul — Foto: G1



Passeata pró Bolsonaro em Copacabana na altura do posto 6 - Pedro Teixeira / Agência O Globo

Fonte: Agência Lupa (2018).

Diante desta classificação - a qual se reconhece possivelmente não representar todo o universo de elementos que validam a informação falsa no ciberespaço, é possível afirmar que tais elementos que figuram em informações falsas, como observado *in loco*, representam as “evidências” mais comuns na formatação de notícias falsas e na propagação de desinformação. Todavia, a simples identificação destes elementos em informações suspeitas não é suficiente para que haja a descontinuidade de disseminação da mesma. Esta dificuldade não é apenas de ordem técnica, de identificação de manipulações e similares, mas, principalmente, de ordem dos anseios e expectativas que aquele conjunto de recursos que compõe determinada informação comporta. Estas características subjetivas possuem caráter tanto pessoal, moldadas na perspectiva da pós-modernidade tratadas por Santos (1998), quanto coletivas – na percepção de D’Ancona (2018) sobre pós-verdade.

Como exemplo, diante de um estado de alerta sobre uma doença infectocontagiosa, a população passa a nutrir coletivamente elementos como medo e pânico, logo, as notícias que ao serem lidas ativam esses sentimentos, possuem uma validação pautada na verdade por coerência, como em *emunah e veritas*, nas considerações de Chauí (2000), visto que as informações obtidas são compatíveis com suas crenças, mesmo sendo estas temporárias.

Um comportamento bastante comum nesses casos é o compartilhamento da informação por impulso, em uma tentativa de prevenir o maior número de pessoas – mais uma vez, o que seria tido como participação social pode se tornar um desserviço. A credibilidade de quem enviou a mensagem – um amigo, um professor ou um parente próximo, também se torna um impeditivo para a análise dos elementos que foram identificados como constantes na

manipulação da informação, assim, o fator *confiança* (como em *emunah*) é mantido em detrimento do fator *evidência*.

Além das variações em termos de qualidade dos elementos que validam as informações, precisa-se considerar a infraestrutura técnica que dá suporte à circulação da informação falsa na Internet, pois, sem uma rede complexa de disseminação da informação, os problemas identificados no ciberespaço não teriam possibilidades de gerar tamanha desordem. Os robôs virtuais, aqui já mencionados como *bots*, são responsáveis pelo disparo automático de mensagens, sejam elas notícias ou personificadas por meio de usuários da rede. Os *bots* fazem uso dos elementos de validação da informação constantemente, sendo um dos elementos principais da propagação de *fake news*.

A interação virtual falsa provocada por robôs gera o sentimento de coletividade entre os usuários da rede, ou seja, a adesão massiva a uma informação torna-se um elemento de validação, visto que, se há muitos compartilhando da mesma noção de legitimidade da informação, há a tendência a creditá-la como verdadeira. Este é um critério de verdade estabelecido pelo falso senso de emancipação, pois desconhece-se a participação de elementos reguladores em rede, como afirma Weisseberg (2004), limitando a análise do sujeito apenas ao que se torna tangível na superfície do ciberespaço.

Somando-se a isto os sentimentos e as emoções individuais ativadas no momento do contato com a informação, é preciso que haja uma tomada de consciência pautada em valores como a ética e a alteridade para que seja ativado o estado de dúvida e que se desperte a incerteza informacional e seus desdobramentos.

Ainda sobre a infraestrutura do ciberespaço, não se pode relegar o papel dos algoritmos na disseminação da informação, que têm a função de reunir informações específicas, mapeando-as e utilizando-as com propósitos específicos. De acordo com as informações que o usuário disponibiliza em rede (além dos dados pessoais, seus “rastros” em páginas e conteúdo específicos), os algoritmos respondem com o envio de informações relacionadas que, possivelmente, são do interesse do usuário, principalmente publicidade e conteúdo político. Os poderes invisíveis atuam de modo a exercer domínio nas relações, uma dimensão possível sobre o que Foucault (2012) observou em relação à problemática da verdade e a interferência de poderes instituídos.

Este fator técnico também é um elemento complicador para o processo de análise da informação no ciberespaço, pois, os algoritmos formam as chamadas “bolhas de conteúdo”, limitando o usuário a ter a informação possivelmente contraditória ao que ele costuma acessar, interagir e compartilhar. Reduzem-se assim as possibilidades de discussão – no sentido

construtivo da palavra, e de exposição a posicionamentos contrários. Logo, a adesão à informação entre grupos mais ou menos homogêneos é bem maior, seja ela considerada legítima ou configurada como *fake news*.

7.4 Elementos determinantes para a auditabilidade da informação

Desde a escolha da perspectiva conceitual do referencial teórico, manteve-se atenção para a identificação de elementos determinantes para o processo de auditabilidade da informação sob a perspectiva de Elmborg (2012). Portanto, os resultados encontrados centraram-se na discussão teórica, visto a necessidade de observar tais elementos de forma não estável, respeitando sua condição fluida e mutável.

Operacionalização do objetivo específico D: Ao realizar o levantamento das metodologias utilizadas, examinar exemplos de fatos verificados e identificar os elementos presentes nas notícias, delineou-se uma aproximação de reflexões mais assertivas sobre a auditabilidade da informação no ciberespaço.

Quadro 23 - Perspectiva analítica da competência em informação da ACRL (2016) e serviços de *fact-checking*

EIXOS ANALÍTICOS DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DA ACRL	COMPETÊNCIAS PROPOSTAS PELA ACRL	RELAÇÃO ENTRE AS COMPETÊNCIAS PROPOSTAS PELA ACRL E OS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DOS FACT-CHECKING
Eixo 1 Autoridade	Autoridade é construída e contextual.	Os checadores possuem acesso, <i>a priori</i> , às autoridades de fala; possuem meios de consulta aos especialistas e aos dados públicos com mais <i>expertise</i> . Também podem ser considerados autoridades.
Eixo 2 Processo informacional	Criação da informação como um processo.	Conhecimento dos formatos em que a informação pode ser disposta e de como avaliar cada um deles.
Eixo 3 Valor da informação	Informação tem valor.	Reconhece-se a necessidade de contextualização da informação, sendo seu valor relativo a isto.
Eixo 4 Pesquisa	Pesquisa como investigação.	Processo jornalístico de investigação.
Eixo 5 Aprendizado	Aprendizado como conversação.	Apanhado de fontes, dados, autores e especialistas.
Eixo 6 Exploração da informação	Busca como estratégia de exploração.	Quanto mais dados encontrados, mais precisa a conclusão.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2020).

Com isto, reuniram-se as diretrizes da ACRL (2016), em um movimento de convergência teórica em que esta pesquisa se baseia, especialmente, no que diz respeito às questões de autonomia e as implicações críticas da *information literacy* em tal processo. Esse processo de análise comparativa, como pode ser observado no Quadro 23, apresenta as possibilidades de convergência entre os elementos da competência em informação proposto pela ACRL e os procedimentos de verificação usados pelos serviços de checagem.

Ao se discutir os eixos de análises expostos na primeira coluna do Quadro 23, foi possível identificar como as competências derivadas dos mesmos possuem correlação com as práticas de verificação da informação.

7.4.1 Eixo 1: *Autoridade*

Como apresentado no Quadro 23 (coluna 1, linha 1), a *Autoridade* para o *framework* da ACRL é construída e contextual, e importa ao aluno o aprendizado em termos de identificação do nível de autoridade de fala daquele que produz a informação (ACRL, 2016). Ao selecionar um artigo para leitura, por exemplo, o aluno avalia as credenciais do autor a respeito de sua titulação, a área de atuação, as instituições que o respalda, sua produção, seu histórico, linhas de pesquisas, experiências, e assim por diante. Para tal, é necessário que haja um preparo crítico que permita analisar as nuances presentes na informação, no que diz respeito ao momento histórico e às afiliações da referida autoridade (ACRL, 2016).

De acordo com os achados da pesquisa, os procedimentos de verificação de fatos dos serviços estudados abordam esse eixo em suas metodologias. As autoridades correspondem, por exemplo, ao autor da declaração analisada e aos especialistas no assunto. A própria seleção da informação a ser avaliada pode passar por este critério de *Autoridade*, no que tange à sua importância no meio social.

Foi observado na amostra que há dois casos distintos de verificação da informação de acordo com o fator *Autoridade*: quando se sabe quem é o sujeito de fala e quando não. Quando há a identificação de quem proferiu ou disseminou de modo deliberado determinada informação, ou ainda, quando se atribui o crédito das falas a pessoas específicas, é possível a um serviço profissional solicitar verificação de tais dados. As autoridades de fala são consultadas e as informações são postas em análise. Outras autoridades são os especialistas no assunto, que igualmente podem ser consultados para verificação da informação. Checar as autoridades constitui um importante passo na metodologia dos serviços analisados, item este que esteve presente em todos os serviços que compuseram a amostra desta pesquisa.

Já quando não se sabe quem é o autor de notícias, ou qualquer outro tipo de informação circulante, a checagem se torna mais minuciosa. Sem fontes diretas disponíveis para consulta, os checadores se desdobram em busca de outros dados que possam servir de subsídio para a checagem dos fatos. Este processo, muitas vezes, requer dias, e enquanto isso, a informação se prolifera de tal modo que inviabiliza a contenção de desinformação a tempo.

Para os usuários comuns, ao pensar esta questão no ciberespaço, as dificuldades de constatação de autoridades se tornam bem mais complexas; o sujeito, que recebe pouco ou nenhum tipo de treinamento para desempenhar as estratégias adequadas em situações mais controladas (bibliotecas, bancos de dados, portais de periódicos, repositórios, etc.), agora é impelido a realizar ações semelhantes. Além do mais, o próprio sujeito pode se tornar autoridade em um assunto qualquer, de forma legítima (formação, *expertise*, experiência, etc.) ou ilegítima - como os que se proclamam a si próprios de autodidatas em redes sociais - o que significa dizer que não há parâmetros específicos para análise de autoridades no ciberespaço, como um tipo de “revisão por pares”.

Segundo o *framework* da ACRL (2016), autoridade é um tipo de influência reconhecida e exercida em uma dada comunidade, que precisa ser avaliada, confrontada e debatida, com base na razão que há autoridades privilegiadas em seus discursos em decorrência de razões diversas (profissão, lugar de poder, fama, etc.). Essas razões, em ambientes formais de informação, possuem lugares delimitados (os repositórios institucionais, os periódicos, as publicações, os seminários, os encontros, os congressos, com seus respectivos indicadores de qualidade, e assim por diante.). Quanto ao ciberespaço, tais espaços “seguros” estão configurados em uma lógica “flutuante” e são muito mais passíveis de controle e manipulação, como alertados por Weissberg (2004), por pequenos grupos com interesses específicos.

Os conhecidos “influenciadores digitais”, por exemplo, são figuras populares instituídas como tal por meio do número de pessoas que são adeptas de suas atuações nas redes sociais, os chamados “seguidores”. Assim, os influenciadores digitais têm se tornado figuras de autoridade no ciberespaço, na medida em que seus gostos, pensamentos e padrões de consumo tendem a não somente serem aceitos como reproduzidos por seus seguidores.

Os influenciadores digitais podem ser figuras públicas que se denominam como tal, uma espécie de profissão que se assemelha a título de conteúdo dos antigos *blogs*, com uma mescla de imersão contínua em suas rotinas, criando vínculos permanentes com seus seguidores. Também há os influenciadores digitais indiretos, que são aqueles que estendem suas profissões, ideais e militâncias nos ambientes virtuais, e, em prol disto, influenciam seus

públicos. O que importa, em ambos os casos, é um elemento em comum: a confiança. *Emunah* prevalece sobre as demais concepções de verdade, como tratado em Chauí (2000), pois as pessoas escolhidas para influenciar são consideradas verdadeiras e este critério é suficiente para a constituição da autoridade.

A preocupação de Elmborg (2012), quando afirma que as literacias concretizadas enquanto *guidelines* são limitadas, faz sentido quando se avalia uma situação como esta acima descrita. Como afirmam Almeida e Riccio (2011), responsabilizar o sujeito pelo seu auto processo de capacitação, treinamento, autonomia e protagonismo nada mais é do que reforçar a lógica da desigualdade e da recompensa meritocrática.

Existe um *gap* extenso que desconecta os usuários comuns dos modos de manuseio profissionais/capacitado da informação, possivelmente pela ainda corrente necessidade de inclusão digital efetiva (SORJ; GUEDES, 2005). Ao passo que é possível instituir uma autoridade de fala, o restante da informação terá uma importância reduzida. Acredita-se em quem fala, consente-se que seus dados, linhas de pensamento e raciocínio devem estar corretos. Inclusive, neste grupo, os serviços de *fact-checking* também são reconhecidos como autoridade, constituindo-se, ao mesmo tempo, como fonte única de informação.

A instauração da dúvida, como sugerem Bezerra, Scheneider e Brisola (2017), não é posta em ação quando *Emunah* está em primeiro plano. Cabe a reflexão sobre como reduzir a interferência desse excesso de confiança, se é que isto é possível. Por outro lado, cabe a reflexão do processo educacional tradicional que, ao centrar o poder da verdade na figura de uma autoridade (o professor, por exemplo), nos ensina que aquele que tiver habilidade discursiva em uma lógica convincente, estará mais propenso a assumir o posto de autoridade. Aqueles que possuem habilidade de se expressar em nível compatível aos seus ouvintes conquistam seus lugares de autoridade, pois contemplam uma parcela da população que se reconhece no modo de se comunicar do enunciador, seguindo uma linha de raciocínio que em muito dispensa a busca por profundidade. As notícias falsas que mais circulam em rede geralmente utilizam uma linguagem muito direta, acessível e de fácil entendimento, como as notícias falsas apresentadas no objetivo C.

Não se trata de sugerir, por exemplo, que a ciência passe a ser expressa na linguagem anticientífica para que assim as pessoas se tornem adeptas com mais facilidade das suas descobertas; nem que o jornalismo pare de utilizar um nível intermediário de formalidade; menos ainda que seja banida a linguagem técnica de áreas específicas. Todavia, é notório que a desinformação circula com rapidez em mensagens com pouco rebuscamento linguístico, e

que este é o indicativo que se deve atentar para as possibilidades de contenção da desinformação na ocasião das contrapartidas a serem utilizadas.

Questiona-se, assim, se os extensos relatórios, muitas vezes, expostos pelas agências de *fact-checking* na comprovação ou não dos fatos investigados, podem ser tidos como um tipo de referência para o usuário comum de como a auditabilidade da informação deve ser realizada, ou se, com isto, demonstra-se que apenas as pessoas profissionalmente preparadas poderão chegar às conclusões analíticas em torno da informação.

Esta última possibilidade remonta ao pensamento de Morin (2003) sobre autonomia e deixa a problematização se a metodologia de checagem profissional é exposta a título apenas de uma busca por autoridade informacional dos meios massivos, que têm perdido seu *status* de “detentores” da auditabilidade da informação ou se é possível uma extensão do processo ao usuário comum.

7.4.2 Eixo 2: Processo informacional

A segunda linha do Quadro 23 trata sobre o processo informacional. O *framework* afirma que a compreensão dos formatos informacionais implica na habilidade dos aprendizes em identificar a lógica da criação da informação, enquanto um modo de aferir a informação no que diz respeito à sua qualidade. No sentido aplicado pelo *framework*, entende-se que a preocupação central é na avaliação da informação pelo sujeito, e não em um “passo a passo” de criação do conteúdo pelo sujeito. Assim, o foco é na análise da informação, a partir de uma postura crítica que permita a inferência sobre os propósitos da informação em questão e, conseqüentemente, da identificação de inconsistências e incoerências (ACRL, 2016).

Os resultados da pesquisa mostraram que as metodologias de checagem dos serviços de *fact-checking*, seguem a lógica da formatação da notícia, como explicada por Traquina (2004). Por exemplo, ao seguir o modelo tradicional de construção de notícias, as perguntas “o quê, quando, quem, por que, como e onde” devem estar prontamente respondidas. O lide (vide nota 28) da notícia é o ponto de partida para análise, pois inconsistências nesses itens já são indicativos de possíveis falhas, desinformação e mentiras.

Saber *o que* houve identifica o fato a ser checado, isolando a questão-problema e desencadeando pesquisas específicas sobre o mesmo, como no caso de uma epidemia por vírus ou de um acidente aéreo; *quando* houve o fato é de suma importância na contenção de desinformação, em casos quando, por exemplo, a peça informacional é totalmente legítima, porém, nada atual, a exemplo dos chamados para renovação de CNH ou de prazos para saque

de benefícios, entre outros; *quem* permite a identificação dos sujeitos envolvidos na situação e as possibilidades de verificação de autenticidade das falas e dados citados por meio de consulta específica; *porque* e *onde* disponibilizam detalhes adicionais à checagem, permitindo maior coesão entre as partes já citadas.

Para o usuário comum, convém a ênfase de que a linha crítica de raciocínio disposta aqui considera o sujeito com pouca ou nenhuma escolarização formal. Apesar do grau de escolarização formal dos sujeitos, a popularização de recursos tecnológicos informacionais, como os *smartphones*, permite presença efetiva no ciberespaço, como demonstrou a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) em 2015. Todavia, a identificação do processo de criação da informação exige um nível de alta *expertise*, visto que, além de dominar minimamente os códigos de sua língua, o sujeito precisa estar atento às entrelinhas forjadas no contexto social, que incluem perspectivas sociais, políticas e econômicas (FOUCAULT, 2012; GOMES, 2019; MORIN, 2003).

Inclusive, não são raras as situações em que pessoas adultas estão passando pelo processo de alfabetização básica no momento em que entram em contato com as formas de uso da informação mediadas por dispositivos móveis, como os *smarthphones*, fazendo uso, por exemplo, de *software* mensageiros. Para os que se encontram em uma fase posterior à alfabetização, o desafio da compreensão da criação da informação como um processo encontra duas frentes: a primeira refere-se à perspicácia para a identificação de como a informação pode ser falsamente construída sob recursos que, aparentemente, a validam; e, a segunda, é sobre a apropriação do uso de tais recursos na construção de seu próprio processo de criação, fato este que pode transformá-lo em uma autoridade contextualmente construída (ACRL, 2000).

Acredita-se que, embora o fenômeno das *fake news* pareça ser irreduzível, a repetição de modelos de desinformação e a percepção sobre estes pelo sujeito comum tendem a gerar uma compreensão mínima do processo de criação da informação.

Neste sentido, devem-se promover práticas informacionais pautadas na ideia de protagonismo social (GOMES, 2019), para que se evite o alastramento de um posicionamento apático diante da informação, resultado de constantes decepções e frustrações vivenciadas pelo sujeito na tentativa de se integrar aos processos informacionais.

7.4.3 Eixo 3: Valor da informação

O valor da informação, terceiro eixo apresentado no Quadro 23, segundo o *framework*, transcende o valor presumido em relação à educação e ao desenvolvimento pessoal, no sentido de um insumo ao conhecimento, ou de meras narrações de fatos. A informação tem valor como uma *commodity*, inseparável das instâncias mercadológicas e políticas, em que operam questões de produção, negociação e influência (ACRL, 2016). De acordo com o *framework*, é necessário despertar no aprendiz a leitura totalizante do contexto da informação, atentando para a possibilidade de a mesma servir a projetos amplos, de cunho econômico, político, mercadológico, ideológicos, etc.

Plágio e direitos autorais também são tratados neste eixo, itens de fundamental importância no que se refere à apropriação da informação no ciberespaço. Ainda, um dos subitens afirma que os aprendizes devem entender o porquê e como alguns indivíduos ou grupos de indivíduos podem ser sub-representados ou sistematicamente marginalizados dentro do sistema que reproduz e dissemina informação (ACRL, 2016).

Os serviços de checagem profissionais reconhecem a necessidade de contextualização da informação, sendo seu valor de auditabilidade também relativo a isto, como explicitamente demonstrado nos serviços analisados: *Animal Político – El Sabueso, Chequeado e Estadão Verifica*. A contextualização relaciona-se às inúmeras possibilidades de intervenção do valor da informação, principalmente, nas esferas políticas e econômicas.

É notório que boa parte dos serviços de checagem de informação possui ligação com empresas de comunicação, como o *RMIT ABC Fact Check, The Washington Post* e o *Estadão Verifica*, funcionando como um serviço à parte ou ainda sendo considerado como uma seção nas editorias comuns dos portais de informação. De maneira geral, isto tende a ser questionado com relação à autonomia para a crítica do valor da informação em seus variados contextos, legado este da ideia de que não há como se fazer jornalismo de forma completamente autônoma, em virtude das afiliações políticas e das forças mercadológicas - que ao passo que sustentam tais corporações, as condicionam em grande medida. Inclusive, esta é uma das maiores críticas que se presencia sobre os serviços de checagem de informação, encontradas, por exemplo, em comentários nas publicações em redes sociais sobre checagens realizadas: “quem checa os checadores?” ou “quem garante que esta checagem também não é falsa?”.

Este tipo de questionamento é um forte indício do descrédito das instituições que trabalham com a informação, relativizando-se ao extremo o valor da informação em virtude

de uma desconfiança exacerbada dos meios e dos profissionais da informação, que ao invés de se aproximar da busca pela verdade na atitude filosófica, como pontua Chauí (2000), mais se aproxima da fragmentação e da fluidez, típicas do pós-modernismo, como critica Lyotard (1993) e Santos (1998).

Assim, o embate contra a desinformação, na perspectiva dos *fact-checking*, é duplo: a checagem em si dos fatos e a necessidade de persuasão do leitor, que mesmo tendo dados abundantes nos relatórios disponibilizados pelo serviço de checagem, pode preferir ainda manter sua própria opinião, pois seus fatores emocionais se sobrepõem à verdade do tipo *aletheia*, em que a evidência se faz mais forte.

Quanto ao sujeito comum, tais indivíduos ou grupos de indivíduos sub-representados ou sistematicamente marginalizados dos sistemas formais de educação estão sendo partícipes desse “novo” sistema (ciberespaço) que produz, reproduz e dissemina informação. Contempla-se a importância de que esses grupos sejam identificados e reconhecidos, como ressaltam Martins e Amaral (2011), mas, além disso, questiona-se nessa perspectiva, como se pode pensar em uma *information literacy* que os alcance concomitantemente com suas próprias práticas, principalmente no ciberespaço, ou ainda, em um aprendizado prático das metodologias de checagem de fatos.

Reconhece-se que o preparo para lidar com a informação é um privilégio de classe e também que não se deve lidar com os cenários de exclusão na perspectiva tradicional de que eles se tornem incluídos, ou seja, que passem por todo processo educacional até que não haja mais uma “margem” (BONETTI, 2005).

É crítico, conforme Elmborg (2016), ponderar como é possível o desenvolvimento de metaliteracias sem que haja preparo prévio, pois o fenômeno está em curso, afetando e modificando todo o contexto social, não sendo passível de pausa e de reflexões que alcancem a velocidade dos fatos em curso. O fato é que “respeitar a ideia original de outros”, como pressupõe o *framework*, esbarra fatalmente nas questões do que é original, do que é verdadeiro e do que pertence a quem no ciberespaço, trazendo à tona discussões éticas, legais e até mesmo criminais sobre a questão da informação na ambiência digital.

Há um desafio evidente em como se deve pensar tais grupos que estão excluídos de inúmeros privilégios de classe e que lidam constantemente com a informação em uma realidade que possibilita que suas ações sejam reproduzidas e suas informações disseminadas, sejam elas de qualquer ordem, valor, significância ou veracidade, e que geram uma comunidade de discussão, nos termos de Castells (1999), provida ou não de fatos “reais” na

perspectiva de Buckland (1991), ou menos ainda, de investigação aprofundada e de crítica centrada na ética, na moral, na ciência, na legalidade e no respeito aos direitos humanos.

Com base na pesquisa, acredita-se que, pelo contexto intenso de difusão das *fake news* e pelas consequências alarmantes na sociedade, principalmente no contexto brasileiro, o sujeito comum necessita distinguir o valor da informação em duas instâncias. A primeira diz respeito a não considerá-la legítima *a priori*, buscando reconhecer falhas no processo de formatação da informação; a segunda refere-se às características pós-modernas, como afirma Lyotard (1993), sobre a deslegitimação do saber, em que se tende a relegar o conhecimento, principalmente o científico, em virtude da ascensão de ideias pautadas em crenças e em movimentos coletivos.

Não existirá solução prática compatível a este problema sem que não se considere o papel da educação, e, neste sentido, a ACRL cumpre sua missão em refletir sobre os processos formativos de competências por meios institucionalizados. A mídia, aqui representados pelos checadores, enfrenta sua dupla jornada de verificação e de persuasão sobre o seu próprio valor. Neste ínterim, o sujeito comum esforça-se para manter sua participação no contexto informacional, e é neste momento que o combate às *fake news* deve ser feito considerando os mesmos elementos que lhe dão vazão: compreendendo as circunstâncias sociais, as dificuldades de entendimento em virtude dos cenários de exclusão e a presença de discursos coletivos que fornecem o contexto em que a desinformação se alastra.

7.4.4 Eixo 4: Pesquisa

Seguindo para a quarta linha do Quadro 23, destaca-se que o *framework* enfatiza a pesquisa informacional atendendo a uma lógica de investigação profunda, a partir da elaboração de perguntas cujas respostas desenvolvam os problemas levantados (ACRL, 2016). Há forte ligação desta percepção com o processo jornalístico de formatação da notícia, especificamente com as perguntas norteadoras do lide (PEREIRA JÚNIOR, 2006).

Reconhece-se, com base em Bourdieu (1997), o grande volume informacional como elemento desestabilizador na implementação de métodos de pesquisa, pois há dificuldades na organização das informações decorrentes da mesma e do desafio da síntese crítica. Ao se delinear a pesquisa por informação no contexto científico/acadêmico, as dificuldades são relativamente reduzidas, pois, uma vez que se aprenda como avaliar a confiabilidade da informação por meio do julgamento dos lugares em que ela se encontra, o indivíduo reduz

drasticamente a possibilidade de utilizar algum tipo de desinformação, passando a seleção da informação para um nível seguinte, sobre o campo conceitual e o alinhamento ideológico.

Para os checadores, a pesquisa é o fundamento da auditabilidade da informação. A investigação dos fatos não, necessariamente, levará a uma resposta do tipo “verdade” ou “mentira”, mas ofertará os inúmeros dados, pontos de vista e relatos das partes envolvidas. Atenta-se para o fato de que a própria organização da exposição de tais dados pode representar uma narrativa tendenciosa, que, mesmo sem expor um veredito final, deliberadamente, pode forjar uma linha de raciocínio enviesada.

Contudo, as *fake news* mais evidentes no ciberespaço costumam ser tão grosseiras e falaciosas que dispensam uma pesquisa aprofundada a ponto de se questionar os métodos dos checadores. Montagens fotográficas, edições de vídeos (mesmo os da *deepfake*)⁴⁸ e frases supostamente ditas por figuras públicas são checadas e comprovadas com bastante rapidez. Apenas as checagens de discursos de políticos, por exemplo, ou de qualquer outra autoridade reconhecida por uma comunidade específica, exigem um processo de checagem muito mais extenso. Isto porque, quando alguém diz algo em público, e por ter desenvoltura de oratória e lógica comunicativa de fácil acesso aos ouvintes, o desmonte de sua fala requer dados precisos e argumentos suficientes na comprovação de ideias contrárias. Ocorre que a verdade na perspectiva de *Veritas*, segundo Chauí (2000), torna-se o fundamento da verdade quando há uma coesão interna entre os fatos narrados, e esta construção da verdade exige um senso crítico apurado para que emoções e sentimentos sobre a autoridade de fala não se sobreponham à análise realística dos fatos.

Pensando no sujeito comum, a imersão na *web 3.0* permitiu que os mesmos saíssem de uma perspectiva exclusiva de receptores da informação para produtores. Das formas estáticas de informação na rede presentes na década de 90 (*sites*, em sua grande maioria), vivenciou-se uma reconfiguração profunda do ciberespaço, em que os sujeitos passaram a inserir conteúdos - como nos *blogs* (RECUERO, 2009), e hoje se presencia uma comunicação pautada na instantaneidade, em que a informação não possui um lugar de partida e desconhece-se seu alcance final.

Realizar métodos de pesquisa aprofundados nesse ambiente é um desafio até para os considerados competentes em informação, isto é, aqueles que dominam as técnicas de pesquisa nos ambientes formais de ensino, com fontes e recursos considerados “seguros”. Para o sujeito que não possui tal experiência, a tarefa de buscar fontes é um trabalho

⁴⁸ *Deepfake* são vídeos produzidos a partir da inteligência artificial, que consistem na montagem das imagens de pessoas públicas, substituindo rostos e vozes em vídeos realistas.

complexo, que comumente é encerrado com a primeira informação que for encontrada na rede sobre o conteúdo especificado, sob o juízo de que, se está ali em circulação, já possui alguma legitimidade. Assim, a busca pela síntese se torna o objetivo principal, mas do que compreender como se alcançou tal veredito.

Em um momento posterior, em que o sujeito passa por experiências que expõem seus erros de pesquisa, como, por exemplo, compartilhamento de notícias falsas, pode haver uma tentativa de pesquisa com vias à checagem de informações (busca “simples” da verdade). Porém, até mesmo esta atitude pode levar ao uso de fontes de informações falsas, como *sites* criados com o propósito específico de dar suporte a outras informações falsas e/ou uma resistência em reconhecer a legitimidade de uma informação.

A instância crítica, evidenciada pelo *framework*, torna-se ainda mais rara de ser posta em ação, visto que se atrela à necessidade de instantaneidade, nos termos em que Bourdieu (1997) problematiza, com a pouca habilidade de trato com a informação em contextos tão diversos e com recursos cada vez mais sofisticados, que tendem a confundir, ludibriar e enganar o sujeito, em um estado de dúvida estático, preocupação esta de Bezerra, Schneider e Brisola (2017), diferente do que se espera, que seria o estado de debate e de contra argumentação, típicas da busca da verdade na atitude filosófica, na concepção de Chauí (2000).

7.4.5 Eixo 5: Aprendizado

Para o *framework*, como expresso na quinta linha do Quadro 23, o aprendiz deve compreender o valor do trabalho colaborativo. Nos campos acadêmico e científico, isto se dá por meio dos trabalhos de autores diversos, em que se procura estabelecer um diálogo plural e centrado na crítica. Os espaços de discussões como seminários e palestras também propiciam o aprendizado como conversação, e os alunos aprendem a se posicionar como colaboradores mais que como consumidores (ACRL, 2016).

É necessário observar que o sistema em que a ciência se desenvolve privilegia autoridades – com suas devidas credenciais para tal, e que é preciso ser fluente na linguagem e nos processos que envolvem a informação científica para aumentar as suas possibilidades de participação e engajamento. A prática discursiva, representada pelo debate, como afirma Serra (1998), a reformulação de ideias e a constante problematização são preferidas no lugar do alcance de respostas ideais e fixas. Apesar de haver grandes convenções acerca de determinados temas, a investigação científica encontra-se em permanente estado de

desenvolvimento, e este fato é o que torna a pesquisa instigante e propícia para o estabelecimento do diálogo permanente, principalmente nas áreas das humanidades.

Segundo pressupõe o *framework* (ACRL, 2016), o aluno compreende que é crítico ampliar o horizonte das concepções teóricas naturalizadas, evitando a estagnação, não apenas de seu próprio aprendizado, mas da ciência como um todo. Mesmo sendo a informação científica acessível aos novos aprendizes, há a predominância de autoridades e das relações dos poderes estabelecidos no espaço científico, o que gera dificuldade de construções conceituais divergentes, constituindo-se como um desafio para a construção de novos conceitos.

Para os serviços de checagem de fatos, identifica-se a etapa da pesquisa como sendo fundamental para a auditabilidade da informação, sendo composta pelo apanhado de fontes, dados, autores e especialistas. Vale frisar que se identificou, no primeiro e no segundo objetivos desta pesquisa, que os procedimentos de verificação dos checadores tendem a reunir o maior número de dados para que haja uma síntese relativa ao fato verificado derivada dessa “conversação” entres os elementos coletados. É por isto que a maior parte dos serviços de checagem evidencia que só é possível de se auditar fatos, excluindo-se opiniões, projeções e visões pessoais de quem profere oralmente ou por escrito seus discursos. Neste sentido, destaca-se que tal apanhado de fontes e a síntese gerada são realizadas apenas por profissionais das áreas envolvidas, sendo uma construção altamente especializada feita no menor tempo possível, pois há urgência nas verificações antes que desinformações sejam criadas e compartilhadas com base na informação que se encontra em processo de checagem.

A atuação no ciberespaço tende a reproduzir os modos de escolarização vivenciados pelos sujeitos, assim, quanto menos discursiva é sua formação, menos possibilidades de intervenção frente às informações circulantes, além de haver uma predisposição para utilizar os mesmos métodos tradicionais de aprendizado, que remetem a uma aceitação de uma “verdade” com pouco espaço para a dúvida e o debate, bastando poucos elementos ditos comprobatórios para que haja uma rápida adesão às ideias defendidas.

Assim, há um descompasso entre os que conseguem migrar para as novas formas de interação no espaço informacional e os que possuem dificuldades intrínsecas para tal, seja por sua formação não contemplar as habilidades atuais requeridas ou, em uma situação ainda mais agravada, tal escolarização sequer ter existido.

7.4.6 Eixo 6: Exploração

Na última linha do Quadro 23, destaca-se a ideia do *framework* de que a busca deve privilegiar a amplitude de fontes em um processo menos linear e mais interativo. Ademais, as pessoas competentes em informação devem estar prontas para compreender que a busca pela informação e sua seleção e utilização fazem parte de uma complexa rede que envolve as dimensões cognitivas, afetivas e sociais (ACRL, 2016).

O preparo do sujeito para a busca da informação amplia o universo de fontes encontradas na pesquisa, e, sendo tal sujeito apto a lidar com esta diversidade, torna-se possível um aprofundamento do assunto em questão (ACRL, 2016). Os sistemas de informação e suas linguagens e formas de organização devem ser conhecidos pelos usuários, além da possibilidade de se consultar outros profissionais da informação, incluindo-se nesse grupo os serviços de checagem de informação (ACRL, 2016).

Na perspectiva dos checadores, quanto mais dados encontrados, mais precisa a conclusão. Isto pelo fato de a análise ser centrada em fatos checáveis, em que a maior quantidade de dados aumenta a confiabilidade da checagem (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001; PEREIRA JÚNIOR, 2006; TRAQUINA, 2004). Acontece que, nem sempre, os dados disponíveis são suficientes para contemplar a análise, ou foram previamente preparados para confundir futuras checagens, por exemplo, quando um presidente de um país usa os dados coletados por seu próprio governo para sustentar suas declarações, restando aos checadores apenas evidenciar esta questão no relatório da análise disponibilizado ao público, e não rebater de fato os dados. É neste sentido que a competência crítica da informação pontua a urgência, no sentido *critical* de Elmborg (2012), de se transcender as instâncias procedimentais de checagem e partir, efetivamente, para uma visão centrada na crítica. O surgimento de dados paralelos se dará em virtude da busca contínua e da crítica sobre o que aparenta ser irrefutável.

Os serviços de checagem de fatos encontram limites de análise mesmo tendo *expertise* suficiente para o desenvolvimento das checagens, ainda considerando a urgência temporal em disponibilizar a checagem, principalmente, para que outros não a façam em primeira mão (o “furo”⁴⁹ jornalístico é importante). Estas limitações tornam a oferta do serviço insuficiente para a contenção de desinformação, primeiramente por não trazerem vereditos estáveis e também por carregarem uma gama de elementos subjetivos que os usuários tendem a interpretar segundo suas próprias visões de mundo como, por exemplo, não considerar a

⁴⁹ “Furo” no jargão técnico do jornalismo é a ação de publicar algo antes dos demais.

relativização dos dados contestados pela checagem sob alegações de possíveis afiliações políticas da organização checadora.

Diante dessas constatações, é importante resgatar o que Buckland (1991) traz sobre a questão da evidência, no que concerne aos dados coletados e as provas levantadas para a análise. Quando o público recusa a evidência apresentada, não significa, necessariamente, uma resistência ao processo de análise, mas pode representar uma tentativa de autonomia pela busca da informação, se, e somente se, esta recusa despertar o raciocínio crítico e a busca por outras evidências. Isto porque Buckland (1991) é categórico ao afirmar que o excesso de evidência implica passividade, não sendo benéfica para o estímulo da autonomia.

É possível, portanto, que tais estratégias de auditabilidade da informação com foco excessivo na evidência continuem a manter os sujeitos em uma posição de passividade, de expectadores da informação. Este pode ser um indicativo da ainda presente falta de popularização e aceitação das checagens, inferindo-se que nada mais fazem do que o jornalismo tradicional tem feito.

A análise comparativa realizada não visou inferir possíveis meios de adequação do usuário comum aos princípios formais da *information literacy* ou do processo investigativo jornalístico, tendo em vista a dificuldade de o usuário realizar aprendizado de tamanha complexidade sem que trabalhe deliberadamente para este fim. A aprendizagem fluente de tais habilidades requer uma complexa rede, tanto de elementos formais, a propósito dos currículos escolares, quanto dos ambientes informais, como a cultura, o desenvolvimento sócio-político e etc. Todavia, preparar as novas gerações para esse desafio atual requer um enfrentamento no presente. Por mais que uma possível resolução, ou ao menos diminuição, do problema da desinformação só seja possível de se obter em longo prazo, o impacto das concepções de verdade e de confiabilidade da informação vivenciados na atualidade são cruciais para os desdobramentos futuros.

Observou-se que alguns dos serviços de checagem reservam espaço interativo com o leitor, como envio de comentários e sugestões de verificação, possivelmente, pela necessidade detectada de que uma comunicação de mão única possui impacto menor do que outras que tendem a inserir o público na construção de suas falas. Tais críticas aos *fact-checking* não se constituem como uma tentativa de deslegitimar ou reduzir a importância dos checadores de fatos, pois suas contribuições em meio ao fenômeno da desinformação e das *fake news* são evidentes. Trata-se de uma percepção de que modelos que reproduzem o sujeito em uma função passiva não serão suficientes no embate das questões informacionais atuais. Adverte-se para uma prática de enfrentamento aos problemas informacionais que recorre à banalização

do conceito de autonomia, alterando as suas concepções fundantes, como em Almeida e Riccio (2011), difundindo-se a ideia do sujeito “dono de si”, que tem toda a responsabilidade de seu próprio desenvolvimento, e, portanto, de suas práticas resolutivas quanto às dificuldades informacionais.

Para o usuário comum, as estratégias de busca por fontes de informação no ciberespaço são rápidas e amplamente acessíveis, se comparado, por exemplo, a uma visita presencial ao acervo de alguma biblioteca, que exige conhecimento mínimo para a linguagem bibliotecária ou o intermédio de um profissional da informação. Todavia, tal agilidade propiciada pelo ciberespaço tem como ponto negativo o imenso número de informação recuperada, o que torna a seleção difícil e que, geralmente, é pouco avaliada por sujeitos com insuficiente experiência nesta questão.

Além do mais, o acesso que cada usuário faz no ciberespaço cria uma espécie de “bolha” que seleciona previamente os assuntos de maior interesse, como, por exemplo, uma determinada vertente política e, assim, reduz a variabilidade das fontes no que diz respeito a conteúdos divergentes. Esta “bolha” é resultado da combinação dos algoritmos que operam determinados sistemas de informação, principalmente as redes sociais, combinando as preferências de cada usuário para a oferta específica de assunto de seu interesse.

Buscar informação no ciberespaço constitui tarefa de alta perspicácia e de caráter crítico aguçado para reduzir as possibilidades de falsas informações, informações manipuladas ou de apenas um ponto de vista específico. Se tal empreitada é desafiadora para os ditos “competentes em informação”, resta a questão de como as pessoas estão criando estratégias de exploração próprias e ressignificando as informações encontradas.

Considerando os seis eixos analíticos, é importante apontar para o desdobramento de futuras pesquisas e o aprofundamento dos subtemas relacionados à disseminação de fatos falsos. As construções conceituais com vias à educação para a informação, como preconiza a *information literacy*, são concebidas com o intuito de implementação em currículos acadêmicos e em iniciativas que visem o desenvolvimento profissional, e, por vezes, mercadológico e da economia.

Feito o apanhado de *frameworks e guidelines*, como expresso no Quadro 2, constatou-se a variedade destes formatos de informação instrutiva de temas voltados para profissionais da informação e as atividades que os contemplam, além da educação. Ainda, como o próprio *framework* estudado afirma, a ideia é que o mesmo seja utilizado como base na reformulação de material instrucional, dos currículos, dos cursos e derivados, e que tais mudanças sejam feitas a partir do diálogo e do trabalho colaborativo dos sujeitos envolvidos.

Os seis eixos de análise que partiram do *framework*, quando postos em análise comparativa, possibilitaram a visualização das dificuldades informacionais enfrentadas tanto pelos profissionais da informação - aqui representados pelos serviços de checagem de fatos, como pelos ditos sujeitos comuns, referidos como um grupo genérico de usuários da informação no ciberespaço que não, necessariamente, recebem ações instrutivas em ambientes escolares ou profissionais.

Os achados científicos demonstram que tais eixos contemplam, em grande medida, as metodologias de checagem de fatos expostas pelos serviços estudados, o que pode ser compreendido como uma convergência conceitual do mesmo problema – o trato com a desinformação. Aponta-se, assim, que o aprofundamento do estudo comparativo proposto não se deteve em nenhum tipo de divergência capaz de reestabelecer o ponto central da discussão.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a observar o fenômeno das *fake news* sob a ótica da competência crítica em informação, investigando como os serviços profissionais de checagem de fatos trabalham em prol de combater a massiva disseminação deste tipo de desinformação. A propósito disto, elaborou-se uma linha teórica discursiva com a pretensão de se ampliar os dados coletados com vias a reflexão sobre o sujeito comum, aqui considerado como aquele que não recebeu preparo formal para lidar com a desinformação no ciberespaço.

Partindo-se da literatura sobre *information literacy*, convém reforçar que seu profícuo desenvolvimento tem permitido que a competência em informação seja inserida em processos formativos dos sujeitos, fator primordial no que concerne ao estado de protagonismo social, o qual se crê ser a forma mais eficaz de combate à desinformação. Na medida em que esta pesquisa se propôs a estudar um fenômeno informacional tendo como parâmetro analítico inicial um produto tangível da *information literacy* – o “*Framework for Information Literacy for Higher Education*”, permitiu-se uma análise dos alcances e limitações das habilidades propostas pela competência informacional diante das *fake news*.

Acredita-se que o papel do *framework* para o fenômeno da desinformação em rede consiste em prover um arcabouço teórico que possibilite o desenvolvimento de discussões sobre a *information literacy* como elemento necessário e imprescindível nas iniciativas tanto teóricas quanto práticas de enfrentamento à desinformação massiva em ambientes não-formais de ensino.

Compreendeu-se que a competência crítica em informação exerce um deslocamento espaço-temporal sob os aspectos tradicionais da *information literacy*. De espaço, pela identificação da necessidade de intervenção fora dos ambientes institucionalmente concebidos para ensino; e temporal, por exigir um tempo de ação que se aproxime ao máximo do tempo presente, visto que as iniciativas voltadas para o preparo deliberado para o trato da informação buscam os resultados em médio e longo prazo, como todo processo educacional de qualidade prevê.

A dificuldade inicial em delimitar um *corpus* de pesquisa possível de ser cientificamente investigado deveu-se a fluidez do problema da desinformação, reconfigurado constantemente, sendo as TDIC sua estrutura de criação e disseminação. Em permanente estado de atenção, avaliaram-se as tendências de enfrentamento às *fake news*, chegando-se assim aos *fact-checking*, provenientes do fazer profissional do jornalismo.

Definido o universo da pesquisa composto por agências signatárias do IFCN, avaliaram-se as possibilidades de intersecção com a teoria corrente sobre competência em informação na Ciência da Informação. Pensar a *information literacy* – e suas devidas críticas – para além das iniciativas em ambientes formais de ensino, foi, no mínimo, um desafio instigante.

Este desafio constituiu-se em equalizar o pensamento sobre a *information literacy* a respeito de suas iniciativas de cunho mais práticos e prescritivos, que tendem ao aprimoramento com base no fenômeno em curso; e pensar complexamente o fenômeno em curso sem que os enfrentamentos práticos estabilizem a origem do problema.

Questionou-se, ainda, como a competência em informação considera a emancipação do sujeito comum para o uso da informação, não exatamente como uma crítica de oposição, mas, principalmente, como um incentivo à investigação sobre possibilidades de abertura do campo de pesquisa na Ciência da informação e do desenvolvimento de soluções que contemplem as instâncias práticas.

Observou-se que há em curso um processo de falsa autonomia dos sujeitos para o trato com a informação, visto que o senso crítico e o conhecimento específico suficientes para tal são relegados a segundo plano, razão esta da facilidade de difusão de notícias falsas com características grosseiras de manipulação. Assim, uma imensidão de opiniões próprias formadas com base em experiências individuais são tidas como informação de relevância, o que gera um descompasso entre informar com qualidade (com pesquisa, dados, e contextualização, etc.) e informar apenas para que a opinião e o desejo de cada um seja exposto e aclamado por outros com o mesmo pensamento.

As *fake news* não são simples mentiras que se desfazem tão logo os dados e as evidências sejam checados e recebam o *status* de inverídico. Elas possuem poder de realizar mobilizações sociais, promover aglomerações, instaurar sentimentos de medo e de desordem social, além de poderem difamar, caluniar e destruir reputações, e, em casos extremos, servir de impulso para crimes hediondos. Este fenômeno possui bases densas nas questões emocionais e afetivas que envolvem o sujeito e tomam forma e força nas redes das quais ele faz parte, sendo por isto difícil de se combater.

Neste cenário, o *fact-checking* despontou em uma tentativa de expor aos sujeitos que a informação jornalística necessita estar amparada em fatos considerados reais do ponto de vista da verificabilidade. As notícias falsas em rede desencadearam atenção a uma necessidade social já existente: ser informado com qualidade, com dados apurados honestamente e sem a intervenção de interesses contrários ao bem estar social. O que os serviços de checagem de

informação fazem, em sua essência, contempla as problemáticas das quais a Ciência da Informação tem proposto, discutido e desenvolvido, quando, por exemplo, enfatiza a necessidade da pesquisa, das fontes e da identificação das autoridades de fala.

Este é um bom indicativo para que se expanda o que já há de concreto em termos de sínteses conceituais da área da Ciência da Informação (os próprios *frameworks* e *guidelines*), e que se aprofunde a discussão em uma vertente que se aproxime da competência crítica em informação (ELMBORG, 2006, 2012), ou seja, sem a necessidade maior de estabilização de conceitos, e sim de uma interdisciplinaridade efetiva.

A Ciência da Informação, aqui respaldada em conceitos advindos da corrente crítica da área, possui um vasto e complexo arcabouço teórico e conceitual no que concerne ao fenômeno da desinformação, sendo a *information literacy* uma das vertentes que possibilitou este estudo. O objetivo da escolha conceitual e metodológica desta pesquisa partiu da prudência do fazer científico em considerar uma construção teórica aceita no campo da Ciência da Informação para que se pudesse realizar um exercício de aprofundamento da discussão em um contexto não necessariamente acadêmico, visto que os esforços já existentes nesta área são contínuos, amplos e consistentes em toda comunidade acadêmica da área e em grandes instituições voltadas para o desenvolvimento humano, a exemplo da UNESCO.

Retomando os elementos de pesquisa apresentados no início desta pesquisa, considera-se que a proposta de desenvolver uma linha de pensamento teórico-conceitual sobre as principais dificuldades de auditabilidade da informação no ciberespaço foi cumprida na medida em que se discutiu a competência crítica em informação em relação ao fenômeno das *fake news*, por meio de um *corpus* de pesquisa definido pelos serviços de checagem de fatos.

O mapeamento das metodologias de checagem de informações adotadas por agências de *fact-checking* possibilitou o entendimento de que, apesar de signatárias de uma rede responsável por balizar o processo de checagem, as metodologias não são uniformes, bem como há diferenças quanto ao tipo de informação que pode ser checada.

Considera-se que tais elementos de distinção dos *fact-checking* são moldados na realidade específica de cada localização, mas, acredita-se que a cultura, a economia e a política de cada país moldam o tipo de necessidade particular para a análise sobre desinformação. Tais peculiaridades podem se constituir em objetos de pesquisas futuros, formulando-se análises comparativas entre realidades sociais e seus fenômenos específicos de desinformação.

Os achados sobre o mapeamento das metodologias de checagem foram úteis não só para o entendimento de como as competências em informação são requeridas, mas também de

como o fenômeno das *fake news* tem se apresentado, exigindo dos serviços de checagem contrapartidas à altura.

Verificou-se que apenas o levantamento de dados e provas documentais não garante que os fatos verificados recebam uma qualificação final estável - dentro de um escopo que varia de verdadeiro à falso -, exigindo um profundo relato discursivo com vias a demonstrar as fragilidades da informação analisada. As metodologias dos serviços de *fact-checking* apresentam componentes que, se apropriado pelo sujeito comum, podem ser úteis na redução da disseminação da informação falsa.

As *estratégias de checagem* dos serviços de *fact-checking*, de maneira ampla, convergem em torno de quatro eixos principais: a seleção do conteúdo a ser analisado, a consulta à fonte original, a consulta a dados públicos e a contextualização da informação. Notou-se que a seleção do conteúdo a ser checado e as etapas seguintes passam pelo critério de verificabilidade, ou seja, não se analisam informações advindas de opiniões e projeções.

Estes quatro eixos estão contidos nas discussões sobre competência em informação e em outras temáticas relacionadas à Ciência da Informação bem como em áreas afins, como, por exemplo, Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação e Documentação, sendo trabalhados como elementos básicos tanto em caráter prático de atuação profissional quanto em discussões teóricas. Importante reconhecer as possibilidades de interdisciplinaridade das áreas citadas com o fenômeno das *fake news*, fato este certamente discutido por tais áreas, mas podendo ser intensificado em esforços conjuntos.

Ainda sobre as estratégias de checagem dos serviços analisados, foi possível observar que parte considerável das *fake news* não possibilitam checagem simples de fontes e dados, permanecendo estas fora do escopo de checagem de alguns serviços, mas continuam atuantes no ciberespaço. Este é mais um indício da urgência por desenvolvimento das competências em informação e do aprofundamento discursivo sobre formas de alcance destas competências para além dos ambientes formais de ensino.

Os *elementos recursivos* que validam as informações falsas variam pelo nível de manipulação e sofisticação, sendo, às vezes, de fácil identificação e em outras exige *expertise* técnica. Apenas a identificação destes elementos não é suficiente para conter a disseminação de desinformação, pois, geralmente, fazem parte de uma estrutura complexa de outros elementos que dispensam a verdade em sua constituição.

Observou-se que os elementos recursivos tendem a ser utilizados em conjunto, o que implica em maior dispêndio de tempo e de recursos para que a informação seja analisada. Neste *gap* entre a informação e a possibilidade de avaliá-la profundamente, as *fake news*

percorrem os espaços com base no impulso emocional despertado no sujeito, seja por contemplar suas próprias crenças ou seja pelo desejo de se sentir partícipe.

Tal anseio do sujeito em fazer parte das redes de informações, principalmente como produtores e disseminadores da informação, é um bom indicativo de possibilidades de instauração da cultura de colaboração e da participação social via redes digitais – não se constituindo como novidade para as áreas de Informação e Comunicação, porém, quando observadas sob a perspectiva das *fake news*, exige a observação de novos componentes críticos, principalmente, na complexa relação entre informação, competência e protagonismo.

Com base nos dados levantados, na literatura explorada e nos objetivos específicos investigados, propõe-se atenção especial a dois elementos determinantes para a compreensão das dificuldades de auditabilidade da informação no ciberespaço, quais sejam o excesso de evidência e o excesso de confiança.

O excesso de evidência, se analisado superficialmente, parece ser mais um benefício do que um complicador para a auditabilidade da informação. Isto porque quanto mais dados se tem, mais apurada e profunda a informação parece ser, eliminando dúvidas e esclarecendo minúcias. Nos casos de informações mal estruturadas, divulgadas no formato típico de *fake news*, com erros grotescos e falhas visíveis aos olhos dos sujeitos minimamente aptos em literacias diversas, a falta de evidência é um bom indicativo para que se instaure o estado de dúvida.

Entretanto, os formatos em que a desinformação tem se apresentando são cada vez mais complexos, e, justamente estes, são reforçados de evidências, as quais reduzem no sujeito a disponibilidade para a reflexão e o debate, visto que o exposto parece suficiente para comprovar a síntese defendida. É necessário que a desinformação seja pensada para além das *fake news* para que se reconheça o excesso de evidência como um elemento de dificuldade para a auditabilidade da informação.

Para que se evite reproduzir uma lógica dualista - se o problema é o excesso de evidência logo a solução seria a redução da evidência -, enfatiza-se a necessidade de se pensar como o excesso da evidência tem se tornado um complicador em potencial, para que a partir disto se pense em contrapartidas plausíveis.

O excesso de evidência reforça um estado passivo do sujeito, sendo a autonomia para o uso da informação dependente de uma reconfiguração da postura crítica individual e coletiva. Soma-se, assim, os problemas derivados de uma cultura educacional pouco autônoma com a inserção brusca a um ambiente hiper conectado e completamente permeado por informação.

O excesso de confiança é o segundo elemento complicador para a auditabilidade da informação identificado no estudo. Neste caso, a confiança que se remete à autoridade de fala se torna de difícil objeção. Compreende-se que este não é um elemento novo, pois a confiança sempre foi critério de sobrevivência, por ser a base da comunicação entre os sujeitos, e, sem isto, a sociedade não teria conseguido vencer as intempéries do clima, do espaço e da organização social.

Volta-se, mais uma vez, para a verdade *emunah* e para a inserção de um complicador: a presença de muitas autoridades de fala. Ao passo que a Internet atual permite que se produza e compartilhe informação, as pessoas que podem ser consideradas como fontes confiáveis são inúmeras, independentemente de sua autoridade socialmente instituída por titulações, cargos ou aptidões. A confiança sem esforço crítico sobre o que se contempla no outro é um amplificador das possibilidades de difusão da desinformação, e, neste ponto, as questões subjetivas devem ser consideradas nas tentativas de enfrentamento.

A hipótese de que a urgência de respostas definitivas sobre a veracidade de determinada informação tem progressivamente reduzido o estado de crítica do sujeito e estimulado a circulação de desinformação no formato de *fake news* foi confirmada. O excesso de evidência em formato de síntese e a confiança destituída de esforço crítico estimulam a disseminação da desinformação, reforçando a hipótese deste estudo.

Avalia-se como importante a iniciativa de se compreender melhor os elementos expostos, pois, diante de um fenômeno em curso, o que de melhor se pode fazer é evitar a estabilização do problema, afirmando, por exemplo, que a questão da desinformação é tão somente consequência do excesso informacional, e que se precisa apenas pensar em modos práticos de tratamento informacional.

Os componentes emocionais e socioculturais são de extrema importância e, certamente, transcendem as iniciativas prescritivas de combate à desinformação. É neste sentido que a discussão deve prevalecer, além da incessante busca por melhores índices de educação formal e da qualidade de vida de modo geral.

Os achados da pesquisa reforçam a importância em se ampliar as redes interdisciplinares da Ciência da Informação em torno do tema da desinformação, sobretudo, com as áreas de Comunicação, Educação, Tecnologia, Psicologia, Biblioteconomia, Sociologia e Direito. Da Comunicação, pelo caráter expresso da formatação da desinformação e de suas formas de produção e disseminação; da Educação, pelo entendimento de que não haverá enfrentamento efetivo e duradouro sem um processo educacional que reconheça o sujeito como protagonista; da Tecnologia, pelos fatores de manipulação técnica da informação

e do sistema informacional digital que permite a existência da desinformação em rede, principalmente, sobre a inteligência artificial; da Psicologia, pelas questões cognitivas e afetivas que permeiam as práticas informacionais e são marcadamente presentes no fenômeno da desinformação; da Biblioteconomia, pela responsabilidade social de promover o acesso às fontes de informação confiáveis; da Sociologia, pelo entendimento da complexa formatação social que dá vazão à desinformação; e, do Direito, pela urgência sobre aspectos jurídicos, especialmente, penais que envolvem as práticas informacionais em contextos adversos, como as *fake news*.

Em tempo, ainda sobre as iniciativas de *fact-checking* aqui estudadas, pontua-se a visão aplicada ao longo da pesquisa. Reconhece-se na atividade jornalística a importante missão de expressar publicamente informações de interesse coletivo com vias ao compartilhamento de fatos e acontecimentos de impacto social.

A despeito das vicissitudes presentes em uma profissão, seu valor se torna mais notório quando experimentada a cessão de suas atividades, por exemplo, existem países em que a liberdade de expressão da imprensa é extremamente reduzida, ou até mesmo inexistente. Países em regimes não democráticos de poder impedem o exercício profissional do jornalismo, até mesmo prendendo e executando profissionais que tentem atuar à parte do controle do Estado.

Tratar do tema das *fake news* em uma perspectiva direta sobre um trabalho desenvolvido pelo jornalismo, é, também, uma forma de enfrentamento interdisciplinar às constantes empreitadas de governos democráticos com características fascistas em deslegitimar a liberdade de imprensa.

O legado da iniciativa de *fact-checking* para a sociedade é valoroso. Primeiro porque, no presente, a atividade é uma das poucas iniciativas tangíveis de combate à circulação de notícias falsas, realizada sob a pressão de um contexto social de efervescência social e política intenso, em que temas considerados superados pela história e ciência voltam a ser questionados, como, por exemplo, a terra plana. Segundo, pelo fato de, ao expor seu fazer profissional, espera-se que haja um aprendizado coletivo sobre as formas de auditabilidade da informação, ou, ao menos, o reconhecimento de que a apuração de notícias não é tarefa simples, e que, por isto, é melhor que o sujeito se abstenha de divulgar a informação quando não puder identificar os elementos que a legitima.

Ainda em fase de adaptações e melhorias, não se pode afirmar se os *fact-checking* se consolidarão como uma atividade permanente do jornalismo ou se irão se dissolver com o tempo, na crença de que haverá outras possibilidades de contenção da informação falsa, seja

por meios punitivos ou, como espera o pensamento utópico, pelo crescimento coletivo de um senso crítico aguçado, que não mais permitirá desperdício de tempo em discussões infundadas, ultrapassadas ou que nada tenham a ofertar ao desenvolvimento da humanidade.

À Ciência da Informação, igualmente, cabem as ponderações sobre as possibilidades de enfrentamento à desinformação, como já tem feito ao tratar a informação como elemento indissociável do desenvolvimento humano e social, e, mais especificamente, quando estabelece o valor ao acesso e ao uso da informação de origem legítima nas práticas informacionais. Diversas teorias dessa área do conhecimento possibilitam a discussão sobre a problemática das *fake news*, mas, como nas demais áreas, este fenômeno tem imposto novas configurações teóricas em busca de enfrentamento prático, sendo este um desafio imposto em caráter de urgência.

Acerca da questão de punições penais sobre as *fake news*, o caminho a ser percorrido é extenso. O que se tem até então são as possibilidades de intersecção entre a notícia falsa e outros crimes, como a calúnia, a difamação, os crimes eleitorais e os que chegam ao extremo da violência. A CPMI das *fake news* em processo no Brasil é um exemplo de como o assunto possui difícil resolução e enfrenta resistência por parte dos poderes instituídos.

O fazer desta pesquisa proporcionou observar sob o aspecto científico uma problemática tangível, recorrente e de proporções alarmantes. Os inúmeros benefícios ofertados pelas TDIC, como a redução de tempo e espaço e o senso de coletividade, são, certamente, indispensáveis para o cotidiano das sociedades urbanas. Todavia, esta infraestrutura, construída e mantida por interesses diversos, não permite uma visão demasiadamente otimista. O contexto da informação comumente presente nas *fake news* faz com que este tipo de desinformação seja mais do que um problema informacional, mas um problema de ordem social, de profundas consequências para o desenvolvimento humano e para a preservação das formas de vida. Durante a coleta de dados, propositalmente se escolheu alguns exemplos de *fake news* que não somente ilustrassem as características identificadas na discussão teórica, mas que servissem de registro do momento histórico vivido, principalmente, no Brasil.

Acredita-se que a urgência não deve ser pela descoberta de um método ou de qualquer outro artifício que possibilite que apenas a verdade se faça presente, até porque o próprio entendimento sobre o que é de fato *a verdade* constitui a base da filosofia, e assim deverá permanecer, em estado contínuo de busca.

Assume-se, portanto, que o compromisso é da ordem da autonomia do sujeito comum, do seu protagonismo diante de uma visão totalizadora de sua existência, da formação de um

pensamento coletivo pautado no respeito aos direitos humanos, na ética política, na igualdade, na alteridade e no bem estar entre os povos e suas culturas.

A isto que deve servir a ciência e a informação, e é pela manutenção desta condição da ciência que os períodos mais críticos da história foram superados e haverá de ser todas as vezes que o obscurantismo, o desânimo e a apatia parecerem assolar a humanidade. Com efeito, as limitações teóricas e metodológicas impostas nesta pesquisa, por questões de exequibilidade e de recursos, devem servir de incentivo para a continuidade de estudos que considerem tanto o avanço teórico quanto os desdobramentos práticos esperados pela sociedade.

REFERÊNCIAS

- AFRICA CHECK. **Sorting fact from fiction**. 2019. Disponível em: <https://africacheck.org/>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- AGÊNCIA LUPA. **Dez notícias falsas com 865 mil compartilhamentos: o lixo digital do 1º turno**. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/07/artigo-epoca-noticias-falsas-1-turno/>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- ALMEIDA, D.; RICCIO, N. C. R. Autonomia, liberdade e software livre: algumas reflexões. *In: BONILLA, M. H. S; PRETTO, N. L (org.). Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011, v. 2. p. 127-144. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/qfgmr/pdf/bonilla-9788523212063-08.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago, Estados Unidos da América, 2020. Disponível em: <https://www.ala.org/Template.cfm?Section=Home&template=/ContentManagement/ContentDisplay.cfm&ContentID=33553>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- ANIMAL POLÍTICO – EL SABUESO. **Fact-Checking**. 2019. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/sabueso/>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- AOS FATOS. **Aos fatos mais: valorize o que é real**. 2019. Disponível em: <https://aosfatos.org/>. Acesso em: 07 jul. 2019.
- ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1240/1418>. Acesso em: 23 jan. 2020.
- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilFramework>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **About ACRL**. Chicago: ACRL, 2018. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/aboutacrl>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Augusto Pinheiro e Luzi Reto. Lisboa: Persona, 2010.
- BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p.3-8, 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf. Acesso em: 22 jan. 2020.

BARRETO, A. A. Informação e conhecimento na era digital. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 111 - 122, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v17n2/02.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BELLUZZO, R. C. B. Transformação digital e competência em informação: reflexões sob o enfoque da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 24, p. 1-28, 2019.

BEZERRA, A. C. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015. João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2716/1034>. Acesso em: 05 jul. 2018.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31114/17408>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BONETI, L.W. Educação inclusiva ou acesso à educação? *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 28., 2005, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/textos/gt11/gt11153int.rtf>. Acesso em: 20 set. 2018.

BONILLA, M. H. O Brasil e a alfabetização digital. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2001. p. 7. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/~bonilla/artigojc.htm>. Acesso em: 12 mar. 2004.

BOOM. **Fast Check**. 2019. Disponível em: <https://www.boomlive.in/about-us/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

BOURDIEU, P. O estúdio e seus bastidores. *In*: BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 15-54.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social e Ciência da Informação. *In*: BRAGA, K. S. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Theasaurus, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Marco Civil da Internet no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12965.htm. Acesso: 23 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.834, de 4 de junho de 2019**. Tipifica o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13834.htm. Acesso: 23 set. 2019.

BUCKLAND, M. K. Information as a thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em:

<http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CAMARGO, G. A. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. **Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 93-112, 2. sem. 2008. Disponível em: <http://tragica.org/artigos/02/07-gustavo-camargo.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 jan. 2020.

CARVALHO, K. Redes sociais: presença humana e a comunicação informal. *In*: POBLACIÓN, D. A.; MUGNAINI, R.; RAMOS, L. M. S. V. **Redes sociais e colaborativas: em informação científica**. São Paulo: Angellara, 2009. p.141-162.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHEQUEADO. **Acerca de Chequeado**. 2019. Disponível em: <https://chequeado.com/acerca-de-chequeado/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. **Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2018. <https://eur-lex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236>. Acesso em: 02 nov. 2018.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DIGITEYE INDIA. **Facts Checked**. 2019. Disponível em: <https://digiteye.in/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

DUDZIAK, E. A. **Information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/publico/Dudziak2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade da informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência informacional e midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n.

esp., p. 213-253, jan./jul. 2017. Disponível em:
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675/577>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ELMBORG, J. Critical information literacy: implication for instructional practices. **The Journal of Academic Librarianship**, [s. l.], v. 32, n. 2, p 192-199, mar. 2006.

ELMBORG, J. Critical information literacy: definitions and challenges. In: WILKINSON, C. W.; BRUCH, C. (org.). **Transforming information literacy programs: Intersecting frontiers of self, library culture, and campus community**. Chicago: Association of College and Research Libraries, 2012. Disponível em:
http://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=slis_pubs. Acesso em: 20 jun. 2018.

ENGLISH OXFORD living dictionaries. **Word of the Year 2016 is...** 2016. Disponível em:
<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ESTADÃO VERIFICA. **Checagem de fatos e desmonte de boatos**. 2019. Disponível em:
<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/>. Acesso em: 07 jul. 2019.

FACTCHECKNI. **Home** [página inicial]. 2019. Disponível em: <https://factcheckni.org/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

FACTLY MEDIA & RESEARCH. **Fact Check**. 2019. Disponível em:
<https://factly.in/category/english/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

FALLIS, D. T. What is disinformation? **Library Trends**, [S. l.] v. 63, n. 3, 401-426, abr. 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579342>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Declaração de Maceió**: Declaração de Maceió sobre a competência em informação. Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em:
http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Carta de Marília**. Marília: FEBAB, 2014. Disponível em: https://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

FERREIRA, S. M. S. P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 25, n. 2, ago. 1995. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/660/664>. Acesso: 20 jul. 2018.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, I. M. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 189-194, ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862004000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso: 23 jan. 2019.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Pesquisas na pós-graduação: o uso do pensamento reflexivo no letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 22-37, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652011000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, H. F. Protagonismo Social e Mediação da Informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4048>. Acesso em: 20 nov. 2019.

HARARI, Y. N. **Sapiens - uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas**: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. Tradução de Z. Loparic. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

INTERNATIONAL FACT-CHECKING NETWORK (IFCN). Commit to transparency — sign up for the International Fact-Checking Network's code of principles. 2018-2019. Disponível em: <https://ifncodeofprinciples.poynter.org/>. Acesso em: 01 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do novo portal** [...]. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=10500&t=microdados>. Acesso em: 02 fev. 2018.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **The Elements of Journalism**: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect. New York: Crown Publishers, 2001.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA, J; MACHADO, L. Política de informação para alfabetização digital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/v_anais/artigos/jussaraborgeslima.html. Acesso em: 20 jun. 2018.

LYOTARD, J. F. **O Pós-moderno**. Tradução de Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1032/1093>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MARTINS, G. P. C.; AMARAL, M. C. M. Indústria cultural, mídia e cibercultura. **Revista Desenredos**, Teresina, ano 3, n. 9, p. 1-17, abr./jun. 2011. Disponível em: http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/9_-_Artigo_-_Cibercultura_-_Guilherme_-_Marcela.pdf. Acesso em: 14 maio 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO, M. C. S. *et al.* (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MIRANDA, A. C. L. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. *In*: AQUINO, M. A. (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2011.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. *In*: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (org.). **Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 13-36.

MOURA, M. A. (org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo horizonte: UFMG, 2011.

MOURA, A. R. P; FURTADO, R. L; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, maio 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7063>. Acesso: 25 nov. 2019.

NEWTRAL. **Fact-checks**. 2019. Disponível em: <https://www.newtral.es/>. Acesso em: 09 jul 2019.

NIETZSCHE, F. W. **Fragments posthumes**. Automne 1887 – mars 1888. Oeuvres philosophiques complètes, XIII. Paris: Galimard, 1888.

PEREIRA JÚNIOR, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa.** Petrópolis: Vozes, 2006.

PERIN, A. A verdade como um problema fundamental em Kant. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 33, n. 1, p. 97-124, 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732010000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2019.

POYNTER INSTITUTE. **Mission & Vision.** 2019. Disponível em:
<https://www.poynter.org/mission-vision/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

RMIT ABC FACT CHECK. **Fact Check.** 2019. Disponível em:
<https://www.abc.net.au/news/factcheck/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulinas, 2009.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 10. ed. Porto: Afrontamento, 1998.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em:
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SERRA, P. J. **A informação como utopia.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998.

SILVA, H. *et al.* Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, [S. l.] v. 34, n. 1, p. 28-36, out. 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1099/1216>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SORJ, B; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos**, São Paulo, n. 72, jul. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: organização e comunicação. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 1, 1996, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996, p. 11-14.

TEWELL, E. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, v.9, n.1, p.24-43, 2015. Disponível em:
<http://www.comminfolit.org/index.php?journal=cil&page=article&op=view&path%5B%5D=v9i1p24>. Acesso em: 20 jul. 2017.

THE WASHINGTON POST. **Fact-checker.** 2019. Disponível em:
<https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/>. Acesso em: 05 jul 2019.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Reportagem do Fantástico** [...]. 2018. Disponível em: <http://www.ufpb.br/content/reportagem-do-fant%C3%A1stico-mostra-experimento-do-lavidufpb>. Acesso em: 01 jun. 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Representação da UNESCO no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/media-and-information-literacy/>. Acesso em 20 jul. 2018.

VIEIRA, M. T. F. A. S. **Amostragem**. 2008. 168f. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Departamento de Matemática, Universidade de Aveiro, 2008. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/2909/1/2009000495.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WEISSBERG, J. Paradoxos da teleinformática. *In*: PARENTE, A. **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 113-141.

APÊNDICE A - LISTAGEM DOS SERVIÇOS DE CHECAGEM - PAÍS DE ORIGEM, LÍNGUA E ENDEREÇO ELETRÔNICO

Listagem dos serviços de checagem de informação certificados pela IFCN (até 01/06/2019) agrupados por país de origem, língua e endereço eletrônico. Total de: 65 serviços.

Nome do serviço de checagem de informação	País de origem / língua	Endereço eletrônico
20 Minutes Fake off	França / Francês	http://www.20minutes.fr/societe/desinto
AFP Factuel	França / Abecásio	https://www.afp.com/en
Africa Check	África do sul / Inglês	https://africacheck.org/
Agência Lupa	Brasil / Português	https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/
Alt News	Índia / Inglês	https://www.altnews.in
Animal Político - El Sabueso	México – Espanhol	http://www.animalpolitico.com/elsabueso
Aos Fatos	Brasil / Português	https://aosfatos.org
AP Fact Check	Estados Unidos / Inglês	https://www.ap.org
Australian Associated Press	Austrália / Inglês	https://www.aap.com.au/
BOOM	Índia / Inglês	http://www.boomlive.in
Cek Fakta - Liputan 6	Indonésia / Indonésio	https://www.liputan6.com/
Check Your Fact	Estados Unidos / Inglês	http://checkyourfact.com/
Chequeado	Argentina / Espanhol	http://www.chequeado.com
Correctiv.org	Alemanha / Alemão	http://correctiv.org
Dagens Nyheter	Suécia / Sueco	https://dn.se
Demagog Association	Polônia / Polonês	https://demagog.org.pl
Demagog.cz	República Checa / Checo	http://demagog.cz
Digiteye India	Índia / Inglês	https://digiteye.in
Doğruluk Payı	Turquia / Turco	http://www.dogrulukpayi.com
dpa Deutsche Presse-Agentur	Alemanha / alemão	https://www.dpa.com
Dubawa	Nigéria / Inglês	https://www.dubawa.org/
Ecuador Chequea	Equador / Espanhol	http://www.ecuadorchequea.com/
Ellinika Hoaxes (Greek Hoaxes)	Grécia / Grego	https://www.ellinikahoaxes.gr/
Estadão Verifica	Brasil / Português	https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/
Fact Crescendo	Índia / Inglês	https://factcrescendo.com/
FactCheck.org	Estados Unidos / Inglês	http://factcheck.org
FactChecker.in	Índia / Hindi	http://factchecker.in/

Nome do serviço de checagem de informação	País de origem / língua	Endereço eletrônico
FactCheckNI	Reino Unido / Inglês	http://factcheckni.org
Factly media & research	Índia / Inglês	https://factly.in/
Faktisk.no	Noruega / Norueguês	https://www.faktisk.no
Faktograf.hr	Croácia / Croata	http://faktograf.hr/
France 24 - Les Observateurs	França / Francês	http://observers.france24.com/fr/
Internews Kosova	Kosovo / Albanês	https://www.kallxo.com/krypometer/
Istinomer	Sérvia / Sérvio	http://www.istinomer.rs
Istinomjer	Bósnia e Herzegovina / Bósnio	http://istinomjer.ba/
Kompas.com	Indonésia / Indonésio	http://www.kompas.com
La Silla Vacía	Colômbia / Espanhol	http://www.lasillavacia.com
Le Monde - Les Décodeurs	França / Francês	http://www.lemonde.fr
Libération - CheckNews	França / Francês	http://www.liberation.fr/checknews
Mafindo	Indonésia / Indonésio	http://www.mafindo.or.id
Maldito Bulo. Maldita.es	Espanha / Espanhol	https://maldita.es/malditobulo
Metamorphosis Foundation	Macedônia / Macedônio	http://www.vistinomer.mk
MMI Online Limited	Índia / Inglês	http://www.vishvasnews.com
NewsMobile	Índia / Inglês	http://www.newsmobile.in/
Newtral	Espanha / Espanhol	https://newtral.es/zona-verificacion/
NU.nl	Holanda / Holandês	http://www.nu.nl
Observador - Fact Check	Portugal / Português	http://www.observador.pt
Patikrinta 15min	Lituânia / Lituano	https://www.15min.lt/patikrinta-15min
PesaCheck	Quênia / Inglês	http://www.pesacheck.org
Politfact	Estados Unidos / Inglês	http://www.politifact.com
Polígrafo	Portugal / Português	https://poligrafo.sapo.pt
Rappler	Filipinas / Filipino	https://www.rappler.com/
Raskrinkavanje	Bósnia e Herzegovina / Inglês	http://raskrinkavanje.ba
RMIT ABC Fact Check	Austrália / Inglês	http://www.abc.net.au/news/factcheck/
Science Feedback	França / Inglês	http://sciencefeedback.co
South Asia Check	Nepal / Inglês	http://www.southasiacheck.org
T. V. Today Network Ltd.	Índia / Inglês	https://www.indiatoday.in/fact-check
Taiwan FactCheck Center	Taiwan / Chinês	https://tfc-taiwan.org.tw/
Tempo.co	Indonésia / Indonésio	https://www.tempo.co/
teyit.org	Turquia / Turco	https://teyit.org
The Quint	Índia / Inglês	https://www.thequint.com/

Nome do serviço de checagem de informação	País de origem / língua	Endereço eletrônico
The Washington Post Fact	Estados Unidos / Inglês	https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/
The Whistle	Israel / Hebraico	https://www.thewhistle.co.il/feed
TheJournal.ie FactCheck	Irlanda / Irlandês	http://www.thejournal.ie/factcheck/news/
TjekDet.dk	Dinamarca / Dinamarquês	http://www.tjekdet.dk
VERA Files	Filipinas / Inglês	http://verafiles.org/specials/fact-check

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

APÊNDICE B - LISTAGEM DOS SERVIÇOS DE CHECAGEM - CONTINENTE E IDIOMA

Listagem dos serviços de checagem de informação certificados pela IFCN (até 01/06/2019) agrupados por continente e idioma:

País de origem / língua	Continente	Nome do serviço de checagem de informação
África do sul / Inglês	ÁFRICA	Africa Check
Alemanha / Alemão	EUROPA	Correctiv.org
Alemanha / Alemão	EUROPA	dpa Deutsche Presse-Agentur
Argentina / Espanhol	AMÉRICA DO SUL	Chequeado
Austrália / Inglês	OCEANIA	Australian Associated Press
Austrália / Inglês	OCEANIA	RMIT ABC Fact Check
Bósnia e Herzegovina / Bósnio	EUROPA	Istinomjer
Bósnia e Herzegovina / Inglês	EUROPA	Raskrinkavanje
Brasil / Português	AMÉRICA DO SUL	Agência Lupa
Brasil / Português	AMÉRICA DO SUL	Aos Fatos
Brasil / Português	AMÉRICA DO SUL	Estadão Verifica
Colômbia / Espanhol	AMÉRICA DO SUL	La Silla Vacía
Croácia / Croata	EUROPA	Faktograf.hr
Dinamarca / Dinamarquês	EUROPA	TjekDet.dk
Equador / Espanhol	AMÉRICA DO SUL	Ecuador Chequea
Espanha / Espanhol	EUROPA	Maldito Buló. Maldita.es
Espanha / Espanhol	EUROPA	Newtral
Estados Unidos / Inglês	AMÉRICA DO NORTE	AP Fact Check
Estados Unidos / Inglês	AMÉRICA DO NORTE	Check Your Fact
Estados Unidos / Inglês	AMÉRICA DO NORTE	FactCheck.org
Estados Unidos / Inglês	AMÉRICA DO NORTE	The Washington Post Fact
Filipinas / Filipino	ÁSIA	Rappler
Filipinas / Inglês	ÁSIA	VERA Files
França / Francês	EUROPA	20 Minutes Fake off
França / Francês	EUROPA	France 24 - Les Observateurs
França / Francês	EUROPA	Le Monde - Les Décodeurs
França / Francês	EUROPA	Libération - CheckNews
França / Inglês	EUROPA	Science Feedback
França / Abecásio	EUROPA	AFP Factuel
Grécia / Grego	EUROPA	Ellinika Hoaxes (Greek Hoaxes)
Holanda / Holandês	EUROPA	NU.nl

País de origem / língua	Continente	Nome do serviço de checagem de informação
Índia / Hindi	ÁSIA	FactChecker.in
Índia / Inglês	ÁSIA	Alt News
Índia / Inglês	ÁSIA	BOOM
Índia / Inglês	ÁSIA	Digiteye India
Índia / Inglês	ÁSIA	Fact Crescendo
Índia / Inglês	ÁSIA	Factly media & research
Índia / Inglês	ÁSIA	MMI Online Limited
Índia / Inglês	ÁSIA	NewsMobile
Índia / Inglês	ÁSIA	T. V. Today Network Ltd.
Índia / Inglês	ÁSIA	The Quint
Indonésia / Indonésio	ÁSIA	Cek Fakta - Liputan 6
Indonésia / Indonésio	ÁSIA	Kompas.com
Indonésia / Indonésio	ÁSIA	Mafindo
Indonésia / Indonésio	ÁSIA	Tempo.co
Irlanda / Irlandês	EUROPA	TheJournal.ie FactCheck
Israel / Hebraico	ÁSIA	The Whistle
Kosovo / Albanês	EUROPA	Internews Kosova
Lituânia / Lituano	EUROPA	Patikrinta 15min
Macedônia / Macedônio	EUROPA	Metamorphosis Foundation
México - Espanhol	AMÉRICA DO NORTE	Animal Político - El Sabueso
Nepal / Inglês	ÁSIA	South Asia Check
Nigéria / Inglês	ÁFRICA	Dubawa
Noruega / Norueguês	EUROPA	Faktisk.no
Polônia / Polonês	EUROPA	Demagog Association
Portugal / Português	EUROPA	Observador - Fact Check
Portugal / Português	EUROPA	Polígrafo
Quênia / Inglês	ÁFRICA	PesaCheck
Reino Unido / Inglês	EUROPA	FactCheckNI
República Checa / Checo	EUROPA	Demagog.cz
Sérvia / Sérvio	EUROPA	Istinomer
Suécia / Sueco	EUROPA	Dagens Nyheter
Taiwan / Chinês	ÁSIA	Taiwan FactCheck Center
Turquia / Turco	EUROPA	Doğruluk Payı
Turquia / Turco	EUROPA	teyit.org

Fonte: Elaborado pela autora (2020).